

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Desejo e Separação
monas, gays e envolvidos
num presídio em São Paulo

Dissertação de Mestrado

Aluno: Guilherme Ramos Boldrin

Orientador: Jorge Mattar Villela

2017

Desejo e Separação
monas, gays e envolvidos
num presídio em São Paulo

Guilherme Ramos Boldrin

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação do Prof. Dr. Jorge Mattar Villela, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Mattar Villela (orientador – UFSCar)

Profa. Dra. Catarina Morawska Vinna (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

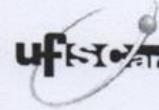
Suplentes:

Profa. Dra. Karina Biondi (UFSCar)

Profa. Dra. Taniele Cristina Rui (UNICAMP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luis, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Guilherme Ramos Boldrin

28/06/2017

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 15:00h no dia 28/06/2017.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ____/____/____.

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Coordenador do PPGAS

Resumo

Esta etnografia foi conduzida como resultado de conversas com as travestis, *bichas*, gays e *envolvidos* encarcerados(as) numa prisão em São Paulo. Por meio desses encontros, procurei produzir uma imagem de movimentos e condutas possíveis a partir da *galeria rosa*, termo que coaduna travestis, *bichas*, gays e *envolvidos* em espaço físico, mas também conjunto de corpos, de pessoas. Assim, essa composição ganha forma no olhar atento às dinâmicas amorosas, sexuais e econômicas que compõem o território existencial de minhas interlocutoras e interlocutores. Nos três capítulos que compõem essa dissertação, espero ter demonstrado como movimentos de separação são acompanhados de encontros possíveis. São *ladrões* que se separam moralmente das *monas* (termo utilizado para designar *bichas* e travestis como sujeitos femininos), mas somente para encontrá-las na prostituição, pois devem controlar o limite entre o desejo e o abjeto para não se tornarem *envolvidos*. *Monas* que são a expressão de uma borda, transpõem barreiras, contextos, afirmando o aspecto feminino de seus corpos e subjetividades. *Ladrões* que são transformados em *envolvidos* e perdem seu solo moral. *Envolvidos*, que por sua vez, se casam com *monas*. *Monas* que deixam a vida nas *celas cabaré* para se *casarem* com *envolvidos*. *Monas* que secretamente se envolvem com *ladrões*. Casais que vivem juntos mas desconfiados, fofocam, sentem ciúme, brigam. Casais que produzem intensas dinâmicas associativas, se envolvem em transações comerciais, geram *família*. Casais que são separados pela prisão, pela diferença das penas, pelas transferências surpresa entre prisões. *Amor e interesse*, disputas insondadas nas sombras de uma arquitetura que toma vida na articulação com as subjetividades dos presos e presas. Essa etnografia se constitui na descrição analítica do encontro das narrativas das *monas* e *envolvidos* com as preocupações antropológicas que me levaram àquela prisão. Etnografia também da prisão, membrana que corta a existência dos presos e presas, porosa, permeável, junta e separa, composição inextrincável dos arranjos associativos, amorosos e sexuais que dão condição de existência à imagem parcial, mas intensiva, que se propõe essa dissertação.

Abstract

This ethnography was conducted as a result of conversations with travesties, *bichas* (transgender people), gays and *envolvidos* (prison men that bond with transgender subjects) confined in a São Paulo's penitentiary. Through these encounters, I managed to product an image of the possible movements and paths from the *pink gallery*, term that combines travesties, *bichas*, gays and *envolvidos* at physical space, furthermore as a set of bodies, of people. Therefore, this composition gains credence in the beholding of romantic, sexual and economic dynamics that compounds the existential territory of my interlocutors. I hope to have successfully showed how separation movements always were followed by possible encounters on the three chapters that assemble this dissertation. In this sense, there are *ladrões* (thieves) that morally separates themselves from *monas* (term used to designate *bichas* and travesties as feminine subjects) yet only to find them again in prostitution. The *ladrão* ought to control the limits between his desire and the abject that insidiously is felt in the body of a *mona*, diverting from the risk of becoming an *envolvido*. *Monas* that are the expression of a border, overcoming barriers and contexts as an affirmation of femininity and its idiosyncrasies. *Ladrões* metamorphosed into *envolvidos* and which loses their moral ground. *Envolvidos*, in its turn, that marries *monas*. *Monas* that abandon their lives in *celas cabaré* (prostitution cells) to marry *envolvidos*. *Monas* that secretly dates *ladrões*. Couples that live together but suspiciously feel envious, gossip and fight. Couples that produce intense associative dynamics, involved in economic transactions that generate *family*. Couples separated by prison, by their different sentences and by surprise transference among penitentiaries. *Love* and *interest*, disputes unfolding in the shadow of an architecture created in articulation with prisoner's subjectivity. Enhanced, this ethnography takes root in analytically describing the encounter of the narratives of *monas* and *envolvidos*, combining with the anthropological matters that got me into that prison. It is an ethnography of the prison as well, a membrane that cuts through the existence of prisoners, as porous and permeable, uniting and separating, inextricably comprised of associative romantic and sexual arranges that make possible the existence of the intense, but partial image that this dissertation proposes.

Sumário

Agradecimentos	8
Introdução: Entre muros e mesas	10
Sobre empatias e motivações	15
Dos capítulos.....	25
Capítulo 1 - <i>O que cristaliza</i>	29
1.1 A moral em disputa e o abjeto no <i>crime</i>	30
1.1.1 Penitenciária José Parada Neto: cadeia de <i>oposição</i>	30
1.1.2 De cadeia de <i>bicha</i> a cadeia de <i>artigo</i>	39
1.2 Território moral do <i>crime</i> : atração e abjeção	44
1.2.1 As interdições de contato e a transformação de um <i>ladrão</i> em <i>envolvido</i> . ..	45
1.2.2 Cismogênese e erotismo	57
1.3 Território existencial a partir da <i>Galeria Rosa</i>	69
1.3.1 Envolvidos, gays, bichas e travestis	69
1.3.2 Possibilidades na borda	80
Capítulo 2- <i>O que movimenta</i>	93
2.1 Políticas da intimidade.....	95
2.1.1. Visível-público, invisível-secreto	96
2.1.2. <i>Quando fecha o quieto ninguém vê</i>	103
2.1.3 Aspectos da fofoca na <i>galeria rosa</i>	111
2.2 A dinâmica dos relacionamentos na <i>galeria rosa</i>	118
2.2.1 Auges e declínios: o espectro da traição.....	119

2.2.2 Confiança e desconfiança: ciúmes e conflitos amorosos na <i>galeria rosa</i> ..	129
2.2.3 Tempo e espaço nos relacionamentos no cárcere	137
Capítulo 3 - <i>O que atravessa</i>	143
3.1. A porosidade da prisão e a situação material do cárcere	145
3.1.1 Porosidade.....	145
3.1.2 Circulação	153
3.2 <i>Amor e interesse</i>	159
3.2.1 <i>Amor e interesse</i> como julgamento das relações amorosas	161
3.2.2 <i>Amor e interesse</i> na ocorrência dos casais.....	171
3.3 Economias afetivas e materiais	184
3.3.1 Dinâmicas associativas da condição de casal	185
3.3.2 De volta à prostituição: últimas reflexões	199
Considerações Finais	207
Referências Bibliográficas.....	213

Oh! How Awfully lovely was prison.

(Coco-Rosie - Beautiful Boyz)

Agradecimentos

Agradeço, antes de mais nada, às pessoas com quem conversei na prisão e que tornaram esse texto possível, dando um pouco de suas vidas em seus relatos. Adquiri uma dívida, que não posso pagar devidamente. Espero com as palavras dessa dissertação fazer jus as longas conversas que tivemos. Dedico essa dissertação à *Galeria Rosa* da Penitenciária José Parada Neto.

Devo também agradecer à administração e corpo de funcionários que auxiliaram, sempre gentis, ao cumprimento dessa pesquisa. Especialmente aos funcionários do Setor de Educação e Produção da prisão, professores e presos que trabalhavam nesses setores. Obrigado à SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) por permitir a entrada em campo para execução dessa pesquisa.

Muito obrigado à Jorge Villela, cuja dedicação e dispêndio de energia na orientação dessa pesquisa, não pode ser mensurado. Muito obrigado pela parceria desde que tudo isso começou a tomar forma. Um agradecimento especial à Karina Biondi, amiga e companheira de pesquisa, sem a qual esse trabalho sequer teria surgido. Foram os resultados de sua pesquisa que levaram a fundação do LEAP (Laboratório de Estudos sobre Agenciamentos Prisionais) do qual faz parte essa pesquisa. Agradeço o convite que me fizeram Jorge, Adalton e Karina em 2012 para ingressar no LEAP. Agradeço enormemente Adalton Marques, que muito contribuiu para a construção dessa pesquisa, chegando a dispor de seu lar para que ocorresse. Dedico este trabalho a outros membros anteriores do LEAP, compartilhamos o campo e diversas memórias quando entramos em contato com a PJP, Vanessa Ogino e Rafael Andrade.

Muito obrigado a todos os companheiros do grupo Hybris, do qual faz parte o LEAP, pelos comentários preciosos nas reuniões que fizemos para debater a construção dessa dissertação. É muito bom contar com os comentários sinceros e com o cuidado nas leituras, de pessoas tão talentosas. Marcão, quantas ideias trocamos sobre antropologia e da vida, agradeço a parceria. Agradeço a Zinho e Ion, pela ajuda, de várias formas, que deram com reflexões e referências. Agradeço a Jacque pelas ricas conversas e companhia. Thais Mantovanelli, Clarissa Martins, Jessor Ramos, Gustavo Ramos, Sara Munhoz, Barbara Moraes muito obrigado pelos comentários e pelo apoio.

Um agradecimento especial à Catarina Morawska Vianna, por participar de minha banca de qualificação e por compor a banca de defesa. Mas também pela inspiração que transmitiu em aulas, conversas. Agradeço também à Maria Filomena Gregori, por aceitar comentar esse trabalho em minha defesa.

Agradeço também ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento concedido ao LEAP por meio de um projeto guarda-chuva. Muito obrigado aos professores, funcionários e companheiros de estudo e pesquisa do PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar – e a CAPES por disponibilizar a bolsa que financiou a produção dessa pesquisa.

Muito obrigado a minha mãe, que sempre será minha grande parceira de batalha. Também agradeço ao meu pai por todo o esmero em me trazer até aqui. Muito obrigado especialmente a minha irmã, Juliana Boldrin. Costumamos dizer que somos irmãos por afinidade mais do que por consanguinidade. A afirmação se faz valer a cada dia, e agradeço enormemente o quanto contribuiu na execução dessa pesquisa com dedicação, comentários, inspirações e tanto mais. Muito obrigado às pessoas que me ouviram falar incessantemente da prisão, das *monas*, dos *envolvidos* e se deixaram cativar por essas histórias. Guilherme Ubeda, grande parceiro da vida, Marla Manuela, várias ideias e inspirações trocadas. Iasha, Gabriel Bertolo, Gabriela Loreti, companheiros (as) de casa e de ideias.

Um agradecimento especial à Bruna, companheira por todo o processo dessa pesquisa, na intimidade dos momentos de crise e dos de entusiasmo. Amor, ajuda e inspiração de todas as formas visíveis e invisíveis.

Introdução: Entre muros e mesas

A entrada em uma prisão é acompanhada pela sensação de clausura dos muros e das grades de ferro. Quando entrei em contato pela primeira vez com a Penitenciária José Parada Neto (doravante PJPN), em Guarulhos – SP, notei que a sensação se manteria durante toda a minha pesquisa, ainda que aos poucos se naturalizasse em meus sentidos. Desde o portão principal, onde aconteciam as revistas e a passagem no detector de metais, às quais fui submetido inúmeras vezes sob os olhares e ouvindo as conversas dos agentes, até o segundo portão, do setor administrativo, as grandes grades de ferro pintadas de verde, as armas dos guardas andando na muralha, seus olhares atentos, a sensação de vigia, clausura, os presos com suas calças beges e camisas brancas trabalhando com enxadas em um jardim mais ou menos seco e artificial, rodeados por arames farpados. Ao longe, no céu cinza de uma manhã chuvosa, passava mais um dos inúmeros aviões que chegavam ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, o que voa, o céu sem limites, diante da visão emoldurada de retângulos, quadrados de cimento e metal, frestas por onde se olha a *rua*¹, o *mundão*, a vida lá fora vista pela TV, ainda que *widescreen*, uma imagem sempre recortada, nunca redonda. Enquanto os presos e presas tomam sol num dia frio, o avião corta as nuvens que não se limitam pela arquitetura dos homens.

Dentro do corredor principal da prisão, linhas amarelas seguem nas laterais indicando o caminho que os presos devem seguir, disciplinados, com as mãos para trás, o centro do corredor é reservado aos passos dos agentes e “autoridades”. Andando por este caminho observei perifericamente os olhares que os presos me dirigiam, perguntando-se diante minha rostidade de barba e curiosidade, alheia aos agentes e advogados, qual era minha intenção naquele lugar. “Bom dia, senhor”, diziam, “boa tarde, senhor”², cabeças baixas, posturas rígidas. O que me

¹ Termos “nativos” serão escritos em itálico, assim como os termos estrangeiros. Citações serão colocadas entre aspas ou fora do corpo do texto quando maiores do que três linhas. O termo *rua* é utilizado para expressar tudo o que ocorre do lado de fora da prisão.

² Apesar de meus 24 anos na época da pesquisa de campo, os presos e presas insistiam em me tratar como senhor. Em minhas conversas com as *monas* e *envolvidos*, eu pedia para que dispensassem essa etiqueta, ainda assim, por

dirão as travestis com quem vim conversar? Durante o longo corredor, vidros escuros, como janelas de um espelho falso e pintado de preto, com frestas arranhadas. “Chamamos de aquário”, me diz um guarda, enquanto abaixado espio a vida no pavilhão por um buraco, olhar, vigiar, punir, o “aquário”. No pavilhão, que vejo por esse rústico instrumento de vigilância, homens sem camisa, alguns jogam futebol, movimentam-se, conversam, andam em círculos na área restrita de uma quadra. Vejo perto das galerias, de dois andares, localizadas nos dois lados do pavilhão, algumas *bichas*, sinto um frio na barriga, são *elas*, penso, com quem conversarei. As duas vestiam shortinhos e tops improvisados, conversavam avidamente, peles negras sob o sol de um dia frio. Me desconforta a invisibilidade e desvio o olhar, continuo o caminho, agora de costas eretas para ver mais pra frente no corredor a estrutura quadrada de grades de ferro chamada de *gaiola*, onde ficam os guardas de plantão. Eles me inspecionam, o funcionário que me acompanha afirma “é um pesquisador, veio falar com as meninas aí”. Sorrisos amarelos, os olhares que compartilham um cotidiano e insinuam uma sabedoria oculta a respeito de minhas interlocutoras.

Depois de acessar a *gaiola*, no entanto, não sou levado para dentro pavilhão, acompanho o funcionário para um corredor na direção oposta, para uma sala com uma mesa, algumas cadeiras e monótona decoração, no setor de educação. Esta é a sala reservada para minhas entrevistas. Para realizar essa pesquisa conversei com *bichas*, travestis (ou *monas*, quando sujeitos femininos), gays e *envolvidos* (parceiros amorosos das *monas*) em salas reservadas no setor de educação e produção da PJP, onde diariamente psicólogos(as) e assistentes sociais atendiam presos e presas, no que era devidamente conhecido como *atendimento*, e na biblioteca da prisão por um mês e meio em 2013. Como fica claro na descrição do parágrafo anterior, a visão pelo “aquário”, muito parcial e controlada da vida dentro dos pavilhões, foi o acesso mais direto permitido à vida cotidiana de minhas interlocutoras e interlocutores. As restrições de pesquisa estavam dadas de antemão e a justificativa da segurança imperou nas negociações de pesquisa. Não pude, dessa forma, entrar nas celas, observar *in loco* os eventos e movimentos que descrevo nesse trabalho, ou efetivamente consolidar a observação participativa. Diante de

alguns momentos era ainda chamado de senhor. No que se segue, tratarei essa questão como o que chamo de “alteridade institucionalizada”.

toda a ênfase metodológica dada, durante a centena de anos que marcou a consolidação da antropologia, à pesquisa intensiva de campo, vi-me diante um problema complexo: o de lidar exclusivamente com entrevistas.

Como, portanto, realizar uma etnografia, obrigatoriamente baseada no que Favret-Saada (2005) denomina “uma comunicação verbal, voluntária e intencional, visando à aprendizagem de um sistema de representações nativas, (...) uma das mais pobres variedades de comunicação humana”(id.:6)? Como deslindar as distorções que a narrativa nativa pode exercer sobre o antropólogo, mesmo na pesquisa intensiva de campo, como sugere Jenkins (1993), ao afirmar que um estudo antropológico não pode se fundar apenas sobre o relato oral, já que “muito do conhecimento envolvido é ‘não verbal’”(id. : 439)?

Em minha pesquisa de campo, marcada pela impossibilidade de habitar o mesmo espaço que as pessoas que estudo, a resposta para essas questões não pode existir sem pensar que a limitação de acesso não se desloca em nenhum momento da circunstância prisão: do encontro entre interesses do pesquisador, alçado em permissões e condições burocráticas e um aparelho institucional que baseia seu exercício na privação de liberdade daqueles que encerra. Se a cadeia imprime sua marca na realização desta pesquisa, é porque ela é também agente efetivo, a todo o tempo, na interlocução cujo produto é a etnografia. Com isso, remeto minha situação de pesquisa ao que afirma Barbosa (2013):

(...) a força da prisão ou o “poder de seus muros” não está apenas na paralisação do movimento ou na produção da estagnação; em resumo, na sua capacidade de custodiar ou prender. O exercício do seu poder implica o controle da circulação, gerar momentos de paralisia e momentos em que “as coisas adquirem velocidade”. (: 2)

É diante essa configuração, de interdições e porosidades que configuram a prisão, que minha pesquisa se inseriu³. Entrar na penitenciária e conversar com presos e presas não implica um acesso irrestrito às celas e espaços onde habitam, mas insere minha presença em dinâmicas já

³ A forma como demonstro ter acessado a prisão não é a única, mas cada metodologia de acesso implica em um acesso específico à dinâmica da prisão. Zamboni (2017) no intuito de conversar com as travestis em cadeias de oposição em São Paulo, acessou as cadeias como participante do GDUCC (Grupo de Diálogo Cárcere Universidade Comunidade) da USP (Universidade de São Paulo) e assim, em serviço voluntário, conseguiu entrar nos pavilhões. Ainda assim, formas específicas de acesso a prisão ainda condizem com determinados fluxos possíveis na consistência da prisão, pois dependem de determinada abertura da prisão ao convívio dos presos e presas.

consolidadas (a dos *atendimentos*, como veremos mais atentamente a seguir) nas quais determinados movimentos são paralisados e outros adquirem velocidade. Nesse sentido, realizar uma etnografia com as *monas* e *envolvidos* é simultaneamente tomar a prisão como sujeito e objeto, agente inseparável dos processos que ocorrem dentro de seus muros e que canalizam minha presença para tal ou qual territorialidade.

Se por um lado os muros são, física e metaforicamente, elementos que delimitam as porosidades e restringe o que circula no sistema prisional, eles têm efeito no espaço que me é permitido acessar. Por outro lado, as mesas, sinalizam as condições de surgimento do projeto de conhecimento que proponho. Os muros são metáfora da restrição de liberdade dos encarcerados e o motivo pelo qual meu acesso deve ser regulado pela instituição com a justificativa da segurança. As mesas, por sua vez, se insinuam entre nossos corpos, demarcando uma distância que tem como intuito distinguir a posição localizada em dois lados opostos, cortados por esse objeto. As mesas só existem porque habito na *rua* e porque elas (e eles) estão presos. A mesa, esse objeto frio, “dromedário indescritível”, como trata Cortázar (2014), no devaneio de Lucas, personagem palestrante pensando a mesa em que apoia as mãos, canetas, papéis: “em seu conjunto um objeto volumoso que se situa ente mim e vocês, algo que de algum modo nos separa com seu seco e maldito corte de mogno” (*id.*: 46). A percepção desta separação é essencial para que em outro trecho ele possa perguntar “como vamos nos entender, separados por tantos obstáculos?” (*id.ib.*).

A pergunta de Lucas, como podemos notar, é similar à que se envereda por trás das questões metodológicas marcadas pela definição desta pesquisa como projeto antropológico. Para respondê-las adequadamente é necessário um escrutínio atento dos processos que dão vigor aos obstáculos à comunicação durante meus encontros na prisão. Para compreender a constituição das mesas que permeiam minhas visitas na PJP, é preciso remontar o processo no qual definiram-se as condições de pesquisa que me foram dadas. Realizar uma pesquisa antropológica em uma unidade prisional envolve vários entraves durante o contato com a instituição. Uma das diversas mesas que sinalizaram separações em minha pesquisa delimitava os lugares dos pesquisadores e da direção em uma reunião com a direção da cadeia em 2012, em que se definiu ao fim e ao cabo, que minha pesquisa seria marcada pela espacialidade de salas cuja centralidade consistia em mesas. A mesa que se insinua entre mim e minhas

interlocutoras é a reificação da distância demarcada na reunião com a administração, o símbolo do que faz perguntar “como podemos nos entender?”.

Essa pesquisa se origina na fundação do LEAP (Laboratório de Estudos sobre Agenciamentos Prisionais), grupo responsável por um projeto guarda-chuva, cuja autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária é inevitável para a entrada de pesquisadores nas prisões do Estado de São Paulo. Foi este documento, que autoriza a entrada em campo para essa pesquisa, a chave para que a reunião com a administração da PJP, em 2012, pudesse ocorrer. Foi a partir do encontro entre LEAP e SAP, coadunado por um processo burocrático, que meu encontro com as *monas* e *envolvidos* aconteceu, marcando desde o início uma alteridade institucionalizada: nossa relação de pesquisa só pôde acontecer na medida em que o parecer aceito pelo comitê de ética permite a minha entrada em campo. Por sua vez, a tessitura de uma série de documentos que buscam atravessar o obstáculo de um comitê de ética só existe em oposição aos documentos que determinam o cárcere das pessoas com quem converso. Ou seja, só sentamos ao redor de mesas para discutir as condições de meu encontro com as *monas* e *envolvidos* porque elas estão sob custódia, dentro de muros, construídos para delimitar fluxos entre dentro e fora que incluem a intenção de pesquisadores advindos de programas de pós-graduação em antropologia.

Diante dessas circunstâncias, precisei adotar uma perspectiva positiva em relação às minhas entrevistas, que, no entanto, prefiro não chamar de entrevistas no sentido que sugere um questionário imposto por uma parte à outra, com suas “questões fabricadas”, como o critica Deleuze (1998: 9) mas de encontros, encontros etnográficos nos quais “encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades” (*id.*: 14), acontecimentos povoados pelas multiplicidades, advindas de nossos universos separados. Encontros cujas condições são dadas por uma série de outros encontros que, em vez de limitarem minhas intenções, adicionam substância à minha pesquisa ao tornar inevitável a presença da instituição que impõe sua presença. Nesse sentido, é necessário observar atentamente a constituição desses encontros e formular um arranjo analítico que possibilite dar conta de apreender como aconteciam as relações amorosas e sexuais no seio do cárcere, intuito dessa pesquisa, e traçar linhas de fuga em relação à moldura de cimento que a prisão pretende. Para realizar essa empreitada, observarei no que segue algumas metodologias

utilizadas por minhas interlocutoras em relação à minha presença, para então consolidar as bases da metodologia em ressonância com o que elas e eles esperavam de nossos encontros.

Sobre empatias e motivações

Uma territorialidade surge, inevitavelmente, quando um pesquisador se insere em um cotidiano preexistente, buscando a compreensão do mundo daqueles com quem se estuda. No meu caso, fui alocado especificamente no setor de *atendimentos* da PJP. Todos os dias eu devia atravessar os portões e muros da prisão e ligações telefônicas acionavam ramais internos da cadeia para que alguém fosse responsável pela minha presença. No caso, evidentemente, funcionários do setor de produção e educação me recebiam e tratavam de requisitar *monas* ou *envolvidos*, sozinhos(as), em grupos ou casais, a partir da matrícula que os numerava e contabilizava. Esse procedimento acontecia da seguinte forma: eu passava pelo portão fronteiro que separava a cadeia da *rua* e chegava à portaria de fato, um enorme portão verde com uma pequena janelinha pela qual um agente me recebia. Nessa portaria me revistavam e acionavam por telefone o setor de educação, responsável pela minha presença. Um crachá, no qual constava a palavra “visitante” era anexado à minha roupa e depois de mais dois portões eu chegava à área de educação, onde me dirigia à pessoa responsável pela minha presença, previamente notificada por telefone. A partir daí o processo de requisição de presos era acionado e eu devia informar as matrículas dos presos e presas com quem queria conversar. Esse pedido acontecia por meio de um sistema virtual que conectava os computadores da penitenciária, de forma que a requisição aparecia em outro setor, onde eram organizadas as requisições e a partir disso outro funcionário imprimia um cartão pequeno, com as informações dos(as) presos(as) e do funcionário do setor de educação e produção que havia emitido o pedido. Esse cartão era finalmente enviado à *gaiola* e um agente se dirigia ao pavilhão e procurava nas celas a pessoa com quem eu pretendia conversar e a direcionava para a sala em que eu aguardava.

Todo esse processo provocava uma série de problemas metodológicos para minha pesquisa, pois ao receber uma requisição do setor de produção e educação, as *monas* e *envolvidos* compreendiam um sinal de que uma vaga de emprego ou de trabalho havia surgido e por vezes apareciam com olhares esperançosos, esperando que minha presença sinalizasse

alguma ajuda, pois trabalhar e estudar são atividades cobiçadas e muito disputadas no cárcere. Diante a informação de que eu só pretendia coletar informações a respeito da vida de travestis e homossexuais dentro da prisão, Jeferson⁴, um *envolvido*, por exemplo, se enraiveceu e me disse que tinha estragado a vida saindo com “viado” e que achou que aquilo era para conseguir uma vaga de emprego e “não essa patifaria”, saindo logo depois da sala. Conversando com seu namorado, algumas horas depois, descobri que Jeferson tinha feito a barba e se perfumado, aguardando uma oportunidade de emprego.

Diante da impossibilidade de acessar os pavilhões e tendo como única oportunidade de pesquisa o acesso às *monas* e *envolvidos* por meio dessa rede de conexões que busquei descrever, adotei estratégias que buscavam dinamizar meu contato com as interlocutoras de pesquisa. Depois de conseguir maior proximidade com algumas das travestis e *bichas*, pedia para divulgarem os encontros e explicarem, dentro das celas, o intuito de compreender a vida na *galeria rosa*. Desta forma, quando as requisitava novamente, elas apareciam com pequenos pedaços de papel onde eram anotados os nomes e matrículas de pessoas interessadas em conversar comigo. Essa estratégia dinamizou e tornou públicas na *galeria rosa* as minhas intenções, que se proliferaram em boatos a respeito dos longos encontros que realizávamos nas salas da psicologia no setor de educação.

Ainda assim, a sabedoria geral que aos poucos foi se consolidando na *galeria rosa*, de que eu não perguntava nada demais, de que podiam dizer o que quisessem e que era um ambiente em que podiam se abrir em reuniões que duravam por vezes mais de duas horas, fez com que aos poucos, como parte do setor de *atendimento*, nossos encontros se tornassem um serviço específico para a *galeria rosa* da PJP. Muitas das pessoas buscavam conseguir algum tipo de ajuda em relação às suas penas por meio do contato com alguém da *rua*, esperavam que eu pudesse conseguir emprego, levar seus nomes às pessoas com quem tinha contato no setor de educação, verificar a situação de seus processos na justiça, além de uma enxurrada de reclamações a respeito da estrutura da prisão e das condições de existência nos pavilhões. Como é de se imaginar, na maioria das vezes não pude ajudar mais do que reservando a minha atenção

⁴ De modo a preservar meus interlocutores e interlocutoras, todos os nomes utilizados nessa dissertação são fictícios.

e meus ouvidos aos relatos. A pergunta frequente a respeito de como essa pesquisa poderia ajudar as suas vidas, se receberiam remissão de pena ou algum auxílio, ou sobre o alcance do que escrevi, só podiam ser respondidas diante minha sinceridade consternada de alguém que conhece os percursos do saber antropológico e sua efetividade na mudança de padrões políticos e institucionais, como o encarceramento em massa promovido pelo Governo do Estado de São Paulo.

Considero que minhas interlocutoras e interlocutores compreendiam minha presença por meio de concepções consolidadas no que chamei anteriormente de alteridade institucionalizada, na compreensão que tinham de imediato de que eu era alheio à realidade da prisão, ainda que depois de certo tempo, tenham notado que o tipo de atenção e diálogo que surgia em nossos encontros diferenciava o tipo de atendimento que eu oferecia dos da psicologia e assistência social. Mesmo que a minha presença não pudesse significar um auxílio direto em relação a processos jurídicos e institucionais, a minha disponibilidade de ouvir era reconhecida e por vezes me agradeciam muito por ter ouvido as histórias que me contavam, mesmo que como pesquisador, tenha ficado em silêncio e atento ao que me diziam.

Para realizar minha pesquisa de campo nesse contexto, regulei minha estratégia para compreender meus encontros com *monas*, *gays* e *envolvidos* nos detalhes e dinâmicas específicas de cada caso. Era preciso entender as metodologias das presas e presos quando lidavam comigo e extrair de nossas conversas saberes sobre o que eu não podia ver. Nesse sentido, considero o raciocínio de Garfinkel (1967) que ao promover o que chamou de “etnometodologia”, buscava compreender as bases da vida cotidiana e como a comunicação verbal pode ser analisada como fonte de saberes. A teoria de Garfinkel supõe que existe uma reflexividade, que pressupõe

que as atividades pelas quais os membros produzem e administram as situações de sua vida organizada de todos os dias são idênticas aos procedimentos usados para tornar essas situações descritivas (Garfinkel, 1967: 55)

A partir desse ponto de vista, trata-se de verificar as estratégias circunstanciais no modo como minhas interlocutoras e interlocutores narravam suas histórias, considerando o que diziam sem excluir o lugar de que falam e também o lugar de onde escuto, marcado, como vimos, pela mesa que simboliza uma série de obstáculos à nossa comunicação. A partir da apreensão dessas metodologias discursivas, a noção de reflexividade, como o enuncia Garfinkel, permite

observar as racionalidades envolvidas nos processos que um sujeito desenvolve em sua vida cotidiana ao desempenhar ações coadunadas com um contexto social.

Para deixar mais claro os procedimentos metodológicos que dão condição de existência a essa pesquisa, ater-me-ei ao caso de Carol, uma *bicha* em situação de cárcere na PJP, e refletirei adiante sobre as metodologias que pude notar em suas narrativas. A primeira vez que conversei com Carol foi em 2015, em uma quinta-feira, acompanhada de seu marido, um *envolvido* mais jovem e muito quieto e deslocado por Carol que reivindicava para si o lugar de narradora naquela situação. Conversamos por uma hora e meia e Carol adotou um tom amargo em seu relato. Ela e o *envolvido* não tinham trabalho e nem visitas, o que os definia como presos em situação de escassez, pois só contavam com as provisões dadas pela instituição. As reclamações a respeito da comida, considerada por todas e todos como de péssima qualidade, e a escassez de produtos de higiene são exemplos do que fazia com que casais como esse, que só podiam contar um com o outro, fossem considerados como “por amor”. Nos anos que estavam juntos na prisão, foram transferidos para outras unidades prisionais três vezes, no procedimento penitenciário que os presos(as) costumam chamar de *sequestro*. Por sorte, segundo ela, foram sempre transferidos para as mesmas unidades, mas agora tinham rompido o relacionamento amoroso porque a *mona* achava “melhor terminar tudo a gente mesmo, que, pelo menos, foi a gente, do que esperar eles nos separarem”. Durante nossa conversa, eles esboçaram descontentamentos com a população da cadeia, “só pensam neles mesmos, ninguém ajuda ninguém”, e salientaram a dificuldade para que conseguissem emprego lá dentro, em uma das empresas que utilizam de mão-de-obra de presos e presas.

Aos poucos, Carol me informou que esperava que eu pudesse contatar a chefe do setor de educação para que ajudasse que seus nomes subissem na lista e notei que o tom de seu relato tinha a intenção subjacente de me incitar à indignação. A intenção da *mona* em provocar determinado efeito empático tinha como fundo a urgência de criar associações, conseguir dinheiro, objetos, contatos, informações ou uma saída do marasmo da vida no pavilhão que o casal dizia detestar. Adiciona-se o fato de que fizeram questão de falar comigo como casal ainda que estivessem separados. Essa estratégia, formulada por Carol, foi necessária porque Mirelle, a travesti que tinha divulgado meu “atendimento” no pavilhão, anunciou que naquele dia as conversas aconteceriam com casais de *monas* e *envolvidos*. Segundo Carol, a oportunidade de

sair do pavilhão e acessar o setor de educação e produção em busca de auxílio era rara, então ela se arranjou como casal e entregou um papel com os nomes e matrículas para Mirelle.

Depois de alguns meses, em março de 2016, retornei à PJP e novamente requisitei a matrícula de Carol e seu marido. Ela apareceu sozinha, pois o *envolvido* tinha saído da cadeia, o que não parecia gerar nenhum tipo de tristeza em seu relato. Carol parecia animada, contou-me que havia arrumado um emprego, mas, para a minha surpresa, desistido da vaga, por causa de uma gripe e principalmente porque estava com um novo *marido*. A situação estava completamente diferente, ela expressava uma nova forma de agir e a sua empolgação se intensificou ao contar como o novo parceiro tinha visitas e trabalhava em uma empresa na cadeia, por isso não deixava que ela fizesse *corres*⁵, nem trabalhasse, ele queria *cuidar* dela. Ela me disse “eu falei que podia fazer os *corres* e ele falou que não precisava, que não queria que eu ficasse me envolvendo com os outros e então eu não fiz mais né? ”, e sorriu depois, afirmando que amava o marido.

Diante essa nova situação, Carol insistiu que eu requisitasse a presença de seu companheiro, que estava por perto realizando uma oficina. Diante certa demora no ritmo dos guardas, Carol ficou impaciente, e me pediu que evitasse comentar sobre nosso encontro anterior, especialmente de seu ex-marido, porque seu novo parceiro não gostava do assunto. O *envolvido* chegou e ela anunciou o que estava acontecendo, em tom orgulhoso:

Amor, ele faz pesquisa, eu tinha conversado com ele já antes, junto com aquele lixo [o ex-marido], e contei pra ele que agora estou com você e ele quis te conhecer, mandei chamar já que estava aqui pertinho, ele faz pesquisa, quer saber como é a vida da gente aqui dentro.

Muito diferente da primeira vez, essa nova conversa com Carol e seu novo *marido* teve assuntos e abordagens distintas. Carol procurava dar um tom íntimo e experiente ao que dizia. Parecia se orgulhar do conhecimento que tinha do cárcere e das relações, apertava forte a mão de seu *marido* e seus olhos brilhavam enquanto me contava, perspicaz, das diferenças entre ser casada e se prostituir na cadeia, anunciando questões éticas. Nesse segundo encontro, Carol não procurou gerar uma associação entre a escassez de sua vida no cárcere e a minha liberdade de

⁵ Atividades para conseguir algo. Nesse caso, refere-se especificamente a lavagem de roupas e limpeza de celas que *monas* e *envolvidos* costumam oferecer aos outros presos.

movimentos de quem vem da *rua*, tampouco afirmou uma inferioridade política das *monas* em relação à opressão dos demais. Pelo contrário, descreveu como os *ladrões* e *envolvidos* solteiros assediavam as *monas* recentemente deixadas por maridos que foram para a *rua*, inclusive ela, que tinha sido deixada pelo ex-marido. Além disso, abordou o modo como certa vez enfrentou a “polícia”, saindo da cela nua do banho e correndo para a cama, para guardar um pouco de maconha em seu *cu*, para proteger o marido de uma investida surpresa dos agentes. Seu marido, sentado ao lado, mantinha uma expressão dura, mas alegre, e os dois se entreolhavam com sorrisos durante as falas, como se confirmassem entre si que aquela era a realidade lá dentro.

Diante dessas duas cenas, que tipo de informações é possível apreender? A diferença entre os dois encontros deve ser compreendida pela forma como abrem a possibilidade de se visualizar aspectos distintos do convívio prisional. Se em um momento de dificuldade e escassez Carol utilizou determinadas estratégias para conversar comigo e acessar o setor de educação e produção, entende-se uma fração das motivações que constituem a narrativa marcada pelo tom amargo e severo. Como vimos, segundo o argumento de Barbosa, a cadeia é marcada pela gestão de fluxos entre dentro e fora e, por conseguinte, pelas associações que um sujeito consegue criar dentro de seus muros. Carol se associou ao marido para conseguir vir à reunião, mesmo que estivessem separados, porque ficou sabendo que os encontros estavam reservados a casais naquele momento. Percebe-se como Carol criou uma estratégia em relação à nossa alteridade. Ela jogava com as possibilidades, buscando com isso empreender um projeto de expansão territorial, adquirir velocidade e fluxo, em relação à contenção e restrição do aparelho prisional. Como veremos, conseguir um emprego é uma das únicas formas (a outra são as visitas de familiares), de se ultrapassar a condição de escassez material promovida pela instituição⁶ e conseqüentemente, traçar uma linha de fuga em relação às restrições que a cadeia proporciona. No segundo encontro, já em uma nova condição, em vez de focalizar as restrições que sofre na prisão, Carol, motivada pelo orgulho e pela renovação de sua vida amorosa e financeira, enquadra outros aspectos da vida na prisão, aqueles que resistem ao aparelho prisional. O seu corpo é visto enquanto resistência à vigilância da polícia, sua voz demonstra

⁶ Essas complexas relações, de estratégias de sujeitos em relação às associações com pessoas e coisas, serão amplamente abordadas no capítulo três da dissertação.

estratégias e saberes localizados em sua posição em relação à cadeia, define papéis, como a diferença entre *ladrões* e *monas*, e reflete sobre seu passado amoroso. Diante esse caso, outras informações e um novo fragmento da vida no cárcere é tornado visível.

Este procedimento analítico, de observar as motivações de Carol não é exclusivo de minha parte, mas é similar à metodologia que ela emprega para se comunicar comigo. No primeiro caso, quando Carol realiza a operação mental em que visualiza as minhas associações, ou seja, a universidade, o contato com o setor de educação (consta na requisição e no lugar em que nos encontramos), ela o faz por meio de um pensamento empático, em que visualiza o que é possível de minha posição. Com o intuito de conseguir um emprego e ao mesmo tempo me informar sobre a vida no cárcere, ela conduz dois movimentos: no primeiro ela visualiza minhas possibilidades de acesso e de associação, intuindo desta forma que tipo de ajuda prática eu poderia oferecer em troca de seus relatos. No segundo, ela recorta um aspecto da vida na PJP, e produz um relato marcado pelo enquadramento do sofrimento, da escassez e da condição dura de ser uma *bicha* em uma cadeia, na qual mesmo a relação com o antigo marido era vista sob um constante risco de separação.

A noção de empatia, que emprego para definir simultaneamente as estratégias de Carol e as minhas, não se confunde com o valor moral atrelado à preocupação com o bem comum e a bondade, a despeito do jogo de preocupações humanitárias envolvidas nessas conversas. É justamente no sentido oposto, no que chamam de “lado escuro da empatia”, que Busbandt e Willerslev (2014) focam, ao purificar a noção, na empatia como capacidade de tomar o lugar de outrem sem se transformar nele. A partir da neutralidade desta “qualidade humana”, os autores marcam os usos da empatia para gerar malefícios à outra parte, o que chamam de “empatia tática”. Se no texto dos autores, a empatia é analisada especialmente pelo seu uso na predação e a palavra “tática” refere-se a uma gestão de conflitos violentos, em meu caso, adoto a empatia como qualidade mobilizada para extrair de outrem algo que se considere útil. A *mona* busca minhas associações, meus contatos e minha humanidade. Eu, busco um saber, um conhecimento, apreender uma racionalidade sobre como encara sua vida. Enquanto ela fala, busca me atingir moralmente e é justamente do modo como ela fala, da forma como utiliza o pensamento empático em seu polo, que visualizo a sua vida, suas conexões, seus contatos e sua humanidade. Nesse sentido, a empatia tática utilizada em minha estratégia metodológica busca

apreender as condições de surgimento daquela narrativa e que tipo de questões ela pode dar fruto.

As questões são fruto de um encontro que deve, ao fim e ao cabo, refletir no escopo geral desse trabalho. Este movimento de demonstrar simultaneamente minhas associações e estratégias e as de minha interlocutora no encontro etnográfico, é parte do modo como compreender o que está contido, mas ainda eclipsado nas narrativas que obtenho em campo. Wagner (2012), no intuito de ampliar a noção de contexto considera que “a comunicação e a expressão significativa são mantidas por meio do uso de elementos simbólicos – palavras, gestos – ou de sequência destes” (:110) elementos simbólicos que só podem ser entendidos através de suas associações, dispostos uns em relação aos outros e que admitem toda a sorte de *contextos*. Sua descrição de contexto implica em um fractal de associações, cuja malha de relações heterogêneas propicia a compreensão entre um ponto e outro, “a comunicação e a expressão só são possíveis na medida em que as partes envolvidas compartilham e compreendem esses contextos e suas articulações” (:113). A partir dessa noção, é possível considerar a entrevista como a invenção de um tipo de contexto, na invenção de uma comunicação e relação de pesquisa.

Carol, em cada encontro, emprega escalas distintas que tornam alguns aspectos da vida no cárcere visíveis e eclipsa outros, mas minha visão também é regulada pelas associações que busco com minhas interlocutoras de pesquisa. Desta forma, como ficou implícito na estrutura desta introdução, a composição etnográfica apresentada neste trabalho é fruto do encontro parcial de realidades com escalas e conexões muito distintas. A universidade e a SAP, o LEAP e o comitê de ética; as mesas e muros na PJPN e meu olhar: as expectativas antropológicas do pesquisador, minhas leituras, meu foco analítico; a ocasião das entrevistas, o corpo de Carol, de seus maridos, a diferença de qualidade de nossas refeições. Elementos heterogêneos, compostos de substâncias distintas que se associam e geram uma versão, formada por conexões parciais, como denomina Strathern (2004 [1991]), ao tratar da relatividade intrínseca às conexões que se produz em um texto etnográfico. Se durante essa explicação tomei os encontros com Carol como exemplo, é porque assumi uma escala em que delimitarei minha narrativa a um foco bastante restrito, mas cuja malha de detalhes se expande para além de uma relação entre

duas pessoas, pois como vimos, uma série de associações heterogêneas se encontra durante nosso encontro.

Seguindo ainda o fio deixado por Garfinkel, pretendo identificar por meio da análise da composição de gestos e simbologias envolvidas em nossos encontros, buscando a razão entre as táticas discursivas e as racionalidades refletidas nesses procedimentos estratégicos. Adiciona-se que observar as estratégias narrativas de minhas interlocutoras inclui a tarefa de distinguir o que é visível do que é eclipsado, pois a busca de uma reflexividade entre razão e discurso implica considerar que a narração também decorre de uma metodologia e é motivada por elementos díspares. Quando Carol queixa-se da prisão, o domínio de sua narrativa é restrito às qualidades negativas de sua vida no cárcere e, na medida que descreve esse aspecto circunscrito, assume distâncias em relação à sua forma de olhar, mudando a magnitude dos detalhes, por exemplo, quando altera o ponto focal das condições gerais dos presos, para as condições dela e seu marido como casais. Proliferam exemplos pessoais ou coletivos que ressoam uma mesma intensidade, marcada pelo *sofrimento*.

Como vimos, a partir de outro ponto focal, no segundo encontro, Carol apresentou outras séries de associações, pois enquadrava outra escala. Notar os movimentos estratégicos nas falas de minhas interlocutoras e interlocutores é uma tarefa essencial para a constituição de uma etnografia, pois meus encontros não podem ser conduzidos pela procura de uma narrativa verdadeira, que sobressaia às outras em uma escala de precisão. Minha intenção é dar conta de visões parciais de uma realidade multifacetada e compreender as narrativas como acontecimentos em uma tridimensionalidade discursiva em que atributos são mostrados, enfatizados, ou ocultados e disfarçados, na medida em que se envolvem em relações diversas que definem o encontro etnográfico.

Quando Carol me diz coisas distintas em seus relatos, observo a metodologia que ela aplica e com isso visualizo características contextuais importantes para a vida na prisão. O que significa, por exemplo, o fato de que a circulação de bens depende exclusivamente das visitas e trabalhos muito disputados? E qual é a relação dos casais presos com as famílias que provêm a base da economia na prisão? No segundo caso, quando Carol descreve a maneira como utiliza seu *cu* para guardar a droga do marido, que aspectos são tornados visíveis em relação aos usos do corpo para a resistência? Qual o papel do feminino de seus modos na gestão de circulação

de objetos e informações entre cadeia e *rua*, na velocidade e no travamento dos fluxos que definem a prisão, se para os *ladrões* é moralmente inaceitável a utilização do *cu* para qualquer fim tático? Os elementos associados aos encontros não se excluem, mas demonstram a parcialidade das escalas adotadas nas metodologias narrativas de Carol.

Como vimos, apreender as metodologias narrativas de minhas interlocutoras decorre em um exercício de interpretação que tem como fundo minhas próprias preocupações marcadas pelo interesse antropológico. Assim, é importante esclarecer que a essa pesquisa intenta acrescentar aos esforços de descentralização já consolidados nas pesquisas do LEAP (Laboratório de Estudos sobre Agenciamentos Prisionais). Quando Biondi (2010) produziu sua etnografia com os *irmãos* do PCC, seu esforço consistiu em proporcionar uma perspectiva a respeito dessa facção prisional que não considerasse *a priori* uma estrutura hierárquica piramidal, de molde empresarial, como o fazem as pesquisas que consideram a noção de “crime organizado” como ponto de partida. Com esse intuito, a autora trouxe à tona complexos movimentos políticos que produzem de forma imanente um PCC transcendência, mas somente para que a hierarquia e a diferença possam ser apartadas em sua gênese. Ferraz de Lima (2013) ao tratar das relações das mulheres dos presos em cadeias do PCC com seus maridos produziu uma nova descentralização, ao enquadrar as políticas morais ao redor da produção da *visita* como *família*. Assim, conduziu um olhar que transita entre dentro e fora da prisão, deslocando o foco das políticas faccionais em prisões masculinas pela perspectiva das mulheres dos presos.

Em minha pesquisa uma nova descentralização decorre da escolha de uma prisão de *oposição* ao PCC, cujas dinâmicas se esclarecerão no capítulo I, e por enquadrar a perspectiva das *monas* e *envolvidos* a respeito dos *ladrões* e do *crime*. Esse recorte tem como intuito produzir uma perspectiva da prisão que demonstre as políticas prisionais a partir da borda⁷. Às *monas* e *envolvidos* não é permitido participarem de facções e são alvos de uma profusão de restrições que contornam seus corpos. Como ficará claro no decorrer do capítulo I, observar as dinâmicas prisionais pelo ponto focal da *galeria rosa* consiste em desestabilizar as noções morais consolidadas pelos *ladrões*. Assim, conferir inelegibilidade às concepções desta espécie

⁷ Cf. 1.3 abaixo.

de borda da borda da vida prisional é um interesse antropológico que guiou minhas conversas na PJPN.

Ao assumir a tarefa de construir uma composição etnográfica que leve em conta os procedimentos de minhas interlocutoras e interlocutores nas suas narrativas, considero que as análises que seguirão neste trabalho têm como origem o encontro de minhas expectativas com as de minhas interlocutoras e interlocutores, e foi deste encontro que a divisão dessa composição em capítulos foi pensada.

Dos capítulos

Como ficou claro na sessão anterior, minha estratégia de pesquisa foi amplamente influenciada por tomar das narrativas não somente os conjuntos de dados duros, mas principalmente as metodologias e estratégias de *monas*, *gays* e *envolvidos* em como racionalizavam e construía saberes a respeito de suas vidas cotidianas. A reflexividade entre o que é narrado e as motivações das ações cotidianas é tomada como característica essencial do arranjo que busco tecer neste trabalho. Deste modo, e no intuito de transformar a etnografia em uma analogia das formas em que se sente, pensa e fala numa prisão, é que três capítulos que constituem esse projeto de conhecimento se formam, pois sugerem três domínios distintos, em escalas que remetem às estratégias narrativas que apreendi nos encontros na PJPN.

O primeiro capítulo dessa dissertação se intitula “O que cristaliza”. Como o nome sugere, delimita a descrição analítica a profusão de normas e categorias que estabilizam parâmetros reguladores da vida na PJPN. Para tal empreitada, focalizarei especificamente nas definições morais e sexuais que marcam as relações entre dois conjuntos de presos(as): a *população* (formada pelos *ladrões*), e a *galeria rosa* (formada pelas travestis, *bichas*, *gays* e *envolvidos* da PJPN). Esse ponto focal – além de delimitar o domínio do capítulo na análise de movimentos de cristalização, padronização e categorização que ajudam a configurar como relações amorosas e sexuais acontecem – também é alvo de um frequente ajuste em que durante os subcapítulos e sessões que compõem a narrativa, assumirei posições distintas de observação.

A descrição se iniciará com a PJPN focalizada no nível estadual e descobriremos o porquê desta prisão ser definida como *oposição* em relação à presença majoritária do PCC nas cadeias do Estado de São Paulo. Essa análise tem como fundo a necessidade de explorarmos as

divergências a respeito do *crime*, parâmetro ético que é disputado e cuja influência no convívio prisional é inseparável das ações individuais dos *ladrões*, mas que também é o parâmetro pelo qual se regula a existência da *galeria rosa*. Na próxima sessão, um *zoom* é feito, e nos aproximaremos da realidade nos pavilhões dessa cadeia, analisando um processo institucional que durou de 2013 à 2016 na transformação dessa unidade prisional em uma cadeia *de artigos*, presos por crimes sexuais e contra o pudor. Com esse *zoom*, analisarei os efeitos éticos dessa mudança no cárcere. Esse processo é apresentado em uma linha cronológica e busca manter ressonância com o princípio do capítulo, a descrição analítica de movimentos de cristalização. Logo após a narrativa etnográfica se aproxima ainda mais da PJPN e uma descrição do *crime* como moral será efetuada ao nível dos corpos dos *ladrões*. *Crime como território moral* nos corpos dos *ladrões*, nas separações que para serem sujeitos morais, devem ter em relação às *monas*.

Para compreender movimentos de cristalização, observaremos os arranjos previamente citados pelo ponto de vista das *monas*, gays e *envolvidos*. Neste momento, outros arcabouços teóricos advindos dos estudos de gênero e sexualidade serão deslocados em relação aos dados de minha pesquisa de campo, para consolidar a análise de um outro tipo de cristalização: as categorias sexuais que tem efeito e as formas de liberdade possíveis a partir da *galeria rosa* da cadeia, posta em um polo distinto da *população* que é ética e politicamente majoritária. Abordarei as concepções corporais e subjetivas de sujeitos que transitam entre forças masculinas e femininas e a definição do que chamam de *crime de calcinha*, em resistência à noção de *crime* como concebida pelos *ladrões*.

Busquei construir a divisão dos capítulos em relação as diferentes metodologias narrativas que minhas interlocutoras e interlocutores utilizavam em nossos encontros e dessa forma “o que cristaliza” remete a como *monas* e *envolvidos* me explicavam elementos cotidianos que eram tidos como de “saber geral” e definidores marcados das relações dentro do cárcere. Com essa comunicação, em um nível primário, elas e eles buscavam deixar-me a par de preceitos básicos tanto da vida na cadeia, como da vida de travestis e homossexuais em geral. Com isso delimitavam uma escala, o domínio do que “todo mundo sabe”, do que é visto como dado no convívio cotidiano.

No entanto, em outras conversas surgiam novos estilos narrativos, novas preocupações, que tornavam visíveis o que acontece ao redor dos parâmetros morais, o que vaza aos preceitos éticos e regulações. Inspirado nesse ‘estilo’ narrativo, o capítulo II se intitula “o que movimenta”, e nesse ponto adotaremos outra descrição analítica, em que o cotidiano da vida das *monas*, gays e *envolvidos* será tratado na observação das dinâmicas dos relacionamentos. As novas informações que, por vezes contradizem e por outras complementam o que vimos no capítulo I, advém de uma mudança de magnitude e também de outra escala e duração temporal. Aqui, a intenção é compreender as relações dentro das celas, tanto nas *celas cabaré*, no trato das *monas* com os *ladrões*, quanto, principalmente, a maneira como os casais de *monas* e *envolvidos* interagem entre si na vida íntima, em oposição aos parâmetros da “vida pública”. Dessa forma, logo de início, na primeira sessão, notaremos mudanças significativas da forma como o plano de “como as coisas devem ser” se diferem de “como as coisas são”. Esse descompasso se demonstrará logo de início ao percebermos que os parâmetros éticos do *crime*, explicitados no capítulo I, são contornados e submissos a um regime de visibilidades e invisibilidades. Veremos que algumas das regras de conduta sexual prescritas aos *ladrões* dependem da publicização de informações, de que, ao fim e ao cabo, sua conduta íntima seja tornada visível dentro do convívio da PJP.

No que se segue, ainda no capítulo II, deixaremos de lado às relações entre *ladrões* e *monas* e passaremos à descrição analítica das relações entre *monas* e *envolvidos*, o que envolverá uma nova análise sobre as forças masculinas e femininas em jogo, uma observação das dinâmicas de relacionamento, flertes e brigas nos pavilhões. Uma última sessão, finalmente, será dedicada à análise do modo como tempo e espaço inferem nas dinâmicas dos relacionamentos. Com isso, veremos como a duração da pena de cada membro do casal faz surgir cálculos específicos, coordenados por separações involuntárias, transferências entre prisões e relações que transcendem as fronteiras físicas e imateriais entre prisão e *rua*.

No terceiro capítulo, intitulado “O que atravessa”, focalizarei no tipo de estratégia que os presos e presas buscam para constituir associações e alavancar a projeção de si mesmos(as) o máximo possível dentro cárcere. O ponto focal iniciará o percurso na maneira como a situação material da prisão se constitui pelo acesso de presos(as) à bens materiais que ultrapassam a escassez do que é “dado” pela instituição. A partir dessa situação material, veremos como as

associações entre membros de um casal não se separam das condições materiais de ambos os parceiros. Nesse sentido, constituem-se estratégias de relacionamento, cálculos internos que imiscuem vida afetiva e material. Além disso, por vezes, *monas* ou *envolvidos* pretendem consolidar uma participação nas *visitas* e *famílias* de seus parceiros(as), alimentando concepções de *família* específicas da situação de cárcere. Dessa forma, no capítulo três, adotarei uma escala que focaliza as relações que atravessam os corpos das *monas*, gays e *envolvidos*, no sentido em que suas potências, na definição de um território existencial, dependem de conexões que permitem atravessar os muros da penitenciária, a porosidade entre cadeia e *rua*. Com isso, pretendo demonstrar como a prisão regula o fluxo material e controla a escassez, contabilizada em estratégias. Prisão que é formada por movimentos de velocidade e estagnação, abertura e travamento.

Dessa relação entre associações heterogêneas e discursos, que buscam a visualização da pessoa por meio da sua projeção material na prisão, surge uma dicotomia bastante debatida em meus encontros definindo as relações amorosas como entre *amor* e *interesse*, categorias que explicitam a relação intrínseca entre fazer família, fazer associações e fazer negócios. Depois disso, finalmente, mudarei o foco da descrição e analisarei como a troca de sexo por objetos, como ocorrem as relações entre *ladrões* e *monas*, se inserem nesse regime material, a partir do momento que a troca econômica se insere como uma afirmação das restrições morais de contato entre *ladrões* e *monas*, previamente abordadas no capítulo I.

Capítulo 1 - *0 que cristaliza*

Neste primeiro capítulo, dedico-me ao escrutínio das relações morais e éticas que marcam os relacionamentos amorosos na prisão. Ao dizer isso assumo um ponto focal que pretende demonstrar como as políticas prisioneiras⁸ demarcam certos e errados que se capilarizam nas relações emocionais e sexuais que são o objeto deste trabalho. A escala a qual me refiro demarca um escopo que recorta as enunciações a respeito dos corpos e das sexualidades. Como ficará mais claro no decorrer deste capítulo, o ponto focal, cuja direção é tecida pela narrativa etnográfica, permanece enquadrando a maneira como o *certo* é discursivamente marcado como parâmetro de conduta para os *ladrões*. Enquadramento analítico que como veremos, se baseia na perspectiva das *monas* e *envolvidos* a respeito das noções e dos corpos dos *ladrões*. Em seguida, inverterei o ponto de vista, e analisarei as possibilidades existenciais das *monas*, ao definir a sua posição à borda do *crime* e do convívio prisional, para positivar as liberdades que possuem diante uma moral que tem os *ladrões* como sujeitos e as *monas* e seus corpos como objetos de desejo e aversão, simultaneamente.

1.1 A moral em disputa e o abjeto no *crime*

1.1.1 Penitenciária José Parada Neto: cadeia de *oposição*.

Em 2013, quando entrei em contato com a Penitenciária José Parada Neto, visitando o campo por uma semana, já sabia que esta cadeia se diferenciava de aproximadamente 90% das cadeias do Estado de São Paulo. Ao contrário das demais, ela não era marcada pela presença do PCC e sim pelo CRBC (Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade), facção inimiga e que surgiu em dissidência do PCC. Essa situação não durou muito, pois na virada de 2013 para 2014, uma série de mudanças institucionais e na população prisional da PJPN ocasionou um procedimento conhecido entre os presos como *rasgar a camisa*, ou seja, só permaneceram na cadeia aqueles que declararam não serem mais membros ativos de nenhuma facção. Apesar da ausência de facções, a PJPN seguiu sendo denominada como uma cadeia

⁸ Quando digo “políticas prisioneiras”, me refiro às relações entre facções criminais e, de maneira mais geral, à agência das ações dos(as) apenados(as) na constituição das unidades prisionais. Deste modo, adoto a perspectiva de que as prisões se formam no encontro das ações das administrações e dos(as) presos(as).

de *oposição*, mesmo que *neutra*. O termo *oposição*, que designa todas as cadeias não marcadas pela presença do PCC, demonstra a magnitude que este comando prisional alcançou nas cadeias do Estado de São Paulo, na medida que a oposição é dada em relação às cadeias *do PCC* e sugere que seus habitantes são inimigos do *comando*.

É importante, para essa pesquisa, enunciar essas diferenças logo de início, pois o cerne da dualidade entre PCC e *oposição* envolve uma divergência moral e, como veremos reiteradamente, codificada nos corpos e substâncias, a respeito do que significa ser um *ladrão* e conseqüentemente das existências possíveis às *bichas*, travestis e gays nas prisões.

Antes de mais nada, devemos compreender o que é um *ladrão*, para uns e para outros, já que é por esse parâmetro que separações orgânicas e espaciais serão arquitetadas no convívio com as *monas* e gays. De maneira sintética, ser um *ladrão* significa manter uma posição moral por meio de posturas que não se relacionam ao ato de roubar, mas de agir de maneira a reverberar os preceitos do *crime*, termo compreendido como uma ética que se expressa em modos de existência de si e em relação, e na definição e indefinição contínua de aliados e inimigos (Marques, 2009: 90) e como um *movimento* sem origem definida no qual os que se denominam *ladrões*, movidos por afetos individuais, adentram e atualizam (*id.*: 93). Deste modo, ser um *ladrão* implica uma reflexividade contínua que demarca posturas, limites e interdições. Ainda que essa definição abranja *ladrões* associados ao PCC e *oposição*, a forma como concebem o *crime* se diferencia em diversos níveis, a partir do momento que a PJPJN é definida como uma cadeia de *seguro*. Segundo Marques (2009), essa separação pode ser entendida da seguinte forma:

A palavra “seguro” é usada de três modos distintos pelos presos: para significar aqueles que pedem proteção para a administração prisional diante de ameaças de outros encarcerados; para significar a condição daqueles que pedem proteção; e para significar o lugar onde ficam os presos protegidos. Uma única palavra, tripla significação: população, condição e lugar. (*id.*:29)

A PJPJN, denominada como cadeia *de oposição*, é, portanto, uma cadeia de *seguro*, o que a configura como uma sinédoque no nível estadual do que seria a divisão *seguro/convívio* em uma cadeia *do PCC*. Assim, os presos na PJPJN, em sua grande maioria, não poderiam em nenhuma hipótese estar no *convívio* de uma cadeia *do PCC*. Nesse sentido, o *comando* assume uma importância crucial na emanação de condutas que se cristalizam em termos como *sujeito homem* e *ladrão* e, portanto, na definição do que é o *certo* no *crime*, de modo que por vezes é

possível, mesmo nas conversas que tive em uma cadeia de *oposição*, que se confunda explicitamente o *crime* com o *comando*. Se entre os *irmãos*, o *proceder*⁹ deve ser frequentemente marcado em posturas e condutas, os presos de cadeias de *oposição*, especialmente os ligados de alguma forma às facções inimigas, como o CRBC, são denominados como *coisa* ou *verme*, categorias negativas que insinuam que estes presos *não tem proceder* e, cabe salientar, o contato entre presos ou ex-detentos influenciados por essa rivalidade pode gerar a morte.

A dinâmica entre PCC e *oposição*, sublinhada nesta escala de largo escopo acerca da moral no sistema prisional paulista, justifica a importância do PCC no início da descrição etnográfica de uma cadeia onde o PCC não é presente. Apesar disso, em nenhum momento a preponderância do PCC nas cadeias do Estado de São Paulo deve sugerir que não existam *ladrões* em cadeias de *oposição*, ou que a *moral* do *crime* não seja disputada e problematizada dentro de seus muros. Quando analisa o *proceder* em seu trabalho, Marques (2009) se depara com uma complexificação enquanto conversa com presos de *seguro* que afirmam *ter proceder* e que os *irmãos* do PCC é que são *coisas*, agora acusados de extorsão e de não agirem pelo *certo*. Isso demonstra para o autor a indissociabilidade do *proceder* enquanto atributo ou substantivo do sujeito (*id.*: 27), de uma noção de pontos de vista, que é condição de surgimento de uma série de historicidades e diferenças óticas a respeito do que é o *certo* e o que é o *crime*¹⁰.

Iago, preso *gay* com quem conversei diversas vezes, até que fosse enviado para o regime semiaberto, disse: “a ética na Parado Neto é turva, o que a diferencia do PCC”. A turbidez que Iago afirma, implica a assumpção de que a prescrição ética é indissociável do status político e das capacidades elocutórias de um sujeito ao qual é imputado um julgamento moral. Essa característica aproxima a PJPN do que era considerado como uma cadeia *das antigas*, quando presos com maior capacidade de projeção material e elocutória prevaleciam como “chefes” no interior das prisões. O surgimento do PCC, um dos marcos do final desta *era das antigas*, é

⁹ O conceito de *proceder*, “nome de uma relação travada pelos prisioneiros entre si, com funcionários e visitantes, e que dispõe sobre o comportamento esperado em cada situação de suas vidas” (Biondi, 2010 :95) sintetiza as concepções éticas dos presos. O *proceder* significa tanto a posse de determinado estatuto entre os demais quanto um critério em torno do qual se disputa e se delimita o que é o *certo*.

¹⁰ Essa proliferação de pontos de vista foi abordada por Biondi & Marques (2010) em artigo que traçam as diferenças perceptuais de presos do PCC e do CRBC sobre a constituição e história dos comandos prisionais.

associado por seus membros à ocasião do que se consolidou como *massacre do carandiru*¹¹ e constituiu um marco no sistema prisional paulista com o lema então formado pelas palavras “paz, justiça e liberdade”. A palavra paz implica que para a melhoria de condições nas prisões seria necessário que houvesse “paz entre os ladrões e guerra com a polícia”, o que deveria inviabilizar a conduta de “cada um por si” e de conflitos internos entre presos. A palavra justiça, por sua vez, remete à intenção do PCC de fazer valer os direitos estabelecidos na LEP (Lei de Execução Penal), e finalmente, a liberdade, remete ao fato de um sujeito que se julga *ladrão* ter o dever de lutar para sair da prisão a todo custo, sem compactuar com a polícia¹² (cf. Biondi & Marques, 2010: 60).

A despeito disso, desde o início do PCC, ainda embrionário, certo grupo de presos já afirmava que o *comando* era responsável pela extorsão de presos e condenado pela influência que pretendia sobre as condutas pessoais de *ladrões* que preferiam isolar as suas *correrias*¹³. Foi nesse processo que o CRBC e outras facções dissidentes surgiram enquanto *oposição* ao *comando*, aliados à sensação crescente de imposição e opressão arraigada às atitudes de um grupo de presos fundadores do PCC, que começaram a se conduzir como chefes em uma estrutura de poder piramidal¹⁴. Tudo muda em 2006, quando a palavra “igualdade” foi adicionada às palavras “paz, justiça e liberdade” simbolizando uma profunda mudança política no PCC. Esse processo envolveu a morte dos antigos fundadores, acusados de terem perdido a cabeça pelo poder e consolidou uma “nova era” da vida nas prisões¹⁵. Observar os pontos de

¹¹ Em 1992, um episódio daria início a processos que tiveram importantes consequências no universo prisional paulista. Uma intervenção policial com o propósito de dar fim à rebelião instaurada no Pavilhão 9 resultou na morte de 111 detentos, no que ficara conhecido como “Massacre do Carandiru”

¹² Um dos motivos da ojeriza dos membros do PCC para com os *coisas*, ou *vermes*, de cadeias de *oposição*, é a cooperação destes presos com a administração das cadeias. A PJP, por exemplo, é considerada uma cadeia modelo e alvo de políticas de ressocialização pelo caráter pouco agressivo de seu contingente. Essa configuração, no entanto, era denunciada mesmo pelas *bichas* e *gays* com quem conversava, que culpavam a falta de ação dos *ladrões* pelas péssimas condições de saúde e de alimentação que sofriam. Diziam “se fosse cadeia do *comando* essa patifaria não acontecia”.

¹³ A *correria* é a jornada do *ladrão* no crime.

¹⁴ Em 2002 “os dois únicos fundadores vivos [do PCC] - “Geleirão” e “Cesinha” - (...) passaram a exercer contra a “população carcerária” o que em 1993 prometeram combater: “a opressão do preso pelo preso”. Deles se diz que “o poder subiu para a cabeça”, que se sobrepuseram aos “ideais do Comando”, motivados por “poder”, “ vaidade” e “dinheiro”. (Marques, 2009: 47)

¹⁵ Para uma análise profunda da configuração política do PCC após a inclusão da palavra igualdade, cf. Biondi (2010).

vista, ou perspectivas¹⁶ ao redor da fundação das facções criminais, é um movimento cujo intuito é dar conta das complexidades que proliferam nesses arranjos de amizades e inimizades que se propagam no *crime*. Como vemos, surge um fractal de associações, no qual os julgados como *vermes* por uns são, no outro polo, *ladrões* e trazem o *crime* em seus corpos. Fica claro que o *crime*, como princípio existencial de um *ladrão*, transcende o *certo* como irradiado pela ética do PCC, mas que as éticas e a *cobrança* que se faz em relação à postura de um *ladrão*, distinguem-se na *oposição*. As diferenças se proliferam, alguns exemplos que diferenciam uma cadeia de *oposição* se demonstram na possibilidade de um preso sobressair pelas riquezas que possui, liberdades de que presos e presas se relacionem sexualmente, a presença do *crack*, o fato de *ladrões* em cadeias de *oposição* *passarem o pano para cagueta e estuprador*, e até mesmo pela existência de religiões de origem africana, como a umbanda ou o candomblé. Por isso, podemos notar que os *ladrões* da PJPN são moralmente condenados por uma grande maioria dos que dizem agir pelo *crime* no Estado de São Paulo.

Considerando o intuito de minha pesquisa, chega o momento de se perguntar, neste movimento perspectivo, qual é o papel das *monas*, *gays* e *envolvidos* na profusão de conflitos que envolvem a constituição dessas políticas prisioneiras no Estado de São Paulo? Até o momento, podemos notar que a divisão das cadeias entre PCC e *oposição* condiz com as disputas dos *ladrões* a respeito das unidades prisionais. Qual seria, portanto, o ponto de vista e a historicidade acessíveis por meio da consideração do território¹⁷ existencial das *bichas*, *travestis* e homossexuais diante destes processos que delimitam um território moral da cadeia? Vejamos brevemente o que se pode dizer sobre isso, antes de entrarmos nas dinâmicas específicas da PJPN.

¹⁶ Adoto a noção de perspectiva em consonância com o que afirma Villela (2005), e também utilizado em Biondi & Marques (2010), para dar conta da proliferação de pontos de vista na historicidade dos comandos prisionais. Segundo Villela (2005): “O que chamo de perspectivismo e ponto de vista aproxima-se muito mais dos conceitos de sentido e interpretação em Nietzsche. [...] Conferir sentido e interpretação a uma coisa, a um órgão ou a um fenômeno em Nietzsche é o mesmo que assenhorar-se desta coisa, órgão ou fenômeno, sendo que essas sucessivas apropriações correspondem mesmo à sua história” (: 2)

¹⁷ As noções de território existencial e moral serão abordadas no decorrer deste capítulo, e aparecem agora como gatilhos que insinuam o teor de seus conteúdos.

Em minha pesquisa de campo pude conversar com *monas* e gays que já tinham passado por cadeias em várias épocas e contextos distintos do convívio prisional, e me foi sugerido que as éticas ao redor das relações entre presos e presas era bastante diferente no período antecessor do surgimento das facções no Estado de São Paulo, conhecido como período “das antigas”. Uma travesti, Giovanna, me disse que naquela época, mesmo no Carandiru, as travestis se casavam com *ladrões* que agiam como líderes e que possuíam grande projeção dentro do cárcere, afirmando-se como *chefes do crime*. Em suas palavras:

Para que um preso casasse com uma bicha naquela época, precisava ter muito dinheiro e poder. Tinha que ter ladrão que seguisse as suas ordens, pra separar ela dos outros ladrões. As bichas tinham muito dinheiro e eram muito bajuladas nesse período.

Para essa interlocutora de pesquisa, casar-se com uma *mona* na prisão era um privilégio de presos considerados *cabulosos*, com grande influência mantida através da violência no convívio prisional e histórico no *crime*. Um exemplo da forma como essas relações eram mantidas nesse período consta no relato de André du Rap (2002), que narra o encontro com um amigo de sua *quebrada* em uma penitenciária e o cumprimenta, ainda que estranhe o antigo amigo vestido em trajes femininos. O que André descobriu rapidamente foi que ele tinha sido obrigado a *virar mulher* de outro preso por conta de uma dívida não quitada. Diante da constatação de que um novato estava falando com sua *mulher*, o marido do antigo amigo de André investiu contra ele, afirmando que não estava tudo certo, afinal “o que ele estava de conversa com sua mulher”? A situação se embrenhou em uma disputa elocutória em que André teve que impor *respeito*, afirmando que não gostava de “mulher de penca”, inferindo uma ofensa ao preso que o cobrava, por “gostar de outro homem”. (2002: 169 – 173). Essa história demonstra um costume extinto com o surgimento das facções criminais, o estupro de presos que adquiriam dívidas ou eram mais fracos, e que eram obrigados a se vestirem de mulher e casarem com seus agressores – ademais, demonstra como havia um sentimento intenso de posse dos presos *cabulosos* em relação às suas *mulheres* o que, como veremos, ainda persiste de muitas formas nos relacionamentos que pude observar.

Segundo minha interlocutora, que considerava a época “das antigas”, em alguns aspectos, como particularmente positiva para as travestis na prisão, essa configuração durou até que o direito à visita íntima se consolidasse nas prisões, luta que fez “muito sangue escorrer”. Ainda que o direito à visita íntima conste na LEP (Lei de Execução Penal), como direito dos

encarcerados desde 1984, elas não eram exercidas na prática nas unidades prisionais, que dificultavam o contato dos presos e suas visitas. Nesse sentido, a luta para a consolidação da visita íntima como direito dos presos demonstra a fundação legalista de grande parte das investidas do PCC. Como minha interlocutora anuncia, a consolidação desse direito teve efeitos na vida das travestis e homossexuais da prisão a partir do surgimento do PCC. Segundo Giovanna:

A partir disso as bichas não podiam mais circular nos dias de visita, tinham que ficar trancadas nas celas pras mulheres dos presos não verem, e foi proibido que ladrão saísse com bicha. Foi aí que começou essa patifaria das canecas, porque além do ladrão chupar rola de tabela, ia fazer a visita chupar.

Esse relato demonstra um efeito mais ou menos tangencial da consolidação de uma postura combativa e moral dos *ladrões* associados ao PCC. A nova alocação das *monas* e *travestis* na cadeia se tornou muito menos *glamourosa*, pois acompanhou a ascensão de um paradigma que proibia o abuso sexual entre os presos, mas também as relações sexuais no seio do cárcere, e levou o respeito à *visita* para um novo patamar, constantemente enunciado pela expressão “a visita é sagrada”.¹⁸ Além disso, a “patifaria das canecas” afirmada por minha interlocutora é uma regra imersa na racionalidade prisional, ao ponto de nenhum(a) preso(a) com quem conversei ter mencionado ao menos uma cadeia em que passou em que a separação dos utensílios pessoais das *monas* e gays não ocorresse. Observa-se nesse exemplo a ocorrência de um processo de cristalização, a gênese de uma norma. Apesar de Giovanna ter afirmado nesse relato que a regra surgiu com a nova configuração da prisão promulgada pela ascensão do PCC, a maioria dos relatos que coletei sugeria uma origem imemorial para essa regra, que apesar de contemplar tanto cadeias do *comando* quanto cadeias de *oposição*, diferem-se em seus efeitos e na forma como os transgressores sofrem sanções dos outros *ladrões*.

Na PJPN, uma cadeia de *oposição*, um *ladrão* que tomar da caneca, ou fumar do cigarro de uma *mona*, pode se tornar um *envolvido*, o que implica que ele perca imediatamente seu

¹⁸ O respeito às visitas é cobrado a todo tempo para os presos em cadeias do PCC, Biondi (2010), que realizou sua pesquisa na condição de visitante de seu companheiro na prisão, lidou metodologicamente com a dificuldade de falar com os *irmãos* que não podiam sequer olhar para ela. Essa ética pretende assegurar o respeito às mulheres e familiares que passam por sofrimentos para adentrar nas penitenciárias, como longas viagens e as revistas íntimas consideradas pelas visitantes como humilhantes.

status de *ladrão* e seja obrigado a viver nas celas reservadas para *monas* e *envolvidos*. Um *ladrão* pode, baseado em uma gestão moral de suas atitudes, que veremos detidamente no decorrer deste capítulo, realizar o ato sexual com as *monas* sem que se torne um *envolvido*, desde que não beije nem tenha qualquer contato de fundo emotivo com a *mona*. No PCC, por sua vez, não é permitida a relação entre presos e presas e nesse sentido não existem *envolvidos*. Um preso que transgrida essas interdições pode ser obrigado a pedir *seguro* e acabar em uma cadeia de *oposição*. Muitos dos *envolvidos* com quem conversei não podiam voltar para as regiões em que viviam na *rua* por temerem *irmãos* em suas *quebradas*. Ainda assim, Diego, um *envolvido*, me disse “envolvido, pra mim, significa liberdade”. Em uma cadeia do PCC qualquer tipo de contato entre *ladrões* e *monas* seria interditado. A existência de *envolvidos* pressupõe a relação entre presos e presas, essa é a liberdade a qual Diego, casado com uma travesti na PJP, refere-se.

Carol, em uma de nossas conversas, abordou um caso que aconteceu quando estava em uma cadeia do PCC:

Eu estava muito nervosa, precisava falar com a minha mãe, problemas sérios de família. Quando se está presa é muito difícil, mesmo com celular. Eu tava lá, perdida nos meus pensamentos e um menino, um ladrão, pediu um trago do meu baseado. Eu estava entretida em meus pensamentos e nem pensei que não podia passar pro ladrão dar uma bolinha, e passei, eu não podia ter feito isso também. Acontece que um outro irmão viu o que tava acontecendo e veio cobrar a gente, “ele tá fumando com vocês?”, tinha uma amiga minha, outra travesti e o ladrão lá, fumando o baseado. Acontece que tanto a gente como ele sabia que isso não podia acontecer, porque se ele tava ali fumando no nosso baseado, ia chegar na cela dele e fumar e beber com outros irmãos, e eles acham que porque a gente faz sexo oral, se eles beberem na nossa caneca eles tão chupando também né? Um absurdo, vê se na rua ladrão vai ver quem bebeu no copo de quem, mas cadeia é assim. Mas aí o que aconteceu: fomos os três levados e cobrados pelos irmãos, eu consegui me safar porque contei que tava com problema de família e que o ladrão sabia que não podia e foi pedir meu baseado. A minha amiga e o ladrão apanharam muito, eles deixam 3 cabos de vassoura dentro da água, pra ele ficar inchado e mais pesado e duro, e não fazer barulho, depois batem até a pessoa ficar lá deitada sem conseguir se mexer.

Esse relato ajuda demonstrar a importância dessa interdição no meio prisional e traz uma questão muito importante, pois, ainda que a restrição do contato com utensílios pessoais e cigarros tenha efeitos distintos nos dois polos, ambos restringem o contato de *ladrões* com a substância das *monas* sob o pretexto de que o *crime* não permite um contágio de ações sexuais condenadas.

A inclusão do termo “igualdade” entre as aspirações do PCC, no entanto, não foi absorvida indiscriminadamente, como demonstra Biondi (2010), anunciando os “movimentos autoreflexivos do PCC”. A igualdade é frequentemente disputada mesmo em pequenas situações cotidianas nas quais um preso tenta sobrepor a voz de um outro e a intenção dos debates é sempre fazer prevalecer o que é *certo*. Em relação às *monas*, a inclusão do termo “igualdade” fez com que os presos considerassem a necessidade de incluir as *monas* em celas de *ladrões* e não mais em celas separadas, o que gerou disputas ao redor deste problema. Isso porque as *burras*, como são chamados os leitos na prisão, eram divididas sempre por dois presos, que *dormiam de valete*¹⁹, e o argumento daqueles contra a constituição de celas mistas entre *ladrões* e *monas* era de que eles não dividiriam a *burra* com *bichas*. Os que eram a favor da presença delas na cela afirmavam que “se é de igual, não pode fazer distinção”, que “tem muita mona que é mais criminosa que ladrão”, e os que não queriam dividir com as *monas* deveriam dormir na *praia* (chão da cela), como faziam os demais. O contra-argumento foi de que “se é de igual não pode fazer distinção” então as *monas* não poderiam dormir sozinhas e ocuparem o lugar onde poderiam dormir dois presos. Segundo o relato de Biondi, os detentos diziam com frequência: “elas são do crime, mas não são o crime, porque o crime não dá o cu”. (2010: 148)

A despeito da clara relação de abjeção que os *ladrões* expressam na discussão dessa querela cotidiana em uma cadeia *do PCC*, este movimento autorreflexivo indica que a proximidade das *monas* não é condenada da mesma forma que a dos *coisas*, e sugere ainda que depois da inclusão da igualdade como valor moral, a separação entre eles e elas é objeto de disputa e de ajustes que buscam novas regulações entre a distância e a proximidade. Ao mesmo tempo, nas cadeias *de oposição*, as *bichas* e *travestis* têm liberdades mais amplas de se relacionarem e se vestirem, podendo até mesmo manter as chamadas *celas cabaré*, além de se casarem com *envolvidos*, cuja presença seria impossível em uma cadeia *do comando*. Isso, no entanto, não exclui o fato de que o *crime* regula as relações amorosas entre *ladrões* e *bichas* delimitando acessos e interdições. Na PJP, os *ladrões* podem usufruir dos serviços sexuais

¹⁹ A expressão *dormir de valete* significa dois presos dormindo no mesmo leito, porém cada qual com o rosto em direção aos pés do outro. A expressão reverbera o estilo em que são desenhadas as cartas de baralho na ilustração dos personagens da corte.

das *monas* sem que deixem de serem considerados *ladrões*, o que demonstra uma característica única daqueles que se dizem *ladrões* em cadeias de *oposição* e que são considerados como *vermes* em qualquer cadeia do *comando*.

No decorrer desta primeira sessão, descrevi a constituição de uma cisão que singulariza a PJPN como cadeia de *oposição* e com isso demarquei problemas que serão abordados em outras escalas. Esta explanação é importante porque se cristaliza como pano de fundo de relações concernentes ao território moral da unidade prisional cuja pesquisa de campo fundamenta essa pesquisa. Como veremos no que se segue, debruçar-me-ei em um processo específico que ocorreu dentro desta unidade prisional e que só seria possível dadas as condições políticas da PJPN em relação ao sistema prisional paulista como um todo, para em seguida observar como o *crime* se estabelece na PJPN e como as *monas* e *envolvidos* criam linhas de fuga e resistências em relação a essas regras.

1.1.2 De cadeia de *bicha* a cadeia de *artigo*.

Nessa sessão a descrição toma outro ponto focal em que nos aproximamos da PJPN, já observada na parte anterior como uma cadeia de *oposição* — o que como vimos singulariza a posição que os *ladrões* desta unidade têm em relação ao *crime*, como parâmetro ético. O processo de transição, iniciado no final de 2013 e que pude verificar até 2016, de transformação de uma cadeia de *bichas* e *coisas* para uma cadeia com maioria de *artigos*, é uma ocorrência arquitetada pela administração da prisão, mas somente possível dentro do universo moral de uma cadeia de *oposição*, o que era salientado na opinião de algumas interlocutoras, como Vivi, uma *bicha* que me disse “isso é cadeia de refugiado do comando”. Sendo assim, uma cadeia de contingente abjeto dentro do sistema prisional.

Em 2013 a presença do CRBC fazia surgir diversas divisões morais e espaciais, e o jogo de forças entre os presos era marcado pela presença dessa facção, que regulava o trânsito de presos entre os pavilhões e comercializava o *crack*. Naquele período, por exemplo, a *galeria rosa*²⁰, era localizada no pavilhão 1, considerado o mais calmo e próximo da administração, e

²⁰ *Galeria rosa* é o termo que denomina simultaneamente o espaço designado para *bichas*, travestis e gays nesta prisão, e o coletivo desses presos e presas.

tomava metade das celas, divididas entre celas de *monas*, *envolvidos* e *monas casadas*, e *celas cabaré*, que continham em média 120 presos(as), sendo o restante das celas reservado aos presos com vínculo empregatício nas empresas que utilizam de mão-de-obra dos encarcerados e celas de evangélicos, presos de bom comportamento e que participavam das intervenções culturais promovidas pela administração. A conjuntura política mudava na medida em que se avançava para os pavilhões 2 e 3, onde *gays*, *travestis* e *envolvidos* não podiam morar e que eram reservados aos *ladrões*. Essa dinâmica impunha uma polarização da cadeia, na qual o pavilhão 3, onde ficavam majoritariamente os membros do CRBC e a liderança desta facção, era o mais distante da administração, tanto no sentido físico (os prédios administrativos se encontram próximos ao pavilhão 1), quanto no sentido político e por isso considerado mais tenso e problemático.

No final de 2013 a ocorrência de um assassinato envolvendo membros de uma facção *de seguro*, o *bonde do cerol fininho*, conhecida por sua atuação violenta e aleatória e por conter *travestis* e *bichas* em sua constituição, fez a administração da prisão ser trocada pela SAP (Secretária de Administração Penitenciária), o que resultou em um procedimento conhecido como *rasgar a camisa*, no qual todos os membros de facções criminais foram transferidos para outras unidades prisionais, resultando na nova configuração da PJPN como uma cadeia de *oposição neutra*. Quando retornei ao campo, agora nos primeiros meses de 2014, nos quais visitei a penitenciária por um mês e meio (Boldrin, 2014), encontrei uma cadeia que ainda se acostumava ao novo *ritmo*, mais restrito e acelerado, imposto por uma administração que vinha de um CDP²¹. Começava aí um processo que sensibilizou o convívio entre os presos e provocou uma relação distinta entre a população da cadeia e a administração.

Com a nova conjuntura, um novo conjunto de presos foi transferido para a PJPN e um *bonde* foi trazido com um novo *piloto* para a prisão. As intenções desse remanejamento foram aos poucos sendo compreendidas por minhas interlocutoras e interlocutores como a transformação dessa penitenciária em uma cadeia de *artigos*. Uma cadeia de *oposição neutra*

²¹ Os CDPs, centros de detenção provisória, se caracterizam como unidades prisionais de passagem, sendo assim, a administração lida com um fluxo de presos mais acentuado e veloz, além de que esse *ritmo* mais acelerado impede algumas territorializações mais características de penitenciárias, como a PJPN.

indica a ausência de facções criminais, mas como vimos, não significa a ausência do *crime* e consequentemente de *ladrões*. Dessa forma, a presença dos *artigos*, sujeitos considerados abjetos pelo *crime* em qualquer escala, e que ainda eram poucos e restritos ao pavilhão 1 da prisão em 2014, tinha que ser tolerada pelos *ladrões*. Nesse sentido, a presença do piloto geral no pavilhão 3 era de suma importância para a gestão da cadeia, o que remonta, como vimos, à situação de uma prisão “das antigas”, marcada pela gestão pessoalizada de um preso que assume papel de liderança.

O piloto geral, e o grupo de presos que faziam parte de seu círculo próximo, conseguiu uma posição privilegiada ao ser transferido para a PJPN. Com o intuito de *tomar a cadeia* no processo de *rasgar a camisa*, uma negociação foi armada com o diretor da prisão, e o piloto aceitou extinguir o *crack* e abrir espaço para a transformação desta cadeia em uma cadeia de *artigos*. Ainda assim, em 2014 este processo não havia sido vislumbrado pelas *monas*, *gays* e *envolvidos* com quem conversei. Havia uma nebulosidade quanto ao futuro da cadeia e as opiniões se divergiam entre aqueles(as) que comemoravam a saída do CRBC e do *crack*²², e dos(as) que temiam pelos rumos que essa nova conjuntura daria à *galeria rosa*. No que condizia às *monas* e *envolvidos* pouco tinha mudado em relação ao CRBC, em termos morais, os parâmetros éticos que regulavam as relações amorosas tinham como base as concepções do *crime* e nada havia mudado quanto às permissibilidades sexuais e amorosas.

Quando retornei ao campo, agora no mestrado em 2015, em visitas semanais no segundo semestre e finalmente por 3 meses no início de 2016, encontrei a cadeia novamente modificada. Se antes a presença dos *artigos* era pequena, ainda que sentida na aversão da maior parte dos presos e presas, agora dois pavilhões dos três que formam essa unidade prisional eram reservados aos *artigos*. A *galeria rosa*, agora muito menor e com apenas uma *cela cabaré*, se encontrava no pavilhão 3, antigamente reservado exclusivamente aos *ladrões* e considerado como o mais conturbado e problemático da prisão. Além disso, as conversas que tive, agora

²² O vício pelo consumo de crack é muito problemático para várias de minhas interlocutoras e interlocutores. Eva, uma travesti que conheci em 2014, disse-me que uma travesti mais velha tinha lhe oferecido uma *pedra* quando estava na *rua* com o intuito de roubar a sua beleza “como a bruxa má deu a maçã para a bela adormecida”. O efeito do crack no corpo se configura como um grande problema para as travestis e a proibição engendrada pelo piloto da cadeia foi bem recebida por elas.

com casais de *monas* e *envolvidos* ou grupos, me deixaram saber que em Julho de 2014 a administração tentou *mandar de bonde* grande parte das *bichas* e *travestis* para outra cadeia de *oposição*, em uma manobra conhecida pelos presos como *sequestro*, na qual são surpreendidos com a requisição de transferência e obrigados a mudarem de unidade. Esse processo, nunca simples, pois envolve a inclusão e adaptação dos(as) apenados(as) em um novo meio, foi recebido com protestos pelas *bichas* e *travestis* que se recusaram a sair do *bonde* e não entraram na nova cadeia, sendo encaminhadas logo em seguida para a PJPN.²³

De volta à PJPN, os meses que se seguiram foram de trânsito interno frequente da *galeria rosa*, que do pavilhão 1 foi distribuída pela cadeia toda até finalmente, em meados de 2015, ser fixada no pavilhão 3. A diminuição da *galeria rosa* se deu pelo que foi sentido por minhas interlocutoras e interlocutores como uma aceleração dos processos criminais que levaram muitos presos e presas para unidades de semi-aberto ou para a *rua*. Essa aceleração dos processos jurídicos também era indicada como uma razão para que os *ladrões* aceitassem a presença dos *artigos* na prisão, adicionando-se ao fato de que eles eram protegidos pelo *piloto geral*, a respeito de quem corriam boatos sobre crimes sexuais em seu histórico criminal.

Com o recorte metodológico ocasionado pela construção de uma cronologia, descrevi esse processo para demonstrar como as dinâmicas prisionais são frutos de um encontro entre a atuação dos presos e da administração. Ademais, estas mudanças são parte inextricável dos relatos que ouvi e darão vigor às análises que se seguirão, pois as relações emocionais que são foco deste trabalho aconteciam em meio a confluências políticas que tinham efeito tanto no sentido moral, no convívio das *monas* e *envolvidos* com *ladrões* e *artigos*, quanto no plano material, da espacialidade da cadeia e dos fluxos que formam o sistema prisional. A presença dos *artigos* modifica as condições morais da prisão, cuja menção provocava reações abjetas na maior parte de minhas interlocutoras e interlocutores.

Vivi, uma travesti que era ligada ao PCC na *rua*, expressava uma visão dramática da situação dos *artigos*:

²³ É importante notar que a resistência em relação a transferência foi marcada intensamente pela grande quantidade de casais separados abruptamente no processo, sendo que os *envolvidos* ficaram na PJPN. Para uma análise desse tipo de movimento administrativo nas relações amorosas, conferir a sessão 2.2.3 dessa dissertação.

Eles são tudo pai de família, tio, pai que estuprou a filha. A maioria é tarado mesmo, gente doente. Às vezes uma bicha tá de shorts andando pelo pavilhão e você mira um artigo esfregando as partes, olhando pra ela, é nojento, eles foram presos por crimes sexuais, não se controlam. Tem muito velho, maricona [tradicionalmente, na rua, maricona é um termo que se refere a homens mais velhos que saem com travestis ou com *michês*], que não assume que é gay. Eles se comem entre si, ontem mesmo passei por uma cela e vi dois velhos se atracando no chão da cela, parece até que senti um cheiro de cova aberta subindo.

Como vemos, o tipo de opinião expressa por Vivi reverbera o que diria um *ladrão*, que deve odiar os *artigos* de maneira contundente. Os *artigos*, além do mais, eram considerados presos sem nenhum tipo de *proceder*, sem noção de cadeia, *pais de família*, como diz Vivi, que nunca tiveram contato com o *crime* e por isso são vistos pelos *ladrões* e pela população da cadeia como *caguetas*, que colaboram com a administração em troca de qualquer regalia e absolutamente não confiáveis.

De todo modo, a presença crescente de um contingente tão abjeto aos preceitos do *crime*, tomando dois pavilhões inteiros quando do final de minhas visitas ao campo, marcou a PJPN como um novo extremo de *cadeia seguro*. A *galeria rosa*, nesse sentido, foi aos poucos sendo transferida para uma espacialidade cada vez mais próxima dos *ladrões*, no pavilhão 3. Essa nova configuração pareceu, aos poucos, abrir espaço para que *monas* e gays pudessem dar maior ênfase a integridade de suas condutas em relação ao *crime* e a *ter proceder*. Um preso gay, me afirmou:

Tanto ladrão quanto artigo, se vier me cobrar, quero ver se fez na rua o tanto que eu fiz, atirar em polícia, roubar banco e maluco vai vir me dizer que não tenho proceder por que dou o cu? Você tá louco?

Carol, expressou uma opinião parecida ao comparar sua *caminhada* a de alguns artigos que, segundo ela, buscavam sobrepor-se enquanto *sujeitos homens* e chegavam até a “cantar os funks do PCC, como uns idiotas sem proceder”. Ela disse-me:

Se vier falar merda pra mim a questão é bem simples, eu fui presa por assalto a mão armada²⁴, e artigo foi preso porque estuprou, matou criança, mulher. Eu sou do crime, ele não, meu crime não foi dar o cu, foi roubar, e o dele?

²⁴ O assalto a mão armada, conhecido pelo número de seu artigo, 157 é reconhecido como o crime por excelência entre os *ladrões* do Estado de São Paulo.

Desta forma, vemos que a presença dos *artigos*, antes de ocasionar uma opressão em relação às *monas* e *envolvidos*, alavancou a posição delas em relação ao *crime*, a partir do extremo, os *artigos*, do que é contrário os preceitos do *crime*²⁵. Na sessão 1.3, em que retornarei a partir da *galeria rosa*, se esclarecerá que o tipo de posição expressa nos comentários supracitados é comum às *monas* na consolidação do que chamam de *crime de calcinha*, o que marca a posição que virei a definir como borda. Ainda que não sejam o *crime* incorporado, como no caso dos *ladrões*, a chamada *máfia das bichas* apresenta uma força reativa em relação as regulações morais que dizem respeito aos seus corpos. Na sessão seguinte o foco da descrição se reservará às regulações morais do *crime* e seus efeitos na PJP, cujas singularidades políticas e existenciais espero ter esclarecido nas descrições antecedentes.

1.2 Território moral do *crime*: atração e abjeção

Neste segundo momento, o foco descritivo se aproximará da realidade da PJP e me debruçarei nos efeitos do *crime* no convívio dos *ladrões* com as *travestis*, *bichas* e *envolvidos*²⁶. Para isso, considerarei as estratégias discursivas das *monas* e *envolvidos* no momento de nossas conversas em que tratavam das relações que mantinham com *ladrões* e com o *crime*. Minhas interlocutoras e interlocutores cristalizavam o *crime* a todo o tempo em expressões a respeito dos limites impostos em relação a seus corpos. Quando proponho que a cristalização expressa por *monas* e *envolvidos* é similar à forma como o *crime* aparece desse ponto focal, retomo a noção de reflexividade (Garfinkel, 1967), já definida na introdução, e que compõe a epistemologia desta pesquisa. Isso porque na perspectiva das pessoas que habitam e compõem o território da *galeria rosa*, o *crime* é visto como o parâmetro normativo que delimita o mundo dos *ladrões*, a partir da distância e proximidade permitidas às pessoas da *galeria rosa* e é assim que o *crime* permeia as relações. É nessa chave que essa sessão propõe compreender como o *crime* é corporificado pelos *ladrões* na PJP, especificamente no que influi nas relações sexuais

²⁵ Durante minhas conversas uma narrativa sempre aparecia quando se falava da relação do *crime* com o estupro. Diego, um *envolvido*, expressou-a deste modo: “desde pequeno, trabalhando no tráfico, aprendi que não se estupra uma mulher, não se faz isso, com tanta puta aí porque você vai pegar alguém a força? Não dá para entender”.

²⁶ As relações entre *bichas*, *travestis* com os *envolvidos* serão melhores exploradas nos capítulos 2 e 3.

e na definição dos polos *população* e *galeria rosa*. Antes disso, trarei a descrição esquemática das regulações em torno da proximidade e distanciamento entre *ladrões* e *monas*, para depois nos debruçarmos nas questões discursivas e nas tensões que ocorrem ao redor dessas regras.

1.2.1 As interdições de contato e a transformação de um *ladrão* em *envolvido*.

Na Penitenciária José Parada Neto, as *bichas* e *travestis* são separadas dos *ladrões* por restrições que regulam os contatos e as trocas de afeto. Apesar de conviverem nos mesmos pavilhões, *monas* e *envolvidos* habitam celas separadas da *população*. As celas são divididas por critérios de aproximação entre os próprios presos: existem celas de *monas* e *envolvidos casados*, celas de *envolvidos* solteiros e algumas onde vivem *monas* solteiras, normalmente denominadas de *celas cabaré*, nas quais oferecem serviços sexuais aos *ladrões* em troca de produtos indispensáveis na prisão, as *peças*: especialmente cigarros, sabonetes e alimentos. A possibilidade de que aconteça uma relação sexual entre *monas* e *ladrões* só existe por meio da prescrição dos modos de contato, ou melhor, a definição dos meios possíveis aos *ladrões* para que o ato sexual com as *monas* aconteça sem que deixem de ser *ladrões*, transformados em *envolvidos*.

Na PJPN os *ladrões* podem fazer programas com as *monas* na medida em que o contato sexual é meramente entre o pênis do *ladrão* e o ânus da *mona*, ou entre a boca dela e o pênis dele. Em outras palavras, o *ladrão* não deve beijar, *fazer carinho* ou realizar nenhuma troca de afetos com a *mona*; sua atuação sexual deve ser um paroxismo da postura conhecida como *ativo*, sendo a *mona* conseqüentemente o polo *passivo* da relação. Beijar uma *mona*, *dar o cu*, fazer carícias ou qualquer outra expressão de afeto que insinue mais do que a mera penetração, denota uma atitude sexual proibida e traz consigo o risco de um *ladrão* se transformar em *envolvido*. O ato sexual regulado entre um *ladrão* e uma *mona* é o ponto sensível da separação entre estes dois polos.

A tensão entre a regulação de contato e relação sexual, a que me refiro acima, é possível na medida que a interdição não regula somente o ato sexual em seu caráter explícito, mas exige que a separação entre *ladrões* e *bichas*, *gays*, *travestis* e *envolvidos* seja também a separação de objetos, posturas e atitudes que carregam consigo a equivalência de ações sexuais condenadas.

A ação de um *ladrão* tomar da caneca de uma *mona* equivale a uma atitude sexual inadequada aos preceitos do *crime*: é dito que o *ladrão* está *chupando rola por osmose*, ou *chupando rola de tabela*. O fato da boca de uma *bicha* ter transitado entre um pênis e um cigarro, por exemplo, implica que o compartilhamento deste objeto seja acompanhado de uma poluição de fundo moral.

Os *envolvidos*, que no passado eram *ladrões*, normalmente são reconhecidos como heterossexuais, apesar da diferença que a mudança de pontos de vista pode provocar nessa afirmação. Não obstante, na perspectiva dos *ladrões*, os *envolvidos* estão alocados no mesmo patamar político que as *monas* e a transformação de um *ladrão* em *envolvido* implica a perda de seu status de quem tem o *crime* suposto no corpo e explícito em suas ações cotidianas. Ele cometeu uma ação proibida e com isso não deve ser considerado como um preso que *age pelo certo*. Um *envolvido*, finalmente, não precisa agir pelos preceitos do *crime*, ainda que *ter proceder* seja uma aspiração de qualquer preso. Ademais, as restrições também existem em relação aos *envolvidos*, um *ladrão* não deve beber na caneca de um *envolvido* por que a boca deste beija a boca de uma *mona*. A figura dos *envolvidos* é importante por marcar o limite da transição entre o território moral do *crime*, corporificado nos *ladrões*, e o território existencial possível a partir da *galeria rosa* e é na possibilidade dessa metamorfose que a regra de conduta se consolida. Apesar dos casos em que a prescrição do contato poluente é atualização de uma moral, muitos presos se tornam *envolvidos* por conta própria, para efetuarem relações amorosas com as *monas* e se dizem casados com elas.

Para um *ladrão*, virar *envolvido* implica necessariamente perder o status no *crime*, status adquirido na medida em que sua vida cotidiana deve ser conduzida *pelo certo*, como alguém que *tem proceder* e no contexto da prisão, agir *pelo certo* implica que o *ladrão* não produza relações homoafetivas. Não é possível na PJP, para um *ladrão*, efetivar uma relação com uma *mona* sem que deixe de ser um *ladrão* e é por isso que a prescrição tem efeito, por suas capacidades transformativas.

Essas prescrições são descritas de maneira cristalizada, como regras, pois ainda que o cumprimento desses parâmetros dependa de múltiplas variáveis, como veremos atentamente no capítulo II, elas são o parâmetro da forma de agir dos *ladrões* diante da presença das *monas* e gays na prisão. Diante desse parâmetro, relações vão de encontro umas às outras, ganham

velocidade ou travamento. Ao visualizarmos o *crime* como prisma regulador das relações entre *monas* e *ladrões*, notamos procedimentos bem-vistos e malvistos no contato dos *ladrões* e *monas*. Seguindo a premissa dada na introdução, de que a escrita dessa dissertação deve seguir o compasso das narrativas de minhas interlocutoras, sugiro que o tom da apresentação das regulações de contato tem como base certa unanimidade no modo como as *monas* explicavam o básico para se entender a relação entre elas e eles. Dizia-se por exemplo “aqui na José Parada Neto, ladrão não pode beijar na boca, é isso que você precisa saber”. Ou, nos momentos em que nos deparávamos com o tema da separação das canecas, quando veementemente minhas interlocutoras e interlocutores apontavam certa hipocrisia e irracionalidade desta prescrição, pois “na rua ninguém quer saber quem bebeu no copo antes, se foi bicha, se foi gay”. Ou seja, ainda que se aponte a impossibilidade de as regulações advindas do *crime* façam as relações acontecerem exatamente como o prescrito, é preciso esclarecer que as regras existem e têm efeitos de realidades muito concretos e nelas os *ladrões* se ancoram ao produzirem-se a si mesmos. Esse é o sentido de se produzir a cristalização descritiva dos *ladrões* e do *crime*, como produtos e produtores simultâneos de uma moralidade.

A importância dada nas narrativas de minhas interlocutoras ao peso das regulações do *crime* aparecia justamente no fato da minha pergunta inicial em nossas conversas, simplesmente sobre como era a vida das *bichas*, *travestis* e *envolvidos* naquela prisão, ter sido frequentemente respondida com uma descrição dessas regras, acompanhadas de uma sugestão de seus efeitos em suas vidas. Nesse sentido, as regras fundamentavam a invenção de um contexto, como dito na introdução, por inspiração da forma como o concebe Wagner (2012), em que a comunicação só pode existir entre duas partes na medida que um solo comum para a interlocução é construído, no encontro das perspectivas dos dois lados. Quando me contavam a maneira como o *crime* marcava o que era *certo*, elas pretendiam consolidar em minha imaginação as bases da convivência que tinham com os *ladrões*. Esse saber era simultaneamente teórico, corporal e subjetivo, pois quando as *bichas* e *travestis* abordavam o *crime* ele aparecia colado à experiência de pessoas que se percebiam como o limite do território de outros, pois entravam em contato com sujeitos que buscavam preservar sua consistência moral especialmente na distância que mantinham de seus corpos, substâncias corporais e atitudes.

Se a produção de uma narrativa do *crime* pela perspectiva das *monas* faz surgir um contexto de interlocução em nossas conversas, é porque com isso acessamos um nível de interação que tem ressonância com certo tipo de moral, que como Foucault demonstra, é amparada por um “código moral” (1990). O “código moral”, para o autor, é um conjunto de regras e valores, mas que não se confunde com a moral vivida, pois ela é produzida em um constante exercício do sujeito sobre si mesmo. Esse tipo de moral, distinto da sistematização concisa de aparelhos como igrejas e escolas, tem como parâmetro um “código moral”, mas de regras difusas e permite que o sujeito adote “compromissos e escapatórias” em relação às prescrições que as regras postulam. Nesse sentido, o código moral é parâmetro do que, finalmente, se designa “moral”, em sujeitos que, em diferentes níveis, resistem ou se submetem a um princípio de conduta que é visto como dado, e do qual têm certa consciência implícita ou explícita, mas que nunca são meros refratários de valores transcendentais.

Quando Foucault separa a moral vista como um conjunto de valores sistematizados, promulgados por aparelhos diversos, de um código moral difuso e que depende da relação circunstancial dos sujeitos, ele insinua uma distinção essencial no enquadramento que se deve ter ao se debruçar sobre o estudo da moral. Isso porque, no caso de uma moral difusa, que depende do exercício do sujeito sobre sua substância ética para ser efetuada, o estudo deve se manter atento a constituição de uma ascética, de um modo de ser, que é independente do código moral, ainda que nesse entremeio, conexões e desvios sejam produzidos. Nas palavras do autor:

para ser dita “moral” uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. (...) ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e para tal, age sobre si mesmo (1990:28)

Dessa forma, podemos tratar as prescrições de conduta sexual do *crime* descritas acima como um parâmetro cristalizado de conduta, mas sem considerar que os *ladrões* seriam meros íncubos de valores transcendentais, pois a efetivação de um sujeito moral sempre depende dos modos de subjetivação que sublimam as ações do sujeito como ações morais, a ascética, o exercício de si para si mesmo e a contenção dos desejos. O código moral, nessa perspectiva, não é mais do que um código, e é justamente na sua característica difusa que se acentua o exercício de alguém que

se pretende um sujeito moral, cuja substância reverbera os princípios existenciais de uma moralidade que não existe fora da circunstância.

Marques (2009) produziu um caminho parecido em sua análise do “ser ladrão” nas cadeias paulistas, em que buscou deslindar a noção de *crime* e de *proceder* de uma análise que tivesse como direta comparação a regulação promulgada pela lei e pelo direito. Segundo o autor, a associação do *crime* com o direito decaía em um reducionismo tremendo dos relatos de *ladrões* que produziam uma apreciação do *ser ladrão* que superava o engajamento com regras de conduta. Ainda que as regras de conduta fossem essenciais para os *ladrões* e para a compreensão do *proceder*, Marques notou que a negociação em torno de *ladrões* que tinham ou não tinham *proceder* acontecia por meio de uma constante disputa de noções e pontos de vista. Não bastava, por exemplo, que um *ladrão* fosse *humilde* (qualidade positiva) em vez de excessivamente *cabuloso* (característica negativa), para que seu *status* como *ladrão* que *age pelo certo* fosse consolidado, mas *ser humilde*, ou *não humilhar os humildes*, era uma estratégia imprescindível do constante movimento do *ladrão* para se tornar um sujeito moral. É por isso que, para Marques, o *proceder* era uma *dizibilidade*, da qual se podia dizer que “o certo é ter proceder” e o “errado é não ter proceder”, mas não mais do que isso, já que as disputas entre *ladrões* aconteciam no sentido da produção de uma “possibilidade enunciativa” de disputa de verdades, em que o *certo* era constantemente redefinido a depender do ponto de vista. (*id.*: 58 - 63)

Como vemos, por meio da análise de Marques a respeito do *proceder*, os *ladrões* produzem uma existência inclinada sobre as suas ações e posturas cotidianas, e entre os *ladrões* variadas condutas são apreciadas ou denegridas a depender do ponto de vista. Quando se analisa a especificidade dessa moralidade na PJP, no entanto, nos deparamos com uma característica específica de como se produz o *crime* em uma prisão de *oposição*: a transformação de um *ladrão* em *envolvido*. Esse movimento, que acontece no ponto crítico da proximidade entre um *ladrão* e uma *mona*, é o que provê a força do código moral do *crime* na prisão. Ademais, é através dessa restrição que podemos notar, pelo olhar das *monas* e *envolvidos*, o limite do corpo dos *ladrões* e a sanção que a efetuação da regra promove no transgressor. Apesar disso, o fato de que a transgressão da regra gera uma mudança essencial no corpo do transgressor, depende, como vemos, de estratégias e subjetividades de um sujeito que tangencia o risco. Na vida

cotidiana da prisão, afinal, não existe um aparelho organizado, aparado por um conjunto de regras, cuja responsabilidade seja executar a sanção necessária pela transgressão. É claro que os presos denominados como *piloto* e *faxinas*²⁷ da prisão assumem posição de mediação do momento de uma mudança na *população*, mas, ainda assim, a transformação de um *ladrão* em *envolvido* acontece por meio de uma disputa elocutória diante a acusação, feita por uma *mona* ou por outros *ladrões*, de que entre eles habita um indivíduo contagioso.

Pela perspectiva das *monas*, é possível notar como o *crime*, cristalizado na imagem de uma conduta ideal, transfere sensações e sentimentos aos *ladrões* e às pessoas consideradas “moralmente perigosas” com as quais ele se relaciona. Um dos muitos casos que expressavam esse tipo de relação, mas que escolho aqui justamente pela isenção que ele tem das condutas sexuais dos *ladrões*, mostrando os efeitos do código em simples relações cotidianas de “vizinhança”, é o de Josias, um *envolvido*. Josias tinha se tornado *envolvido* por escolha própria e apreciava sua condição, e por isso era um dos muitos(as) presos(as) com quem conversei que expressavam angústia pelas regras de convívio que muitas e muitos (inclusive ele) consideravam “irracionais”. Seu relato tratou de uma relação de amizade malfadada com um *ladrão*, que mantinha uma distância segura de seu corpo e de sua cela. Seu amigo gostava de conversar com ele, sempre aparecia na entrada da cela e perguntava de sua vida, quando trocavam experiências carcerárias e se aconselhavam. “Todo dia ele vinha no meu barraco, eu fazia uns corres pra ele, a gente conversava, ele parecia se preocupar comigo”. Porém, aos poucos a amizade fracassou, pois o *ladrão* nunca aceitava os convites para entrar na cela de Josias e frequentemente parecia preocupado com o que os *ladrões* achariam daquela relação. Para Josias, isso significava que seu amigo não era livre para fazer o que queria, “ele gostava de mim, queria ser meu amigo, mais não podia porque era *ladrão*”. Em determinado momento, diante sua indagação, o amigo disse que Josias *tinha mais proceder* do que muitos *ladrões*, mas ele não podia ser visto como um frequentador da *galeria rosa* sem arriscar a sua existência como *ladrão*.

²⁷ *Faxina*, ou *setor*, é como se designa uma cela de presos que tem funções de organização e comunicação entre a população prisional e a administração da prisão. Na *faxina* ficam os *pilotos*, como o *piloto* geral da cadeia previamente citado.

Não podemos desconsiderar que ao reproduzir uma fala como essa, Josias, um sujeito imoral em relação ao *crime*, produz uma espécie de autoglorificação, baseada nas palavras de seu amigo. Ele afirma que seu amigo não *era livre*, mas ainda assim, expõe como a impossibilidade de serem amigos residia nas restrições de seu amigo, pois ainda que fosse *envolvido*, Josias *tinha muito proceder*. Tratando-se de metodologias narrativas, vemos na estratégia argumentativa a visualização da maneira como o código moral, ainda que não se efetive de maneira ideal nos corpos dos *ladrões*, decorre em impossibilidades e preocupações nos movimentos afetivos dos *ladrões*. Na escala em que olhamos, podemos notar que posturas e gestos são afetados pela regra de conduta: o toque, a fala, o espaço da cela, são impregnados de vetores morais que se contradizem ou se aliam. Ainda que um *ladrão* escape da efetuação da regra, por meio de pontos cegos e invisibilidades, ela ainda participa de estratégias e limitações entre sujeitos, a impossibilidade chega a ser mesmo o ponto no qual o *ladrão* se dobra.

Kelviny, uma das travestis com que conversei na PJP, me contou que tinha uma relação proibida com um *ladrão*, que dizia que a amava, mas que não queria perder sua condição de *ladrão*. Diante disso, a *mona* frequentemente pensava em publicizar a relação deles aos outros presos, mas não o fazia porque o *amor* que sentia impossibilitava que *arrastasse* o *ladrão*. Se ela tornasse público aos *ladrões* que entre eles habitava seu amante e ele confessasse ou perdesse na disputa elocutória que é prelúdio de sua transformação, sofreria a sanção física dos demais, por ter feito todos aqueles que compartilharam seus objetos pessoais *chuparem rola*. Além disso, perderia a sua condição de *ladrão* e se tornaria um *envolvido*, habitando entre as *bichas*, *travestis* e gays e, segundo Kelviny, finalmente poderiam viver juntos. Como vemos, mesmo na ocasião da escapatória do parâmetro moral²⁸, a regra persiste e assombra a relação. Vemos, especialmente, como o fator limitador do *ladrão* – a impossibilidade de que simultaneamente seja *ladrão* e se envolva com uma *mona* – é justamente o ponto de expansão

²⁸ As maneiras como se escapa e se produz estratégias em relação as regras serão abordadas no capítulo II, cujo foco reside nas políticas de intimidade. Agora prosseguiremos na análise de como as definições morais marcam a imagem intensiva do território na PJP.

de uma estratégia de Kelviny, que reconhece o efeito de seu corpo no *crime*, que se contamina por meio do corpo de seu amante.

Quando falo de território, conceituação que sutilmente permeou este capítulo até o momento, proponho uma cristalização descritiva dos limites de interação possíveis entre *galeria rosa* e *população*, cada qual a partir da singularidade de sua posição moral e existencial na prisão. Com isso, tento compreender o ponto insurgência de estratégias e fluxos de atração e dispersão, numa planície de disputa (os corpos) em que dependendo da perspectiva, distorções ocorrem, liberando e contendo fluxos. Entenda-se que nesse momento se constitui um enquadramento, inventa-se um ponto focal, uma imagem intensiva das divisões e aproximações entre *população* e *galeria rosa/ladrões* e *monas*. Nessa imagem intensiva, o que vemos são principalmente vetores de movimento, encontros, dispersões e posições estratégicas em uma planície de múltiplas dimensões, que chamo de “território”. Quando falo de território, me inspiro no modo como o concebem Deleuze e Guattari (1997), para quem “o território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os 'territorializa” (*id.*:105). Ao definir o território como um “ato”, vemos que ele não é condição anterior e tampouco resultado de um processo de definição de posse. O território é o ato da expressão dos índices que delimitam um plano de ação, “as funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território” (*idib.*:106). Expressividade de uma marcação que é ela mesma o território.

Quando falo do “território moral” da prisão, depois de tratar o código moral como parâmetro do modo como um *ladrão* compõe os movimentos de seu corpo, sublinho a marcação da expressão corporificada no *ladrão* de seu agenciamento com o *crime*. Isso porque, o *ladrão* deve expressar o *crime* em suas ações e dessa forma a sua postura, sua fala e finalmente, seu corpo, se tornam a expressão do *crime*, parâmetro de marcação dos limites desse mesmo território. É nesse ponto que a moral é produzida de fato, na passagem entre o código moral e a “vida vivida”. O ponto em que o “não poder beijar na boca” se torna a boca. O *crime* existe no corpo do *ladrão* e somente (em ato) nos corpos ele pode existir, porque ele é o ritmo de uma postura, porque o crime *está* no corpo do *ladrão*, o *crime* é modo de agir e de mexer a mão, ou de tocar, falar. Ele ainda existe *para* o corpo do *ladrão*, quando parece que ele está fora, ainda que dentro, e o *ladrão* diz o *crime* como se não falasse de si mesmo, mas para dizer a si mesmo como deve ser. O ritmo em que a *moral* se atualiza nos corpos dá condição de existência ao

crime e é o que delimita um território, onde se reconhece o gesto, é por isso que se deve ter cuidado, com a caneca e com a saliva das *bichas*.

Já quando digo “território existencial”, proponho um olhar que considera as possibilidades de movimento e de projeção que um corpo possui em relação ao meio e aos ritmos que povoam seu horizonte relacional, as coordenadas de ação de um corpo em relação às possibilidades agentivas que ele tem na planície de disputas. Ainda me inspirando em Deleuze e Guattari (*id.*), remonto à noção de que

Um corpo se define somente por uma latitude ou uma longitude. Isso é, pelo conjunto de elementos materiais que lhe pertencem sob tais relações de movimento ou de repouso, de velocidade e de lentidão (longitude); pelo conjunto de afetos intensivos de que ele é capaz sob tal poder ou grau de potência (latitude) (*idib.*:40)

Nesse sentido, considero que o território existencial não é nada mais do que a posição de um corpo visto na projeção dos movimentos dimensionais que são possíveis, em que se focaliza como ele pode expandir o grau de potência de suas ações quanto ao que deseja de si mesmo, em tal ou qual meio. O território existencial dos *ladrões* é limitado por ser marcador do território do *crime*. O *ladrão* diante o corpo da *mona* tangencia o risco de ceder ao desejo e se tornar um *envolvido*. Dessa perspectiva já avança no horizonte o espectro da vida casal na prisão, como um *envolvido*.

Como se pode notar, a diferença entre território moral e existencial é tênue e não pode ser confundida com uma separação entre coletivo e indivíduo, pois não se trata de uma codificação do território existencial pelo território moral ou vice-versa, mas ambos são expressões de uma mesma codificação, povoada por sujeitos morais e seus limites éticos. Essas noções são enquadramentos analíticos que permitem a observação da relação entre *população* e *galeria rosa* como um campo de disputas entre expansão e contração, no qual ficam claros os limites e pontos de convergência em que transformações ocorrem. Com isso podemos observar o que podem fazer os corpos, a depender de suas posições no jogo de forças do território moral da prisão. Como vimos, o corpo do *ladrão* é *em si* a marcação de um território moral, ao expressar o *crime* em suas posturas. Uma mera inversão perspectiva, no entanto, permite que observemos o mesmo sistema pela via do território existencial do *ladrão*, quando perguntamos o que pode o seu corpo e entender-se-á que o território existencial dos *ladrões* é contíguo ao

crime, por suas possibilidades de movimento, velocidade e lentidão, e a abrangência efetiva de expressar o *ritmo* do *crime*.

Dessa forma, visualizamos a relação entre moral e corpo expressa claramente nas regulações sexuais que prescrevem os modos pelos quais um *ladrão* pode se relacionar com uma *mona*. É necessário para a constituição dos *ladrões* como sujeitos morais, que suas ações sejam corporificadas em ressonância com o *crime*, o que implica a aversão em relação ao corpo das *monas*, marcados como corpos perigosos, considerados como corpos naturalmente masculinos, ainda que atravessados por uma feminilidade²⁹. Ao mesmo tempo, como afirmou uma interlocutora de pesquisa, o sexo com uma travesti “é a cota do *ladrão*”, ou seja, é visto como um direito de acesso ao corpo de uma *mona*, como sujeito ativo da relação; pênis que penetra o ânus, atração que permeia uma membrana social por uma fresta calculada.

Na relação sexual, o corpo do *ladrão* reverbera os preceitos do *crime*, seu pênis não conduz a expressão de um desejo livre, mas é a expressão do que só pode fluir por uma via estreita, codificada na distância segura que ele tem que manter da parceira sexual. Suas mãos e sua boca não podem expressar sentimentos por uma *bicha* ou travesti, porque seu desejo por aquele corpo não pode ser orientado em direção a um homem, ao masculino daquele corpo. O desejo por um homem gera um curto-circuito na moral do *crime*, na qual o *sujeito homem* deve se produzir como homem heterossexual. A produção contínua dessa ascética é cobrada dos *ladrões* pelos *ladrões*, e a conduta sexual é produzida como objeto de constante investigação. As bocas dos *ladrões*, emissoras de códigos, influem nesses debates a constante manutenção do *crime* como parâmetro moral.

²⁹ Quando considero a feminilidade das travestis, retomo a noção de que “não se nasce mulher, se torna” (Beauvoir, 2009), mais tarde reformulada em trabalhos como o de Butler (1990) que, ao tratar do gênero como *performance*, dá margem à compreensão de que a feminilidade expressa nos corpos e atitudes das travestis não remete a uma forma essencial de mulher, pois a autora considera que a “paródia de gênero revela que a identidade original a qual o gênero se modela é uma imitação sem uma origem” (*id.*:38). Essa concepção, no entanto, não é observada aqui através da noção bastante difundida nas ciências sociais de que o corpo é um mero constructo social. Se o feminino e o masculino se articulam através de uma “imitação sem origem”, é na materialidade dos corpos que as ações morais tomam forma, e mesmo os ladrões têm ciência disso ao separarem as *monas* enquanto indivíduos femininos, de seus corpos vistos por esse prisma como masculinos. As facetas da construção da feminilidade das *bichas* e *travestis* serão melhores abordadas na parte 1.3 deste capítulo.

O *crime*, que orienta e age por meio dos corpos dos *ladrões*, codifica simultaneamente o corpo das *monas* ao delimitar as condições seguras de aproximação para consolidar a higiene moral da *população*. As *monas*, que como vimos não são o *crime*, não precisam agir de acordo com os princípios do *crime*, o que implica que suas vozes não têm o poder de afetar decisões coletivas, suas bocas não são pressupostas como emissoras de signos, mas a codificação que se assenta sobre seus corpos implica que podem *chupar rola*, desde que essa é uma atividade vista como feminina. Quando o *ladrão* sai com uma *mona*, especialmente se procura por sexo oral, diz-se que o *ladrão* está *dando um rasante* com a *mona*, indicando na metáfora que compõe o sentido da frase o delicado exercício de proximidade e distanciamento que o *ladrão* deve exercer no ato sexual. Como vemos, o corpo da *mona* é compreendido em oposição ao do *ladrão* especialmente no que lhe é permitido desejar e o resto de seu corpo deve ser devidamente excluído de sua perspectiva. Seguindo essa linha, compreendemos que o jogo de relações morais que delimitam funções somáticas aos órgãos produz uma marcação no corpo das *monas*, delimitando pontos de escape ao constrangimento do desejo sexual dos *ladrões* e, ao mesmo tempo, sinalizando o limite de expansão desse desejo que não pode a nenhum momento transbordar.

É por isso que a territorialização por definição que o *crime* impõe aos corpos é a do *cu*, e pode-se dizer que o que se faz com o *cu* reverbera no território moral da prisão de diversas maneiras. Sinteticamente, um *ladrão* é aquele que deve manter seu *cu* inacessível mas que pode *comer o cu* de uma *mona*, ou ainda, aquele que não pode ter o *cu* penetrado por um pênis, mas cujo pênis deve penetrar um *cu*. A concentração de desejo ao redor do *cu* das *bichas* e *monas* faz deste órgão o ponto de intersecção mais profundo do amálgama de desejo e repulsa que seus corpos simbolizam. Sendo o *corpo* do *ladrão* a marcação do território do *crime*, é de se compreender que tamanho fluxo de desejo exige uma contrapartida ascética de seus corpos, sendo que a liberdade de que o pênis dispõe é proporcional à exigência maior da privatização do *cu* dos *ladrões*. A importância do ânus como centro de uma disputa moral, especialmente de raiz heterossexual, não se reduz às dinâmicas sexuais dessa prisão. A forma como o tratam Deleuze e Guattari (2010 [1972]) ao falar da privatização de órgãos corporais nas “sociedades modernas”, demonstra uma forma de compreender o conjunto de fluxos e codificações relacionadas ao ânus:

O primeiro órgão a ser privatizado, colocado fora do campo social, foi o ânus. O ânus foi quem deu seu modelo à privatização, ao mesmo tempo em que o dinheiro exprimia o novo estado de abstração dos fluxos (*id.*: 189)

Ademais, a condição de universalidade do ânus nos corpos e o magnetismo relacionado à sua condição de ponto de disputas entre distintas morais, permitiu que Preciado (2008) afirmasse:

[O ânus] não tem gênero. Não é masculino nem feminino. Ele cria um curto-circuito na divisão dos sexos. Como um centro de passividade primordial e um local perfeito para o abjeto, posicionado perto dos dejetos e da merda, ele serve como um buraco negro universal, no qual precipitam gêneros, sexos, identidades e capital. (*id.*: 71)

As sistematizações desses autores não são mobilizadas para alimentar uma explicação *ex-machina* da dinâmica sexual na PJP, mas considero que a associação entre órgãos sexuais e máquinas discursivas funciona de maneira análoga às regulações dos órgãos sexuais promovidas pelo *crime*. Nesse aspecto, a configuração moral do *crime* produz uma individuação do *cu* como órgão privado em um corpo que se pretende masculino e encontra no *cu* das *monas* e *bichas* o feminino. Já o pênis do *ladroão* é dotado de uma impermeabilidade singular, pois é unicamente este órgão que deve simbolizar a condição de *ativo*, de *sujeito homem*, enquanto o pênis das *bichas* e *travestis* deve ser ocultado, escamoteado na forma dos corpos das *monas*.

As noções a respeito do *crime* e da transformação de um *ladroão* em *envolvido* que dão vigor à minha descrição analítica, surgem a partir da experiência de pessoas que eram vistas como portadoras de um risco de contaminação e alocadas como um outro radical em relação aos *ladroões*. As *monas* permitem um foco privilegiado do exercício que um *ladroão* deve fazer sobre si mesmo e em relação ao *crime*; por serem o elemento sinistro e foco de perigo da constituição do corpo e da moralidade dos *ladroões* e por participarem da constituição e destituição desses sujeitos em dois planos da vida no cárcere: o plano do que é público e discursivo, o da vida social nos pavilhões, e o plano do que é secreto, escondido, as relações dentro das celas quando se encontram a sós com os *ladroões* e nas quais a relação de distância e proximidade chega a seu ponto crítico³⁰.

³⁰ A análise da relação entre público e secreto será abordada no capítulo II dessa dissertação, no qual as classificações e padrões cristalizados nesse momento serão visualizadas no movimento das relações e políticas de intimidade.

Desta forma, ainda que o *crime* não se assemelhe ao exercício de uma *lei*, pelo olhar das *bichas* e travestis, a escolha possível de um *ladrão* em se relacionar com uma *mona* nunca é livre, pois um *ladrão* se sujeita ao código moral do *crime*, ainda que essa sujeição possa ocorrer em diversos graus. A calibragem dessa dinâmica faz com que o território dos *ladrões* e *envolvidos* na prisão seja recortado por uma linha tênue de gestão de diferenças cujo ponto central que regula a tensão é um amálgama de repulsa e desejo: o corpo das *monas* e *gays*. No que se segue observaremos como essas dinâmicas se pulverizam no território da prisão, em regras de convívio e na separação efetiva dos polos *população* e *galeria rosa*.

1.2.2 Cismogênese e erotismo

Diante o rumo que essa sessão tomará, marcado por uma perspectiva abstrata e parcialmente deslocada da descrição etnográfica, é importante afirmar que o desvio analítico pontuado no tom ensaístico desta sessão, tem como intenção demarcar forças implícitas nos relatos das *monas* a respeito da postura dos *ladrões*, com quem não conversei. Meu intuito com essa espécie de sobrevoo antropológico da relação entre *galeria rosa* e *população* é liberar analiticamente jogos de força contidos no território moral da prisão, que se insinuam na lógica interna do código moral dos *ladrões* e somente no capítulo II, no qual nos debruçaremos sobre as políticas de intimidade, o peso etnográfico dessa análise se esclarecerá e veremos como essas forças são manejadas em fluxos da vida cotidiana. Mesmo que alguns exemplos etnográficos aparecerão pontuados em momentos específicos da abordagem, com o intuito de tonificar a presença empírica dessas forças na Penitenciária José Parada Neto, é preciso dizer que minha estratégia, ao proliferar conceitos em relação às forças contidas no código moral do *crime*, tem como intuito produzir uma cristalização antropológica simultânea à exposição do *crime* como código moral.

Conforme pretendo ter explicitado na sessão anterior, entre o *ladrão* e o corpo das *bichas* deve existir uma separação marcada, pois a gestão do contato entre os dois polos nada mais é do que a manutenção de uma postura que ressoa no território moral da prisão, marcado pelo *crime* e tensionado pela constante proximidade com o desejável abjeto. Seguindo essa linha de raciocínio, produzirei nessa sessão um outro nível de enquadramento analítico dos *ladrões* e do *crime*, afirmando que enquanto moral prescritiva, o *crime* é parâmetro de constituição nos *ladrões* de um ethos, na maneira como o define Bateson (1936). Quando

empresto o termo *ethos*, busco exclusivamente adotar a maneira como o autor procedia na análise de movimentos de cristalização de padrões de comportamento esperados. É por isso que trataremos de um *ladrão* visto como bloco em relação ao *crime*, pois trata-se do que se espera de um *ladrão* e da criação do parâmetro que fazia minhas interlocutoras produzirem cristalizações desse tipo em nossas conversas. *Ethos*, na forma como o adapto, nada mais é do que a expressão da contiguidade de um território existencial e um território moral do *crime*. O termo serve para que possamos compreender as raízes da segmentação entre *população* e *galeria rosa* e ainda desviar de possíveis contrações ocasionadas pela vida cotidiana. Portanto, uma distorção, um exagero analítico, que intenta extrair forças contidas na imagem ideal de um *ladrão* e das regras de conduta sexual que são parâmetro de conduta para a *população*.

O intuito de produzir o *ethos* do *ladrão* como objeto de análise, é traçar uma imagem em que vejamos as relações simultaneamente como movimentos do *crime*, dos *ladrões* e da *população*. O *ethos* é a expressão de um padrão de comportamento e as *monas*, em seus relatos, cristalizavam noções de *crime*, *população* e *ladrões*, em que designavam o mesmo conjunto de ideias. Em outras palavras, era indiferente para as *monas* dizer “os *ladrões* não dão o *cu*”, “o *crime* não dá o *cu*” ou “a *população* não dá o *cu*” e quando tratavam de asserções desse tipo, remetiam a elementos delimitadores deles e delas que produziam o mesmo padrão em escalas diferentes, (os *cus*, as palavras, os objetos, os espaços da prisão). A individuação produzida no corpo do *ladrão*, que é produzido no *crime*, faz de suas ações uma sinédoque do movimento da *população*. Ou seja, se um *ladrão* toma da caneca de uma *mona* e depois compartilha objetos com os *ladrões*, todo um conjunto de presos *chuparia rola por osmose*, porque a singularidade agregada aos órgãos e às substâncias corporais é pegajosa e produz equivalências em diversos níveis; é a materialidade da produção do *ethos* do *ladrão* que informa o contágio.

Para que o parâmetro ideal de um *ladrão* seja construído em consonância com o *crime*, é preciso distinguir aquilo que ele não é, e nesse sentido é para manter a integridade moral dos *ladrões* que quando um novo preso chega no pavilhão, ele deve prontamente afirmar se é homossexual (caso não seja um sujeito feminino). A proibição do contato da boca de um *ladrão* com uma *mona* e não de seu *cu*, se baseia no fato de a boca ser compreendida como um órgão público entre os *ladrões*, que compartilham objetos pessoais frequentemente, especialmente os cigarros, o que faz da conduta íntima e pessoal de um *ladrão* um risco para os outros presos.

Na ótica do *crime* é preciso marcar o que um *ladrão* faz com sua boca, pois suas ações são, em um nível abstrato, as mesmas da *população*.

Alberto, um dos presos com quem conversei, viveu 17 anos como *ladrão* em cadeias do PCC, antes de se assumir como homossexual e pedir transferência para uma cadeia de *oposição*. Quando chegou na unidade prisional em que viveu por alguns poucos meses, os outros presos perguntaram se ele “era envolvido”. O então *ladrão*, vindo de um contexto onde esse termo tinha outros sentidos, assumiu que a pergunta se referia a um envolvimento com o PCC (se diz envolvido com o *crime*), pois não existem *envolvidos* em cadeias do PCC. Como preso recém-transferido para a *oposição* - e querendo se distanciar de seu passado em cadeias do *comando*, já que sua saída não tinha sido pacífica - Alberto disse que não e foi prontamente alocado em uma cela com outros *ladrões*, tomando de seus copos e fumando de seus cigarros. Alguns dias depois, Alberto descobriu o que significava ser um *envolvido* em cadeias de *oposição*, mas como já tinha bebido das canecas e convivido com os *ladrões*, ele não podia assumir seu desejo de integrar a *galeria rosa*, senão seria condenado por *arrastar* os outros. Durante algum tempo ele manteve silêncio a respeito de suas opções emotivas e sexuais e passou por *ladrão*, mas logo começou a se relacionar e a situação chegou ao seu limite quando um *ladrão* desconfiado puxou o *quieto* [cortina de lençol que isola as camas da cela] da *burra* de Alberto, flagrando a relação sexual (que não seguia as prescrições de conduta) que mantinha com outro preso. Ele foi para o *seguro* da cadeia para não sofrer a sanção dos demais, lá encontrou *bichas* com quem conviveu até ser transferido para uma nova unidade prisional. Na nova prisão (finalmente a PJPN): “já cheguei e fui direto pra galeria das *bichas*, e me assumi *envolvido*, e depois *gay*”.

Nesse exemplo fica claro como o que o *ladrão* faz com o seu corpo reverbera no *crime* e na *população*. O exemplo demonstra, além disso, como não se trata de uma relação entre coletivo e indivíduo, mas de uma inseparabilidade, no nível moral, do corpo do *ladrão* e da *população* como conjunto que compartilha o mesmo parâmetro moral, que prevê o contágio. A transição de Alberto entre os extremos de *ladrão* e *gay* envolveu um movimento similar entre unidades prisionais, espacialidades de convívio e *seguro* internas à prisão. Nesse tipo de relação reside a importância do *crime* como *código moral*. A convivência na prisão exige um saber a respeito do que se faz, do que se toca, do que se diz. A imagem ideal de um *ladrão* só existe a partir do momento em que todos os elementos destoantes são produzidos como opostos, como

abjetos. Nesse sentido, vemos como o *crime* codifica elementos materiais que extravasam a simples sexualidade dos *ladrões*. Os órgãos das *monas*, assim como as substâncias corporais, são alocados segundo um grau de periculosidade ou de desejabilidade e os objetos relacionados ao uso íntimo na *galeria rosa* são permeados por um elemento sinistro ao *crime*, aos *ladrões* e à *população*. Espaços, órgãos e ações se codificam da mesma forma, expressando opostos que reverberam uma mesma intensidade.

A separação entre *população* e *galeria rosa* toma forma nos corpos e no modo como as relações se constituem. Essa separação, vista no nível de dois grupos de pessoas entre os quais uma membrana social se constitui, remete ao conceito que Bateson (1936), sabe-se bem, empresta do estudo da dinâmica na física e chamado de cismogênese, um “processo de diferenciação nas normas de comportamento individual resultando da interação cumulativa entre indivíduos” (:175). Ainda que Bateson trabalhe com noções como grupo e indivíduo, o que não é o intuito deste trabalho, o que pretendo emprestar de seu conceito são as dinâmicas que o constituem e que servem para visualizar a maneira como o corpo dos *ladrões* é contíguo à multiplicidade da *população* enquanto marcador do território do *crime*. A cismogênese consiste na constante interação entre forças distintas, de agregação e dispersão, que resultaria em um equilíbrio entre as partes marcadas em ethos contrastantes. Bateson divide o conceito em cismogênese complementar – um processo de diferenciação levada a níveis extremos, na medida em que um lado subalterno cada vez será mais subalterno em relação a imposição do outro, em um movimento centrífugo – e cismogênese simétrica, que acontece na medida em que as forças em disputa tendem a regular-se nos polos dessa diferenciação e remetem ao movimento centrípeto. As duas cismogêneses estão em constante interação, na medida que uma é condição de existência da outra; essa interação tem como efeito determinada consistência no modo com as relações ocorrem. Na PJP, as forças centrípetas e centrífugas, que configuram movimentos de atração e repulsão, podem ser vistas nas dinâmicas que marcam as relações entre *galeria rosa* e *população*. A separação dos objetos, das ações sexuais e dos corpos marca uma desagregação e uma cisma, que tem como efeito final, a possibilidade de acesso de um *ladrão* à sua *cota*, o acesso ao corpo deslocado de uma travesti ou *bicha*. Desejo que para fluir depende de uma separação que é condição de um encontro.

Segundo esse enquadramento, a manutenção de um ethos depende de uma distinção e da exacerbação dessa separação, de um outro ethos, visto como subalterno. É por isso que a distinção entre *população* e *galeria rosa* não se limita à regulação da forma como o ato sexual deve ocorrer, mas se distribui em elementos cotidianos, como as canecas e cigarros. Se, por exemplo, a comida e os talheres são trazidos da cozinha em bandejas separadas e sinalizados por pertencerem a *monas* ou *envolvidos*, é unicamente para manter a distância moral dos *ladrões* e assegurar a distância entre eles e a *galeria rosa*. Além do mais, os limites entre os dois polos são afirmados no fato de que é absolutamente proibido que um preso da *faxina*, que *paga boia*³¹, ou que trabalhe na cozinha, frequente a *cela cabaré*, marcando a postura ideal de um *ladrão*.

Deste ponto focal é possível compreender o nível discursivo em que as coisas são delimitadas e exageradas, ocasionando limites entre certo e errado. Podemos, com isso, esquematizar o jogo binário como uma relação de separação que dá fluxo a uma higiene moral da *população* – força centrípeta de manutenção da integridade dos *ladrões* – e também a emergência de um desejo específico em relação ao corpo das *monas* – força centrífuga que dispõe no horizonte do *ladrão* o limite de seu território moral. Essas duas forças distintas, codificadas no desejo e na aversão que o *crime* regula no corpo do *ladrão*, são base do movimento cismogenético que cristaliza a relação *população-galeria rosa*.

A complexidade do código moral do *crime* se configura justamente em como atravessa níveis distintos promulgando um padrão equivalente; como vemos, a triangulação se dá no espaço físico da cadeia (a separação entre *galeria rosa* e *população* é também a condição da organização das celas na PJP), no uso dos objetos, na codificação de órgãos sexuais, na classificação de posturas e gestos, na insurgência de uma relação específica entre masculino e feminino nos corpos (a codificação do *cu*, boca e pênis, e a prescrição do acesso e do uso dos órgãos). Se a separação em diversos níveis tem a higiene moral do *crime* como pressuposto, sua causa é justamente a aproximação entre os polos.

A divisão entre *população* e *galeria rosa* existe para manter o ethos dos *ladrões* imaculado de ações sexuais condenadas. Este ethos se produz em contraste as ações das *monas*,

³¹ O preso que “paga boia” é o responsável por distribuir a comida aos outros presos pelo pavilhão.

a partir de uma moralidade particularmente homofóbica, mas que não deixa de considerar o feminino presente nos corpos das *monas* como desejável. No argumento de Douglas (1988), dinâmicas deste tipo correspondem justamente às relações de perigo e pureza, provenientes de uma moral que delimita permissões e proibições. Os corpos, em seu argumento, são vistos como planícies de disputas morais nos quais relações de proximidade e distanciamento acontecem. Na PJP, as dinâmicas de agregação e desagregação permitem que o *crime*, e consequentemente os *ladrões*, mantenham a pureza moral que deve definir um *ladrão* e dessa forma, constituem uma relação na qual o beijo, o toque e a carga afetiva são considerados como ações abjetas, enquanto o sexo anal e oral é desejável. As relações possíveis são as que não impregnam o *crime*, focalizadas exclusivamente na ação do pênis do *ladrão*, órgão neutralizado pela abjeção que deve gerar em um *ladrão*, seja o pênis das *monas*, quanto dos outros *ladrões* (diferente da boca, que é um órgão ‘público’). O *ladrão* obtém a sua *cota*, amparado em arranjos morais que deslocam a *travesti* ou *bicha* de seu *cu*, separando, dessa forma, o que é desejável (o *cu*, enquanto feminino e público) do que deve ser abjeto, o pênis em um corpo que se deseja o feminino. O desejo sexual que passa pela membrana social deve ser meramente pelo *cu* que se entende como feminino enquanto elemento passivo da relação sexual, ao qual se acopla a sua postura, ativa, e órgão masculino, que assim não se contamina.

Para que essa troca, ascética e regulada, ocorra, é exigida a contrapartida que se dá às *monas* pelo acesso que se constitui aos seus corpos: a troca de sexo por *peças*. Se as canecas, as substâncias, os órgãos e as ações são planícies de disputa cujo esmero promovido pelo *crime* pretende colonizar, a condição para que o *ladrão* saia com uma *mona* sem se tornar *envolvido* é que seja sempre uma relação de prostituição³². A ausência de laços emocionais e de um compromisso emotivo de um cliente com uma *mona* é sempre marcada pela troca de *peças*, e dessa forma um circuito de dupla via se constitui entre *população* e *galeria rosa*. Quando um *ladrão* “paga” a *mona* pela relação que estabelecem entre quatro paredes, está definido e

³² Muitas das *bichas* e *travestis* com quem conversei faziam programas na *rua* e consideravam que prostituição era apenas a troca de sexo por dinheiro e não por cigarros e sabonetes como acontecia na cadeia. Apesar disso, a palavra prostituição foi sempre a mais utilizada pelas *monas* para falar de suas relações com os *ladrões*. Uma análise atenta dos fluxos e associações que se dão entre elementos materiais e relações amorosas e sexuais será efetuada no terceiro capítulo dessa dissertação, de forma que a menção rápida da prostituição sugere nesse momento mais um elemento marcador dos limites territoriais do *crime*.

acertado que aquela não é uma relação emocional, e conseqüentemente que o *ladrão* ao pagar e conter qualquer contato que seja demasiado, não age como um *envolvido*. Assim, o pagamento do programa compõe parte da higiene moral do *ladrão*.³³

A análise de Douglas contribui na compreensão dos arranjos entre *população* e *galeria rosa*, quando afirma que é no exagero de distinções, como masculino e feminino, que regulações de perigo e pureza se produzem, às vezes de maneiras contraditórias, em que

Alguns tipos de comportamento podem ser julgados como errados e ainda não provocarem crenças de poluição, enquanto outros, não pensados como dignos de repreensão são mantidos como poluentes e perigosos. (*id.*: 129)

Essa aparente contradição, visualizada no *ladrão* que pode *comer o cu* de uma *mona*, mas não pode fumar de seu cigarro, existe para permitir que partes se distingam de outras e para que ainda possam se relacionar sem a mistura, a partir de fronteiras previamente estabelecidas. É preciso exagerar as diferenças para que a gestão das partes seja explícita e é interessante notar que a saída de Douglas, que explica o exagero nas diferenças como parte essencial da origem de concepções de pureza e perigo moral, tem ressonância com a preocupação de Bateson (1936) na análise do ritual Naven entre os Iatmul: o exagero das diferenças sexuais e sua relação com o papel do ritual no equilíbrio entre as vilas. Na PJPN vemos como o ethos dos *ladrões* aparece como um extremo da postura masculina e ativa quando mesmo os objetos e comportamentos cotidianos são subjugados pela codificação moral que o *crime* propõe. A necessidade desse exagero dos *ladrões*, além disso, era simétrica à feminilidade expressa em modos e posturas na *galeria rosa*, onde dizia-se muito “nós bichas somos exageradas”, ou descrevia-se amplamente os processos de transformação e a dificuldade de se aproximar o máximo possível de uma figura feminina no contexto de uma prisão.

A preocupação de Douglas (1988) com crenças de poluição e sua incursão nos corpos é análoga à preocupação etnográfica que emergiu de nossas conversas em campo. Isso porque, para Douglas o corpo é constituído justamente nos limites dados pelas crenças de poluição que, ao marcarem posturas, gestos e modos de troca, definem o que é um corpo em si mesmo.

³³ Para uma análise mais profunda das transações econômicas na prostituição, conferir sessão 3.3.2 abaixo.

Portanto, o corpo é construído relacionalmente e é nessa medida que “as vezes orifícios corporais representam pontos de entrada ou saída de unidades sociais” (*id.*:4). Da forma como a leio, a sistematização de Douglas induz uma concepção de corpo em que ele é justamente a expressão de um território moral. É dessa maneira, portanto, que a moral codifica o “elemento sinistro”, o abjeto em relação à higiene moral que a composição de um corpo deve ter. A substância pegajosa do sujeito “amoral” (aquele que não subjugou a sua vida em algum nível ao código moral e que escapa aos seus valores) agrega valor a tudo o que toca e às suas atividades. É por isso que a coerência interna da regra de contato sexual na PJPN implica em uma higiene moral dos *ladrões*, ela prescreve uma espécie de cuidado do *ladrão* com o corpo e conseqüentemente, com o *crime*.

Dessa forma podemos ter uma noção mais clara do tipo de forças que atravessam a constituição de um sujeito moral impermeado de relações consideradas perigosas. A definição de abjeto, como a conduz Butler (1990) ilustra o tipo de racionalidade moral que atravessa o território marcado pelo *crime*.

O "abjeto" designa o que foi expulso do corpo, descarregado como excremento, literalmente tornado "Outro". Isto aparece como uma expulsão de elementos alienígenas, mas o alienígena é efetivamente estabelecido através dessa expulsão. A construção do "não eu" como abjeto estabelece os limites do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito. (*id.*: 169)

Se o radicalmente outro é a expressão do que um *ladrão* não deve ser, seus corpos só podem interagir com o de uma *mona* nos pontos em que se distinguem drasticamente, sendo essa a característica magnética associada ao *cu*. O *cu* de uma *mona* é o ponto central da relação sexual e circundado de perigos morais, é por onde flui o desejo do *ladrão* pelo feminino da *mona*. O *crime* produz nas *monas* um corpo abjeto, mas também triangula suas partes separando o que é perigoso e o que é desejável, para depois, em outro nível, classificar ações que são associadas às distinções sexuais e morais entre perigosas e desejáveis. Em todos esses níveis podemos ver uma dinâmica similar: a mesma moral que produz uma separação tão radical entre partes corporais, sujeitos, grupos e objetos, prevê a aproximação e a relação entre eles.

Durante minhas visitas à PJPN muitas *monas* abordaram a atmosfera de assédio que era criada ao redor de seus corpos. Era comum ouvir de uma *mona* que ela tinha deixado o *ladrão louco* de desejo. O desejo intenso aparecia especialmente no relato de *envolvidos* que me explicaram como se transformaram, depois de cederem aos sentimentos amorosos ou ao desejo

de se abrirem às relações sexuais na prisão, uma antiga fraqueza diante a presença das *monas*. Depois de se transformarem em *envolvidos*, os antigos *ladrões* costumam cair na rotina das *celas cabaré* e no clima constante de flerte e sedução da *galeria rosa*, pois suas ações não são mais contíguas ao *crime*. Além disso, muito se dizia em minhas conversas da forma como as *monas* se vestiam e se portavam no pavilhão, com roupas provocantes, “mostrando a calcinha e a popa da bunda” como me disse um *envolvido*, dançando funk nos pátios, mandando beijos e piscando para os *ladrões*. Léo, a respeito do desejo dos *ladrões* por seu corpo, certa vez me disse “você não sabe o poder que uma calcinha tem nessa prisão”, um acesso à feminilidade profundamente desejada em um corpo que é em si a confluência do desejo e da aversão. Além disso, as *monas* faziam o que chamavam de *pegada*, movimento que consiste em agarrar o pênis do *ladrão*, depois de que sentiam que o ato não seria devolvido com uma represália e sinal de que o *ladrão* gostaria de um posterior programa. Como bem o resumiu Léo, demonstrando a proximidade entre desejo e aversão:

Eu posso fazer sexo oral em você, você pode fazer anal em mim, mas se beijar na boca ou fizer carinho dá merda. Claro que depois pode não dar nada, no entanto ele mesmo [o *ladrão*] pode se assumir como *envolvido* ou então a *mona* pode usar chantagem depois pra conseguir regalias. Também, o *ladrão* pode jogar a *caminhada* [se referindo à trajetória do *ladrão* no *crime*] pro alto porque se apaixonou por uma *mona*.

As *monas* por vezes eram vistas como detentoras de um poder diabólico de confusão e sedução, afirmado por elas mesmas. Eva, por exemplo, afirmava que a sua “alma feminina” e seu desejo por homens era uma maldição promovida por alguma força transcendente. Ela dizia saber que era errado o que fazia, que queimaria no inferno por “ser homossexual” mas, ainda assim “a carne é fraca e se Deus me deu esse fardo, só ele pode tirar”. Os *ladrões*, pela perspectiva das *monas*, desejavam o feminino de seus corpos de maneira desesperada, seja por carência ou desejo sexual. Diante a situação de clausura, várias *monas* me afirmaram (talvez exageradamente, talvez não) que praticamente toda a *população* era cliente dos serviços sexuais da *galeria rosa*³⁴.

³⁴ É interessante notar como o que nos diz Padovani (2015) a respeito dos *Sapatões* em cadeias femininas reverbera o tipo de tentação e de risco que as *bichas* apresentam em cadeias masculinas. Uma de suas interlocutoras afirma: “Os sapatões são a tentação. Eles são lindos, arrumados, cheirosos, usam chinelo de homem, perfume de homem, são gostosos, sabem chegar” (*id.* 47) Os *sapatões* eram um risco, justamente para mulheres que

Desse modo, quando consideramos o corpo do *ladrão*, é necessário que observemos que as restrições que ele sofre existem para conter um desejo latente de aproximação que só pode fluir por uma via controlada e balanceado com o sentimento de abjeção em relação ao que é masculino no corpo e no desejo da *mona*. Ainda assim, a proximidade controlada entre *população* e *galeria rosa* cria uma intensa atmosfera de desejo, que necessita de fuga, extravasamento e produção de mais desejo e é justamente essa função que é atrelada ao parâmetro moral do *crime*: o erotismo que a proximidade entre o desejável e o pernicioso produz no território moral da prisão.

Quando falo de erotismo, procuro aproximar as forças opostas contidas no balanço cismogenético entre *população* e *galeria rosa* do que nos diz Bataille (1987) em sua célebre definição de erotismo. Para o autor, o erotismo como “arte do amor para além da reprodução”, consiste na relação inconciliável entre o interdito e a transgressão. O “erotismo dos corações” e o “erotismo do corpo”, nos termos do autor, consistiriam na inclinação do sujeito sobre a morte, o tangenciar da morte, que aproximaria o homem da dissolução de sua existência descontínua, e por isso a morte aparece com interdito maior, pois supõe a violência máxima e primordial contra a descontinuidade entre os seres. O erotismo, portanto, se situa entre o desejo da mistura, o desejo de “substituição de uma descontinuidade persistente por uma continuidade maravilhosa entre dois seres” (*id.*: 15), mas que não existe sem a violência e sem a sua parcela de morte. É nesse sentido que o código moral, que marca a interdição do contato com o corpo das *monas*, produz um erotismo, porque a cismogênese entre *população* e *galeria rosa* prevê que a aproximação do *ladrão* do objeto de seu desejo significa a morte do *crime* em seu corpo. A transgressão da regra, por sua vez, só não ocorre caso o *ladrão* consiga, em seu mundo interior, fazer prevalecer o *crime* sobre o desejo de mistura, de tocar, sentir. No entanto, é justamente disso que se trata o erotismo de Bataille, a atividade erótica não consiste na dissolução completa da existência descontínua, mas convém que a vida humana é produzida na inclinação sobre a morte. Assim, o erotismo provém de um movimento de aproximar-se do

mantinham relações com homens na *rua*, por vezes *ladrões*, *irmãos* do PCC, e viam a presença dos *sapatões* como algo a ser evitado.

risco, de uma morte possível, assim como os *ladrões* que ao se relacionarem com as *monas*, põem em jogo as suas existências como *ladrões*.

A aproximação da teoria de Bataille com o erotismo que encontro na separação e aproximação entre *ladrões* e *monas*, deve ser feita com algumas reservas, pois o autor indica uma relação de dimorfismo sexual essencial que marca a diferença entre os sexos como entre homem e mulher. Além disso, a violência exigida na transgressão, em seu argumento, é sempre conduzida em direção à mulher, pois em sua teoria heterossexual do erotismo, a característica ativa do masculino e passiva da mulher é ressaltada pela noção de violação. Ainda assim, a análise dos padrões de comportamento inseridos no código moral do *crime* insiste justamente na manutenção de uma ordenação heterossexual dos *ladrões*. Se o código moral pretende separar os corpos e atitudes dos *ladrões* e *monas*, é justamente porque a tensão do limite entre os corpos reside na feminilidade incompleta das *bichas* e *travestis*. Incompleta na perspectiva do *crime* que, a todo tempo insiste em separar de seus corpos que é masculino em um corpo onde o *cu* não substitui a vagina, mas é produzido como vetor de escape de um desejo pelo feminino. Nesse sentido, a binaridade que Bataille reforça em seu argumento não é encontrada nos corpos que transicionam os limites de gênero, mas é idealizada no código moral heteronormativo do *crime*. Como vimos o código intenta produzir a imagem ideal de dois conjuntos separados, para controlar seu encontro. Se os corpos das *monas* são vistos simultaneamente em suas características masculinas e femininas, o *crime* intenta justamente forçar a binaridade heterossexual nas relações de prostituição.

É justamente nesse desejo de separação, postulado como regra, que o *crime* incita a atmosfera erótica em relação às *monas*. Para Bataille a transgressão violenta é o que propicia a emergência do erotismo. Na PJPN a relação sexual entre uma *mona* e um *envolvido* é definida pelo código moral que separa de um lado o masculino e de outro o feminino e nesse sentido é a transgressão dessa regra que produz erotismo. A regra que descontinua é a mesma que induz a mistura, pois o *crime* separa o corpo do *ladrão* mas esse é um corpo que deseja. Esse desejo atravessa o território moral e sua cisma e o que é proibido toma contornos de sedução. O *crime*, que pressupõe que o *ladrão* pode fazer sexo com a *mona*, mas prescreve a transformação do *ladrão* caso transgrida a fronteira fundamental, reconhece nesse instante que o desejo existe, e ao produzir uma fresta para que ele escape, faz dessa fresta o ápice do desejo. A fresta na

membrana que separa como a estética de um ponto de interação social - é a metáfora exata do *cu* como centro do delírio do *ladrão* com o feminino. Assim, desviar da carga analítica de Bataille em relação ao binarismo homem e mulher, consiste na prisão, em transferir essa dinâmica às forças demarcadas pelo código moral, que se constitui em moldes binários de classificação que remetem à imagem ideal do dimorfismo expresso pelo Bataille. É aqui que a perspectiva de Leiris (2001), que compartilha do solo conceitual de Bataille, explicita o magnetismo de atração e repulsão entre a transgressão e o interdito:

Assim como a morte subjacente dá cor à vida, assim o pecado, a dissonância (que contém em germe, que sugere uma destruição possível) confere beleza à regra, arranca-a de seu estado de norma enrijecida para fazer dela um polo ativo e magnético – do qual nos destacamos ou para o qual tendemos. (:39)

É nesse sentido, que finalmente, podemos dizer que a gestão das forças contrastantes de desejo e aversão, marcadas pela higiene moral e pelo desejo, produzem um erotismo da *população* em relação à *galeria rosa* justamente na regra que se justifica como manutenção de suas masculinidades. É esse balanço, disperso em níveis distintos, o que procurei demonstrar nessa sessão. O interdito e o desejo de transgressão permeiam o território intensivo da prisão de maneiras distintas, que invadem corpos, objetos e povoam os modos, as relações.

Ademais, nesta sessão espero ter dado uma noção de uma teoria do *crime* por meio da *galeria rosa*, visto que minha descrição analítica se edifica especialmente nos relatos das *monas* e *envolvidos* a respeito dos *ladrões*. Como podemos ver diante a preocupação que os *ladrões* têm com seus corpos e suas existências no *crime*, somente o relato das travestis e *bichas* com quem eles se relacionam dá margem à compreensão dessa dinâmica como ponto de insurgência de um erotismo em relação aos seus corpos. É diante delas e da ambiguidade do que sentem, que os *ladrões* se dobram radicalmente, no manejo plástico do risco e da exasperação do desejo. Cria-se aqui uma relação com a visão do outro do que o cria como “outro”, relegado a uma posição bastante específica dentro do território moral da prisão, que é justamente o tema da próxima sessão.

1.3 Território existencial a partir da *Galeria Rosa*

No decorrer deste primeiro capítulo, a descrição etnográfica avançou por alguns níveis de uma moralidade que referencia especificamente a conduta dos *ladrões*. *O crime, o proceder, o sujeito homem*, são conceitos projetados como um parâmetro moral, sob o qual se constituem as relações dos *ladrões* com a *galeria rosa*. O que espero ter deixado claro é que a moral disputada em condutas e posturas, é uma onda de imitação cuja frequência deve reverberar no corpo dos *ladrões*, na regulação de forças de abjeção e atração entre *ladrões* e *monas*, e por isso delimitei, nesse zoom perspectivo, que a moral dos *ladrões* é o parâmetro de relações entre extremos, especialmente no que condiz às condutas sexuais e emocionais.

Nesse subcapítulo, a descrição etnográfica ganha a perspectiva das *monas*, no intuito de compreender as possibilidades de movimento de sujeitos que não compartilham da mesma moral que os *ladrões*, mas produzem seus territórios existenciais diante as forças de desejo e abjeção que são direcionadas a seus corpos. Ou seja, a despeito da separação entre *população* e *galeria rosa* e da consideração dos corpos das *monas* como focos simultâneos de abjeção e desejo. Meu foco nesta parte do trabalho será demonstrar que os pontos de limitação da conduta dos *ladrões* são justamente centros de produção de estratégia das *monas*. Busco considerar a posição singular em que se encontram as *monas* e *envolvidos* na conjuntura prisional, para observar as nuances estratégicas em que embrenham suas vidas, de maneira distinta dos *ladrões*.

1.3.1 Envolvidos, gays, bichas e travestis

Segundo minhas interlocutoras e interlocutores, na *galeria rosa* é possível que se compreenda a diferença das noções identitárias por uma gradação do considerado como masculino e feminino, dando cor ao espectro que intersecciona os dois polos. Nesse sentido, para as *monas*, um *ladrão* é, normalmente, a imagem de um homem em definição, visto como arquétipo ideal de masculinidade, que conserva sua postura sexual ativa, apresenta-se e é reconhecido como heterossexual (o que como vimos exige um esforço contínuo daqueles que desejam ser sujeitos morais). Já na *galeria rosa* os que se denominavam gays, eram tratados no masculino (como vimos, no exemplo de Alberto, um preso pode transitar entre diferentes classificações. Alberto tinha sido *ladrão, envolvido* até finalmente se definir como gay). Já um

envolvido, ainda que seja considerado como “homem” - e eles afirmam a si mesmos como heterossexuais - é visto (pelos *ladrões* e por diversas *monas*) em um grau inferior de masculinidade por não ser *ladrão* e por ser julgado por eles como sujeito amoral em relação ao *crime*. A despeito disso, um *envolvido* deve manter a postura de ativo sexual, e seus modos são considerados como masculinos no cotidiano da prisão. Eles são os *maridos* ou potenciais parceiros das *monas*, em relações que se pontuam pela definição de *marido* e *mulher* de raiz heteronormativa³⁵. Nesse sentido, na *galeria rosa*, os *envolvidos* são homens, mas homens próximos e por vezes julgados como homossexuais por elas, “se ele beija, faz sexo e transa com outro homem, ele é viado, igual eu”, disse-me uma *bicha*, que estrategicamente referiu a si mesma como homem.

Nesse sentido, algumas *monas* consideravam que os *envolvidos* não eram homens o suficiente para elas, já que eram parte da *galeria rosa*, ou que na verdade eram homossexuais que não queriam se assumir. Era comum ouvir uma *bicha* dizendo “aquele lá devia por uma calcinha de uma vez por todas”, sobre um *envolvido*. Dandara disse:

As monas têm que ter proceder e atitude, é o convívio normal da cadeia. Tem muita bicha que fica talaricando [talaricar é o ato de assediar alguém que já é comprometido], eu gosto mais é de ficar com a população, é menos problema. (...) os envolvidos devem respeito às monas, se não tem bicha não tem envolvido. (...)

Dandara se recusava a sair com *envolvidos*, por considerar que eram sujeitos imorais e que usurpavam das companheiras. Com essa frase, no entanto, ela buscava classificá-los em um grau de inferioridade em relação às *monas*, que tem como resíduo a noção de “puto”, utilizada no período *das antigas* por *ladrões* que buscavam inferiorizar a conduta de presos que saíam com *monas*.

Para dar conta de se manterem como “homens”, ainda que engajados com *bichas* e travestis, os *envolvidos* costumam presar pela postura ativa no ato sexual e dessa forma, se incluíam no lado oposto do que Fry (1982) denomina como “modelo hierárquico” de homossexualidade, um sistema taxonômico ligado às classes sociais. No “modelo hierárquico”

³⁵ Outras análises da constituição de casais de *monas* e *envolvidos* pelo parâmetro normativo heterossexual serão conduzidas nas sessões 3.2.1 (pelo viés do *amor* romântico) e 3.3.1 (nas dinâmicas associativas da condição de casal), abaixo.

todas as identidades sexuais seriam atravessadas pela disposição dual que se resume em masculinidade/atividade sexual vs. feminilidade/passividade sexual. Nessa perspectiva, a categoria “homem” abarca todos os indivíduos que mantêm a posição “ativa” na relação sexual. Já os homens “passivos” se tornam híbridos de características anatômicas masculinas e de gênero femininas, as “bichas”. É interessante notar como essa divisão se parece com o que é produzido nas relações entre *monas* e *envolvidos*. Os casais, normalmente narravam suas relações como “casais normais” significando um casal heterossexual entre um homem e uma mulher. As *monas* chegavam a dizer “eu sou a mulher e ele é o homem da relação”, e nesse sentido, produziam uma vida conjugal que atualizava a norma. Esse é o sentido da ridicularização promovida pelas *monas* do *cabaré* em direção aos *envolvidos*, pois a noção de “puto” era articulada como um ataque ao “calcanhar de Aquiles” dos *envolvidos*: o desejo de manter sua masculinidade, como homens heterossexuais, ainda que fossem parte da *galeria rosa* e expulsos da *população*.

Os *envolvidos* se dizem heterossexuais, pois em sua apreensão, o papel ativo na relação sexual e o deslocamento que produzem nos corpos de suas parceiras, permite que elas sejam a parte feminina de um engajamento amoroso, “como uma mulher”. Nesse sentido, o sistema hierárquico, visto pelo viés dos *envolvidos*, se resumiria em: homem heterossexual/atividade sexual, homossexualidade/passividade sexual, ou seja, homossexual é quem dá o *cu*, o gay passivo, a *bicha*, a *travesti*. O *envolvido* é um homem que perdeu seu solo moral compartilhado com os *ladrões*, e que agora, parte da *galeria rosa*, depende do reconhecimento das *bichas* e *travestis* de sua masculinidade para prosseguir como um sujeito masculino. É por isso que a fala de minha interlocutura que diz “se não tem *mona* não tem *envolvido*” é tão poderosa. Ela não se refere exclusivamente ao fato de que *envolvidos* só existem porque têm *monas* para se relacionar, mas especialmente pelo fato de que a masculinidade deles agora depende exclusivamente do tipo de dinâmica sexual e afetiva que produzem com suas parceiras. Para que um *envolvido* seja visto como homem, a sua parceira deve considerá-lo como homem, como seu *marido* e como vimos, mesmo para algumas *bichas* e *travestis*, os *ladrões* são a atualização do ideal de “homem de verdade” e não os *envolvidos*. É por isso que Japonês, um *envolvido* com quem conversei, e que se orgulha de sua posição, diz “tem *envolvido* que sai falando que

dá o cu e etc, eu não curto isso não, isso mancha a dos envolvidos, tá ligado? Porque não vira bicha de uma vez? ”

O caso das *bichas* e *travestis* caracteriza outra posição no território da prisão, a partir do momento em que são referidas e consideradas por nomes femininos e tratadas assim pelos *ladrões* e mesmo pela administração da prisão; as *bichas* preferem ser chamadas no feminino, e expressam esta feminilidade latente em seus modos e gestos, em como falam, andam e se prostram³⁶. O que diferencia as *bichas* das *travestis* é meramente o fato de não terem se submetido a cirurgias de implantes de silicone ou modificações corporais significativas causadas pelo uso de hormônios anterior à prisão. Ademais, as *bichas* costumam ser pessoas em processo de transformação para *travestis* e que foram presas sem completar a metamorfose que buscavam na *rua*. Deste modo, a ocasião da prisão obriga as *bichas* a se fixarem na etapa primária de um processo de transformação conhecido pelas *travestis* como *se montar*. Mesmo para as *travestis* que foram presas depois da *montagem* completa, a prisão impede processos cotidianos e indispensáveis para seus projetos de vida, que são interrompidos; elas não têm acesso aos hormônios e produtos de beleza que precisariam. Na prisão, a diferença entre *bichas* e *travestis* se refere justamente a quão avançada a *mona* estava em sua *montagem* antes de ser presa. Essa distinção rígida que faço, no entanto, não significa que *travestis* não sejam tratadas pelo termo *bicha*, ou *viado*, pois elas representam mais a atitude do que a expressão de uma

³⁶ A SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) anunciou a Resolução SAP-11, de 30/01/2014 que salienta os direitos das *travestis* terem sua identidade de gênero respeitada em cadeias masculinas. A notícia no site da SAP enuncia “A partir da data de publicação *travestis* e transexuais que estiverem em estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo deverão ter seus nomes, orientação sexual e identidade de gênero respeitados. Eles também poderão usar peças íntimas, feminina ou masculina, conforme seu gênero, além de poderem deixar o cabelo comprido. Os presos que passaram por procedimento cirúrgico de transgenitalização poderão ser incluídos em unidades prisionais do sexo correspondente. As medidas valem também para transgêneros que são visitantes dos detentos e das detentas”. <http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not365.html> (acessado em 25/02/2015). Durante minhas visitas a penitenciária, pude acompanhar como essa resolução começou a ser incorporada nas disputas entre *monas* e agentes prisionais. Elas usavam o argumento de que “homofobia é crime” para contornar possíveis represálias. No início de minha pesquisa ouvi muitas reclamações de *monas* que deixaram empregos ou de ir nas aulas da escola, por agentes que implicavam e queriam cortar seus cabelos, que falavam “isso é uma cadeia masculina”, e exigiam usar os nomes masculinos ao tratar das *monas*. Esse tipo de represália, que abordei em minha monografia de conclusão de curso (Boldrin, 2014) diminuiu muito na medida que essa resolução alcançou o saber das *monas*, gays e envolvidos, e um papel com seu texto foi pregado em uma parede da *galeria rosa*. Além disso, é importante notar que mesmo sugerindo o respeito e aceitação das diferenças sexuais e de gênero na prisão, a redação deste comunicado é ainda realizada no masculino. Para uma abordagem mais atenta dos direitos de identidade de gênero nas prisões de São Paulo, conferir artigo recente de Zamboni (2016), que tratou da “(des)construção” das *travestis* e transexuais em situação de cárcere como “sujeitos de direitos”.

separação. No entanto, uma *bicha* sem modificações corporais dificilmente seria tratada como travesti. Essa divisão tem efeito, especialmente, para dar conta das disputas e hierarquizações que se produziam na *galeria rosa*, onde quão mais feminina uma travesti é, mais desejo ela vai atrair, e com isso mais *status* entre as outras.³⁷

O que é importante definir nesse momento, é que em vários momentos, às vezes estrategicamente, *bichas* e *travestis* tratavam de si mesmas como homens gays e salientavam essas diferentes noções sobre si mesmas circunstancialmente. Quando me apresentava para uma nova *bicha* ou *travesti*, elas sempre se mostravam satisfeitas com a minha ênfase em querer saber seu *vulgo*, e não o nome masculino que constava em seus registros. Isso não impedia, que por vezes, especialmente quando buscavam se diferenciar produzindo uma crítica à masculinidade de *ladrões* e *envolvidos*, elas se definissem como “homens homossexuais”, e insinuavam que o desejo homossexual era o princípio de suas mudanças corporais. Eva, em um de nossos encontros, afirmava “eu sou um homem que gosta de outro homem, a carne é fraca, mas eu acho isso errado”. Essa interlocutora em específico, tinha implantes de silicone nas nádegas, seios e lábios, além de um longo histórico de uso de hormônios femininos na *rua*. Em outro momento, a respeito da ausência de hormônios e produtos de beleza básicos na penitenciária, ela me disse “eu sou uma flor, se não regar eu seco. Na rua eu tinha muito glamour, aqui dentro não tem mais, eu preciso sair daqui”. Ou seja, Eva buscava se transformar o máximo possível, ser bela, desejável e feminina em todos os seus atributos, ainda que simultaneamente considerasse seu desejo por homens como uma característica homoerótica.

³⁷ Como vemos, para além da atividade ou atividade sexual, as noções de *bicha*, *mona*, travesti e até mesmo a de *ladrão*, são complexas e abarcam a produção de diferenças que não se encaixam na simples classificação que esboço. Essa classificação, que trata de um espectro entre masculino e feminino é, por sua vez atravessada pela produção de diferenças nomeadas por Perlongher (1987) como “tensores libidinais”. Com isso, o autor desejava implicar na análise das categorias sexuais uma complexidade ausente no modelo de Fry, pois percebeu que, entre os michês com quem estudou, elementos como raça e classe social produziam desejos específicos. Na prisão, uma série de tensores são promulgados nas relações, especialmente no que condiz a situação financeira ou status político. As *monas* por vezes desejam sair com os *ladrões* porque o *crime* em seus corpos é atraente. Há desejo pelo *crime*. Outros casos, como o de uma *bicha* que era professora na *rua*, com conexões mais estabelecidas, fazia de seu corpo um centro de desejo especial por uma situação econômica e de status social. Esses tensores libidinais que povoam as relações serão melhor abordados no capítulo II, na demonstração das dinâmicas internas das relações amorosas.

As falas de Eva reverberam grande parte das perspectivas das *bichas* e travestis com quem conversei. Ainda que desejem ser reconhecidas em suas feminilidades, arraigadas às posturas e sensibilidades, nenhuma delas expressou o desejo de retirar seus pênis, denunciando fisicamente que a “alma feminina” que diziam ter – característica vista, ao ser corporificada, como principal elemento atrativo para *envolvidos* e para presos que não tinham visitas de mulheres – não significava desejo por uma transformação completa em mulheres, como as transexuais³⁸. As *bichas* e *travestis*, atravessam o binarismo sexo/gênero na fluidez com que transitam entre o masculino e o feminino, o que permite que os estudos de gênero as definam como “transgênero”. Essa definição implica que ao produzirem corpos e subjetividades femininas ao mesmo tempo que não abdicam de seus pênis, e serem ao mesmo tempo “homens que gostam de outros homens”, as travestis desdobram a binaridade entre masculino e feminino, mas, ao mesmo tempo, afirmam essas distinções ao desprezarem a ideia de que, por exemplo, um homem tome uma postura passiva na relação sexual com elas. Para as travestis e *bichas*, os homens com quem se relacionam devem ser “homens de verdade”, pois não desejam que seus parceiros se atraíam pelas características masculinas de seus corpos.

No que toca as preferências no ato sexual, *bichas* e travestis não desejam que seus pênis penetrem o ânus de um outro homem, ainda que muitos dos clientes em programas peçam secretamente para serem penetrados ou para *chuparem seus paus*, o que elas fazem nos

³⁸ A literatura de gênero costuma associar diretamente a noção de travesti as classes sociais mais baixas. Tanto Pelúcio (2006: 525), quanto Benedetti (1998) definem a maneira como as travestis concebem a si mesmas através de um “holismo” típico da visão de mundo de classes econômicas menos abastadas. Nas palavras do autor: “Nesta configuração holista que valoriza as questões relacionais, a ênfase da identidade social parece recair sobre a questão da corporalidade, que por sua vez está impregnada pela ordem moral. O corpo é concebido nesta configuração holista de valores como uma dimensão físico-moral, onde a ordem sensível e a cognitiva se imbricam e sobrepõem, contrastando com as dicotomias excludentes do tipo biológico/psicológico características da configuração individualista moderna” (Benedetti, 1998: 7). Apesar de considerar demasiado generalista a explicação que associa essas noções de gênero complexas às classes sociais, afirmo que durante minha pesquisa de campo não encontrei na prisão nenhuma pessoa que se definia como transexual ou que pretendia realizar cirurgia para a retirada da genitália masculina. A associação da travestilidade com as classes mais baixas têm fundamento na prisão onde a imensa maioria é negra e pobre. As travestis com quem conversei eram em sua grande parte prostitutas, usuárias de droga e tinham uma vida na *rua*, de onde buscavam tirar sustento e financiamento para se montar. Algumas *bichas*, e gays, como Léó, que era professora na *rua*, eram exceções, e buscavam com isso se diferenciar da *galeria rosa*, assinalando uma certa superioridade em suas posturas.

programas³⁹. Segundo minhas interlocutoras, mesmo na *rua* seus *maridos* devem agir como “homens de verdade”, ativos, dominantes e com porte físico acentuado. Nesse sentido, elas diziam que gostavam de homem, e por homem, muitas vezes era compreendido exatamente o que os *ladrões* diziam a respeito de si mesmos. Essas definições, que aloca as travestis em uma posição fluida entre os termos binários de gênero, são afirmadas por Benedetti (2005), em um estudo sobre o processo de *se montar* das travestis:

É um feminino que não abdica das características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre esses polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica dos ingredientes de gênero. (: 96).

É bastante claro, no entanto, que para as *bichas* e *travestis* na PJP, a construção como sujeito feminino é definitivamente dominante aos aspectos masculinos de seus corpos, ainda que não busquem extrair os pênis (e que por vezes falem de si mesmas como homens), elas não querem ser vistas como “homens”. Ao parear as noções apresentadas anteriormente sobre como os *ladrões* desejam apenas os aspectos femininos das *monas* com a descrição do que as *monas* desejam em seus parceiros, notamos que os desejos não são necessariamente incongruentes, pois elas querem ser desejadas por suas características femininas. Os *ladrões* produzem uma visão das *monas*, ao considerarem simultaneamente a feminilidade exacerbada e desejável, e a masculinidade simultânea de seus corpos, de homens homossexuais que desejam ser femininos. Quando um *ladrão* se deita com uma *mona*, ele tem um aparato moral que o auxilia a separar o masculino (o pênis e a homoafetividade) do feminino (o *cu* e a boca de um corpo construído em consonância com a “alma feminina”). Deste modo, as *monas* possuem atributos de gênero deslocáveis de seus corpos: o gênero do *cu* não é necessariamente o gênero de um corpo, e o *ladrão* se empenha em separar as coisas e deslocar a *mona* de seu *cu*, justamente para inocular de si o contágio expresso na masculinidade simultânea daquele corpo.

As *monas*, ainda que transitem entre os gêneros, têm como motivação existencial a busca incessante pelo acentuar de suas feminilidades. Na cadeia, no entanto, essa busca depende de maneiras de atravessar os empecilhos dados pela instituição. Mesmo que na PJP, uma cadeia de *oposição*, elas possam se expressar e vestir como bem entendem, não é permitido o

³⁹ Os *envolvidos* preferem não ver o pênis de suas *esposas*, pois focalizam exclusivamente as características femininas de suas parceiras, salientadas pelas calcinhas e tops. A respeito do caráter contratualista dessas relações de prostituição, conferir sessão 3.3.2, abaixo.

uso de hormônios femininos, nem a entrada de produtos de beleza muito desejados pelas *monas*. Elas constantemente reclamavam da falta de cremes corporais, instrumentos de depilação, maquiagens e roupas femininas, que, no entanto, elas substituíam com hábeis improvisações. As *monas* usavam a tinta de canetinhas, com algodão e água, para maquiarem as bochechas, e o que chamavam de *borra*, fumaça que recolhiam de um prestobarba queimado, para fazer sombras nos olhos. As bocas também eram pintadas com canetinhas, e os cabelos pintados com papel crepom. A capacidade das *monas* de fazerem boas maquiagens dessa maneira adaptada era impressionante, ao ponto de no início de minhas visitas ter demorado semanas até questionar como elas vinham maquiadas em nossos encontros. Apesar da perícia que tinham em maquiar seus rostos, fiquei sabendo de travestis que tinham problemas de saúde causados por esses procedimentos, uma *bicha* adquiriu brotoejas nos olhos e outra quase ficou cega por utilizar fluido de pilhas para se maquiar. A utilização desses procedimentos era vista como inevitável para as *monas*, que na *rua* buscavam *se montar* à perfeição, e o fato de se arriscarem ao realizar esses procedimentos demonstra o sentido e a intensidade de suas ações.

Na cadeia, a falta de hormônios provocava vários efeitos no corpo das *monas*, o que era expresso de diversas formas por minhas interlocutoras: me diziam “o sangue fica fino, a pele ruim”, me apontavam os gogós nas gargantas que começavam a aparecer, os seios e nádegas caíam e as formas femininas se criavam meramente pelas posturas que adotavam, formas que se criavam intensamente. Além disso, tiravam a barba dos rostos “pelo por pelo” com pinças, pois a raspagem com lâmina ocasionaria inevitavelmente que a barba engrossasse. A ausência de hormônios acentuava a diferença entre *bichas* e *travestis* e muito se dizia daquelas que tinham silicone e seus efeitos no pavilhão. As travestis que eram *toda feita*, ou seja, que tinham se transformado completamente, tendo próteses – de silicone industrial, implantados na *rua* em operações clandestinas pelas travestis que são denominadas *bombadeiras* – nos seios e nádegas, as vezes nos lábios e pernas, normalmente se recusavam a sair dos pavilhões em receio de represálias das agentes prisionais. Elas eram vistas como “rainhas do pavilhão”, ou como era dito “os cus de ouro da cadeia”, travestis que “parecem uma menina mesmo”, ou que “parecem bonecas”, e eram motivos de desejo constante dos presos. As *bichas*, por sua vez, mantinham a postura feminina, ainda que não tivessem implantes, e eram amplamente reconhecidas como sujeitos femininos na prisão, especialmente pela união entre a expressão performática do

feminino com a adaptação de maquiagens e roupas. Cabe salientar as capacidades impressionantes que tinham na adaptação de roupas masculinas, a única fonte de peças além das ocasionais doações de visitas de presos que simpatizavam com elas. Em um dia frio, uma travesti apontou minha jaqueta de moletom e disse “com essa blusa eu faria uma saia, um top, e mais alguma coisa”, ela pegou o tecido das mangas e pareceu calcular com os olhos a passagem de minha blusa para o seu corpo.

Apesar disso, a “alma feminina” que possuíam não era atrelada exclusivamente às modificações corporais, pois segundo minhas interlocutoras, o processo de *se montar* nada mais é do que a expressão material em seus corpos de uma subjetividade anterior. Minhas interlocutoras, quando descreviam suas histórias traçavam distintos arranjos que explicavam a alma feminina em seus corpos. Evelyn, uma travesti cuidadosa com seus cabelos vermelhos que desciam até os ombros, e implantes nos lábios, traça a origem de sua “travestilidade” atrelada a um arranjo cosmológico. Sua mãe, uma prostituta alcoólatra e frequentadora de terreiros de umbanda e candomblé, ao saber que estava grávida, entregou sua potencial filha à uma *pomba-gira*, entidade relacionada intensamente ao feminino exagerado, de modos exacerbados. A mãe de Evelyn fugiu, perto do momento de ter o “filho”, do pai, também alcoólatra e considerado como um risco pela mãe de Evelyn. Evelyn nasceu em um canavial, e passou seus primeiros dias de vida se alimentando do caldo e bagaço da cana. Sem condições para criar o “filho” recém-nascido, a mãe entregou o bebê para a adoção, o que foi sinal, para Evelyn, de um novo elemento na criação de sua *alma feminina*, pois sua mãe de criação era também muito religiosa, mas cristã, e meses antes tinha feito uma promessa para que *Nossa-Senhora Aparecida* trouxesse uma menina para que ela cuidasse. A *mãe de criação* de Evelyn, desse modo, viu o bebê menino crescer menina, o que a trouxe felicidade. Segundo Evelyn, seu nascimento nos entremeios desses arranjos cosmológicos produziu em seu corpo a *alma feminina*, realidade inevitável desde criança.

A visão de Evelyn a respeito da relação entre sua feminilidade e as *pombas-giras* não é exclusiva, visto que muitas de minhas interlocutoras afirmavam “ter uma *pomba-gira*”. Samanta, outra interlocutora de pesquisa, exercia a função de descobrir, intuitivamente, quais eram as *pombas-giras* de outras *bichas* e travestis e se afirmava como a *pomba gira rainha do cabaré*, o que implicava certa posição de liderança e operatividade entre as outras. Além disso,

escreveu em meu caderno de campo uma lista dos “exu-fêmeas” (outra maneira de se dizer *pomba-gira*), em que cada qual se associa a certo arquétipo de feminilidade. As *pombas-giras* listadas são “Maria-Padilha”, “Maria-Mulambo”, “Maria-do-Bagaço”, “Sete Saias”, “Cigana”, “Dama da Noite”, “Luziara”, “Maria-Guitéria” e “Pomba-gira Menina (ou Escrava Anastácia)”, e representavam, para várias de minhas interlocutoras, imagens vivas de suas feminilidades. Segundo Samanta, as travestis costumavam adotar a Umbanda ou o Candomblé pois “essa é a única religião que aceita a gente, pois as *pombas-giras* só descem [a incorporação é o método dessas religiões para a comunicação com entidades] em mulheres e homossexuais”. Segundo Samanta, o fato de uma *pomba-gira* *descer* no corpo de uma travesti era a confirmação *in loco* de suas *almas femininas*. Ainda assim, cultos de matriz africana não ocorrem na prisão, pois segundo ela “a cadeia tem muito sofrimento acumulado, muita gente que morreu de jeitos terríveis, e isso não atrai coisa boa”.

Além disso, a “alma feminina” das travestis é vista por vezes como o sinal de uma maldição, símbolo de um poder demoníaco de sedução, ou como sinal de uma existência condenada ao pecado, como Eva sugeriu, dada a inevitabilidade de seu desejo homossexual. Seus sonhos eram atormentados com visões do inferno, onde gárgulas terríveis vociferavam contra a sua existência. Esse tipo de relação, por vezes era apresentado como explicação para constante afirmação de que as “bichas são loucas”, dita muitas vezes em minhas conversas em campo. Se afirmava, por exemplo, que a tendência das *bichas* e *travestis* brigarem umas com as outras e com seus *maridos*. Elas expressavam um contexto relativamente caótico na galeria rosa, povoado de intrigas que relacionavam a essa *loucura*, enraizada em suas *almas femininas*.

A despeito dos arranjos cosmológicos que explicavam a essencialização das *almas femininas*, minhas interlocutoras expressavam o início da percepção de si mesmas como travestis já na infância, e associavam o florescer desse saber de si mesmas às relações homossexuais que surgiam quando tinham em média 13 ou 14 anos. A grande maioria das *monas* que conversei vinham de lugares distantes de São Paulo, migrando em busca de chances de *se montar*, e eram geralmente abandonadas pela família que reagia negativamente às transformações do suposto filho. As histórias de minhas interlocutoras mantinham ressonância com a narrativa que Kullick (2008) fez das travestis em Salvador:

A medida que tais modificações vão se tornando mais aparentes, os meninos quase sempre são expulsos de casa ou a abandonam por livre iniciativa. Longe da família, eles estarão livres para explorar plenamente aquilo que sentem como sua natureza feminina. Acabam travando conhecimento com travestis mais velhas e experientes, e as vezes com amantes e clientes, pessoas que os aconselharão e ajudarão na tarefa de se aperfeiçoar e de se completar como um ser feminino. Esses meninos e adolescentes, então, passam a ingerir grandes quantidades de hormônio feminino e a usar roupas e acessórios de mulher permanentemente. Até o ponto de se verem na posição (...) de ser "bombadas", eles já terão vivido alguns anos como travesti e economizado o dinheiro necessário para adquirir definitivamente as características físicas que supõem definir a essência da feminilidade: características almejadas para torná-los atraentes aos olhos dos homens, e das quais dependem para se sentirem uma "mulher completa". (pag. 65 – 66)

Tendo em vista as conversas que tive na cadeia, pude notar que essas narrativas são parte integrante das razões pelas quais as *monas* acabam sendo presas, isso porque, na *rua* muitas delas, ao se prostituem, acabam enfrentando *clientes* violentos ou se envolvem no tráfico de drogas, atividades que são vistas como fonte de dinheiro para *se montar*. A feminilidade das travestis e *bichas*, tanto fato como meta, é força propulsora de suas ações na *rua*, e se relaciona à maneira como transitam entre Estados, se engajam em relações comerciais e financeiras e especialmente, no relacionamento com os homens que encontram em suas vidas. É por isso, que quando são presas, a reclusão se abate sobre seus corpos intensamente e acrescida de restrições que superam as de um *ladrão*. Para realizar a natureza feminina que encontram em si mesmas, as travestis e *bichas* precisam, como vemos, de um processo complexo de transformação que é interrompido na ocasião de suas prisões, ainda que adaptem roupas e maquiagens, se prostituam e se casem na cadeia. Além disso, a duração de uma pena costuma também ser a duração de um precioso período de juventude, no qual a transformação seria necessária para que suas vidas estivessem no ápice.

Nesse sentido, a intensidade da feminilidade que expressam as *bichas* e travestis é inextrincável da forma como agem na prisão. A singularidade de seus corpos e posturas é, no jogo de forças dimensionais, o principal marcador e propulsor de seus territórios existenciais e de como atravessam o território moral da prisão. Como veremos a seguir, a feminilidade e o desejo expresso de torná-la cada vez mais aparente e desejável, por meio de várias estratégias, é causa e efeito de uma posição singular das *monas* e travestis em diversas escalas que remontam o percurso de minha dissertação até aqui: no sistema prisional paulista, na disputa entre PCC e *oposição*, nos pavilhões, nos limites do corpo do *ladrão* e mesmo do *crime*. Em minha descrição analítica, as *monas* são o limite e o ponto onde se percebe o limite: a borda.

1.3.2 Possibilidades na borda

“Você tá louco? Já estamos em 2014, isso não acontece mais”, afirmou uma travesti em reação a uma pergunta que fiz a respeito da ocorrência de abusos sexuais na prisão. A perspectiva de que os homossexuais são abusados e oprimidos na prisão é parte de um estereótipo, que como vimos, reverbera a frequente ocorrência de estupros e transformações forçadas de presos em *mulheres* de outros, que ocorriam no período *das antigas* do convívio nas penitenciárias. A literatura sobre prisões masculinas, por vezes, quando toca no assunto da presença de homossexuais, tende a atualizar a noção de que as *monas* são submetidas aos preceitos dos *ladrões* e subalternas às suas diretrizes. Dias (2011), trata dos homossexuais em uma cadeia onde está presente o PCC como oprimidos pela população prisional, cujos corpos são forçosamente utilizados para o transporte de drogas e celulares e vítimas de abuso sexual. A forma como a autora afirma uma dinâmica que “sinaliza o paradoxo de uma oscilação entre a distância e a proximidade radicalizadas” (: 212) foi discutida na sessão anterior, em que as forças de atração e abjeção foram expostas em sua forma discursiva e moral. A despeito disso, o olhar que proponho nesta parte coloca uma outra questão a respeito dessa realidade: o que podem as *monas* e *envolvidos*? Que movimentos e afetos são possíveis a seus corpos?

Para responder a essa questão, antes de mais nada, é necessário regular o prisma pelo qual é possível compreender um território existencial. O fato de as *monas* e *envolvidos* não compartilharem de um mesmo universo moral dos *ladrões*, delimita a capacidade que elas e eles podem ter em relação às políticas prisioneiras, especialmente no que se refere à presença de travestis e homossexuais em situação de cárcere. *Monas*, *bichas* e *gays* são excluídos(as) das facções criminais e dos debates em que se delimitam posturas de ação coletiva. Bastante simbólica, portanto, é a colocação dos *ladrões* em que eles se designam como *população*, distintos das *monas* e *envolvidos*, polarizadas enquanto “outros(as)”. A posição deslocada do centro de decisões coletivas potencializa a noção de que os homossexuais na prisão são oprimidos, na medida em que sua “não masculinidade” é razão para uma divisão de trabalhos e atividades que os relega posições inferiores na conjuntura prisional (Cardoso da Silva & Dias, 2010) e dá coro à noção distribuída em filmes e certo senso comum, de que homossexuais e travestis não têm nenhuma possibilidade de ação em relação à violência e poder de outros presos.

Nesse sentido, não é de se espantar que um primeiro olhar dedicado à presença de gays, *bichas* e travestis na prisão tende a considerar suas existências na condição de subalternas e abafadas pela preponderância masculina, pois como vimos, o ethos do *crime* é dominante no território moral da prisão. Além de apartadas das decisões que conduzem as políticas prisioneiras, as *monas* também não podem trabalhar na cozinha, lidar com a comida, *pagar boia* (distribuir as refeições para os presos no pavilhão), assumirem posições de prestígio como a de *faxina*, pois o contato de seus corpos com essas atividades ocasiona um perigo moral para os *ladrões*, sendo que por outro lado, lavam a roupa dos presos que trabalham e fazem a limpeza das celas em troca de *peças*, além dos serviços sexuais que provêm. A ausência de possibilidade de ação das *monas* e *envolvidos* nas políticas prisioneiras é sinal de uma falta de diligência destas(es) na forma como cumprem suas penas, mas considerar que as proposições dos *ladrões* a respeito das *monas* e *envolvidos* são suficientes para que vejamos suas vidas como estáticas e submissas é, ao mesmo tempo, desconsiderar a atuação de minhas interlocutoras e interlocutores na constituição de suas vidas.

Para compreender o território existencial das *monas* e *envolvidos* é necessário regular o mecanismo de descrição etnográfica e focalizar a amplitude que tomam as estratégias e metodologias das *monas*. A dificuldade em se observar as liberdades das *monas* envolve o debate trazido por Laidlaw (2002), no qual traça uma interessante crítica à noção de agência. Segundo o autor, essa noção implica que antropólogos considerem agência somente o que seus juízos fazem prevalecer como ações capazes de afetar o contexto social em questão, desconsiderando o que as pessoas experimentam como liberdade. Nas palavras do autor:

Agência é, portanto, um meio de identificar cujos atos são, em graus diferentes, estruturalmente ou transformativamente importantes, ou poderosos.(...) Quando aponta para questões de liberdade - ele faz isso de uma forma que é necessariamente e sistematicamente confundida com a questão da capacidade de poder que as escolhas têm em termos causais. (...) Como um índice de liberdade, o conceito de agência é preventivamente seletivo. (*id*: 5)

A perspectiva que se limita a considerar o lugar das *monas* como inferiores reverbera, em grande parte, a noção de agência criticada por Laidlaw, pelo efeito eclipsante que produz sobre as capacidades de ação de sujeitos que supostamente não seriam causa de nenhum efeito coletivo, que não tenham viabilidade de alterar ou se engajar em uma realidade prevalecente.

É, portanto, diante de outra concepção de liberdade, vista em um sujeito que promove um “exercício de liberdade, mas a liberdade que ele exerce é de um tipo definido, historicamente produzido”(id: 14), em que ele se engaja nos espaços e frestas de “modelos que ele encontra na sua cultura e são propostos, sugeridos, impostos a ele por sua cultura, sua sociedade, seu grupo social” (Foucault, 1984: 291). Essa visão de liberdade permite observar como as *monas* adquirem potência nas escolhas que fazem e na forma como levam as suas vidas quando criam linhas de fuga em relação às restrições que dizem respeito a seus corpos e atuação política.

Essa questão se esclarece quando consideramos que as *monas* são ao mesmo tempo o ponto focal de restrições morais que, apesar de dizerem respeito aos seus corpos, não prescrevem para elas uma ética como para os *ladrões*, e também o abjeto, outro excluído (Butler, 1990: 133), conjunto que determina o número de dimensões possíveis na medida em que *envolvidos* e *ladrões* são multiplicidades geridas a partir da existência das *monas*. O que as exclui também as singulariza. As *monas*, diferentemente dos *ladrões*, não correm o risco de se *tornarem outra coisa* pois são o objeto da interdição e não o sujeito moral que a problematiza. Seus movimentos no sistema prisional são conduzidos somente por estratégias que possam, em maior ou menor grau, aumentar as possibilidades de efetuação da constituição de si que desejam, ou seja, produzem movimentos que ampliam seu território existencial, esticam suas ações, proliferam feminilidades em reação a uma cadeia de efeitos restritivos que permeiam seu horizonte relacional. Como vimos, a interrupção do processo de *se montar* que acontece na *rua*, não é de forma alguma, sinal de que as *monas* não continuem a todo custo promovendo suas feminilidades, significando seus corpos e ações.

Para salientar esse aspecto focal, que enquadra as *monas* em suas capacidades de afetar, proponho que as *monas* estão na borda do convívio prisional. A posição de borda, em relação ao modelo que normaliza a vida na prisão, é que dá forma às possibilidades de ação únicas às *monas*, no contexto da PJP e dos fluxos que determinam o sistema prisional. O termo que empresto de Deleuze & Guattari (1997) designa a posição fronteira de uma multiplicidade, o ponto pelo qual é possível contar as suas camadas. Esta é a posição do anômalo em relação ao coletivo e utilizo o termo como uma forma de iluminar a posição de visibilidade deslocada na qual se encontram as *monas*. Estar na borda implica uma posição ao mesmo tempo interna e externa ao coletivo, comunicando dois polos distintos sem definir-se por nenhum deles. Busco,

com essa definição, encontrar as possibilidades de ação e de criação de linhas de fuga possíveis a partir dessa posição específica.

Quando digo que as *monas* estão na borda da prisão assumo que as “multiplicidades definem-se e transformam-se pela borda, a qual determina a cada vez o número de suas dimensões” (Deleuze & Guattari, 1997, vol. 4: 35), marcando, com isso, a *galeria rosa* como ponto de transformação e de profusão de linhas de fuga e de ação. Trato a borda como posição fronteira, na qual os movimentos dimensionais são produzidos tangencialmente ao *crime*. Nesse sentido, não se trata de produzir uma medida de quanto falta de agência às *monas*, mas de quantificar a potência das ações delas, em como afetam, produzem, expandem seus corpos. Estar na borda de uma moralidade é estar em constante movimento entre realidades distintas e nesse sentido, não significa assumir uma posição fixa das *monas* na prisão, mas justamente tonificar a especificidade da maneira como podem se deslocar e acessar diferentes territórios. Ou seja: como as *monas* criam linhas de fuga que atravessam a prisão, como engajam suas existências em movimentos que no oposto das forças reativas, fazem que seus territórios existenciais sejam ampliados?

Um primeiro exemplo de como *elas* se distinguem dos *ladrões* e *envolvidos* retoma a escala mais ampla, das dinâmicas apresentadas na sessão 1.1, do sistema prisional paulista e dos fluxos das políticas prisioneiras entre prisões. Com isso, veremos os movimentos possíveis das *monas* nas cadeias do Estado de São Paulo e como lidam, a partir de seus territórios existenciais, com as restrições e aberturas de movimentos, além de esclarecer o que quero dizer com a borda do sistema prisional, em comparação às possibilidades afetivas do *crime*. O caso é o das possibilidades de um(a) preso(a) cumprir pena em cadeias de *oposição* ou em cadeias marcadas pelo PCC. Por mais que um *ladrão* aja pelo *certo* na PJP, muito dificilmente sua transferência, o chamado *bonde* na prisão, seria permitida por membros do PCC, para quem os presos da *oposição* são considerados como *verme* e *coisa* e correm risco de morte, especialmente se forem associados de uma forma ou de outra à facções inimigas. Isso sem contar, que a alta presença de *artigos* nessa prisão faz da PJP um extremo de abjeção em relação ao *crime*. Dandara, a respeito do não envolvimento das *monas* nas políticas faccionais, me disse:

Eu sou o cu de ouro dessa cadeia, não tem essa de ficar marcado por ser de outro comando, bicha é bicha, não veste camisa, não tem facção, já passei por PCC, CRBC, neutra. O que importa é você saber andar na cadeia, ter pouca palavra, não sair falando dos outros.

Nesse sentido, para os membros *do PCC*, os *ladrões* da PJPN são mais abjetos do que as *monas*, para quem o *crime* não deve ser suposto em seus corpos, ainda que elas sejam *do crime* (mas nunca *o crime*). Para as *monas* a escolha entre cadeias *do PCC* e de *oposição* se constitui em outros termos e se relaciona com a possibilidade de se aproximar de tal ou qual aspecto da constituição de si que planejam.

As diferenças entre estas duas opções se fez clara em conversas com as *monas*, especialmente no fato de que na PJPN é permitida a relação sexual entre *ladrões* e *monas* e de relacionamentos entre *envolvidos* e *monas*, que podem se casar e viver juntos, habitando a mesma cela e mantendo uma “vida a dois”. A intensidade destas relações é ainda salientada pela existência de *celas cabaré* nessa prisão, o que é inadmissível em uma cadeia marcada pelo PCC, e pela alta frequência de brigas relacionadas a ciúmes e flertes no pavilhão, atividades que serão abordadas no capítulo seguinte. Esses aspectos são muito importantes, pois a relação com os homens é essencial na afirmação da feminilidade das travestis, especialmente se esses homens se considerarem como heterossexuais. Além disso, em cadeias de *oposição*, as *monas* podem afirmar aspectos essenciais da invenção de suas subjetividades, por vezes expressa em termos como “*atitude travesti*” ou quando diziam que ali o “*ar é mais verdadeiro*”. Como vimos, na PJPN as *monas* as podem agenciar sua performance ao usarem maquiagem (improvisada), adaptando roupas e agindo (o mais próximo que conseguem) em suas performances cotidianas. Essa liberdade de ação (regulada e precária) faz com que muitas *monas* prefiram ir para esta cadeia e não para cadeias marcadas pelo PCC. Como ação possível a partir da borda, a escolha por uma *cadeia de oposição* é em si um exercício de liberdade em relação ao regime moral do qual as *monas* são apartadas.

Se liberdades de conduta encontradas em *cadeia de oposição* são atraentes às *monas*, as características econômicas, físicas e políticas de uma cadeia onde prevalece o PCC também o são. A riqueza, o respeito rígido e as facilidades encontradas em uma cadeia *do comando* fazem com que várias *monas* se arrependam de buscar as liberdades que encontram em cadeias *de oposição*. Dentre as várias reclamações de *monas* que já haviam passado por cadeias *do PCC*, muitas eram sobre o fato de presos de cadeias de *oposição* não pagarem por serviços prestados,

seja por serviços sexuais ou por atividades cotidianas que as *monas* costumam exercer, especialmente lavagem de roupas e limpeza de celas. Uma *mona* me disse que os presos do PCC são

Mais bonitos, cheirosos, tem muito dinheiro, pagam adiantado pra gente, são respeitosos, a cadeia é limpa e a gente é muito respeitada, lá não tem *crack*. Isso aqui, eu vou te dizer, é cadeia de refugiado do comando, quem não se encaixa lá. Esses presos aqui não *têm proceder*, eu digo pra eles, senão estariam em cadeia do PCC.

Outra *mona* chegou a me dizer que na cadeia do PCC ela “brincava de ganhar dinheiro” mas que não voltaria pois tinha *marido* na PJPN. Esse tipo de opinião era dito normalmente por *monas* que se consideravam mais próximas do *crime*. Estas diziam *ter proceder* e costumavam desgostar dos *envolvidos*, preferindo manter sua gama de relações restrita aos *ladrões*. Nesse sentido, elas estavam mais próximas do *crime* do que os *envolvidos*, que se encontram em uma condição imoral e certamente não teriam essa possibilidade de escolha entre os dois contextos prisionais, os *envolvidos* só existem na *oposição*.

Esta liberdade de escolha entre dois contextos políticos e existenciais distintos se faz clara na explicação de uma travesti a respeito de como voltaria para uma cadeia do PCC mesmo tendo estado em cadeia de *coisa*, “é só eu chegar e falar, irmão, eu sou homossexual, a carne é fraca, aqui na cadeia de vocês ainda não tem esse espaço pra gente, então fiquei lá onde podia me casar e morar junto com meu companheiro”. Segundo ela, esse simples argumento seria suficiente para que dentro de alguns dias a desconfiança se dissipasse e seu convívio se tornasse *normal*. Essa possibilidade só existe a partir do conhecimento que uma travesti tem da forma como se configuram os parâmetros do *crime*. A preocupação dos *irmãos* do PCC com a *igualdade* não pode ser obliterada diante de uma argumentação desse tipo – o fato de a *mona* afirmar que em cadeia do *comando* não tem espaço pra que ela viva segundo suas escolhas é suficiente para que sua presença seja aceita por meio do que, como vimos anteriormente, Biondi (2010) compreende como “movimentos autorreflexivos do PCC”, ou seja, a presença da *mona* geraria um debate pelo *certo* na ocasião e o princípio da *igualdade* seria posto em discussão.⁴⁰

⁴⁰ Durante minha pesquisa de campo, contei com a companhia de Karina Biondi, que realizava sua pesquisa no anexo semi-aberto da Penitenciária José Parada Neto, que ironicamente é uma cadeia *do PCC*. Uma das informações recentes de suas conversas com presos indicam uma mudança na postura do *comando* com homossexuais. Um *salve* (conjunto de prescrições que devem ser proliferadas em todas as cadeias *do PCC*) foi

Diante a explanação da escolha das *monas* entre PCC e *oposição*, notamos uma característica muito distinta das escolhas possíveis a um *ladrão* e até mesmo de um *envolvido*. As escolhas de um *ladrão*, como vimos, devem conduzir ações que são a expressão do *crime*, e a colonização de um território moral que é marcado em seu corpo. Para uma *bicha* ou travesti presa, no entanto, as possibilidades de movimentos dimensionais são dadas em outros termos. Ela não é um sujeito moral do *crime*, ainda que transite nos entremeios de uma moral que não lhe condiz. Se o corpo do *ladrão* é a expressão do *crime* e marca o território moral da prisão, equilibrando ao redor de si o lastro moral da *população*, o corpo da *mona*, tornado outro, age sempre para ampliar seu território existencial marcado intensamente pelo desejo de expressar a feminilidade. A partir da borda seu território se estica e toca pontos distantes no mapa de ações possíveis e seu corpo atravessa a prisão de forma que o feminino seja sempre a expressão desse território. A *mona* quer ser reconhecida enquanto *mona*, diante os atributos femininos de seu corpo, e toda a relação delas com o código moral dominante é atravessada por essa distinção. Deste modo, se nos *ladrões* há uma preponderância do território moral e seu território existencial é delimitado em dimensões permeadas de risco moral, para as travestis que não compartilham do código moral, as atitudes buscam ampliar seu território existencial traçando linhas de fuga, reconfigurando seus corpos e definindo a borda do próprio sistema prisional.

Arelada a escolha das *monas* entre cadeias marcadas pelo PCC e *oposição* está a questão do transporte e armazenamento de drogas e celulares em seus corpos. Para expressar essa questão, manteremos o domínio da análise no mesmo ponto, a polarização entre PCC e *oposição*, mas a magnitude abordará complexidades em nível micro, pois trataremos de estratégias que envolvem a produção de funções corporais. Segundo Vivi, uma *mona* que já estava há 3 anos casada em cadeias de *oposição*, mas que passou um longo período em prisões

lançado, constando que nenhum preso poderia ser oprimido por outro em relação a sua sexualidade. Dessa forma, é possível que em algumas cadeias do PCC a situação das travestis e *bichas* seja distinta do que pensavam minhas interlocutoras. Karina me contou a história de um casal que tinha tido permissão para viver a dois em uma unidade prisional, e de presos que discutiam avidamente se dividiram ou não a cama com uma *bicha*. De toda forma, a fragmentação de informações entre prisões é parte integrante do modo de vida na prisão, pois mesmo a eficácia de um *salve* como esse, depende da absorção e do *ritmo* de cada cadeia. Dessa forma, as impressões de minhas interlocutoras tinham como base a vivência que tiveram em outros períodos em cadeias do *comando*, ou saberes localizados em boatos e na presença fantasmagórica que o PCC mantém como propulsor do *crime* e do *certo* no Estado de São Paulo.

do PCC, ela era muito respeitada pelo serviço que fazia. Em dias de *blitz* sua função era guardar celulares no *cu*, com uma técnica narrada com certo orgulho “eu levava 30 reais por uma peça, 50 reais por 3 peças, às vezes 100 reais por dia para levar celular, colocava no papel higiênico, depois dentro de uma camisinha e enfiava, eu só tinha que fazer isso no momento da blitz”. Sua fala expressava nostalgia desse período e segundo a *mona* os ataques do PCC de 2006, amplamente noticiados pela mídia, foram organizados através de celulares que estavam dentro dela em algum momento do convívio prisional. Diante meus questionamentos sobre a obrigação desta tarefa, Vivi me disse que ela só fazia se quisesse, mas que obviamente, guardar os celulares fazia com que tivesse mais respeito, por estar *fazendo uma para o comando* “se eu tivesse algum problema era só dizer para algum irmão, eu tinha mais respeito do que vários ladrões”. A perspectiva de Vivi era a de uma *mona* próxima ao *crime* e que na PJPN preferia se manter distante das disputas cotidianas ao redor de relacionamentos e flertes, preferindo sair com *ladrões*.

O uso do corpo para carregar drogas ou celulares é a expressão do *cu* como borda do sistema prisional, ponto de vazão de fluxos de objetos, informações e de desejos, quando codificado como feminino e isento do valor moral do *crime*. Ainda que no contexto de prisões do PCC as *monas* não poderiam se casar ou se prostituir, a tecnologia do *cu* é via de regra exclusiva das *monas* e gays pois a privatização do *cu* dos *ladrões* é intensa ao ponto de ser reconhecida pela administração de prisões que são ditas “masculinas”. Segundo me disse uma interlocutora de pesquisa, em cadeias do PCC, presos homossexuais que não expressam atitudes femininas são muito bem quistos pelos outros, isso porque um *ladrão* nunca colocaria um celular em seu *cu*, em hipótese alguma⁴¹. Já um detento que não expresse a feminilidade das *bichas* e travestis mas que ainda seja homossexual, não é obrigado a passar por uma revista íntima⁴², pois os agentes o considerariam como um *ladrão* e não como *bicha*. O *cu*, como órgão não privatizado nos corpos das *monas*, é o centro de uma tecnologia de visibilidades e a sua

⁴¹ Outra informação parcialmente sentida por minhas interlocutoras, era a de certa renúncia da administração das prisões do PCC em aceitar *monas*, justamente pelo uso que faziam de seus corpos para guardar drogas e celulares.

⁴² O mesmo tipo de pensamento aparece nas revistas íntimas das visitas dos presos. As mulheres são submetidas ao que é denominado “revista vexatória”, e têm que se abaixar sem roupas, enquanto suas partes íntimas são vistoriadas por uma agente, até que se verifique que a visita não tem nada guardado dentro de si. (Cf. Biondi, 2010)

abertura e flexibilidade é utilizada como ferramenta política e mecanismo de passagem. O *cu* tem o poder de conectar espaços distintos, agenciando informações, pessoas, fluxos diversos que necessitam de um meio pelo qual passarem.

A utilização do *cu*, ao contrário do que se é levado a pensar diante uma codificação do corpo das *monas* pelo *crime*, não é necessariamente compreendida por elas como uma apropriação, ou violência. Vivi, que me dizia com orgulho de sua atividade na cadeia *do PCC*, é só um exemplo de vários. Carol, em uma de nossas entrevistas, apareceu dizendo que tinha um pouco de maconha guardada dentro dela, pois não queria que ninguém pegasse a droga na cela. Além disso, como veremos no capítulo 3, nas relações entre *monas* e *envolvidos*, o uso do *cu* como meio de transporte e de fluxo é essencial para relações comerciais e para a proteção de bens proibidos do casal diante da presença da *polícia*. Diante de exemplos desse tipo, não é espantoso notar a maneira como Preciado (2015), buscando manifestar as possibilidades políticas do ânus em relação a um regime heteronormativo, o denomina como um “bioporto”, em suas palavras:

O *cu* é um bioporto através do qual o corpo aberto é exposto aos outros. Essa dimensão exige do corpo masculino heterossexual a castração, pois tudo que é feminino poderia contaminar o corpo masculino através do *cu*, deixando descoberto seu estatuto de igualdade em relação ao outro corpo (o da mulher). (: 171)

O *cu* das *monas* e gays pode ser utilizado como ferramenta política em um corpo que se conduz em uma linha de feminilidade, na mesma medida em que o *cu* do *ladrão* é privatizado e vedado à interação. Como estão na borda do sistema prisional, as *monas* atravessam e ampliam suas existências justamente nos pontos limítrofes da divisão somática que se pretende a separação dos corpos. É onde o corpo do *ladrão* termina que o corpo da *mona* se amplia. É na borda, na fronteira entre *população* e *galeria rosa*, que podemos contar as dimensões e ver os limites e passagens que a proximidade e o distanciamento permitem. Elas se utilizam dessa “tecnologia do corpo”, não somente para servir aos interesses dos *ladrões*, mas também para produzir trânsito, respeito, segurança e riqueza. Já que o *crime não dá o cu*, é nos corpos das *monas* que a restrição se acentua, pois, o magnetismo de sua abertura é inefável diante o endurecimento dos corpos dos que se pretendem sujeitos morais.

Diante as considerações de abjeção, as *monas* adquirem respeito, mesmo não corporificando a moral do *crime*. Para as *monas* é possível *ter proceder* e também *dar o cu* sem

que isso implique uma metamorfose, porque ela não é um sujeito moral como um *ladrão*. A posição na borda as singulariza e somente a partir desta posição é possível *ser do crime* sem ser *o crime*. Ainda que não seja *o crime*, a *mona* que utiliza a sua posição para agregar ao *crime* tem mais respeito do que muitos *ladrões*, ainda que nunca seja a expressão corporificada do *crime*. A ambiguidade dessa posição fronteira é expressa por Léo, que diz: “As monas são muito respeitadas, os presos também as protegem, porém ao mesmo tempo é mantida a distância ética, se tiver que matar, mandar alguém embora, lotar as celas, as monas vão antes”.

É diante essa ambiguidade, vista na dualidade entre respeito e sujeição política, desejo e aversão, proximidade e distanciamento, que o corpo delas, visto como uma planície de disputas políticas, se constitui como uma máquina de guerra. Se o *ladrão* veta o uso de seu *cu*, as *monas* produzem tecnologias nos seus e é na aversão dos *ladrões* que se produz justamente o *respeito* e o *proceder* das *monas*, no ponto em que o corpo do *ladrão* tem seu limite, onde corre risco de ver morrer em si o *crime*, que o corpo da *mona* adquire velocidade e se estica, produzindo a si mesmo. Um corpo, que como Nietzsche (1968) formulou, é construído na convergência entre forças antagônicas, ativas e reativas. A erótica do desejo e da higiene em constante proximidade gera no *ladrão* um sujeito que *dá rasante* no risco. É nos limites desse corpo que surge o corpo da *mona*, mas como um corpo ativo, que afeta, que produz transformação, que reage e busca efetivar a sua “natureza”. Como relembra Deleuze (*apud* Feldman, 1991: 176 [1976: 95]) ao tratar do modo como Espinoza produz sua teoria da afetividade: “um corpo teria mais força proporcionalmente à sua capacidade de ser afetado de diversas maneiras. É essa capacidade que mede a força de um corpo ou expressa seu poder”. É nesse foco que observamos como as linhas a partir da borda são produção de um corpo nas *monas* que é feito como uma máquina de guerra. Um corpo que revolta, como um “locus terminal de poder, [no qual] também se define como um lugar para a reversão do poder” (Feldman, 1991: 178), ou seja, que resiste e faz de si mesmo uma arma.

A posição na borda, portanto, permite que o corpo das *monas* adquira potência e velocidade em pontos limítrofes. Há diversas maneiras como uma *bicha* ou *travesti* pode produzir seu corpo como mecanismo de defesa ou passagem: muitas de minhas interlocutoras mostravam marcas de cortes nos braços provenientes de conflitos com policiais ou para criar uma distância em relação a agentes ou mesmo presos (*ladrões* e *envolvidos*) que investiriam

contra elas. Isso porque, as *monas* são vistas como pessoas de *sangue sujo*, especialmente pela associação que se faz de seus corpos ao vírus do HIV, e se utilizam deste fator de abjeção associado às suas substâncias corporais para se defenderem, cortando o braço e estendendo o sangue em direção a quem desejam manter distância. Esse comportamento não é exclusivo das prisões e remete ao que Kulick (2008) apresenta sobre as travestis com quem conviveu em Salvador. As travestis levam uma lâmina de barbear escondida sobre o lábio, cortam o pulso e sugam o sangue para depois cuspirem no inimigo, muitas vezes um policial. (*id.*:46–54) O uso do próprio corpo como instrumento de guerra, conduzido pela feminilidade e pela estrategização da abjeção que atrelam a seus corpos e substâncias, define parte do ethos das *bichas* e travestis.

Para além destas escolhas feitas em termos de uma relação com o *crime*, outra característica da *galeria rosa* era afirmada através das noções de *máfia das bichas* e *crime de calcinha*. Estes termos remetem a como elas se utilizam de estratégias de sedução e confusão para cometerem crimes na *rua*, especialmente furtando clientes ou assaltando carros em sinais de trânsito, estratégias que são redefinidas na prisão em estratégias cotidianas. Uma das principais características da *máfia das bichas*, é o modo como se utilizam de um dialeto de origem africana e bastante conhecido entre elas, o Bajubá. Samanta, que gostava de anotar para mim os termos em vez de esperar que eu descobrisse como escrevê-los, me informou que esse dialeto era utilizado para que travestis se comunicassem em cruzamentos no momento de assaltar um carro, ou em geral, para que trocassem informações entre si sem serem percebidas. Dizia-se, por exemplo. “Olha o *ocó* (homem), sozinho no carro, sem *mafoa* (mulher), vamos *dar a elza* (roubar, também se diz “*azuela*”) nele *mona*”. Outras palavras de uso comum são Herê (criança), Baco (sexo), Mona Oco (Sapatão) e Mona Doló (Putá). Segundo Samanta, o Bajubá é uma linguagem de origem do “espiritismo candomblé” e seu uso pelas *bichas* e travestis tem ressonância na associação que fazem entre suas *almas femininas* e as entidades da religião afro-brasileira. Na cadeia, o Bajubá era muito utilizado entre as *monas* para tornarem imperceptíveis as suas conversas aos *ladrões* e *envolvidos*, e as *bichas* que contavam o sentido das palavras aos *envolvidos* com quem se relacionavam eram vistas como traidoras, pois muito se dizia que os *envolvidos* viravam *homens loucos* pela convivência na *galeria rosa* e se apropriavam da *máfia das bichas*. O termo *homem louco*, por sua vez, remete aos *envolvidos*

que começavam a se portar como as *monas* e até mesmo se transformarem em travestis, o que era mal visto por elas, que consideravam as suas *almas femininas* como elementos inevitáveis e naturais em suas existências. Nesse sentido, *envolvidos* que começavam a se vestir com roupas femininas e resolviam adotar a performance de gênero eram ridicularizados e classificados como *loucos*.

Para além do uso da linguagem do Bajubá, a *máfia das bichas* consiste, simplificada, em utilizar a capacidade de sedução e de enganação, de forma que mesmo a maneira com que roubavam na *rua* era atrelada à feminilidade que reverberavam em seus corpos. Uma das *monas* com quem conversei me contou como faria para roubar a carteira de um cliente no qual faria sexo oral. “Enquanto eu tiro a calça dele e começo a chupar, eu tiro a carteira do bolso da calça, pego o dinheiro de dentro e coloco de volta no bolso sem ele ver”. Segundo a *mona* um em cada dez clientes furtados percebiam o ocorrido durante o programa e os que percebiam não denunciavam, pois “eles tinham família, mulher, criança em casa, você acha que queriam ser pegos comendo bicha?”. Ou seja, tanto a feminilidade quanto o fator de abjeção são utilizados pelas *monas* em estratégias desse tipo e assim como as *monas* expandem seus territórios nos limites morais do corpo dos *ladrões*, a vida “de família” dos clientes é vista como ponto de expansão.

Na prisão, a *máfia das bichas* se distribui em relações cotidianas, especialmente na forma como se produzem para sair no pavilhão, seduzindo *ladrões* e *envolvidos*. De certa forma, o ambiente sem mulheres da prisão é um potencializador de seus poderes de sedução, o uso de calcinhas, os gestos e modos de falar, são, para algumas *bichas* com quem conversei, sinal de devaneios dos *ladrões* e *envolvidos* com a feminilidade. Léo, expressava o poder de sua sedução nesses termos, afirmando que o *poder da calcinha* na prisão era enorme. “O preso vê uma calcinha em uma bunda rebolando, ele se ilude que é uma mulher”. A mesma Léo, diante problemas de convívio, ameaçou anexar na parede do pavilhão um papel em que escreveria o nome de todos que tinham saído com ela, o que causou certo pavor em vários *ladrões* que temiam a transformação em *envolvidos*, e que a abordaram em segredo, pedindo para não serem entregues. Esse tipo de estratégia é característico da *máfia das bichas* e tem como ponto de escape justamente a moralidade dos *ladrões*.

Como vemos, os movimentos das *monas* são direcionados ao desejo de fazerem prevalecer as suas “almas femininas” e buscam liberdade de realizar suas naturezas. Com isso, podemos, finalmente, deixar claro como são distintas as opções das *monas*, *envolvidos* e *ladrões*. Para retomar o início desta sessão, quando falo liberdade, remeto, portanto, à liberdade de um sujeito em relação ao código moral que normaliza as relações. As *monas*, têm liberdade, porque quando agem no território da prisão são motivadas pela realização de aspectos intensos de suas subjetividades e as transformações que são meta de suas vidas e não a manutenção de uma *moral* que depende de suas ações para existir, como no caso dos *ladrões*.

Capítulo 2- *O que movimenta*

No capítulo I, procurei descrever diferentes níveis do que apreendi em conversas com *travestis*, *bichas*, *gays* e *envolvidos* como os parâmetros morais pelos quais a convivência delas(es) com os *ladrões* ocorriam e que constroem o modo como *ladrões* se relacionavam com as *monas* na prisão. Ademais, a partir do espectro das definições sexuais da *galeria rosa*, constituiu-se a observação de procedimentos das *monas* e *bichas* em relação ao *crime* e especialmente a forma como perseguiram a feminilidade que desejavam expressar. Como vimos, o enquadramento analítico de cristalizações, padrões de comportamento e disposições corporais definiu o domínio da explanação.

Nesse segundo capítulo, a câmera posiciona-se em outro nível, mais intimista, aproximando-se da vida dentro das celas e das relações e querelas cotidianas que surgem em direção e ao redor das disposições morais que espero ter esclarecido e analisado no capítulo anterior. Esse capítulo se aloca no argumento da dissertação como o ponto em que observaremos a intimidade das relações, ao contrário do primeiro, no qual a apresentação dos dados teve como intuito a apreensão do “contexto” moral e da cristalização de padrões de comportamento. Agora, nos debruçaremos nas políticas íntimas, intensivas, da vida vivida. Na primeira parte do capítulo, produzirei um mecanismo analítico que servirá como enquadramento e ponto focal das políticas de intimidade, o sistema público-visível/secreto-invisível que permeará a análise de diversas formas de intimidade, intimidade da instituição, intimidade da entrevista, intimidade entre os casais. Ainda nessa primeira parte, observaremos como as disposições do código moral do *crime*, apresentado no capítulo I, participa de políticas íntimas entre *ladrões* e *monas*. Nesse sentido, veremos como o que se vê e o que se diz a respeito da conduta de outrem se imiscuí em estratégias cotidianas. Na segunda parte do capítulo, deixaremos de lado as dinâmicas entre *ladrões* e *monas* para nos atentarmos às políticas de intimidade que surgem no encontro de casais em conflitos físicos e discursivos. Analisaremos, a partir da descrição do encontro de núcleos amorosos distintos, o papel da fofoca e do ciúme no convívio nos pavilhões na aproximação ou dissolução de casais. Na última sessão, observaremos a influência do fluxo dos presos(as) entre instituições prisionais na espacialidade da cadeia como lugar dos relacionamentos, assim como a importância da sincronia das penas e da passagem do tempo para a consolidação de relações amorosas.

A preocupação agora, como sugere o título desse capítulo, é com o movimento, em oposição às cristalizações do capítulo um. A mudança de foco analítico na passagem do capítulo I para o II propicia a visibilidade de dados que por vezes são contraditórios, ou mesmo complementares em suas divergências, em relação àqueles vistos em outro foco. Além disso, a preocupação com o movimento tem ligação com a metodologia proposta nessa pesquisa – a relação intrínseca entre as metodologias das narrativas e as estratégias necessárias na vida cotidiana. Após a invenção de um contexto de pesquisa, baseado nas cristalizações em forma de bloco que apresentei no capítulo I, é possível que vejamos como as cristalizações influem na dinâmica íntima de minhas interlocutoras e interlocutores. O que se via como bloco anteriormente, as *monas*, os *ladrões*, os *envolvidos*, será visto nos detalhes das micropolíticas cotidianas, e assim a fluidez da vida preencherá os espaços vagos, frinchas, passagens e fugas possíveis por entre as cristalizações, regras, definições identitárias e observaremos o território povoado e em movimento. Se quisermos, podemos pensar na imagem do capítulo I como a projeção intercalada de imagens, posto que o intuito era traçar as posições dimensionais em um plano estático. Vídeo pausado, donde primeiramente traçamos as linhas que podem compor o jogo de movimentos possíveis aos *ladrões*, *monas* e *envolvidos* que dependem de suas posições no território intensivo da prisão. No capítulo dois, as imagens adquirem movimento, e projeção se torna dinâmica. Assim, veremos os movimentos do convívio em relação às linhas de forças abordadas no capítulo I, mas cuja percepção libera novos conjuntos de relações a partir do ponto de vista da intimidade.

É nesse sentido que o movimento de mudança de escalas confere equivalência entre a etnografia e os relatos de minhas interlocutoras, pois um zoom é novamente produzido na descrição analítica, da esfera pública do pavilhão e da arquitetura física e moral da separação entre *população* e *galeria rosa*, para o interior das celas das *monas* e *envolvidos*, perspectiva pela qual veremos desejos e separações por outro ponto de vista.

2.1 Políticas da intimidade

Esse primeiro subcapítulo tem a função de produzir a imagem que propiciará a descrição analítica no capítulo II. Veremos, a seguir, como a produção dessa etnográfica dependeu da

interpretação de estratégias discursivas que faziam emergir uma relação direta entre o visível e o discursivo, tema que se estenderá por toda a análise das políticas de intimidade. Proponho o enquadramento de diversas intimidades que se relacionam e permitem, em seu entrelaçar, a visualização ou o eclipsar de facetas das relações. Como veremos, essa dinâmica é também parte da construção dessa dissertação, pois foi somente por meio de uma intimidade de pesquisa que uma imagem dos relacionamentos da prisão pode ser construída. No restante do subcapítulo, abordarei a transformação de *ladrões* e *envolvidos* pela perspectiva íntima que as *monas* tinham de suas relações com os *ladrões* e como as ações que elas visualizavam eram produzidas como vetores de fofoca e de agência dentro do pavilhão. Na última sessão, uma análise específica da fofoca será produzida, ao observarmos a produção de movimentos de constituição de distintos núcleos de intimidade na *galeria rosa* por meio do julgamento moral que se faz do comportamento cotidiano.

2.1.1. Visível-público, invisível-secreto

Hoje, Rafael, um preso bem asseado que limpava o setor de educação, muito gentil e educado, me contou que matou a mulher e por isso estava preso, mas que não era do crime e suas boas notas tinham garantido um lugar no raio de trabalho privilegiado pela comida de melhor qualidade e por ter água todos os dias da semana. Depois do almoço assisti os professores da escola da cadeia conversando sobre os planos de imprimir imagens com temas da páscoa “para eles pintarem”. Uma professora dizia para outro “é bom que eles podem cortar com a tesoura as orelhinhas” [dos coelhos] “e pintar os olhos e a boquinha com canetinha”. Me interessei por aquela conversa, aos meus olhos, absurda. Considerando o ambiente ao meu redor e meu pequeno mas intenso saber a respeito de quem eram seus alunos, puxei assunto com outra professora que me disse “os alunos aqui são muito dedicados, aqui eles têm interesse, na rua não”. Curioso pela postura e olhares dóceis dessa professora em oposição aos relatos violentos que ouvi nesse dia e, sabendo que a maioria dos presos nessa prisão agora são artigos, perguntei se ela procurava saber dos crimes que seus alunos tinham cometido. Ela respondeu que preferia não ouvir sobre o que eles fizeram, seus crimes, “não quero saber se eles mataram a mulher, essas coisas, pra não ficar pensando durante as aulas”, nesse momento Rafael entrou na sala e sorriu para a professora que retribuiu o sorriso de maneira dócil. Como tratar antropológicamente a ironia? (Trecho de anotação do caderno de campo, 17/03/2016)

O raio de trabalho era onde habitavam os presos que trabalhavam na limpeza e organização dos setores administrativos da prisão e se localizava próximo ao setor de *atendimento* onde eu realizava as entrevistas. Esses presos e presas, confinados em um prédio

privilegiado com recursos mais abundantes do que os pavilhões “normais”, eram considerados de bom comportamento e “presos modelo” da penitenciária, presos de confiança que acompanhavam reuniões, ficavam próximos de autoridades, brincavam com os funcionários. Um motivo importante residia no fato de serem mantidos apartados dos presos e presas dos pavilhões “normais”: era preciso evitar que informações importantes vazassem dos setores administrativos para a população. Esses presos sabiam antes dos outros dos dias de *blitz*, de transferências surpresa de presos e presas para outras penitenciárias e outras ações planejadas pela administração que não poderiam ser conhecidas nos pavilhões. Lembro como uma das *monas* com quem conversei disse ter recusado um emprego na administração porque isso a separaria de seu *marido*, que ainda residiria no pavilhão 3 da cadeia, “eu nunca mais ia ver ele”, disse ela.⁴³ O isolamento do *raio de trabalho* se justifica, em outro sentido, pelos presos que o habitam serem acusados por aqueles que ficam nos pavilhões convencionais de delatores, *caguetas*, conhecidos no interior da prisão pelo rumor de terem exposto os segredos internos do *convívio* para o *diretor*, pela posse de drogas, celulares e apontado os canais pelos quais o fluxo de objetos ocorria. Dessa forma a existência do *raio* de trabalho permite à administração trocar o saber interno da vida da prisão pelos privilégios permitidos aos presos “modelo”, tornados visíveis na “frente”⁴⁴ da prisão e invisíveis aos presos e presas dos pavilhões.

A configuração dos prédios da prisão pode ser vista pela maneira como matiza o grau de informações que podem passar de uma parte a outra, pois da mesma forma que a *caguetagem* permitia à administração um saber estratégico da vida dentro dos pavilhões, o saber dos planejamentos e dinâmicas da administração poderiam ser apropriados pelos presos e presas dos pavilhões de maneiras insuspeitas. A administração captura a *caguetagem*, mas não permite que o fluxo de informação siga no vetor oposto, para dentro das celas, e por isso torna invisíveis os “presos modelo” dos outros(as), privilegiando a condição de suas existências e

⁴³ É bom lembrar nesse momento que entre as motivações de minhas interlocutoras de participarem de nossos encontros, muito contava a proximidade que estariam dos setores administrativos representados ainda na minha figura e no espaço do setor de *atendimento* (Cf. Introdução). É importante notar que há uma diferença entre os presos que trabalham nas empresas e os presos que trabalham na administração, os primeiros habitam no pavilhão I, os segundos no *raio de trabalho*.

⁴⁴ Lembremos como a organização dos pavilhões foi modificada no decorrer do tempo, vide a linha temporal expressa na sessão 1.1.2 dessa dissertação, produzindo uma relação entre o espaço e o vetor político (o pavilhão um mais próximo da administração e por isso o mais “calmo”, o pavilhão três mais distante e mais “agitado”).

simultaneamente torna-os visíveis para as “autoridades” e funcionários técnicos administrativos.

Considero que essa relação entre espaço e fluxo de informação exige uma análise detalhada, pois ela atravessa todas as relações de intimidade que ocorrem na prisão. Vimos nesse exemplo o que considero uma intimidade da instituição, um jogo de trocas entre o que é secreto e público e que ocorre simultaneamente à produção de visíveis e invisíveis. Os segredos do pavilhão *caguetados* para o *diretor*, fazem produzir o raio de trabalho como um espaço de visibilidade, onde se ilumina um saber sobre a cadeia. Já o que é público no raio de trabalho e na administração é secreto na perspectiva de quem está nos pavilhões, pois os presos do raio de trabalho são invisíveis do ponto de vista dos pavilhões.

O jogo entre os opostos secreto-invisível/público-visível está presente em várias formas de intimidade que pretendo abordar nesse capítulo. Ele se expressa na forma como se apreende e se resiste à arquitetura da prisão – distribuição de espaços quadriculados, matizados entre pontos visíveis e invisíveis – o que como vimos, produz uma intimidade institucional. É o caso também de se considerar a presença desses pares na construção de uma intimidade da pesquisa, marcada pelo isolamento de nossa sala dos pavilhões e na possibilidade de que as *monas* me contassem segredos sem estar sob o escrutínio de outros presos presas; intimidade que é base para construção desse capítulo, pois o que foi visto a partir do ponto focal do capítulo um (o que era público e visível nos pavilhões) é reformulado agora, momento no qual regularemos o enquadramento analítico na perspectiva íntima (do secreto e do invisível) do convívio prisional. Como veremos, o jogo entre os pares de opostos se apresentava nos segredos que elas me contavam e nas dinâmicas dos relacionamentos nas celas, pois o público e o secreto se delimitam na confluência entre o que os sujeitos pensam e sabem a respeito de outrem e o que as pessoas dizem sobre si mesmas.

Para abordar a relação entre visível-público/invisível-secreto, retomemos o que nos diz Foucault (1975) quando aborda o famoso modelo de Bentham, o panóptico, como uma figura arquitetural dos jogos de forças na prisão⁴⁵. Não custará lembrar de que se trata essa arquitetura.

⁴⁵ Se o modelo arquitetônico da Penitenciária José Parada Neto diverge muito do modelo do panóptico, isso não significa que sua estrutura não resida na construção de visíveis e invisíveis (lembremos por um instante

Resumidamente, um conjunto de prisioneiros confinados em uma estrutura circular, de onde não veriam a si mesmos, mas estariam circundados e expostos à vigilância contínua, de vigilantes que por sua vez não seriam vistos pelos prisioneiros. Nessa forma de olhar, um jogo de luz e sombra constitui a prisão, no que torna visível e no que oculta, aquele que vê e aquele que observa. É nesse sentido que para Foucault a “forma-prisão” é uma arquitetura que “faz ver” a “delinquência”. É importante salientar que a prisão, surgida das técnicas disciplinares, se torna o ponto de visualização da noção de delinquência, mas que ela foi inventada no discurso jurídico do séc. XVIII, o que se demonstra como um entrelaçar de termos de naturezas distintas, pois os discursos e as visibilidades se encontram, mas não são isomórficos: o que se fala não se confunde com o que se vê, mas é por meio dessa não-relação que se capturam mutuamente. Quando relaciono visível/invisível e público/segredo não o faço no nível genealógico que Foucault propõe, pois, o autor trata de relações discursivas e visíveis que permitem a análise de uma “formação histórica” e o encontro entre prisão e sistema jurídico trata das condições de surgimento de determinados comportamentos e ideias, mas não trata os comportamentos e ideias como expressão direta do discurso e do visível (Deleuze, 1985: 9-35). No entanto, para dar tom a minha análise, tomarei desse método a relação de captura entre o visível e o dizível, mas para tratar especialmente da forma como se produzem espaços, ideias e comportamentos na prisão.

Com isso, pretendo reduzir a imagem proposta por Foucault de seu fim metodológico, para rearticular outro nível ótico-discursivo, que envereda relações de dupla captura entre visível-público/invisível-segredo que abranja também ideias e comportamentos. Dessa forma, trata-se de olhar a maneira como o visível é capturado pelo público, e o invisível pelo segredo em distintas relações de captura que, a meu modo de ver, são base para a construção das intimidades. Como nos diz Deleuze (1998), “a captura é sempre uma dupla captura, o roubo, um duplo-roubo, e é isso que faz, não de algo mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre 'fora', e 'entre'”. (:6-7) A preocupação em fazer essa espécie de subtração analítica reside em não dar a entender que a relação entre visível e público e invisível

como na introdução dessa dissertação abordei meu primeiro contato visual com as *monas* na cadeia olhando pelo “aquário”, um pequeno buraco no vidro pintado de preto nos corredores da prisão).

e secreto se dão por se tratarem de termos confluentes, mas que a confluência entre eles se produz e no caso da prisão, se tornam visíveis na intimidade, nos arranjos de comportamentos e ideias que são produzidos no *convívio*.

Para evidenciar esses aspectos, ou melhor, para ver o que esse enquadramento analítico torna evidente, falemos um pouco do tipo de intimidade produzida em nossas conversas no setor de *atendimento*. Considero que o local isolado do pavilhão é o centro de insurgência de uma nova gama de relações e demonstra uma forma de dupla captura entre o invisível e o secreto. Ainda que a separação do *raio de trabalho* dos pavilhões e o isolamento de minhas entrevistas sejam ocorrências de naturezas distintas, o que focalizo no momento são justamente as similaridades entre elas. É justamente o isolamento do *raio de trabalho* que permite aos presos que o habitam um saber exclusivo a respeito da administração da prisão, desejado pelos outros presos. É também o deslocamento dos pavilhões que possibilitou que as pessoas com quem conversei abordassem suas vidas íntimas sem correr o risco de que tais informações fossem postas contra elas nos pavilhões, pois meu encontro com as *monas*, marcado pela materialidade de mesas que expressam nossa separação institucional, não prevê de nenhum modo que minha posição no jogo de forças da prisão servia a algum interesse interno aos pavilhões, mas pelo contrário, remetia a uma posição privilegiada de alguém da *rua* e com conexões que permitiram meu acesso à prisão (cf. introdução).

No entremeio de políticas intensivas de intimidade, minhas entrevistas surgiram na invisibilidade de uma sala com decorações monótonas e longe das celas e das *burras*, ponto de escape do convívio que compõe o sigilo que possibilitava conversas em que eu sabia de *ladrões* que pediam para *bichas* comerem seus *cus*, ou que pediam para *chupar seus paus* nos momentos íntimos. Em uma mesma conversa, *monas* e *bichas* que haviam detalhadamente explicado o código moral que regulava a vida íntima dos *ladrões* e separava talheres, canecas e cigarros, abordavam como os *ladrões* se portavam de maneiras que escapavam em muito às prescrições, trazendo à tona elementos da vida deles que se localizavam no ponto em que tangenciavam a metamorfose existencial, ou no qual transgrediam os limites postulados para a sua ação, e com isso, suas narrativas produziam uma metodologia específica, passava-se de um plano ao outro, do público ao íntimo. É por isso que passamos da cristalização ao movimento nessa dissertação, que propõe visualizar os efeitos dessas diferentes formas narrativas na imagem das relações na

PJPN. Em determinado momento foi justamente a distância dos pavilhões que se tornou uma peça essencial para a compreensão de aspectos da vida prisional que dependem do sigilo e do segredo. Se a inserção no cotidiano poderia me dar a noção subjetiva do *tête à tête* da vida na prisão, os encontros deslocados dos pavilhões propiciavam um raro momento em que minhas interlocutoras e interlocutores podiam falar a respeito das suas vidas sem estarem sob o escrutínio dos(as) outros(as). A emergência de um exercício narrativo, deslocado da vida em clausura, aparecia como vetor da intimidade que fundamentou a escrita dessa pesquisa, pois no sigilo de nossos encontros as *monas* e os *envolvidos* encontraram um meio para explicitar o que na efervescência da intimidade nos pavilhões era secreto e delicado de ser dito em público, mas que era constantemente partilhado entre as *bichas* e *monas* na *galeria rosa*.

Nesse sentido, o exercício narrativo de minhas interlocutoras era produzido como o que Strathern (2011) denomina uma “interpretação da realidade”, que sempre releva uma figura e dispõe um fundo, sendo que a figura depende do contraste com o fundo para se tornar figura e vice-versa, mas nunca em uma configuração fixa, pois o que é figura e o que é fundo se modificam de acordo com a mudança de escala da qual se olha. É possível dizer que a produção do exercício narrativo pelas *monas* consistia em uma metodologia que alternava aspectos produzidos como figura e outros como fundo, pois as mesmas *monas* que tratavam das regras de convívio com ênfase na cristalização dos padrões de comportamentos dos *ladrões* por uma perspectiva do que era público na prisão, logo após remetiam as ações dos *ladrões* que iam na contramão do que deviam fazer. Nesse sentido, o exercício narrativo conduz uma interpretação da realidade que produz movimento. Para Strathern:

O efeito de qualquer intenção interpretativa é, a partir disto, fazer estas coisas parecerem se mover subsequentemente, ou seja, como resultado da atenção dada a elas. Discriminação e distinção, conexão e relação, tudo isto faz o objeto de atenção se movimentar. (*id.*: 245)

Nesse sentido, a passagem da cristalização para o movimento nada mais é do que a imagem produzida pela metodologia narrativa de minhas interlocutoras de onde se produzem os movimentos dessa etnografia, e nesse sentido, pode-se dizer que nesse segundo capítulo inverteremos a relação figura e fundo da etnografia. Dito de outro modo, a maneira como as *monas* e *envolvidos* enquadravam a vida no cárcere compunha em nosso encontro uma imagem analítica da prisão, como em uma fotografia em que o mundo o mundo se torna figura, e o

espaço, antes tridimensional, se compõe da ilusão provocada pela sensação de figura e pelo fundo. A vida na prisão não se divide entre a cristalização e o movimento, mas os elementos que se separa analiticamente são expressões de um fluxo na vida e carregam consigo uma percepção da realidade. Dessa maneira, considerar as estratégias narrativas das *monas* é produzir no texto etnográfico a expressão da perspectiva *delas* sobre a prisão e as relações em que se engajam.

Compreender esse tipo de relação na pesquisa é dar inteligibilidade à relação de intimidade que produzimos em nossos encontros. Ainda assim, um problema de método persiste: anteriormente delimito a relação entre os pares de opostos visível-público/invisível-secreto como casos de dupla captura, para não prescrever uma relação intrínseca entre os termos das dualidades, pois assim como Foucault (2008) o demonstra em sua análise do quadro icônico de Magritte, “*Isso não é um Cachimbo*”⁴⁶, o que se fala não se confunde com o que se vê, mas a relação produzida “entre” o discursivo e o visível é marcada justamente pela “não relação” entre os termos. Ora, se nessa obra pictórica a separação entre o visível e o discursivo se torna clara na pressuposição da dupla captura entre os termos, da perspectiva do setor de *atendimentos*, de onde era impossível visualizar o que as *monas* me descreviam, uma outra pergunta se insinua: que relação pode existir entre o que é descrito na narrativa de minhas interlocutoras e o invisível que descrevem?

Considero que a resposta para essa pergunta reside na absorção de como o visível e o invisível e o plano discursivo do secreto e do público apareciam nas metodologias narrativas de minhas interlocutoras. Essa abordagem se baseia no pressuposto de que existe reflexividade (Garfinkel, 1967) entre a produção de metodologias narrativas e a produção de estratégias na vida.⁴⁷ Nesse sentido, considero que foi por meio da criação de uma intimidade de pesquisa que pude compreender a intimidade de dentro das celas e, somente por meio da análise de como a intimidade era narrada, será possível compreender as forças envolvidas em nossos encontros no

⁴⁶ O quadro de Magritte retrata a figura facilmente reconhecível como um cachimbo, mas é acompanhado pelo texto “isso não é o cachimbo”. Segundo Foucault, trata-se de uma versão do autor de um caligrama, que demonstra uma relação específica entre o visível e o discursivo. A imagem se produz como representação, mas se desloca em contraposição ao texto. Produz-se no encontro entre as duas um paradoxo linguístico e visual.

⁴⁷ Para lembrar a influência da etnometodologia de Garfinkel nessa pesquisa, retomar a introdução.

setor de *atendimento*. Uma intimidade dá luz a visibilidade de outra, e assim véus se tornam translúcidos. Para isso, no que se segue, abordarei a descrição analítica se deterá no domínio das políticas de intimidade nas *celas* da PJP, especialmente como são compostas por relações que perpassam o jogo de relações entre visível-público e invisível-secreto.

2.1.2. Quando fecha o quieto ninguém vê

Um exemplo que aglomera vários tipos de intimidade e relações entre público-visível e secreto-invisível: Léo foi uma *bicha* com quem conversei em todos os períodos que visitei a PJP. Ela tinha um rosto fino, esquelético, marcado por um cabelo curto e olhos pretos profundos, dos quais um estava cego, por conta de uma infecção malcurada na prisão, pela qual a *bicha* culpava a administração e a dificuldade para conseguir um atendimento médico. Sentava na minha frente com longas pernas cruzadas, as mesmas que ela dizia provocar furor entre os homens do pavilhão I (lembramos que em 2016 esse pavilhão era grandemente habitado por *artigos*), e morava em uma cela com uma outra travesti (Vivi, para ser mais preciso) e dois homens mais velhos, que ela apelidava de *professores* por serem ambos *artigos* presos em casos de abuso sexual com alunos menores de idade. Léo parecia se orgulhar de sua capacidade de guardar segredos, pois a razão para que em sua cela morassem tão poucas pessoas, escolhidas por ela, residia no fato de ter na *rua* uma irmã com conexões importantes. A irmã pressionou a administração da prisão e conseguiu a exclusividade de uma cela com poucas pessoas para Léo, que se orgulhava da posição atual dentro do pavilhão na mesma proporção em que lamentava a perda de um olho. Esse fato era devidamente ocultado dos outros presos (com a exceção de Vivi e dos dois que conviviam na cela), o que gerava um clima de constante indagação e desconfiança ao redor de Léo e dos outros que habitavam na cela, pois um privilégio desse tipo na prisão geralmente acontece quando um preso ou presa informa a administração da intimidade entre os(as) detentos(as) e mesmo Vivi em uma de nossas conversas esboçou descontentamento de ser tachada de *cagueta*.

Na verdade, só era possível que tal arranjo ocorresse sem consequências mais graves pois a cela estava no pavilhão I, e os *artigos*, que não são do *crime* e tampouco *tem moral* na prisão, não investiam contra Léo para além da constante interrogação que faziam sobre aquele privilégio. Segundo ela, não adiantaria falar para eles os motivos reais, pois ter conseguido o

direito de uma cela restrita por contatos na *rua* era tão suspeito quanto ser *cagueta*, e nada podia eximi-las dessa fama. Além disso, em relação aos poucos *ladrões* do pavilhão I, como os da *faxina* (ainda que fosse um pavilhão de *artigos*, os presos do *setor* são via de regra *ladrões*), Léo mantinha o respeito por meio de estratégias, como vimos anteriormente na descrição da ameaça que essa *bicha* fez de pregar um papel na parede com os nomes de todos os *ladrões* que já tinham saído com ela, ocasionando temor entre eles.

A cela de Léo era vista pelos demais como uma anomalia, e muito disso residia no fato de não ser pública e confiável a informação a respeito dessa singularidade. Léo era uma das *bichas* que desprezava as regras de convívio e os *ladrões* em geral, e com isso, conseguia manter uma postura combativa e estratégica. A relação de Léo com o segredo, no entanto, não residia somente na configuração de sua cela e nas artimanhas que produzia em relação à sexualidade dos *ladrões*. Léo confidenciou sussurrando - mais para demonstrar o peso de segredo do que me falava do que pelo risco de um alguém ouvir sua fala - um caso secreto que mantinha com um *ladrão* do *setor* do pavilhão I. Segundo a *mona*, a relação era muito intensa e o *ladrão* dizia que a amava muito, ainda que frequentemente temesse o olhar de outros *ladrões* e a fofoca que poderia surgir entre os outros no pavilhão. Em sua narrativa os receios do *ladrão* apareciam com ares de ridículo, ela zombava de suas preocupações de ser visto por outros, de ficarem sabendo que frequentava a cela dela e de com isso perder seu status de *ladrão*. A situação se tornava complexa no caso do companheiro de Léo, porque ele era um *ladrão* que trabalhava na cozinha da prisão e era responsável pela preparação de alimentos e pela distribuição do *rango* e lembremos como a relação dos *ladrões* com a alimentação incluía a obrigação de as refeições da *galeria rosa* virem marcadas e separadas, assim como os talheres e canecas para evitar a contaminação moral da *população*. Como foi explicitado no capítulo I, os presos da *faxina* e do *setor* deviam ressoar a figura do *ladrão* ideal e não podiam se relacionar com *monas* nem na prostituição, mesmo no caso de seguirem atentamente as prescrições sexuais do *crime*.

Como é de se imaginar, caso fosse tornado público por Léo ou por qualquer outra pessoa que um *ladrão* responsável pelo contato diário com a alimentação estava em uma relação secreta com uma *mona*, pouco poderia ser feito diante a sanção violenta que poderia sofrer, seria dito que ele estava *tirando uma* com os demais, *arrastando* deliberadamente os *ladrões* e seria chamado de *puto* e expulso da *população* violentamente. A sanção física poderia ocorrer

por meio do espancamento com cabos de vassoura depois de ficarem de molho em baldes de água, para evitar que quebrassem e ficassem mais pesados pela umidade, machucando mais⁴⁸. Ainda assim, a *mona* parecia não se preocupar muito com esse risco, ao menos por meio da imagem forte e desinibida que ela expressava em nosso encontro, pois considerava os *ladrões* como “uns idiotas” que pouco sabiam sobre a vida íntima das *bichas* apesar da proximidade e lamentava os receios de seu parceiro que, segundo ela, tremia de medo:

Ele chega na cela todo assustado, olhando pra todos os lados, com medo de subir comigo pra *burra* e alguém ter visto, receoso pelo tempo que passava sem ser visto no pavilhão. Eu acalmo ele né? Falo que ninguém viu, pra ele ficar tranquilo que na minha cela só entra quem eu quero, e de confiança, faço um carinho. Às vezes mesmo quando a gente já tá fechado na *burra* ele ainda fica um tempo arisco, sem querer chegar muito perto, mas sempre acaba se entregando, e ele é muito carinhoso comigo. Eu nunca quis se relacionar com *ladrão* e esse é o meu primeiro caso sério dentro da cadeia, quem diria que eu ia acabar nessa de casar na cadeia, mas é.

O exemplo de Léo apresenta dois aspectos interconectados das políticas da intimidade que procuro demonstrar: vemos como a segurança da vida íntima se baseia em questões de visibilidade muito delicadas dentro do contexto de uma prisão. Podemos notar a importância do território físico e de arranjos de proximidade, com pontos invisíveis à visão geral, já que a cela privilegiada de Léo era essencial para que pudesse ter uma relação com um *ladrão* que trabalhava na cozinha. Arranjos entre o visível e o invisível permeiam os arranjos morais demonstrados no capítulo I, pois deles depende a passagem do secreto para o público, ponto no qual se negocia a moral. Entre os *ladrões*, o companheiro de Léo é visto como um *ladrão* respeitável, especialmente por seu trabalho na cozinha, o que produz em si uma imagem que se aproxima do *ladrão* ideal. Já no segredo da cela, ele é um amante proibido, que gera excitação na fala de Léo, e a manutenção dos dois pontos depende exclusivamente que a visualização de um eclipse a visualização de outro. Só é possível que ele seja visto como um *ladrão* ao ocultar sua intimidade pelo segredo e pela arquitetura política e física das celas. O caso de Léo com o *ladrão* só pode ocorrer na dupla captura entre o segredo e o invisível, assim como a manutenção

⁴⁸ Uma de minhas interlocutoras me contou de um dia em uma cadeia *do PCC* que uma amiga travesti e um *ladrão* sofreram espancamento com esse procedimento por compartilharem cigarros no campo de visão de um *ladrão irmão* do PCC. Segundo ela os resultados no corpo de quem sofre eram dramáticos “a pessoa fica quebrada no chão e até pra levantar é difícil”

do *ladrão* como sujeito moral só pode ocorrer por meio da projeção que ele faz de si mesmo no contato entre o que é público e visível.

Já no pavilhão três, onde não existem celas privilegiadas como a de Léo, as dinâmicas nas *celas cabaré* eram compostas por estratégias de invisibilidade que visavam equilibrar o segredo das relações com as possíveis vantagens que esse saber propiciava às *monas*. Em nossas conversas pude notar que os desejos e ações dos *ladrões* quase sempre ultrapassavam os limites sexuais impostos, ainda que a conduta sexual se ampare na imagem cristalizada do *ladrão* que não toca e não sente, só penetra com seu pênis uma boca ou um *cu*, e entre as *monas* muito se sabe quem são esses *ladrões* e com quem eles saem. Como é claro nas relações que se baseiam em quanto se sabe a respeito de um outro, uma proliferação de efeitos surge ao redor de noções de visível e invisível. Dos relatos que ouvi, os *ladrões* que mantinham suas posturas em consonância com o *crime* se limitavam ao *rasante*, pois o sexo oral era a forma mais segura moralmente para que um *ladrão* saísse com uma *mona* e evitavam a relação sexual para além desse ponto. Para travestis do *cabaré*, como Larissa, era possível dizer que praticamente todos os programas incluíam ações que ultrapassavam os limites do código moral, ela afirmava: “às vezes o ladrão não aguenta no cabaré e acaba virando envolvido por conta própria”. Diante o conflito entre o desejo e a aversão, era mais difícil no *rasante* que um *ladrão* caísse na tentação, pois se “a carne é fraca”, o exercício do sujeito sobre si mesmo se amplia e o *ladrão*, que deveria contorcer-se para manter sua posição, pode ceder e revelar para a *mona* seus desejos ocultos ou mesmo decidir abandonar sua posição de *ladrão* para consolidar um relacionamento como *envolvido*.

Segundo Iago a invisibilidade das *burras* era parte do motivo de se considerar a ética na PJPN como “turva”, pois, o estatuto de um *ladrão* que saía com as *monas* dependia dos arranjos estratégicos ao redor dessas políticas de intimidade. Uma frase comum, e também dita por Iago era “quando fecha o quieto ninguém vê”. Nas celas, as *burras* eram instaladas em cavidades na parede onde os colchões de espuma fina eram assentados e o *quieto* era uma cortina improvisada com lençóis que garantia a privacidade de quem estava na *burra*. Se a invisibilidade provocada pelo *quieto* era motivo para uma “turbidez” da ética dos *ladrões*, era porque a manutenção da moral do *crime* se produzia intensamente na escala pública e discursiva da vida nos pavilhões. Na vida íntima, quando um *ladrão* entrava na cela de uma *mona* e deitava em sua *burra* somente

os dois poderiam saber o que ocorria e os *quietos* produziam um espaço incógnita que relativizava a moralidade dos *ladrões*⁴⁹. Além do *quieto*, que propicia um sistema de invisibilidade nas *burras*, as *celas cabaré* eram modificadas com improvisações cujo intuito era preservar a intimidade dos *ladrões*. Como o descreveu Mirelle, uma *bicha* que se prostituía na prisão, uma estrutura de lençóis era construída na cela, formando um corredor central e diversos caminhos que davam cada qual a uma *burra* onde se instalava uma *mona*. “É como um labirinto”, dizia ela, que também salientou que nos sábados os programas eram mais frequentes pois os presos que trabalhavam tinham folga, e como nos lembra Paloma “quando abre o cabaré não tem babado, tem perfume especial na cela”. A estrutura labiríntica das *celas cabaré* produzia o segredo nos programas, em uma dupla captura com o invisível, pois nunca se sabia, mesmo nas celas, em qual *burra* os *ladrões* se encontravam.

A vida no cárcere exige uma série de sistematizações e métodos de invisibilidade que tem como intuito a manutenção da imagem que os *ladrões* pretendem projetar para os outros nos pavilhões, pois trata-se de um *ladrão* público, cujas posturas reverberam o *crime*. Pode-se dizer que a estrutura física das *celas cabaré* propiciava que as relações acontecessem no *desbaratino*, termo utilizado para designar coisas que acontecem escamoteadas da visão pública, escondidas e secretas e, frequentemente utilizado para expressar as relações dos *ladrões*. Dizia-se “ladrão não pode beijar na boca, mas acontece no desbaratino, né?”. A moral do *crime* na PJPN é uma moral do visível e, como pode-se notar, uma moral reconhecida no modo como o sujeito projeta a si mesmo para os outros. Apesar de frequentar uma *cela cabaré* não indicar que o *ladrão* não está seguindo os preceitos do *crime*, o cumprimento das regras de contato sexual não pode ser evidentemente visualizado, não há fiscalização que não seja baseada na credulidade que se tem da fidelidade de um *ladrão* com sua própria trajetória. Há um descompasso entre as regras de conduta e prescrições sexuais e o que acontece dentro das celas, pois assim como a administração da prisão limita-se a revistar a intimidade de gays, *bichas* e travestis, pois a privatização do *cu* dos *ladrões* é vista como um fato, os *ladrões*

⁴⁹ Vimos no exemplo de Alberto que a descoberta de sua homossexualidade se deu pela invasão de um outro *ladrão*, que abriu a *burra* no momento em que fazia sexo com outro preso.

esperam o mesmo de seus iguais e os programas com as *monas* só existem pois espera-se de um *ladrão* que cuide de si mesmo e não contamine moralmente a *população*.

Apesar do saber da vida íntima dos *ladrões*, o ato de tornar públicas as suas atitudes, quebrando a relação invisível-secreta dos relacionamentos, não acontecia sem uma contrapartida negativa às *monas*. Carol, em uma conversa em 2016, num momento de decadência das *celas cabaré* na prisão – em parte ocasionada pela transição da PJP para uma cadeia de *artigos*, que diminuiu o contingente da *galeria rosa* e ocasionou a sua transferência para o pavilhão 3 – afirmou que o ritmo dos programas teria mudado porque muitas *monas* estavam “puxando chave” (o mesmo que *arrastar* ou *caguetar*) dos *ladrões*. O procedimento incluía o fato de algumas *monas* ficarem insatisfeitas com o pagamento pelos programas e levarem ao *setor* um argumento caracterizado por Carol como: “ele acabou de comer meu cuzinho, de me beijar e não quer pagar direito”. Segundo Iago “se quem acusa não consegue provar toma pau, dependendo de quem forem as pessoas envolvidas”. A regulação da dinâmica dessas disputas se constitui no ato de *caguetar* ser mal visto entre os *ladrões* e uma *mona* que tem em suas costas a fama de quem *passa a chave* percebia o ritmo dos seus programas diminuir dramaticamente. Uma *mona* considerada como mentirosa por constantemente denunciar *ladrões* com fins de extorsão faz que os *ladrões* se distanciem e não queiram sair com ela. Muitas das *monas* do *cabaré* dependiam dos programas que faziam para não se verem em uma situação de miséria na prisão, e dessa forma, o ato de tornar pública a postura inadequada de um *ladrão* não acontecia nunca por simples capricho, pois corriam o risco de adquirir a fama de *cagueta*. Na prisão, ser uma *cagueta* significa romper o esquema invisível-secreto, o *desbaratino* é um imperativo de relações entre *monas* e *ladrões*.

Por esse motivo, a forma como deveria ocorrer a publicização foi explicada como uma virtualidade, pois se tratava muito mais da possibilidade de denunciar do que da ocorrência frequente do tornar público. Na disputa elocutória que aconteceria entre os presos do *setor*, a palavra da *mona* seria considerada especialmente se tivesse conexões com *ladrões* por fazer *corres*, como limpar as celas e lavar as roupas e fosse uma *mona* considerada de *proceder*. No jogo de forças dessa disputa o resultado depende muito de quem é a *bicha* e quem é o *ladrão* acusado. Se o preso acusado tem respeito por sua trajetória no *crime* e boa capacidade argumentativa, a *mona* que o acusar corre o risco de ser considerada meramente como alguém

que busca “dar a chave” no *ladrão*. Porém, o relato de uma *mona* poderia facilmente ocasionar a transformação de um *ladrão manchado* em *envolvido* se ele tivesse dívidas com outros *ladrões* e sua palavra fosse duvidosa entre os demais. Por esses motivos, e pela negatividade atrelada à uma *mona* do *cabaré* que é *cagueta*, pouco se ouvia de transformações de *ladrões* por meio da *caguetagem*, mas muitos casos expressavam o modo como as *monas* se utilizavam do saber da intimidade dos *ladrões* para fazer valer alguma vingança como um blefe para extorquir o *ladrão*, sem que no final das contas a sua conduta fosse publicizada e que se transformasse em *envolvido*. Dessa forma, é possível dizer que nesses debates o que valia era mais a posição do *ladrão* e da *mona* no jogo de forças no território da prisão do que da veracidade da exposição de uma *mona*.

O fato de as *monas* dificilmente levarem as suas ameaças de *arrastar o ladrão* às últimas consequências não quer dizer que a conduta dos *ladrões* não seja objeto de atenta observação, já que muitos se transformavam em *envolvidos* na prisão, como Jaislam, que havia se transformado por beber da caneca de uma *mona* na PJP. O preso dizia ter aceitado a sua nova condição e habitava entre as *bichas* da PJP, namorando às vezes.⁵⁰ A separação de utensílios de uso pessoal transfere a carga sexual da proximidade entre *ladrões* e *monas* para as canecas, talheres e cigarros produzindo um regime visível e público de controle da *moral* e eis a maior função de uma regra de contornos exagerados (o absurdo da separação dos cigarros e canecas era constantemente apontado por minhas interlocutoras) na manutenção do *crime* na prisão. Se a intimidade das *celas cabaré* é invisível e secreta e depende do saber das *monas* para ser conhecida, a separação dos utensílios é pública e sistematizada em bandejas marcadas, os objetos são de uso público e a transgressão da regra pode ser evidentemente verificada. Vemos nesse sentido, uma captura moral da materialidade das canecas, cujo intuito é concentrar os aspectos visíveis e públicos do contágio em uma restrição que mantém os limites entre os corpos e grupos. O código moral do *crime* é virtual enquanto imagem cristalizada, parâmetro de conduta, mas o risco da sua atualização prescritiva mantém a rigidez que a imagem de um

⁵⁰ Apesar disso, logo após a sua transformação, Jaislam habitou em uma cela de evangélicos para não correr risco de sanção dos *ladrões* e limpar a sua conduta. Esse procedimento era comum entre *envolvidos* que não queriam ceder à rotina sexual da *galeria rosa*, pois os presos evangélicos mantinham uma conduta ascética e nessas celas não habitavam presos que utilizavam drogas ou que se envolviam com as *bichas* e nesse sentido ainda tinham respeito dos *ladrões*.

ladrão deve reverberar. Nesse sentido, o controle das canecas chega a ser mais importante para a manutenção da higiene moral da *população* do que a expressa transgressão sexual nos programas com as *monas* e, é a ocorrência de casos como a transformação de Jaislam, no qual o virtual se atualiza, que dão força às prescrições do *crime*.

Observa-se que a preservação da imagem do *ladrão* não depende somente do controle de seu desejo, mas especialmente de como se porta publicamente. Se um preso for visto durante um *rasante* com a *mona*, pouco muda na sua imagem de *ladrão*, mas se for visto fumando um cigarro de uma *mona*, é quase certo que sua transformação em *envolvido* ocorreria, a boca dele não pode entrar em contato com o corpo e a substância dela. O controle da moral do *crime* por meio de limites como esse permite que na vida cotidiana uma série de desvios ocorram ao redor da regra. Uma *mona* me contou de uma tarde em que uma *bicha*, sua amiga, havia masturbado todos os presos de uma cela enquanto assistiam um vídeo pornográfico e desde que ninguém ultrapassou os limites do *crime*, um evento público de teor sexual aconteceu entre *ladrões* e uma *bicha* na prisão. Ademais, o efeito da transformação de um *ladrão* em *envolvido* tem ares de escândalo e se torna uma ocorrência pública no pavilhão. Durante minha pesquisa, conversei com duas *monas* que me narraram a metamorfose de um *ladrão* para *envolvido* no dia de nossa conversa. Mirelle me dizia:

Hoje teve foi uma gritaria no pavilhão, um ladrão virou envolvido, mas por conta própria. Todo mundo ficou gritando nas celas, um alvoroço, ele pegou as coisas dele e se mudou pra galeria rosa, os ladrões de um lado e as monas de outro, é sempre assim quando um vira envolvido, um evento.

Além dessas dinâmicas entre a produção do segredo e do público, é preciso considerar como o interesse que algumas *monas* alimentam pelos *ladrões* impede que elas tenham a motivação de *caguetar*. Em muitos casos, como o exemplo de Léo com seu parceiro secreto, é justamente a condição de *ladrão*, *homem de verdade*, que é preciosa para uma *bicha* ou travesti. Isso era afirmado especialmente por quem era mais próxima do *crime* e tinha certo desdém pelos *envolvidos*. Dandara me disse de seu desejo de sair com os presos do *setor*, especialmente com o *piloto* da prisão e justificava seu interesse baseado nas relações que já teve com pessoas “finas e sofisticadas” na *rua*. “Já que estou presa, queria mesmo era o piloto do raio”. Era um desafio e uma confirmação de sua imagem feminina, do desejo que fazia surgir nos homens e nesse caso sair com *envolvidos* significava sair com pessoas que no espectro de masculinidade

que ela visualizava estavam abaixo dos *ladrões*, morando na *galeria rosa*, as vezes sendo sustentados pelas *bichas*, ou até mesmo virando *homens loucos*, que aos poucos assimilavam a conduta característica da *máfia das bichas* e se assumiam como *gays*. É por isso que as *monas* acusavam os *ladrões* especialmente por motivos de extorsão, ou apenas flertavam com a possibilidade de *arrastar* um preso para obrigá-los à vida conjugal. Elas desejavam a sua masculinidade e, ao *caguetá-los* elas feriam o status de *ladrão*, transformado em sujeito isento do código moral que os separaria delas como um *sujeito homem*.

2.1.3 Aspectos da fofoca na *galeria rosa*

Em uma quinta-feira à tarde na Penitenciária José Parada Neto, eu conversava com Mirelle e Evelyn a respeito de suas manhãs na PJPN. As duas eram muito amigas, mesmo estando em celas separadas e tendo relações distintas no pavilhão. Mirelle era de uma *cela cabaré*. Evelyn era *casada* e apaixonada pelo *marido* e costumava pedir que eu fosse o padrinho do seu casamento e que ajudasse a conseguir os trâmites burocráticos para conseguir casar na prisão:

Eu: vocês poderiam me dizer como é o dia-a-dia de vocês no pavilhão? Tipo, vocês acordam e saem pro pavilhão, como é?

E: bom, é normal né Mirelle? Os guardas abrem as celas as 7 da manhã e a gente sai pra dar um pião no pavilhão, tomar um sol, fazer uns corres, lavar roupa, mas antes a gente dá um pião né?

Eu: é nessas horas que vocês ficam sabendo dos babados? (risos)

E: (risos) é, não que a gente queira saber né amiga?

M: geralmente a gente sai para andar, por exemplo, eu e a Evelyn, dar uma volta no pavilhão e a gente nem tá interessada em saber da vida alheia, pra que eu iria querer saber de problema não é? Saber da vida dos outros só pode dar problema...

E: É, mas daí vem uma ali e chama pra contar o babado de um ladrão, encontra outra bicha que tá com problema, e assim a gente já vai sabendo tudo, as bichas são muito fofoqueiras, tudo louca.

Eu: Então logo que vocês acordam, de manhã, já ficam sabendo de tudo no pavilhão. Vocês têm algum babado pra me contar?

E: hum, hoje mesmo teve o babado da Nicole...

M: A talarica?

Eu: A Nicole é talarica?

E: É, você sabe o que é talarica né? Bicha que dá em cima do bofe dos outros.

M: É os cu ligeiro da cadeia.

Eu: cu ligeiro? É assim que vocês chamam?

E: (risos), é, na galeria rosa é assim que chamam essas, tipo a Nicole, ontem teve briga no pavilhão porque a Stephanie descobriu que a Nicole tava querendo dar pro bofe dela. As bicha são tudo louca, ficam aí brigando por causa de homem feio, que nem tem nada, todo dia tem um caso no pavilhão.

M: Essas daí é tudo mesmo saco. Por isso que eu fico no cabaré, que é menos briga.

E: Ah Mirelle, você tá falando isso mas você mesma brigou com ladrão, fechou o cabaré, eu sou casada e nunca tive problema, você tem que encontrar, meu marido não fica dando trela pra talarica, esses aí que são tudo do mesmo saco.

M: Se você diz, né?

E: Eu digo mesmo, [olha para mim], a gente nunca teve problema com isso. Eu queria era mesmo casar com ele no papel pra ele poder me visitar quando ele sair, porque logo ele sai.

Eu: E sobre a Nicole, todo mundo sabe que ela é cu ligeiro?

M: Tenta chamar ela pra conversar com alguém igual você chamou eu e a Evelyn, não vai dar certo. Apesar que você é amiga dela né?

E: Eu não sou amiga, mas também não brigo com ela, ela nunca foi atrás do meu bofe e me respeita, porque eu me dou o respeito também, não vou atrás de ninguém e eu e meu marido nos respeitamos.

M: Aí, o senhor pode chamar a Nicole e a Evelyn da próxima vez. (risos)

E: Eu não, chama a Mirelle, daí você vai ver como é aqui dentro. (risos)

M: Aquela lá, além de cu ligeiro é cu assassino.

Eu: Cu assassino? O que é isso?

M: (risos), é assim, na galeria rosa tem o cu ligeiro e o cu assassino, a Nicole é os dois. Cu assassino é bicha que tem HIV e não fala para os ladrões que fazem programa pra não perder clientela. Mas todo mundo sabe na galeria rosa.

Eu: Todo mundo sabe na galeria rosa, mas os ladrões não sabem?

E: Eu acho isso errado, por mim tinha que falar, mas eu vou caguetar bicha pra ladrão? Na galeria rosa todo mundo sabe quem tem e quem não tem, a bicha se arruma, fica lá toda pá, coloca roupa, arruma o cabelo e sai pro pavilhão pra conseguir cliente e as bicha já fica tudo gritando “ah lá o cu assassino! Tá indo pro ataque”. A gente ri né?

M: É, não tem muito o que fazer, na galeria rosa é assim mesmo, todo mundo sabe.

Uma primeira questão que desloca a partir dessa conversa é a maneira como se constituía uma relação de pesquisa em nossos encontros. Como vemos, Evelyn e Mirelle me alertaram sobre o risco de chamar Nicole para conversar com outras pessoas, sem antes saber que tipo de arranjos de amizade ou inimizade poderiam estar envolvidos em sua fama de *talarica*. Esse tipo de informação era muito útil, pois por meio das fofocas era possível produzir uma programação de encontros que levavam em consideração os arranjos de proximidade e

distanciamento que marcavam a vida na *galeria rosa*. Esse tipo de reflexão permitiu que encontros como esse, em que chamei duas amigas para conversar, revelassem camadas da intimidade dentro do cárcere que ultrapassavam as relações dentro das celas e liberavam a percepção de outra intimidade, mais ampla, da *galeria rosa*. Dessa forma, a intimidade produzida em nossas entrevistas permitia o desvelar de outra, a da *galeria rosa*, pois de certa forma, eu participava das fofocas e disputas pessoais do pavilhão sem as visualizar ou participar das relações.

Por meio de arranjos desse tipo, muito se esclareceu a respeito da maneira como as *monas* lidavam com informações que tinham da vida íntima dos *ladrões* e as diferenças que surgiam entre elas a respeito de suas posturas com parceiros ou de umas com as outras. É dessa forma que a fofoca emerge como um importante fator de socialização e que existe como um meio, uma membrana, entre o que é público e o que é íntimo e secreto, produzindo círculos de saber que excluem outros. As implicações metodológicas (tanto para a construção da pesquisa, quanto nas narrativas de minhas interlocutoras) são muitas, mas salientarei alguns aspectos circunscritos para dar tom à maneira como compreendo a sua ocorrência na prisão.

Uma primeira questão remete ao que Gluckman (1963) nos lembra ao tratar de um romance de Jane Austen. Segundo o autor, Jane Austen apresentava a fofoca como uma forma de inter-relação social tão intensa que um dos personagens de seu livro *Emma*, ambientado nas tensões sociais de uma pequena vila, nunca aparece presencialmente, mas sua personalidade é tão presente nas fofocas de outras pessoas que é possível ver sua influência nas disposições de uns em relação aos outros (*id.*: 310). No romance de Jane Austen esse recurso é utilizado para expressar a importância da fofoca, ela o demonstra intensamente ao atualizar a presença de um personagem ausente e, assim, visualizam-se conexões, movimentos, intensidades que atravessam as interações entre as pessoas. Pode-se dizer que a maneira que o leitor reconhece a presença do personagem ausente de Austen é similar ao método que utilizei para reconhecer aspectos internos da vida no pavilhão sem acessar seu espaço, já que afinal nunca conversei com Nicole para saber que sua presença era considerada pelas outras como um risco, que seu corpo expressava simultaneamente um risco para os *ladrões* (*cu assassino*) e para as *monas* (*cu ligeiro*). Dessa forma, Nicole era situada como figura, em relação ao pano de fundo da *galeria rosa*, e esse contexto exprimiam relações específicas com arranjos de público e secreto que vão

para além da captura do visível e do invisível, mas remetem a constituição de grupos de exclusividade e ao arremeter de posturas marcadoras de diferença.

Vemos o “fator Nicole” expresso nos termos *cu assassino* e *cu ligeiro*, ambas expressões que delimitam vetores políticos da fofoca. Se *cu ligeiro* é um estigma que delimita a proximidade das *monas* com Nicole, é porque a fofoca é utilizada de maneira a manter a distância quem não respeita as relações de outras *monas* com seus parceiros, investindo contra eles. Dentro desse espectro, é de se imaginar que a fama de Nicole é conhecida pela maioria das *monas* e também os *envolvidos* que se aproveitam de sua fama para se aproximar e viver alguma aventura sexual, fazendo de sua presença um fator de desagregação na *galeria rosa*. Por outro lado, a mesma Nicole é tachada de *cu assassino*, pois “todas sabem” que ela oculta dos *ladrões* o fato de portar o vírus do HIV. Vemos na resposta de Evelyn a confirmação de que esse segredo é mantido em segredo entre todas da *galeria rosa*, pois não se “cagueta bicha pra ladrão”. Ora, se enquanto *cu ligeiro* Nicole é um problema para as outras, já o *cu assassino* demonstra que uma divisão deve ser mantida entre elas e a *população*.

Esse tipo de relação de solidariedade entre pessoas de um grupo exclusivo fazia da fofoca um meio de manutenção da *galeria rosa*, e se inclui em várias estratégias. É por isso, por exemplo, que Mirelle foi expulsa da *cela cabaré* por brigar com um *ladrão*, pois o fechamento da *cela cabaré* pelo *setor* era um fator negativo para todas as outras e Mirelle não deveria ter atacado o *ladrão* fisicamente para exigir seu pagamento. Os exemplos de Gluckman (1963) seguem esse sentido ao demonstrar que “a fofoca é um dos tipos de armas daqueles que consideram a si mesmos em um status superior para manter os indivíduos que consideram abaixo em seus devidos lugares” (*id.*:310). Esse aspecto da fofoca pode ser visualizado nas dinâmicas expressas em minha conversa com Mirelle e Evelyn, pois vemos como a fofoca entre as *monas* permite que reconheçam o risco da proximidade com Nicole, vide a brincadeira que fazem a respeito de quem seria a amiga que acompanharia a *mona talarica* em uma conversa comigo. Evelyn, que pelo visto mantinha algum tipo de relação de amizade com Nicole, é julgada por Mirelle, que por sua vez é julgada por Evelyn por ter brigado no *cabaré*, sendo expulsa e, portanto, incoerente em afirmar os problemas dos outros.

Outra questão importante que se imiscui no conteúdo da conversa descrita acima é a maneira como *galeria rosa* e *população* produzem conjuntos de informação muito distintos uns

dos outros. Como vimos anteriormente, as relações entre *monas* são antes de mais nada amparadas pela linguagem, o *bajubá*, e expressões internas como *cu assassino* apresentam pontos de ruptura na comunicação entre os dois polos que delimitam o que se sabe de um lado e de outro. O *cu assassino* é um exemplo significativo dessa relação. Como o disseram Mirelle e Evelyn, na *galeria rosa* todo mundo sabe quem é quem não é, mas a publicização dessa informação para os *ladrões* expressaria uma ruptura entre uma *mona cagueta* e a *galeria rosa*. Ainda que Nicole tivesse o espectro de relações possíveis restrito, pois as *monas* temiam seu estigma de *talarica*, isso não era o suficiente para que *arrastassem* sua *correria*, alertando os *ladrões* de que seu corpo, além da possibilidade de contaminá-los pela transformação em *envolvido*, podia transferir o vírus do HIV⁵¹.

Fonseca (2000), trata de um tipo fofoca produzida de maneira como um fator de agregação em contrário à um grupo de pessoas dominantes. Em sua análise da vida social da Vila do Cachorro Sentado, a autora pôde verificar várias potencialidades da fofoca, pois em um contexto onde a violência física era valorizada como um fator de honra e manutenção da moral masculina, as mulheres, apesar de se vangloriarem de seus aspectos físicos, em geral eram ultrapassadas pelos homens nesse quesito e adotavam a fofoca como uma arma, mas uma arma de resistência de pessoas em situação de descompasso com o equilíbrio de forças da vila. Fonseca afirma:

Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente. Essa perspectiva faz sobressair o poder das mulheres porque, ainda que os homens tenham uma capacidade superior de violência física, as mulheres são as principais manipuladoras da reputação. (*id.*: 24)

Nesse sentido, analisemos as fofocas a respeito de Nicole pelo viés do *cu assassino*. Seguindo o argumento de Fonseca, a fofoca conduz certa manipulação do que se sabe da vida íntima de

⁵¹ Apesar da grande quantidade de preservativos distribuídos na penitenciária, é sabido na *galeria rosa* que muitos *ladrões* exigem a penetração desprotegida. Segundo uma *mona* “mesmo que eles saibam do risco, aqui dentro eles querem sentir mesmo é a pele”. É importante salientar que a alta ocorrência de HIV na prisão está longe de ser um sintoma da presença das *monas*. Japonês, um dos *envolvidos* que conversei, dizia ser muito “mulherengo na rua” e ter contraído o HIV antes de ser preso. Outras travestis, como Eva e Vovó Drica, afirmavam manter-se longe de relações pois tinham medo de contrair o vírus e condenavam a falta de cuidado das *monas* e *ladrões* em geral.

alguém. Essa definição condiz com o contexto da *galeria rosa*, e a manutenção de uma coerência comportamental entre as *monas*, mas não se trata de se sobrepor à força física dos *ladrões* através do domínio feminino da fofoca, mas sim de fazer prevalecer os saberes possíveis a partir da *galeria rosa* a respeito da vida íntima dos *ladrões*, e de bloquear, no fluxo oposto, a intimidade da *galeria rosa* do conhecimento dos *ladrões*. Nesse sentido nos deparamos novamente com a imagem da dupla captura do público-visível e secreto-invisível. A fofoca surge nesse entremeio como uma produção contínua e não como um produto desse contato, pois ela é o exercício da manipulação do saber da intimidade. É nesse sentido que elas podem atacar o “íntimo” dos *ladrões*, pois, como vimos, a manutenção de um *ladrão* como sujeito moral depende intrinsecamente de sua eficácia em projetar a imagem de si como um alguém que reverbera a intensidade do *crime*.

A fofoca, por sua vez, vista como exercício de um saber sobre a intimidade dos outros, não necessariamente se atrela à combatividade do *debate*, de *arrastar* o preso, pois para além do blefe, ela é praticada a todo momento como manifestação de uma singularidade entre as *monas*. É justamente pelo fato do *ladrão* não saber que as suas condutas sexuais são públicas entre as *monas*, que o que se diz contra ele é risível. As *monas*, na discricção de seu núcleo de saber, secretamente atacam a sua masculinidade, sua postura de *ladrão*. Além disso, se julga ridícula ou hipócrita a regra de conduta que separa os copos e talheres de quem se deseja secretamente. É nesse sentido que Léo zomba do medo de seu parceiro ao me contar sobre seu caso, porque ele, um *ladrão*, tem medo de ser visto e de tocá-la, e seu desejo por ela se contrapõe ao desejo de ser um sujeito moral, manter uma postura.

Em vista disso, não se *cagueta* uma *mona* marcada como *cu assassino* pelos *ladrões*, mas ri-se disso. Os *ladrões* são detentores do poder de fala, da decisão das políticas internas do convívio nos pavilhões, como a separação dos objetos e das celas. Os corpos dos *ladrões* são marcadores do território do *crime*, em uma moral que presa pela separação e pela abjeção de seus corpos e substâncias morais em relação às *monas* e é nesse sentido que a fofoca, uma força no jogo de forças da *galeria rosa*, adquire a potência. Ora, se Nicole tem o *cu assassino*, esse fato é devidamente escamoteado por trás de sua performance, o que é público e visível entre as *monas* é escondido dos *ladrões*, mas não sem que no entremeio isso seja motivo de riso, de

zombaria entre as *monas*, que se aponte o ataque do *cu assassino*, “saindo para o bote”, como diziam as *monas*.

É dessa forma que a fofoca – não somente no caso de quem é *cu assassino*, mas do saber de quem é o *ladrão* que *dá o cu*, ou que *chupa rola* – consiste em um mecanismo interno à *galeria rosa*, do controle das disposições sociais existentes na vida em clausura, de uma proximidade que exige a diferença marcada na planície moral da prisão. Existe, nesse sentido, certa cisma que não é produzida pela fofoca, mas é tornada visível em seus contornos. Apartar entre *galeria rosa* e *população*, que se fundamenta nas separações físicas e morais entre corpos, objetos e atitudes, mas também nos fluxos de informações, no que se conta e no humor que se produz entre as partes, no movimento, no ocultar e no ver. A partir disso, na medida que a magnitude da escala em que olhamos se altera e nos aproximamos das políticas capilarizadas nas relações, vemos surgir outras cismas, outros encontros. Se antes tratávamos de *monas* e *ladrões*, *população* e *galeria rosa*, a fofoca nos permite ver como esses blocos analíticos são produzidos nas narrações, postos em movimento, expressos em categorias como *talaricas*, as *caguetas*, o *cu assassino* e o *cu ligeiro*. Nesse sentido, a fofoca na *galeria rosa* permite trazer à tona as possibilidades afetivas características da borda de um território moral, pois estar “entre” e “fora” de algo simultaneamente, é uma posição que longe de ser fixa, exige o contínuo movimento, pois qual válvula, senão o corpo e a voz, pode fazer fluir ou travar fluxos de informação entre um ponto e outro da prisão?

Ademais, observa-se uma postura específica das *monas* em relação aos *ladrões* e a fofoca que tonifica as dinâmicas de informação. Tanto na descrição analítica do caso de Léo, na sessão anterior, quanto na conversa com Mirelle e Evelyn, procurei tonificar elementos narrativos que iluminam certo tom de chacota, meio de apontamento dos comportamentos dos *ladrões* e regras de conduta. Vemos na conversa que dá o tom e inicia essa sessão que a postura de Mirelle e Evelyn em relação ao que me dizem é jocosa e por vezes ácida, elas riem enquanto falam de Nicole, e eu, ao rir com elas de falas que normalmente me trariam desconforto (como no momento em que descreviam de que se tratava o *cu assassino*) ensejava a continuação da narrativa irônica a respeito da hipocrisia do que é público nos enunciados do pavilhão. Ao rir junto com elas, mais intimidade era produzida em nossos encontros, elas pareciam animadas

com meus olhares curiosos, minhas indagações inocentes a respeito de assuntos de teor sexual e cujo tom venenoso me espantava ao mesmo tempo em que me incitava à reflexão.

Dessa forma, focalizando as dinâmicas dessa conversa entre as duas amigas, podemos notar ao menos dois vetores distintos da fofoca, vista pelas linhas de força que proporciona na intimidade da *galeria rosa*: o primeiro pode ser visualizado quando a fofoca é utilizada como uma “arma” para manter as distinções entre as *monas* na *galeria rosa*, já que Nicole era marcada como sujeito perigoso para os relacionamentos entre *monas* e *envolvidos*; o segundo, pode ser visto em relação aos *ladrões*, pois a fofoca é produzida para definir uma distância entre o que é público e visível dentro da *galeria rosa*, e o que é passível de conhecimento pela *população*.

2.2 A dinâmica dos relacionamentos na *galeria rosa*.

Até o presente momento vimos como a presença das *monas* e *envolvidos* se consolida no cerne do convívio na Penitenciária José Parada Neto, especialmente no que concerne os movimentos possíveis a partir da *galeria rosa* em relação aos *ladrões* e ao *crime*. A importância de salientar esses aspectos reside no fato de que o território moral da prisão é amplamente negociado nos termos definidos pelo *crime*, centro de produção de um parâmetro de comportamento que exige posturas sexuais dos *ladrões* e toma efeito na ocorrência da metamorfose existencial de *ladrões* em *envolvidos*. Ao focalizarmos a presença das *monas* neste contexto moral, tentei mostrar como estar na borda de uma multiplicidade implica determinado engajamento com o espaço e com as políticas intensivas de intimidade e ampliação do território existencial. Ademais, não custa ressaltar que o que foi explicitado a respeito de como os *ladrões* agem e conduzem suas vidas foi baseado nos relatos de *monas* e *envolvidos*. Durante minhas visitas à PJPJN não conversei com *ladrões* e considero que o tratamento da postura e do corpo dos *ladrões* enquanto bloco funciona como uma regulação na simetria. Como o afirma Latour (1994), na produção de sua noção de “antropologia simétrica”,

O objetivo do princípio da simetria não é apenas o de estabelecer a igualdade – esta é apenas o meio de regular a balança no ponto zero – mas também o de gravar as diferenças, ou seja, no fim das contas, as assimetrias, e o de compreender os meios práticos que permitem aos coletivos dominarem outros coletivos. (*id*: 105)

É nesse sentido que uma concepção do *crime* pela ótica das *monas* foi conduzida, já que no contexto das políticas prisioneiras as suas vozes são difíceis de serem ouvidas e pouco se chega a pensar que a intervenção de travestis e homossexuais no convívio das prisões tem efeitos

intensos, vide o caso de Vivi que relaciona os ataques de 2006 do PCC nas ruas de São Paulo aos celulares que ela guardava em seu *cu*.

No sentido de apresentar toda a dinâmica entre *galeria rosa* e *população* e inserir minha dissertação no contexto do estudo das políticas prisionais, salientei até agora as relações entre *monas* e *ladrões*. Nessa tarefa, apenas pincelei as relações entre *monas* e *envolvidos*, abordadas apenas como pano de fundo das dinâmicas focalizadas na transformação de um *ladrão* em *envolvido*. Ainda que tenhamos compreendido que existe uma grande diferença entre as relações entre *ladrões* e *monas* daquelas entre *monas* e *envolvidos*, essas não foram foco da descrição analítica, e nesse sentido, nos distanciaremos um pouco dos *ladrões* no restante dessa dissertação (até a sessão 3.2.2, na qual retornarei à análise da prostituição). O enquadramento analítico tomará o ponto de vista dos casais na *galeria rosa* e das dinâmicas ao redor dessas relações conjugais no seio do cárcere. É nesse sentido que aprofundaremos uma nova forma de intimidade, a conjugal, vista em conjunção com a intimidade da entrevista.

2.2.1 Auges e declínios: o espectro da traição

Durante minha pesquisa de campo pude acompanhar casais se juntando e se dissolvendo e no entremeio dos flertes e disputas na *galeria rosa* uma característica sobressaía às outras: a intensidade das relações que tangenciava extremos afetivos. Ademais, entre os ciúmes e a fofoca, muito também se explicitava do jogo entre o invisível e o visível na intimidade das relações entre gays, *monas* e *envolvidos*. Para dar conta de explicitar essas dinâmicas, no que se segue trarei a imagem em movimento de dois núcleos de relacionamento que pude acompanhar no período em que visitei a PJP, trata-se de uma imagem parcial, recortada entre os relatos e o fluxo da vida vivida, mas que sugere traços claros da maneira como as pessoas se desejam e se separam. O procedimento será o de traçar duas histórias, em dois momentos distintos, para, depois, ao olharmos o encontro das duas narrativas, percebermos o que é explicitado na relação entre visível-público, invisível-secreto dentro das relações, e com isso compreendermos um pouco da dinâmica das intimidades entre *monas*, *envolvidos* e gays no seio do cárcere.

Olga e Luca

Em março de 2016, no início da pesquisa de campo do período do mestrado, eu buscava encontrar nas anotações de minhas conversas anteriores nomes e matrículas de *monas* para requisitar à administração; entre esses nomes encontrei o de Olga, que anteriormente era uma *mona* do *cabaré* e se prostituía, mas que “agora” tinha se casado com Luca, um *envolvido*. Essa *bicha* tinha 35 anos e expressava determinada experiência na *rua* e na prisão; mantinha seus longos cabelos sempre escovados e em nossas conversas anteriores expressava o desejo de se manter distante de intrigas e problemas no pavilhão, sua narrativa constantemente tratava de seus antigos empregos na *rua*, onde era dona de um buffet e Olga se preocupava em deixar claro a sua inteligência e senso prático que a distinguiam de outras *bichas* “que só se preocupavam com homem”. Luca, seu *marido*, era um tanto mais jovem, com menos de 30 anos, tinha sido preso em 2003 e se envolvido em 2009, na unidade prisional de Tupi Paulista, conhecida como uma das cadeias de *oposição* onde habitavam *bichas* e travestis. A partir daí, Luca entrou em diversos relacionamentos em prisões diferentes, até encontrar Olga, com quem já estava fazendo um ano na PJP.

Já no início de nossa conversa pude notar que o relacionamento dos dois acontecia em meio a uma constante fricção de personalidades. Olga, que em nossas conversas anteriores tinha uma postura eufórica e comunicativa, sentada ao lado de Luca parecia mais quieta, como se com vergonha da situação a que se expunha. Apesar disso, quando Luca comentou que Olga era “briguenta e intempestiva” ela concordou com alegria, afirmando que era muito difícil de lidar e que implicava muito com os modos desleixados do marido. Luca, por sua vez, nesse primeiro encontro, expressou uma perspectiva romântica, mas amarga, sobre o relacionamento, ele dizia:

Minha vida como envolvido na cadeia foi marcada, manchada, pela traição, é uma sombra que me persegue. Todas as vezes que me relacionei, e casei três vezes na prisão, eu fui traído. Na cadeia é assim, eu confio nela [a Olga], mas também não sei o que vai ser, não é? [olhando pra Olga que o olhava como se não soubesse o que dizer]. Porque aqui dentro mona e envolvido, falta muita união, só é briga, inveja, gente que se junta por interesse. Eu prefiro viver na merda a me juntar a alguém por causa de dinheiro, isso é sujo.

Com esse tipo de argumento Luca parecia cobrar uma postura de Olga que confirmasse sua lealdade. O caso é que era certo que Olga iria sair da prisão muito depois de Luca, que já estava com os processos encaminhados, a um mês da autorização de sua transferência para o regime

semiaberto. Olga dizia que amava o marido e que queria manter a relação, ainda que demorasse mais anos antes de sair da prisão. Nesse sentido, ele dizia: “ela diz que me ama, que quer manter a relação, mas eu não sei, né Olga? Tudo muda” e Olga, acanhada com a desconfiança do parceiro, afirmava “já disse que eu te amo Luca” e ele reagia olhando pra mim e sorrindo, como que ironicamente, sugerindo que na sua ausência as coisas mudariam, pois na prisão é consolidado o rumor de que uma *mona* recém-deixada pelo *marido* sofreria o assédio contínuo dos outros presos. Ao contrário do que dizia Luca, Olga dizia esperar que ele a visitasse na prisão como “visita única”⁵², já que seus familiares não a visitavam e que esperaria, ainda que demorasse, pois ficaria presa ainda por dez anos. Para Luca, no entanto, a quebra da possibilidade de visualizar todos os dias a lealdade de Olga, indicava uma impossibilidade de que continuassem juntos, especialmente porque desconfiava que ela trocasse de marido alguns dias depois que fosse pra *rua*.

Depois dessa parte da conversa, Luca teve que sair da entrevista, dizendo que tinha *corres* para fazer. Longe de Luca, Olga explicitava várias facetas do relacionamento, especialmente a maneira como cuidava dele, de suas coisas na cela. Na cela em que vivia, Olga parecia assumir certa postura de liderança. Ela me contou como cuidava das coisas de outro *envolvido* com quem Mirelle brigou porque queria cobrar mais por um *rasante* do que o combinado. Como era Olga quem cuidava das finanças desse *envolvido*, ela insistiu com Mirelle pelos cinco maços de cigarro combinados ao invés dos sete que ela desejava. O mesmo tipo de preocupação ocorria com Luca. Ela se preocupava porque ele era “muito moleque”, “com instinto pra coisa fraca”. Além disso, Olga recebia por mês de Karina - para limpar e arrumar sua cela e lavar suas roupas e parte do que ganhava, 5 maços de cigarro por mês, era reservado para trocas de alimentos para o casal. Nesse sentido, na ausência do marido, Olga demonstrava a postura de uma *esposa* cuidadosa e que se preocupava muito com a “vida a dois” que levava

⁵² Para que um ex-detento ou ex-detenta possa visitar uma penitenciária depois de adquirida a liberdade é necessário um período de seis meses. Somente familiares ou pessoas com vínculo afetivo comprovado podem ser visitas em uma penitenciária. A “visita única” se trata de quando um preso ou presa não tem visitas de nenhum membro da família, nesse caso é possível que ele indique o nome de uma pessoa sem qualquer vínculo legal para ser sua visita. Olga, que não tinha visita, esperava que Luca pudesse visita-la depois de ser liberto, ao final do período de semi-aberto e dos seis meses necessários para que a visita fosse legal.

com o marido. No final da conversa, combinei com Olga que a chamaria com Luca na próxima semana naquele mesmo dia e horário.

Na outra semana, Olga chegou antes de Luca e disse “eu não avisei o Luca de que a requisição era pra isso, ele anda meio estranho porque saiu de saidinha, mas ele vem aí”⁵³. Um pouco depois Luca chegou e realmente parecia irritado, apesar da compostura que manteve comigo. Durante nossa conversa ele se manteve quieto, a não ser quanto encontrava um momento para contrapor o que Olga dizia. O clima entre eles estava agressivo e parecia que tinham brigado antes de nosso encontro. Ele tinha diversas reclamações com os modos dela, e ela se defendia dizendo que quando ele estava assim não tinha como conversar e que ele tinha acordado com vontade de brigar com ela. Ainda assim, perguntei como tinha sido o seu fim de semana na *rua*, pela primeira vez em tanto tempo, o que Luca respondeu amargurado. “Não deu tempo né? Tinha um monte de comida pra mim, tava todo mundo lá, e eu não consegui aproveitar, mal comi, sem fome mesmo, o que são dois dias? E depois ter que voltar pra cá, pro inferno”. Luca se movimentava ansioso e logo pediu para ir embora dizendo “não é nada contra o senhor, eu vim pra cá pensando que podia ter algo a ver com o meu processo e pensando ‘espero que não seja o Guilherme’, não é nada contra, é que tô com muita coisa na cabeça”.

Depois de Luca ter saído da sala, Olga me contou novos detalhes a respeito da relação dos dois. Na *saidinha* a mãe de Luca o apresentou a uma mulher, evangélica, com 18 anos, com quem ele deveria se casar quando saísse. Segundo Olga, a mãe de Luca, que visitava a prisão, era próxima dela e que apesar de tratá-la como uma mera amiga do filho, parecia saber que tinham uma relação. A mãe de Luca pedia para que ela cuidasse de seu filho na prisão e ela dizia que gostava muito dele, que ele era um homem muito bom e sofrido. Apesar disso, depois de seu retorno da *rua*, Luca permanecia em silêncio e não se aproximava muito de Olga⁵⁴. Em outros momentos agradecia efusivamente pela ajuda que ela tinha dado e fazia promessas de se

⁵³ Saidinha é como são chamadas as esporádicas visitas que os presos e presas podem fazer para a *rua* em feriados. Para isso é necessário que a pessoa tenha um histórico de bom comportamento e em proximidade com a possibilidade de ir para o semi-aberto.

⁵⁴ Durante a prisão de Luca na PJPN a sua mãe se envolveu com outro preso, amigo de Luca. Quando Luca foi para o semi-aberto, a mãe teve que escolher entre visitar o filho em outra unidade prisional, ou o namorado. Segundo Olga a mãe de Luca continuou visitando o namorado na PJPN e é assim que ela tinha notícias de Luca. Esse tipo de arranjo afetivo que atravessa os limites das prisões será abordado no capítulo 3 da dissertação.

encontrarem na *rua*. No meio desse enredo dramático, Olga procurava expressar desapego, e dizia que era bom para ele, sair e se casar e que sempre seriam amigos, baseando-se na relação de proximidade e ajuda que haviam criado na prisão.

Depois de duas semanas chamei novamente Olga para conversar, dessa vez sozinha. Ela apareceu com seu cabelo raspado e me contou que Luca tinha sido mandado para o semiaberto, repentinamente e antes do prazo. Segundo ela, raspar o cabelo tinha sido uma ação para manter a distância os outros *envolvidos* solteiros que assediavam as *monas* deixadas pelos *maridos*, e que estava sendo alvo de chacotas de outras *monas* pela postura rígida de ter raspado a cabeça. A despedida de Luca tinha sido emocionante, segundo Olga, apesar da distância que aparecia entre o casal em nossas últimas conversas, “choramos muito, comprei uma camisa e uma calça de um preso que vende, pra ele sair bonito na rua”. Com Luca na *rua* Olga buscava esconder a tristeza e me dizia seus planos para o futuro. Ela queria sair da prisão e voltar para o negócio de buffets e segundo ela, através do contato com a mãe de Luca, ela tinha planos de comprar uma casa para ele, “um presente de casamento”.

Tem coisas que eu não te falei, eu tenho muito dinheiro de roubo guardado, e quando eu sair pretendo comprar um lugar e fazer um buffet, porque tenho experiência nisso. Já conversei com a mãe do Luca, ela trabalha o dia todo em restaurante, e vou contratar ela e ele para trabalhar comigo. Ele vai ter que ir, porque ele não gosta de trabalhar né? Depois que ele tiver se consolidado vou pra Itália, pra Roma, tenho uma amiga travesti que trabalha lá. Do Luca, espero que ele seja feliz com quem ele casou.

Já no final de minha pesquisa de campo, essa foi a última vez que falei com Olga e lembro que a esperança e o desapego que ela buscava expressar não condiziam com a expressão triste de seus olhos.

Iago, Eddie e Jeferson

No começo de Março, em 2016, seguindo a indicação de um preso gay que trabalhava no setor de educação, requisitei a presença de Iago e Jeferson, um casal, ao funcionário do setor de educação. É importante destacar, antes de iniciar a descrição desse núcleo amoroso, como as definições de gênero que aparecem como classificações quando se observa o nível cristalizado, se tornam fluidas quando tomam movimento na vida cotidiano. Jeferson era um *envolvido* e ainda sim se relacionava com Iago, que era *gay*, ou seja, um casal de dois sujeitos masculinos em que o primeiro fazia o papel de ativo e o segundo de passivo. Esse arranjo era necessário para a manutenção da masculinidade de Jeferson. Ele chegou antes de Iago, tinha

tatuagens pelos braços e pernas e um semblante sério. Quando contei o motivo de nosso encontro, ele respondeu:

Eu me envolvi com viado na cadeia e estraguei minha vida, é tudo que eu tenho pra dizer sobre isso. Eu achei que a requisição era pra uma vaga de emprego, pra alguma coisa importante e não pra essa patifaria, o senhor me desculpa, mas vou voltar pro pavilhão, que tenho coisa pra fazer.

Jeferson saiu da sala, e depois de alguns minutos, Iago apareceu. Um sujeito magro e comunicativo, diferente da postura rígida de Jeferson, costumava rir e queria fumar (fumo de corda enrolado em papel de caderno) dentro da sala, o que fez mesmo diante minha preocupação com o cheiro que poderia se espalhar nos corredores. Ao saber o que tinha acontecido com seu parceiro alguns minutos antes, Iago se desculpou pela atitude de Jeferson e contou que ao saber da requisição, ele tinha feito a barba e se arrumado para aumentar suas chances de conseguir uma vaga de emprego. Vemos, nesse ponto, como diferentes intimidades se encontram e entram em conflito, a intimidade da prisão, com seus espaços vedados e acessos esporádicos aos espaços administrativos e seus papéis, a intimidade da entrevista, no fluir de informações e na composição que se produzia entre eu e os interlocutores de pesquisa, e a intimidade do casal.

Na ausência de Jeferson e depois de nos apresentarmos e conversarmos um pouco, Iago prontificou-se a falar da intimidade do casal de uma maneira que seu parceiro certamente não aprovaria. Era um momento de invisibilidade, de segredo, portanto, em que uma intimidade permitia visualizar a outra:

O Jeferson é assim mesmo, ele é meio moleque, sabe? Meio arretado. Mas ao mesmo tempo ele gosta das coisas e tem vergonha de dizer, isso é muito comum entre os envolvidos. Eu sei de coisas dele e tenho que fingir que não sei. Sei que ele virou envolvido em cadeia do comando porque foi pego sendo comido numa cela, foi aí que virou envolvido, dando o cu, mas aqui ele fala que foi pego comendo uma travesti pra passar de machão. Ele é assim mesmo, mas eu amo ele, é um bebezinho, gosta de carinho, mas tem que ir aos poucos. Pra você ver, outro dia na cela ele vira pra mim e diz “se você me dar um pouco de maconha eu deixo você comer meu cu”, e pensei “mas quem disse que eu quero isso? E ainda vou ter que dar maconha pra você?” mas fingi que não sabia, que queria, sendo que era ele quem queria, você vê?

Além disso, Iago abordou como agradava Jeferson com doces e drogas, e provia *peças* pra ele apostar em jogos de cartas no pavilhão (nos quais ele sempre perdia) e que apesar do *amor* que sentia por Jeferson, por vezes se sentia desconfortável por seu interesse nos agrados materiais. Sugeriu que o caso da troca de sexo anal por maconha era só um exemplo de como Jeferson tentava conseguir presentes. Iago dizia ter uma paixão avassaladora por Jeferson, e que sabia

que seu parceiro saía com outras pessoas, mas não se importava. Isso não quer dizer também que conversassem sobre isso, pois segundo Iago, Jeferson era “seco” quando se tratava de discutir a relação.

Depois de conversarmos mais um pouco a respeito da transformação de *ladrões* e *envolvidos*, de descobrir que Iago tinha se transformado em uma cadeia do PCC e que na *rua* ficava com homens esporadicamente, combinamos que no nosso próximo encontro ele viria acompanhando de um amigo, Eddie, pois, ainda que Jeferson não quisesse vir aos encontros, Iago preferia estar acompanhado para ajudar no fluxo da conversa. Assim, me despedi de Jeferson de posse de um papel com a matrícula de Eddie anotada.

Quando conheci Eddie⁵⁵, na próxima semana, notei que seus olhos tinham uma espécie paradoxal de brilho opaco. Nos primeiros momentos ele parecia muito tímido e com dificuldades de falar, o que foi mudando aos poucos, na medida em que compreendeu que o intuito das conversas era tratar dos aspectos gerais da vida na *galeria rosa* e, também, de sua intimidade na prisão. Conversando com ele e Iago, muito do convívio se esclareceu, pois os amigos expressavam afeição em discutir o contexto e os fluxos da vida no cárcere, falamos das diferenças e categorias sexuais e da gradação entre masculino e feminino que perpassa as concepções de *envolvido*, *gay*, *bicha* e *travesti*⁵⁶. As conversas duravam horas e muitas histórias do percurso da vida dos dois serão eclipsadas nesse momento pela imagem que procuro circunscrever em suas narrativas, a da intimidade dos relacionamentos na *galeria rosa*.

Eddie morava na mesma cela que Jeferson, e sua vida íntima na prisão era agitada (Iago morava em outra cela). Eddie tinha um relacionamento com uma travesti da *rua*, Angélica, portadora de deficiência física⁵⁷, que o visitava na prisão. Segundo me disse, ela era muito boa

⁵⁵ Parte da história de Eddie foi abordada na sessão 1.2.2 dessa dissertação. Naquele momento explicitarei a trajetória deste preso que ficou 17 anos em cadeias do PCC antes de se assumir como *envolvido* na prisão e mudar para uma cadeia de *oposição*. Aquelas informações foram ditas por Eddie nessa primeira conversa com Iago. As conversas com Eddie foram das mais intensas em minhas visitas ao campo e abrangem muitos aspectos da vida prisional, dessa forma, o considero um dos personagens principais da trama que se enreda nessa pesquisa.

⁵⁶ Conferir capítulo 1.

⁵⁷ O fato dessa travesti utilizar uma cadeira de rodas para se locomover provocava um contexto dramático na visita à penitenciária, pois como sujeito feminino, ela tinha as partes íntimas revistadas e isso envolvia o

para ele e “muito linda”. Ele tinha conhecido Angélica, de 20 e poucos anos, em outra prisão, por meio de uma travesti presa que era sua amiga. Como Eddie não tinha visitas familiares, essa “visita única” era a sua forma de manter contato com a *rua*, e ela trazia comida e maços de cigarro, além de dinheiro, para suprir Eddie dentro da prisão. Apesar disso, ele dizia: “eu saio com ela, amo ela, mas eu gosto mesmo é de homem, não gosto de travesti. Quer dizer, eu gosto de tudo, mas prefiro homem, entende?” Nesse sentido, amparado pela invisibilidade da prisão que impedia a sua parceira de visualizar suas ações, Eddie mantinha relações com muitas pessoas e afirmou que era apaixonado por Luca, que por sua vez traía Olga com ele. Eddie dizia:

A Olga pensa que o Luca é uma coisa e ele é outra. Eu sou apaixonado por ele, ele é muito lindo, um dos homens mais bonitos dessa cadeia e gosta de mimo, e eu sou bom pra mimar, gosto de deixar o preso bonito pra mim. Eu faria de tudo por ele, mas ele já deu mancada comigo. Ele ia largar a Olga pra ficar comigo, me falou isso, eu fui lá, fiz vários corres, lavei roupa, decorei a burra dos outros e comprei uma burra só pra nós, numa cela discreta, pra gente se encontrar e mudar junto, fiquei esperando ele com o cantinho preparado, mas o Luca desistiu e agora eu não tô querendo nem olhar pra ele, nem chegar perto, porque senão eu mato ele, me fez de bobo, eu só não faço nada porque gosto muito dele.

Essa conversa aconteceu na mesma semana em que Luca teve sua “saidinha” da prisão, e em meus encontros com Olga, diante seu sofrimento por distanciar-se de Luca, foi difícil manter a postura de pesquisador, sabendo de informações que eram invisíveis e secretas para ela. Quando se trata da intimidade na prisão, qualquer giro de perspectivas faz proliferar uma miríade de informações, ocultas de um ponto e visíveis de outro. Vemos nesses exemplos que tipo de saber era possível em nossos encontros distantes dos pavilhões, quando dois núcleos amorosos se encontram e narrativas separadas se entrelaçam. É nesse sentido que se constitui também uma intimidade de pesquisa, pois diante das informações que eram ditas nos encontros, minha posição era a de quem podia provocar uma ruptura no que era invisível e secreto em outras escalas. As mesas, símbolos da alteridade institucional que marcavam minha posição, eram também parte da motivação das pessoas que compartilhavam a narrativa de suas vidas comigo. Sentir o conflito moral no desejo de iluminar o que era obscurecido e romper com a

“agachamento”. Segundo Eddie, sua companheira aparecia as vezes machucada, pois não conseguia se abaixar e caía durante a revista vexatória.

captura do invisível pelo secreto foi essencial para a minha compreensão das políticas intensivas no seio do cárcere.

Na semana seguinte, ao requisitar novamente Eddie e Iago para conversar, uma reviravolta: Iago tinha sido transferido para o regime semi-aberto no mesmo *bonde* que Luca, e a partir disso, conversei apenas com Eddie. Conversamos sobre muitas coisas e Eddie me contou várias histórias que serão eclipsadas no momento, pois focalizarei especialmente a maneira como as relações amorosas se sucederam a partir da saída de Iago da prisão. Na ausência do amigo, Eddie me contou que mesmo antes da saída de Iago, ele e Jeferson tinham se relacionado escondidos e que agora estavam juntos:

Eu sempre quis sair com o Jeferson, mas ele estava com o Iago. O Iago sabia que o Jeferson saía com outros presos e eu falei com ele sobre isso, falei que o Jeferson traía ele, pra ele ficar ciente, e ele nunca fazia nada, mas nunca contei que eu era uma das pessoas com quem ele saía. Na verdade, antes disso tudo, eu e o Jeferson brigamos, no passado, o Iago nunca ficou sabendo disso, foi uma aproximação errada que fiz no Jeferson e ele achou que eu tinha problema com ele, quando na verdade só queria ficar com ele, ele ficou muito tempo nervoso comigo, tem essa coisa orgulhosa, não quer passar de viado. Depois disso, as coisas ficaram tensas, na cadeia é assim, você não pode baixar a guarda quando tem alguém com medo de você, porque ele pode querer te matar antes de você fazer algo. Você tem que dormir com um olho aberto. Mas agora eu e ele nos resolvemos. Com o Iago, antes dele ir pro semi-aberto, também teve conflito, ele tava folgado e a gente brigou uns dias antes, eu tava querendo ir pra cima dele também, ainda bem que ele saiu. Ele tava começando a ter ciúmes de mim e o Jeferson, eu não ia aguentar isso, ainda bem que ele foi pro semi-aberto. Agora ele já até mandou uma carta lá de onde ele tá, pro Jeferson mas falando pra mim também, que tá com saudade, maior falsidade. Eu falei pro Jeferson nem responder, e nem vai porque senão vai ter problema comigo. Ele já foi, já era, e se ele for esperto nessa altura já sabe que eu e o Jeferson estamos juntos.

Depois disso, em outros encontros, Eddie narrou outras facetas de seu relacionamento com Jeferson. Rapidamente, alguns dos problemas que Iago tinha com Jeferson começaram a aparecer, especialmente no que condizia às atitudes de Jeferson em relação aos jogos e apostas no pavilhão. Eddie se queixava dos jogos em dois sentidos, porque Jeferson passava muito tempo com outros *envolvidos* no pavilhão, mas também porque as apostas e consequentes perdas nos jogos eram custeadas pelos *corres* que Eddie fazia. Eddie chegou a me pedir folhas de sulfite coloridas, que ele utilizava para enfeitar e selar a umidade das *burras* de presos e presas, fazendo mosaicos com um trabalho reconhecido no pavilhão, e parte desse dinheiro era

reservada aos “agrados materiais” de Jeferson. Os dois pareciam brigar frequentemente por conta dessas diferenças. Nas palavras de Eddie:

O Jeferson é preguiçoso, desleixado, não se importa com nada. Eu tenho que pagar o B.O dele, tá ligado? Quando a gente briga, a gente quebra tudo. Mas sabe o que é foda? É gostoso na cama. Ele é um menino, se você ver. Esses tempos ficou interdito no setor, por causa de jogo. E sabe o que é foda? Eu sei que ele tá errado, eu tenho experiência em cadeia, tem coisa que se você faz, toma pau mesmo, tá ligado? Vai lá, aposta, fala que vai dar maconha pros caras que ele não tem. Daí não tem jeito, dessa vez eu bati nele por causa disso, mas foi muito difícil. Eu prefiro eu bater nele do que deixar os outros baterem, entende? Então eu vou lá e dou eu mesmo a punição, porque eu não ia aguentar ver outro homem bater nele. Eu ia arranjar problema pra mim.

Já no período em que finalizava minhas visitas ao campo, conversei com Eddie, dois dias depois de minha última conversa com Olga. Na conversa com Olga, além de tratarmos de sua vida após a saída de Luca, conversamos sobre outros assuntos, especialmente sobre a conduta dos *envolvidos*. Certo dia comentei sobre o caso de Jeferson, que tinha se recusado a participar das entrevistas. Nessa conversa não comentei nada que sugerisse que eu gostaria de uma nova tentativa de falar com Jeferson, pois, afinal, participar da entrevista era uma escolha dele. Quando encontrei Eddie nesse dia, ele me contou que Olga lhe tinha falado de minha vontade de falar com Jeferson, e estava convicto de fazê-lo participar de um encontro comigo, em casal. Mesmo que não tenha compreendido bem a intenção de Olga ao falar com Eddie a respeito de nossas conversas, notei os efeitos que minha participação podia ter no fluxo de informações íntimas no pavilhão. Eddie estava exaltado quanto à vontade de trazer Jeferson para as reuniões, e fiquei receoso, considerando as brigas recentes e a postura de Jeferson em nosso primeiro e único encontro.

Na próxima semana, no final de Maio e última semana de minhas visitas à PJP, me encontrei com Eddie e Jeferson no setor de *atendimentos* da prisão. Jeferson começou se desculpando pela sua postura da última vez. Eddie, ao seu lado expressava alegria por ter convencido seu parceiro a vir na reunião. Nessa conversa observei o casal discutindo sua intimidade, os dois trocavam farpas e olhares, às vezes faziam declarações de amor combinadas com ameaças, sentimentos dúbios, de entrega e confusão, desconfiança marcada pelo histórico na prisão, de tudo que sabiam e não sabiam a respeito da vida dos outros. Em determinado momento, falaram de Angélica, a travesti que esporadicamente fazia visitas íntimas com Eddie

e não sabia da relação que seu parceiro mantinha com Jeferson. Jeferson dizia sentir ciúmes nos dias de visita, nos quais devia fingir que não tinha nada além de amizade com Eddie, mas não podia fazer nada: “é a visita dele”. Em determinado momento, Jeferson olhou para mim e disse “pergunta pro Eddie o que aconteceria se eu pedisse pra ele separar da Angélica”. Olhei pro Eddie, que assentiu, dizendo que terminaria com ela. Jeferson prosseguiu: “Agora pergunta o que aconteceria se eu fizesse o Eddie perder a única visita que ele tem, e depois não quisesse mais ficar com ele”. Nesse momento olhei pra Eddie, que moveu o dedo indicador pelo pescoço, como uma faca, sinalizando o sentido que sua ação tomaria nesse caso. Em resposta ao gesto ameaçador de Eddie, Jeferson riu, olhou pra mim e disse “tá vendo? Por isso que não fico alimentando esse ciúme”. De total acordo, rimos enquanto a tarde se dissipava no tempo da prisão.

2.2.2 Confiança e desconfiança: ciúmes e conflitos amorosos na *galeria rosa*

Considero que o encontro das narrativas dos dois núcleos amorosos, como descrito na sessão anterior, contribui para explicitar a imagem teórico-metodológica que compõe esse capítulo, espécie de fractal de intimidades no qual a intimidade da prisão (com seus espaços fragmentados) se mescla à intimidade da entrevista (os arranjos pelos quais os encontros eram produzidos), e possibilita a visão de outras intimidades, como a dos casais com quem conversava no setor de *atendimentos*. Por meio das dinâmicas dos relacionamentos notamos claramente pontos cegos que aparecem de uma perspectiva à outra. Mesmo quando um dos membros do casal saía, outra intimidade era produzida. O que Olga me falava na frente de seu *marido* era diferente do que me dizia quando ele não estava.

Quando aproximamos a câmera das relações entre casais, notamos como a intimidade é marcada pela dualidade entre confiança e desconfiança, atrelada às dinâmicas ao redor do que é visível e invisível no jogo intensivo da prisão. Segundo as narrativas de minhas interlocutoras e interlocutores, a dificuldade de confiar em alguém no cárcere residia especialmente no fato de a PJP ser uma cadeia de *oposição*, ambiente marcado pela similaridade com o “período das antigas”, no qual “todos estão contra todos”, e habitam sujeitos condenados ao isolamento

mesmo dentro do sistema penitenciário.⁵⁸ A sensação de desconfiança era constantemente expressa em frases como “na cadeia ninguém confia e ninguém” ou “aqui na Parada Neto é você por você mesmo, todo mundo quer tirar proveito de alguma situação” e constantemente “aqui tem muita inveja, gente querendo o que é dos outros”. Além disso, lembremo-nos da fala de Eddie, que dizia ter que dormir com um olho aberto, pois o fato de Jeferson sentir medo dele podia significar um ataque surpresa a qualquer momento. Dentro desse contexto, e considerando a situação de escassez material da prisão, onde qualquer movimento pode ser visto como uma estratégia para ampliação do território existencial⁵⁹, a confiança é rara e difícil de ser enunciada. A sensação de desconfiança era presente no que condiz aos relacionamentos amorosos, como Vovó Drica, uma travesti de 60 anos e conselheira amorosa, afirmou que nunca teria relações na prisão, pois não confiava em ninguém e tinha receio de se contaminar com HIV. Ela sabia que na prisão o que as pessoas dizem sobre si mesmas não deve ser necessariamente acreditado. Ademais, Vovó Drica, amparada por sua experiência como dona e cabaré na *rua*, desconfiava de todos os pares amorosos, que segundo sua visão se juntavam por *interesse* e por carência, o que justificava o excesso de desconfiança na constituição dos pares amorosos.

Nesse sentido, considero que a desconfiança faz parte da intimidade na PJP. A intimidade, por sua vez, na maneira como a enquadro, é definida como a separação de núcleos que compartilham informações e espaços. Na prisão, onde surgem cantos escuros e pontos focais em celas que se tornam labirintos de luz e sombra, tudo que é íntimo é precioso e sinal de um deslocamento da forçosa vida pública da prisão. Deste modo, a intimidade é um aglomerado de segredo e confiança, pois é justamente nesses aspectos que ela se traduz nos pontos que simultaneamente juntam e separam as pessoas. Minha perspectiva sobre a intimidade, reverbera o que diz Simmel (1950) quando trata do papel do segredo nas relações sociais. Para o autor, o segredo é composto pela separação de quem acessa um saber exclusivo

⁵⁸ A situação em cadeias *do PCC* se difere, pois trata-se de outro parâmetro ético. Um exemplo é que a palavra “igualdade” no lema do *comando* tem eficácia no convívio cotidiano nessas cadeias a atitude “cada um por si” é vista como atributo negativo do sujeito e presos primários ou com dificuldades financeiras são ajudados pelos outros. (Cf. Biondi, 2010) “Lá ninguém sofre porque é pobre”, me disse uma travesti.

⁵⁹ A proximidade entre relações amorosas e econômicas será abordada no capítulo III dessa dissertação, no qual veremos que a desconfiança nos relacionamentos produz uma complexa binaridade entre o *amor* e o *interesse*.

daqueles que o desconhecem e pelo desejo oculto, de quem conhece o segredo, de entregar a verdade ao saber dos demais. O segredo persistiria entre o desejo de contenção e o de expansão e em seu argumento essas características são fundadoras do que se denomina “sociedades secretas”. Adaptando a noção ao contexto da prisão, considero o segredo como o cerne de cismas que são simultaneamente movimento de aglutinação e de separação entre núcleos de intimidade. A maneira como se lida com o segredo, portanto, é o fundamento de uma noção de intimidade.

Como notamos anteriormente, a fofoca se insere no entremeio do ocultar e do demonstrar o segredo pois “fofocar” implica em afirmar a posição de superioridade de quem acessa um saber exclusivo. Ao mesmo tempo, envolve o ato de entregar o que é secreto ao saber de outrem, uma intimidade que abre uma fresta para se observar outra. Dessa forma, a fofoca expressa um vetor das políticas ao redor do segredo em suas dinâmicas de separação e a aglutinação. O ciúme se configura como outro vetor de movimento da intimidade desde a perspectiva do segredo e aparece como a emoção do “não ver”, da desconfiança no fato de que nunca é possível visualizar todos os núcleos de intimidade de outra pessoa, ou as associações que faz mentalmente, pois a visão da malha de relações que uma pessoa produz da outra é sempre parcial. Na PJP, lugar da desconfiança por definição, o exasperar diante o insondável é salientado na intensidade das relações amorosas.

Partindo dessa noção de intimidade, forjada no segredo e na desconfiança, as dinâmicas de relacionamento podem ser vistas em um jogo constante e estratégico de manipulação do que é dito e para quem se diz. Quando iniciamos a sessão anterior, notamos que Luca aponta para Olga a sua desconfiança, sugerindo que sua lealdade era condicionada e limitada. Ao fazer isso, Luca produz um discurso que só pode existir no ocultar de seu segredo, de suas outras intimidades, pois sabemos posteriormente que ele é o sujeito traidor na relação. Ao apontar a sua desconfiança para Olga, Luca suprime o segredo que guarda e dessa forma o oculta. Ou seja, ao produzir uma narrativa de si como vítima da traição, Luca procura afastar de si a desconfiança, e a transfere para Olga. É somente por meio de outra intimidade, criada com Eddie, que o segredo de Luca se esclarece no enredo dos núcleos amorosos (que desembocam nessa dissertação). Ao apontar suas relações ocultas com Luca, Eddie produz uma abertura no espectro do segredo e coloca-se na posição de superioridade, aponta que “Olga pensa que o

Luca é uma pessoa que ele não é”, e dessa forma, ainda que Luca não tenha deixado Olga para se mudar para a *burra* recém comprada, Eddie tem o saber exclusivo, ele sabe do desejo de Luca e desdenha daquela que nada sabe de seu amante.

É nesse sentido que a intimidade é separação discursiva, do que se diz, do que se oblitera na fala. Quando o segredo não se dissipa na confissão, o seu escamotear deve ser reforçado e as estratégias narrativas exprimem reflexividade com as intenções do narrador. Magritte, ao produzir a representação visual de um cachimbo seguido da frase “isso não é um cachimbo”, provoca uma quebra de sentidos para nos mostrar o poder do discurso sobre o visível. Na prisão, o mesmo tipo de quebra é produzido entre o que se diz e o que se oculta em núcleos de intimidade. É dessa forma que é possível dizer que Luca esconde seu segredo por meio da acusação que promove contra Olga. O sujeito traidor produz um discurso que transfere a razão da culpa à parceira, acusando-a de infidelidade, e com isso quebra os sentidos, separando de si a desconfiança, em um discurso que sub-repticiamente diz “eu não sou um traidor”. A diferença é que no quadro de Magritte o visível é apreendido na imagem do cachimbo, já na narrativa de Luca não há visualização possível de suas intimidades ocultas, ao menos da perspectiva de Olga. É justamente a quebra entre o visível e o falado que é capturada como estratégia, é saber que o falado não é acreditado sem o visto e, usurpar da confiança de quem não cobra ver. Captura-se o invisível e produz-se o visível espectral ancorado na conduta esperada, a projeção de si mesmo em gestos e falas e, nesse movimento esconde-se o segredo nos cantos das celas, nos buracos do corpo e na subjetividade.

Partindo do pressuposto de que na prisão não se confia em ninguém, qualquer discursividade pode ser vista como estratégia, como mecanismo de deslocamento do invisível, do ocultar de uma verdade compartilhada em outra intimidade. Além do “espectro da traição” que persegue os casais, no pavilhão qualquer sujeito é um possível *cagueta*, que a depender de seus desejos de expansão territorial atenta contra o compactuar dos presos ou de um núcleo de intimidade. Pode-se dizer que o movimento de Luca ao estabelecer em sua narrativa a postura de quem não é um traidor é equivalente ao da classificação dos presos do setor de trabalho como “presos modelo” pela instituição, que captura a “cagueta” e isola os delatores em um pavilhão privilegiado.

É nesse sentido que a intimidade dos casais também pode ser visualizada segundo a relação secreto-invisível/público-visível. O que é dito, ao ser olhado pela luz da desconfiança, se torna método e estratégia para ocultar o segredo, ferramenta de deslocamento do invisível, que deixa mais à sombra o que deve ser escondido. É preciso esconder a “traição” para que o segredo das partes seja isolado de outros núcleos de segredo, é preciso esconder a *caguetagem* no *setor de trabalho* pelo mesmo motivo. A intimidade gera a separação dos que não são íntimos e os segredos de um par traidor, como Eddie e Luca, têm de existir no *desbaratino*, em espacialidades restritas e pontos cegos, contam com a discrição de pontos de sombra, no tempo e no espaço. No tempo, pois Luca e Eddie se encontravam quando Olga frequentava a escola e nesse movimento perdia a visibilidade do que seu *marido* fazia no pavilhão. No espaço, pois o encontro dos dois deve ser feito longe da visão pública, pois a fofoca também é veículo de iluminação, de transferência do segredo para outro meio, haja vista a condição de convívio forçado de uma penitenciária. Deste modo a intimidade é produzida em diferentes núcleos, em diferentes escalas.

O segredo compartilhado e escondido toma movimento na fofoca e nas ações motivadas pelo ciúme, que perfuram as finas separações discursivas que separam casais, coletividades e espaços. São meios pelo qual se negocia a porosidade das relações e dos espaços, o fluxo entre dentro e fora que só existem em contraste. Nesse sentido, a intimidade na prisão sempre é produzida em vetores de mão dupla. Vimos, no caso da fofoca na *galeria rosa*, que os rumores a respeito de Nicole eram produzidos em alguns momentos para separá-la das outras *monas*, quando a chamavam de *talarica*, e em outros para afirmar a intimidade da *galeria rosa*, quando ocultavam dos *ladrões* que ela era *cu assassino*. O mesmo ocorre nas relações íntimas entre casais. No segundo núcleo amoroso, Eddie afirma ter conversado com Iago a respeito das traições de Jeferson, e com isso consolida a amizade entre eles. No entanto, seu desejo oculto era minar a relação de seu amigo, pois ele mesmo era amante de Jeferson, o que era invisível para Iago. A informação é manipulada e o ciúme é utilizado como vetor estratégico.

Nesse sentido, a convivência ininterrupta demarcada pelos muros da prisão é simultaneamente motivação para o ciúmes e ferramenta de verificação da infidelidade. No entremeio das políticas intensivas de confiança e desconfiança que percorrem o tempo e o espaço, o ciúme é produzido como um resíduo, emoção que emerge em estratégias discursivas

tonificadas no desejo de visualizar completamente as atividades do parceiro, pois na prisão confia-se somente no que se vê. O ciúme é o preenchimento empático de uma lacuna de informação, a conformação do que não é possível ver, materialmente, dos desejos e ações de um parceiro ou parceira amorosa. O ciúme aparecia, dessa forma, como motivação e vetor da tentativa de controle dos sujeitos ciumentos de seus relacionamentos e exigia, na convivência forçada do cárcere, uma constante vigilância do sujeito ciumento. Em 2013, Yasmin, uma das primeiras *bichas* com quem conversei, narrou:

Outro dia um envolvido tentou se enforcar com uma “tia” [corda artesanal produzida com embalagens plásticas] por conta de uma mona que não o queria mais. As outras impediram de acontecer. Aqui dentro é assim, o envolvido fica em cima da bicha, atrapalha os corres dela, é muito ciúmes. Tem casal que se conhece na cadeia e tem casa fora agora. Tem envolvido que se apaixona pela bicha e acaba ficando em cima dela, porque às vezes guarda a decepção de uma mulher na rua que não supria as necessidades eróticas e emocionais que a mona acaba suprindo na cadeia, onde ele tá carente e sozinho.

Nas conversas com as *monas* e *envolvidos* o ciúme aparecia atrelado à proximidade contínua que o evento prisão provocava no convívio dos casais. Muitos casais não se separam em nenhum momento do convívio prisional, estão juntos quando acordam e quando dormem. Uma das travestis com quem conversei relatou que seu parceiro não dormia antes dela, por receio que ela saísse da *burra* de noite. Os casais criam intensas relações de dependência, algumas *monas* perdem possibilidades de fazer *corres* no pavilhão porque o parceiro ou parceira sentem ciúmes do contato com outros presos, e com isso só podem contar com a ajuda dos parceiros. Alguns *envolvidos* ciumentos costumavam acompanhar suas parceiras ao banheiro, por conta do receio que sentiam de que elas poderiam estar se encontrando com um amante. Outras *monas* abandonavam vagas na escola ou em trabalhos, pois tinham receio de que seus maridos as traíssem durante a jornada de trabalho ou de estudos, ou ainda porque eles sentiam ciúme de suas atividades serem isoladas do pavilhão, longe de seus olhares.

O espaço, constrangido entre os muros do pavilhão, exige a presença contínua dos parceiros, e Eddie, que não tinha receios em expressar seus ciúmes, investigava as ações de Jeferson quando jogava cartas e conversava com outras pessoas na quadra ou nas celas de amigos. O mesmo acontecia com Eddie, quando fazia o serviço de decorar as *burras* de outros presos e presas. Segundo seu relato, Jeferson sempre aparecia na cela em que Eddie trabalhava,

oferecendo cigarros como desculpa para visualizar suas ações. Ademais, o fato de Eddie ameaçar Jeferson de morte, caso o abandonasse e o fizesse perder seu contato com Angélica, não era exclusivo dessa relação. Priscila, uma das travestis com quem conversei, contou da relação que tinha com seu *marido*:

Ele é terrivelmente ciumento. Você nem imagina como ele pega no meu pé. Agora mesmo, vou voltar pro pavilhão e ele vai me interrogar com quem eu tava falando, o que era a requisição, já ficou de orelha em pé quando eu saí de lá. Se ele passasse aqui agora, olhasse pela janela e visse eu conversando, já ia ficar nervoso e querer tirar satisfação com você. Ele tem muita cadeia, sabe? No pavilhão ninguém mexe com ele, porque ele anda com uma faca na cintura, um facão mesmo. Ele me fala assim ‘se você largar de mim eu te mato, ou eu mesmo me mato’. O pior é que eu não quero mais ficar com ele, muito menos na rua, quando eu sair, que é o que ele quer, mas eu falo pra ele que quero né?

Vemos nesses exemplos, como a manipulação do ciúme compõe as relações na prisão em uma conjunção com a proximidade. É interessante notar como a desconfiança surge amparada pela impossibilidade (acompanhada da constante tentativa) de quebra da relação entre o invisível-secreto, que proponho ser o núcleo do conflito de intimidade que permeia a relação entre os casais.

Segundo minhas interlocutoras, o ciúme que sentem os *envolvidos* tem estreita relação com a desconfiança que sentem dos outros *envolvidos*. Como sujeitos amorais em relação ao *crime*, os *envolvidos* estão isentos na prisão de uma conduta moral com seus “iguais”. Se na *população* um então *ladrão* deve cuidar de suas ações sexuais e emotivas para não contaminar moralmente os demais, já os *envolvidos* consideram constantemente o risco de outros *envolvidos* abordarem suas parceiras, pois “não há respeito” na *galeria rosa*. Uma travesti, diante a questão que coloquei a respeito das constantes brigas no pavilhão, afirmou “o problema é que tem muito envolvido pra pouca mona”. Segundo ela, essa desproporção era base para os constantes conflitos, pois os *envolvidos* não hesitavam em tentar se aproximar das *monas*. É por isso que a assertiva de Luca a respeito de Olga era conduzida com base na sua transferência para o regime semiaberto. Uma *mona* solteira significa para os *envolvidos* solteiros uma possibilidade de engajamento amoroso em um ambiente de população restrita.

Quando Olga raspa a cabeça como sinal de sua indisposição amorosa, toma uma atitude que desvia o desejo dos *envolvidos* de se manterem como homens heterossexuais na prisão,

ainda que sejam parceiros das *monas* e com isso se diferem dos *ladrões*. Os *ladrões*, como vimos, buscam separar da *mona* com quem saem os aspectos masculinos de seu corpo, mas ao reduzir sua atitude sexual à mera penetração, consideram a existência e o risco moral de atrelar seu desejo à matriz homoerótica das *bichas* e travestis. Os *envolvidos*, por sua vez, produzem uma espécie de delírio que transformava as travestis em mulheres e, exigiam o escamoteamento do órgão sexual masculino. Uma travesti me disse que seu marido só fazia sexo com ela se usasse uma calcinha. “Ele precisa ver a calcinha pra sentir desejo”. Nesse sentido, é essencial que as *bichas* e travestis mantenham suas posturas femininas para que sejam *casadas* com *envolvidos* que esperam que elas sejam suas *mulheres*.

Nesse sentido, ilumina-se outra faceta do problema da desconfiança e do ciúme, pois existe uma separação implícita entre os *envolvidos* como sujeitos masculinos e as *monas*, sujeitos femininos, “eles na vaidade deles e elas na vaidade delas”, como afirmou Japonês sobre essa questão. Como vimos, no caso de Nicole, as *monas* localizam e classificam aquelas que assediam os *maridos* de outras como *talaricas* e nesse sentido produzem um saber localizado a respeito da traição⁶⁰. O amálgama de sentimentos produzidos no convívio contínuo e na situação existencial delicada do cárcere, produz relações intensas e por vezes violentas. Uma *mona* considerada como *talarica* pode sofrer de violência física e a desconfiança geral das outras impede que produza laços de amizade.

Os laços criados entre *monas* e *envolvidos* são afirmados em uma sensação paranoica de possessão e podem gerar até mesmo o suicídio, como vimos no relato de Yasmin. Associações desse tipo, conduzidas em um regime de proximidade contínua, são contexto ideal para as brigas cotidianas no pavilhão, ameaças e olhos roxos eram comuns. São políticas intensivas que sucedem a causalidade de sentidos de olhar, do saber do desejo dos outros. Afetos criados na imagem claustrofóbica de não conseguir isolar-se de quem sinaliza risco e vê-se seus efeitos nas ações, como Eddie, que para evitar que “outros homens” batam em seu parceiro, decide ele mesmo bater.

⁶⁰ O caso de Eddie e Luca era de outra natureza, pois Eddie se assume como gay (ou bissexual, dependendo de seu foco) e não era um preso próximo dos boatos das *bichas* e travestis.

2.2.3 Tempo e espaço nos relacionamentos no cárcere

Em 2013, para desviar um pouco do cotidiano de entrevistas, aproveitei para assistir algumas aulas na escola da prisão. A primeira aula que assisti foi de matemática, para a quarta-série. Na sala, presos e presas (Yasmin estava presente e fazia brincadeiras e sinais para mim durante a aula), aprendiam a calcular potências. Os alunos estavam atentos e faziam perguntas ao professor que produzia frações e elevava números na lousa. A atenção dos presos e presas tinha uma motivação, para além do interesse em aprender matemática (e diminuir suas penas ao frequentarem a escola): o professor utilizava o cálculo das penas dos alunos(as) para demonstrar a matéria. Dessa forma, um(a) aluno(a) dizia quanto ainda faltava de sua pena e o professor transformava o número de anos em meses e dias, produzia diferentes formas de se calcular a remissão de pena, de se fracionar, visualizar e tornar tangível o tempo. Segundo o professor, essa era a melhor forma de ensinar matemática aos(às) presos(as), aproximando a matemática de seus problemas e interesses cotidianos, demonstrando a utilidade dos cálculos em suas vidas. Para os presos e presas, a passagem dos anos, dias e minutos significam o preencher de uma duração programada e a contagem regressiva para a liberdade é um dos fatores que tomam as mentes e sentimentos, que se imiscuem nas disposições e dinâmicas cotidianas. Na cadeia, como expresso na clássica rima de “Diário de um Detento” dos Racionais Mc’s que diz “Tirei um dia menos ou um dia a mais, sei lá/ Tanto faz os dias são iguais” pois “o relógio da cadeia anda em câmera lenta”, o tempo é visto na chave de uma suspensão do tempo da *rua*, é uma duração que reside essencialmente na espera, no cotidiano repetido, no anseio da virtualidade da *rua*.

A preocupação com a duração da pena e sua medida compõe a subjetividade da experiência no cárcere. Bergson (2006), analisando as pancadas de um relógio que o fazem perceber o tempo, trata “[d]o tempo que se tornou quantidade por um desenvolvimento no espaço”, passagem que é condição para o cálculo do tempo, para a existência da duração, segundo o autor: “invasão gradual do espaço no terreno da consciência pura” (*id.*:4). Nesse sentido, a duração, que existe pela percepção material da passagem do tempo permite que a relatividade do tempo expresso na imagem do “relógio da cadeia” seja marcada na restrição material da liberdade. Hora de abrir a cela, hora de fechar, hora do almoço, muros que encerram e limitam a movimentação e que lembram a todo momento que o sujeito se encontra preso. Se

aceitarmos o ponto de vista de Bergson, no qual calcula-se a duração somente no fracionar do tempo, e o tempo, por sua vez, é fracionado nas separações espaciais da vida, visualizaremos a constante apreensão subjetiva da duração da pena pela restrição de movimentos. A percepção do tempo existe de encontro à gestão do espaço e da “população” pela administração penitenciária. O sujeito encarcerado domina apenas parcialmente seu tempo, sua movimentação, seu agir; ele é limitado pela agência externa dos corpos e espaços que se materializa na presença dos agentes, regras e grades de ferro. Gestão do contingente de presos e presas que são aglomerados(as) e dispersados(as) segundo motivações que não são deles(as), mas de ordenações de outros domínios, em escalas jurídicas e administrativas que são invisíveis às decisões e associações dos presos e presas entre si.

Ora, se a relação entre tempo e espaço implica a impossibilidade de se dissociar os termos, podemos considerar que a configuração humana da prisão emerge da formação arbitrária de um conjunto de pessoas cujas penas sincronizam no tempo e no espaço. Isso porque a “população” da cadeia, e com isso quero dizer todo o contingente da prisão, é uma multiplicidade em constante movimento, formada no constante fluxo de presos e presas que entram e saem do cárcere, que são transferidos entre prisões, que vão do regime fechado ao semi-aberto, que mudam de celas ou de pavilhões segundo disposições administrativas. Dessa forma, o contingente da prisão é formado na constante relação entre a sincronia das penas daqueles encarcerados, cristalização de uma “população” encarcerada, e os movimentos múltiplos que compõem a dinâmica prisional.

Na sessão 1.1.2 dessa dissertação, recortei a duração de minhas visitas na Penitenciária José Parada Neto focalizando as mudanças políticas na transformação da cadeia de *bichas* em cadeia de *artigos* e com isso vimos a passagem do tempo na prisão é marcada pelas dinâmicas administrativas, em manutenções e transferências, de determinada demografia prisional. Vimos como a *galeria rosa* foi transferida do pavilhão I da prisão até o pavilhão III e a saída sistemática de *ladrões* e *monas* simultaneamente à chegada de presos condenados por crimes sexuais. Quando descrevi esses processos que surgiam no encontro das políticas administrativas com as políticas prisioneiras, tratei rapidamente de um caso que demonstra a questão principal dessa sessão: em meados de 2014, um movimento institucional perturbou a consistência da *galeria rosa* e muitas narrativas eram compostas por esse evento específico. Para a surpresa das *monas*

e *envolvidos*, um *bonde* foi realizado com o intuito de transferir todas as *bichas* e *travestis* da PJPN para outra prisão. O procedimento foi realizado subitamente, um *sequestro* como costumam chamar na prisão. As *monas* foram colocadas em ônibus especiais para transporte de presos, chamados de *calypso*⁶¹, levadas a outra unidade prisional mas recusaram entrar na prisão, segundo uma interlocutora:

A gente chegou lá e não ia entrar mesmo naquela cadeia, ninguém sabia onde a gente tava, porque tava lá, como ia entrar assim de repente numa cadeia, um monte de bicha? Eles não sabiam com quem tavam mexendo porque fizemos o inferno na porta da cadeia, não entramos mesmo. Foram duas horas de viagem trancadas naquele ônibus e voltamos mais duas no mesmo dia, você tá louco que a gente ia ficar lá, voltamos tudo pra cá, o diretor queria se livrar da gente de uma vez, mas não conseguiu, agora tá mandando tudo embora aos poucos.

Um dos maiores fatores apontados por minhas interlocutoras para a recusa em aceitar o novo contexto prisional foi que a transferência das *bichas* e *travestis* separou vários casais, pois os *envolvidos* não foram incluídos nos ônibus. Nesse caso, dois vetores se encontram, pois um procedimento de transferência de presos não considera as associações amorosas que são produzidas no cárcere, e ainda assim, a tensão entre os desejos das *monas* e a estratégia administrativa ocasiona a sua falha, um vetor de resistência é acionado na multiplicidade dos desejos das *monas* de não entrarem na nova prisão e voltarem para seus *maridos*. Ainda que aos poucos o processo de transferência das *monas* tenha prosseguido, um movimento burocrático foi rompido. Além disso, segundo os relatos de minhas interlocutoras, a presença das *monas* desagradava especialmente a gestão da cadeia por conta das constantes brigas que ocorriam nos pavilhões por motivos amorosos, relacionados ao ciúme e à fofoca. O argumento de que as *bichas* eram “loucas” permeava as conversas sobre os conflitos e muito se dizia que os guardas da prisão preferiam lidar com os *artigos*, que eram “mansos e obedientes” pois eram “pais de família que não entendem de cadeia”, do que com as *monas*, que por vezes cortavam os braços para utilizar o sangue como ameaça aos guardas.

Vemos, na transferência surpresa das *monas* que separou-as de seus *maridos*, um exemplo privilegiado para visualizar o problema específico dessa sessão, o fato de que as

⁶¹ Segundo minhas interlocutoras o motivo dos ônibus serem chamados de *Calypso* tem relação com a doação de um ônibus da banda de tecno-brega Calypso para o transporte de presos e presas.

relações entre *monas* e *envolvidos* dependem da sincronia da duração das penas dos casais. É nesse sentido que localizamos um ponto crucial na experiência do tempo no cárcere, pois se a duração é marcada pela apreensão subjetiva da clausura, o encontro entre as pessoas no cárcere acontece justamente no processo de territorialização da cadeia, quando a presença da população, que se constitui arbitrariamente, toma ares de proximidade, de vizinhança. Nesse sentido, a sincronia da duração das penas era calculada constantemente pelos casais e, sabia-se de antemão os limites temporais do encontro, que além disso, podiam ser rompidos a qualquer momento por procedimentos *ex-machina* promulgados pela administração prisional. Para tonificar essas relações, lembremos mais uma vez do entrecruzar dos dois núcleos amorosos analisados anteriormente nesse capítulo: o caso de Olga e Luca era marcado intensamente pela iminência de uma ruptura temporal e espacial. A pena de Olga era maior que a de Luca, que já na sua primeira *saidinha* mudou de comportamento e logo foi transferido para o regime semiaberto. Era justamente pela impossibilidade de que o relacionamento atravessasse as barreiras entre cadeia e *rua* que Luca justificava sua desconfiança de Olga. Ele acreditava que depois de sua saída, Olga logo arrumaria outro *marido*. A saída de Luca ocorreu antes do previsto, justamente em um dos momentos de transferências coletivas que faziam parte das tentativas da administração de liberar a prisão para a entrada de *artigos*.

A necessidade da sincronia na duração das penas para que os pares amorosos existam, faz com que movimentos de resistência às determinações administrativas do sistema prisional surjam de variadas formas. Evelyn narrou que em outro período de sua vida no cárcere foi transferida para uma unidade prisional de regime semi-aberto, o que a separou de seu então *marido*, por quem nutria forte sentimento. Os presos e presas levados ao regime semi-aberto normalmente estão com processos adiantados e já próximos(as) de quitarem suas dívidas com a justiça, e esse era o caso de Evelyn, que naquela condição, trabalharia na *rua* mas dormiria todos os dias na prisão. Unidades de regime semi-aberto, definidas pela proximidade dos encarcerados(as) do final de suas penas, contam com uma segurança muito mais simples e frágil do que as prisões de regime fechado, e desse forma, são cercadas somente por grades e não por muros. Evelyn, diante o sentimento insuportável de distância de seu parceiro, fugiu do regime semiaberto e depois de alguns dias na *rua*, em que resolveu questões pendentes de seu passado, se entregou novamente na PJP, decidindo espontaneamente aumentar sua pena (por ter fugido

do regime semiaberto) e cumprir o resto de seus dias de cárcere em regime fechado. Apesar da aparente sensação de absurdo que tal atitude pode gerar, ela não era incomum, mas normalmente feita pelas *monas* e não por *envolvidos*. Quando chamei Carla, uma travesti, para conversar, ela chegou com olhos avermelhados causados por choro e me contou que seu *marido* tinha sido transferido para outra unidade “da noite para o dia”:

Tá sendo muito difícil, eu ainda não consegui falar com ele, nem sei pra onde ele foi transferido, estou tentando arranjar uma maneira de ligar pra ele, algum celular, porque eu tenho o número da mãe dele. Eu espero que ele fuja de lá e se entregue aqui, não consigo deixar essa ideia de lado, porque eu faria isso por ele. As outras bichas ficam falando que sou egoísta, pra sair do pé dele que já era, mas eu não posso deixar assim, eu não quero ficar sozinha aqui dentro, o tempo que fiquei presa antes de encontrar ele foi um inferno, agora vai ser de novo, eu realmente espero que ele fuja de lá e se entregue aqui, se ele me amar como ele diz que ama, eu sei que ele vai fazer isso.

O período de minhas visitas ao campo terminou antes que eu pudesse verificar se o desejo de Carla foi cumprido ou não, mas seu sofrimento diante a transferência do marido reverberou o caso de outros tantos casais separados pela impossibilidade de deslocamento do evento prisão. O conjunto que pode ser definido como a “população” da cadeia existe no entremeio de uma constante dinâmica de estabilização e transformação e todas as relações se constituem nesse entremeio. Um casal nunca pode saber, efetivamente, que tipo de arranjos administrativos podem ocorrer na intimidade da penitenciária e por isso Carol, cuja narrativa compõe a introdução dessa dissertação, se separou de seu marido, para ter agência em sua vida pessoal pois é “melhor terminar tudo a gente mesmo, que, pelo menos, foi a gente, do que esperar eles nos separarem”.

Ademais, além da sensação de incerteza, fundamentada na arbitrariedade da gestão dos corpos de presos e presas pela administração, a experiência de Evelyn e Carla com a separação demonstram como os relacionamentos amorosos constituem determinada marcação do tempo subjetivo do cárcere. Se o “relógio da cadeia” anda em câmera lenta é porque o cálculo da passagem da duração da pena é fracionado na condição material da clausura. No caso dos relacionamentos amorosos, as durações das penas são calculadas relativamente umas às outras, em um resíduo do desejo da sincronia. Ou seja, para o casal, o cálculo da duração da pena se mescla ao cálculo da duração da sincronia entre as penas no tempo e no espaço da prisão, e dessa forma outra relatividade surge na experiência temporal do cárcere. A questão pode ser resumida assim: uma *mona* que deve cumprir 10 anos de pena, ao se relacionar com um

envolvido que tem 5 anos de pena, vê a duração de sua vida na prisão fracionar. O tempo adquire outra relatividade, pois a vida em casal propicia uma existência que faz o tempo acelerar quando estão juntos e desacelerar quando se separam. A *saidinha* de Luca foi suficiente para que a vida na prisão se tornasse insuportável para ele, que aguardava ansiosamente pelo regime semiaberto, para Luca o tempo de espera fluía lentamente. Já para Olga, que ainda tinha 10 anos de prisão a cumprir, a proximidade da saída de Luca significava o início de um período de solidão e desamparo, marcado pela sua indisposição de se relacionar. Nesse sentido, a duração das penas se estica ou se contrai, mas nunca deixa de ser marcada pela materialidade do encarceramento, da restrição de liberdade.

Apesar das narrativas que trouxe até o momento, que marcam a dificuldade e a incerteza nos relacionamentos, alguns casos díspares denotam outro tipo de relação com a separação. Japonês, um *envolvido* com quem conversei em 2013, aguardava ansiosamente a sua saída da prisão para se encontrar com uma travesti que o esperava na *rua*. Segundo o *envolvido* ela tinha conseguido uma casa para os dois na *rua* e uma vaga de emprego para quando ele saísse. Japonês dizia emocionado de seu amor e das cartas que sua companheira lhe enviava frequentemente com relatos de sua vida na *rua*, em suas palavras “já tinha me relacionado na rua, sempre com mulheres, e nunca tinha vivido nada tão intenso quanto essa relação”. Além disso, a relação dos dois era fortalecida por uma história externa, uma sobrinha adolescente de Japonês sofreu abusos de seu pai e com intensão de se afastar do núcleo familiar e do pai, ela foi morar com a travesti. Japonês dizia:

Eu nem sei como agradecer ela por isso e todo dia eu peço, peço mesmo a deus, pra que se ele for preso ele não venha parar na mesma cadeia que eu, porque adicionar assassinato na minha ficha vai atrasar muito a minha saída pra reencontrar meu amor e minha sobrinha.

Como vemos nessa história, as associações que são produzidas extravasam os limites da prisão e salientam as porosidades de seus muros. No que se segue, entraremos no último capítulo dessa dissertação, e abordaremos as relações amorosas e sexuais no entrelaçar entre escalas emocionais e materiais nas dinâmicas do cárcere.

Capítulo 3 - *O que atravessa*

Nos dois capítulos antecedentes espero ter dado conta de expressar níveis distintos de visualização das relações amorosas e sexuais na Penitenciária José Parada Neto. No primeiro capítulo abordei a escala das cristalizações e uma apreensão do jogo de forças entre *ladrões* e *monas* que emergiu na imagem do território intensivo da prisão. Naquele momento procurei estabelecer diversas escalas das disputas políticas entre facções criminais no Estado de São Paulo e da captura das funções somáticas das partes corporais por vetores morais até os movimentos possíveis para as *monas* no plano de relações dimensionais que definem a conjuntura prisional. No segundo capítulo, preocupado com o movimento, deixei de lado os padrões de comportamento e parâmetros de conduta para observar as relações no cárcere na perspectiva da intimidade. Para isso, realizei um zoom analítico e nos aproximamos da vida em seus fluxos, demos “play” na imagem intensiva da prisão e vimos como os contornos morais e classificatórios conduzidos no capítulo I são motivação e efeito de disputas contínuas, marcadas pela relação entre o visível e o discursivo.

No capítulo III, proponho um terceiro nível analítico das relações, visando agora os atravessamentos que as relações amorosas e sexuais produzem ao conectarem aspectos heterogêneos da vida no cárcere, e especialmente, como conectam prisão e *rua*. Como veremos nessas últimas sessões da dissertação, trata-se de um tipo de narrativa presente em meus encontros com as *monas* e *envolvidos* que produzia uma conjunção entre julgamentos morais e condições materiais, entre cristalizações e movimentos, produziam ligações entre a prisão e a *rua* e atravessamentos que conectavam distintas prisões, mas também conceitos opostos que se separavam, se encontravam, se imiscuíam. Corpos e finanças, desejos e emoções. Em determinados momentos, minhas interlocutoras expunham seus cálculos, definiam limites que se encontravam, ao considerar suas relações amorosas, suas conexões dentro e fora da prisão, o que comiam, o que queriam e não podiam.

Por meio desse enquadramento analítico, que tonifica linhas conectivas, poderemos abordar relações de natureza distinta, das quais salientarei especialmente a dualidade *amor* e *interesse*, dicotomia que surgia nos relatos de minhas interlocutoras a todo momento como julgamento moral das relações no cárcere. Essa dicotomia procurava exprimir a necessidade da mútua exclusão de domínios que são conectados na prisão: a vida amorosa e a vida econômica. Veremos como o movimento das relações amorosas e sexuais, observados no capítulo II, levam

consigno toda a sorte de elementos, conectam objetos, substâncias e informações que atravessam os muros da prisão e com isso produziremos uma definição específica da economia do cárcere. Todas essas conexões serão explicitadas por meio da caracterização da prisão como uma membrana que separa seu interior da *rua*, mas que permite determinada porosidade, fluxos entre dentro e fora, compostos de elementos múltiplos. Nesse sentido, esse terceiro e último capítulo é preocupado especialmente com a permeabilidade, em suas diversas formas, entre elementos que supostamente deveriam estar separados.

3.1. A porosidade da prisão e a situação material do cárcere

3.1.1 Porosidade

Apesar das funções de encarceramento e privação de liberdade que definem a prisão, uma cadeia nunca se constitui sem que sua arquitetura seja atravessada por fluxos de pessoas, informações e objetos que a constituem também por suas linhas de fuga. Nesse sentido, estou de acordo com o que diz De Las Heras (2015) para quem a prisão é produzida por agenciamentos que não se compõem meramente em relação à estrutura física dos muros e grades de ferros. Ao analisar a relação do prisioneiro com a materialidade da prisão, o autor sugere que a fuga “não acontece contra a arquitetura da prisão, mas consiste em uma articulação com ela”(id.:3) Essa articulação é estabelecida no encontro entre as estratégias da administração e a subjetividade dos presos(as). É nesse sentido que De Las Heras pôde afirmar: “a arquitetura é, precisamente, um *corpo*”. (2015: 3). A partir da noção do espaço da prisão como um “corpo”, é possível considerá-la a partir de associações insondadas na função de encarceramento e vigilância das quais consiste sua obviedade. Lembremos por um instante do que diz Barbosa (2003):

(...) a força da prisão ou o “poder de seus muros” não está apenas na paralisação do movimento ou na produção da estagnação; em resumo, na sua capacidade de custodiar ou prender. O exercício do seu poder implica o controle da circulação, gerar momentos de paralisia e momentos em que “as coisas adquirem velocidade” (id. : 2)

Ora, se a fuga da prisão consiste em uma articulação parcial do preso com a materialidade do espaço, segundo Barbosa, essa mesma característica expressa justamente o “poder” da prisão, pois ela se define no controle de uma permeabilidade, e não na produção de uma separação “total”. Essa citação foi a mesma que utilizei para iniciar essa dissertação, pois pretendia

naquele momento demarcar como minha entrada em campo foi produzida na porosidade específica que a prisão permite. Um trâmite burocrático, a troca de papeis e o surgimento da relação entre LEAP e SAP que ocasionou minha entrada na prisão: a ocorrência dessa pesquisa é em si um exemplo de como é possível se inserir na “circulação” promovida e controlada no cárcere.

Essa ótica permite visualizar a permeabilidade possível de barreiras que parecem totais, como sugere Goffman (2013), mas que são porosas. Não à toa, o argumento da “instituição total” é criticado por De Las Heras (2015) justamente pela intenção de apresentar a “vida íntima” da prisão a partir de uma noção de “ajustamento” que em suas palavras “preconcebe algo dado e fixo sobre o que se ajustar”. Ora, como procurei mostrar no capítulo II, a intimidade da prisão ocorre por meio de movimentos de dupla captura, que consistem na produção de núcleos de intimidade que constituem relações entre discursivo e visível que produzem a prisão circunstancialmente. A gestão da administração dos corpos dos encarcerados produz uma intimidade institucional na prisão, um exemplo da ocorrência de “momentos de paralisia” (Barbosa, 2003) e de “velocidade” e nesse sentido, da dupla captura entre o discursivo e o visível.

No decorrer do capítulo III observaremos separações que sugerem simultaneamente um encontro possível e assim compreenderemos a prisão como membrana que se produz pelos fluxos que a atravessam. Nesse sentido, busco mostrar neste subcapítulo uma característica essencial da vida no cárcere e parte integrante dos relacionamentos amorosos e sexuais: a fundamentação da base material que possibilita a circulação de objetos dentro da prisão e que depende da permeabilidade da prisão para ocorrer.

A situação material na PJPJN pode ser dividida em dois fluxos principais de circulação: o que é dado pela instituição e o que é adquirido por outros meios. Como efeito direto dessa configuração aparece uma desigualdade entre quem acessa bens que ultrapassam o que é dado e quem conta somente com a escassa provisão da penitenciária. A administração provê água, comida (café da manhã, almoço e jantar), produtos de higiene (sabonetes e pasta de dente), três ou quatro conjuntos de roupa (uniforme da prisão: camisa branca e calças bege, chinelos brancos, camisas de manga longa e moletom para os dias frios). Durante minhas visitas o acesso aos bens essenciais era motivo de frequentes reclamações. A água costumava ser cortada

durante várias horas (às vezes dias) nos pavilhões II e III da prisão e algumas *monas* afirmaram que não conseguiam lavar roupas, um dos *corres* mais comuns que faziam⁶². Ouvi que a água era cortada propositalmente nesses pavilhões e não no I, onde habitavam presos de “bom comportamento”. A situação da comida era a mais dramática. A comida costumava vir, contaram-me algumas pessoas, azeda, transportada em um caminhão não refrigerado de uma longa distância e justificava-se sua qualidade por uma reforma na cozinha da prisão. Durante determinado momento de minha pesquisa as condições de alimentação eram graves a ponto do almoço chegar totalmente estragado e ser devolvido sem substituição; nesse dia os detentos só comeram as 22 horas. A respeito dos produtos de higiene, era consolidado o fato de que não duravam tempo suficiente entre uma entrega e outra, o que era para durar um mês durava uma semana, duas se fosse economizado e os presos e presas não recebiam shampoos.

Dessa forma, quem não conta com formas externas de provisão na prisão acaba por existir numa situação de miséria e julgado pelos os demais como um sujeito “sem conexões”. É nesse sentido que a intensa economia de trocas que ocorre nos pavilhões existe exclusivamente com a materialidade do que não é dado, mas adquirido por atravessamentos que ultrapassam as provisões da instituição. A partir disso, pode-se dizer que existem duas formas pelas quais tudo o que é trocado cotidianamente na prisão é adquirido: pelas visitas e pelo trabalho.

As visitas são o meio de acesso a bens materiais e tem relação com uma miríade de atravessamentos na vida do cárcere. O *jumbo*⁶³ é o principal elemento material dessas visitas, pois normalmente é composto de comida caseira, feita com temperos que não existem na prisão e agregada de valor afetivo. Além da comida caseira, outros alimentos industrializados são adicionados, normalmente chocolates, bolachas e refrigerantes. O *jumbo* costuma também conter os maços de cigarro que, como veremos, são o parâmetro de valor na prisão e limitados

⁶² A sala em que eu conversava com as presas, no setor de *atendimento*, tinha janelas voltadas para o prédio de *seguro* e castigo da prisão. Certo dia, em que conversava com minhas interlocutoras, ouvimos a tarde toda presos do *seguro* gritando e protestando contra a falta de água. Gritavam e batiam nas grades dizendo “não somos animais”.

⁶³ Nome dado aos pacotes trazidos pelas visitas nos sábados, incluem especialmente alimentos e artigos de uso cotidiano. Os cigarros também entram pelas visitas. Os jumbos são inspecionados na entrada da prisão, assim como as visitas rigorosamente revistadas.

a 10 maços por semana, segundo me informou uma interlocutora que justificou: “a administração faz isso para diminuir o comércio aqui dentro”. Adiciona-se a esses elementos produtos de higiene, remédios, roupas e acessórios que passam pela revista cuidadosa efetuada antes que as visitas possam entrar na penitenciária. Cada cadeia tem a sua lista do que pode ou não entrar nos *dias de visita*. Na PJPN alguns itens proibidos prejudicavam especialmente a vida das *monas*. Itens de maquiagem e perfumes, por exemplo, não podem entrar, segundo minhas interlocutoras porque em um período anterior alguns presos teriam se valido de maquiagens para se camuflar entre as visitas e sair da prisão no final dos *dias de visita*. Já os perfumes eram proibidos por conter álcool em sua composição.

Nesse sentido, as revistas são um elemento essencial do controle da porosidade da prisão. Biondi (2010), conduziu sua pesquisa de campo na situação de visitante e narra a experiência com a chamada “revista vexatória”, e salientou especialmente o exercício de uma agente prisional que buscava observar dentro de seu corpo:

Ela pediu para que eu me agachasse três vezes, mantendo-me agachada na terceira vez, e tossisse. Assim o fiz e, então, ela pediu que inclinasse o tronco para trás, encostando-o na parede, e continuasse a tossir. Espremendo os olhos, disse: “não estou conseguindo enxergar lá dentro” e deitou-se no chão na tentativa de conseguir um melhor ângulo de visão. (*id*: 37)

A tentativa explícita da agente de visualizar o interior do corpo da visita, demonstra o tipo de relação que a instituição prisional pode provocar ao regular a porosidade entre o interior da prisão e a *rua*. Com isso, espera-se conter o fluxo de drogas e celulares, itens muito desejados no cárcere. As visitas, portanto, são responsáveis pela interação entre dentro e fora da cadeia e nesse sentido, confere-se agência ao seu trânsito tanto pela entrada de itens permitidos pela administração, como pelo tráfico do que é proibido. Dentro do cárcere, e por meio da relação entre *rua* e prisão, compõem-se atravessamentos como ligações proibidas por telefones celulares, transferências bancárias efetuadas por familiares na *rua* para pagamento de dívidas internas dos prisioneiros, além das intensas trocas de objetos e drogas que passam por meio de negociações sub-reptícias. O permear desses atravessamentos na espessa membrana que se impõe no evento prisão, proveem a base material que ultrapassa o regime de escassez imposto aos detentos.

No estado de São Paulo só pessoas com vínculos familiares com detentos são autorizadas e visitá-los.⁶⁴ Como vimos anteriormente, a exceção dessa regra é a *visita única*, burocratizada na ausência de laços familiares de um apenado(a). Ainda assim, mesmo a *visita única* era considerada como uma espécie de *família*, vide o caso de Eddie, que se referiria a Angélica, sua visita única, como *meu povo*. A família, portanto, funciona como um operador ou *broker*⁶⁵ entre a rua e a cadeia. Nesse entremeio, a visita se torna um atributo da pessoa encarcerada pois a diferença entre quem tem visita e quem não tem é traduzida em uma desigualdade que é simultaneamente emocional e material.

Com o esforço de dar tangibilidade ao protagonismo das mulheres que visitam presos em cadeias marcadas pelo PCC, Ferraz de Lima (2013), distinguiu três sentidos que a noção de *família* assumia nas falas de suas interlocutoras: *família-imperfectiva*, *família-manutenção* e *família-completa*. *Família-imperfectiva* remete aos sentimentos de saudade provocada pela ausência do *marido* na *rua*, o que dá a conotação de incompletude ao termo. A *família-manutenção*, por sua vez, ganha sentido nos *sacrifícios* que as mulheres fazem para produzirem os *jumbos* dos *maridos* e a relação de apoio e cuidado que aquelas denominadas como *fiéis* proporcionam aos encarcerados. Já a *família-completa* reside no futuro, no desejo de se completar a *família* na *rua* com a liberdade do *marido*. Dessas noções específicas ao universo das visitas, destaco especialmente a noção de *manutenção*, agregada ao desejo de, na medida do possível, propiciar uma existência digna aos *maridos* presos, e além disso é indispensável para o surgimento da *família-completa*. Dentro do cárcere vemos que a noção de *manutenção* pode ser vista do seu lado reverso, pois ali a vida só pode se aproximar de uma completude na “*manutenção*”, que proporcionam as *famílias* da vida interna da prisão. Como o demonstra Ferraz de Lima (2013), tanto as mulheres dos presos quanto seus maridos, se referiam a vida no cárcere como *sofrimento*, além do *sacrifício* que faziam por suas *famílias*.

⁶⁴ No Estado de São Paulo a visitação é regulada pela Resolução SAP n. 144/2010, que exige que as visitas sejam parentes de até 2º grau do apenado(a), e comprovação do vínculo afetivo. Caso o preso(a) não tenha parentes de segundo grau, nem cônjuge ou companheiro, é permitida a inclusão de até 2 pessoas no rol de entrada, o que na PJPN era definido como *visita única*.

⁶⁵ No sentido empregado pela antropologia política processualista em sua enorme bibliografia a respeito da patronage e do clientelismo. (cf. Wolf, 1956)

No entanto, é preciso salientar algumas especificidades no que condiz a situação de cadeias de *oposição*. Nas cadeias *do PCC*, como bem o salienta Biondi (2010), o princípio da “igualdade” é extremamente valorizado e, assim, a situação de desigualdade material era suplantada por um apoio de uns aos outros. Os presos recém-chegados são auxiliados pelos *irmãos do comando* e, mesmo os que não têm visita não se veem em situação de miséria. Já na PJP, a situação se inverte, pois a manutenção que propicia a *visita* nunca é somente apoio e cuidado com o preso ou presa, mas é vista como um atributo do sujeito e marcador de uma de desigualdade. A manutenção do preso é simultaneamente manutenção da circulação de objetos em um ambiente de desconfiança, traduzido em expressões como “aqui é cada um por si”. Deste modo, a *visita* no contexto da PJP se torna necessariamente um elemento estratégico no convívio do cárcere. Dela é proveniente grande parte do que se troca e movimenta interações cotidianas que são essenciais na dinâmica entre os casais na *galeria rosa*.

Para além das visitas, a segunda forma de ultrapassar a situação de escassez é o trabalho na prisão. Um preso ou presa pode realizar trabalhos na prisão, na limpeza, jardinagem e organização ou nas empresas que contratam mão-de-obra dos apenados(as). Os presos que trabalham adquirem *peças* de uma lista disponibilizada pela cadeia, o *pecúlio*, como é chamada tanto por presos/as quanto por agentes penitenciários. Nessa lista são disponibilizados alimentos, sabonetes e refrigerantes, shampoos e outros bens cotidianos bastante valorizados e que são regalia dos que possuem esta renda.

É interessante notar que a palavra *pecúlio* tem, segundo o dicionário⁶⁶ o sentido de uma reserva econômica e, nesse sentido, assume a conotação de um crédito futuro. Esse sentido se mantém, pois o valor pago aos detentos(as) é depositado em um fundo interno da prisão e só pode ser gasto com itens de uma lista disponibilizada uma duas vezes por mês aos detentos(as). Caso o preso ou presa não gaste esse dinheiro, nunca visto fisicamente na prisão, o valor é

⁶⁶ Segundo o dicionário Caldas Aulete (2011), os sentidos da palavra *pecúlio* podem ser: **1.** Soma de dinheiro economizada para qualquer eventualidade; AFORRO; ECONOMIA; PÉ-DE-MEIA **2.** Todo tipo de dinheiro poupado. **3.** O conjunto dos bens móveis e imóveis. **4.** Benefício da Previdência Social caso o segurado retorne ao trabalho após a aposentadoria, ou fique inválido por acidente. [Em caso de morte, os dependentes recebem o benefício.] **5.** Fig. Coleção ou reserva de notas, subsídios.

entregue no momento da liberdade e utilizado para custear o transporte e reinserção do preso ou presa na *rua*. Assim, o *pecúlio* é realmente uma reserva financeira do preso(a) que trabalha. No entanto, em minhas conversas com *monas* e *envolvidos* notei que a lista de alimentos, cigarros e produtos de higiene era também chamada de *pecúlio*. Se dizia “estou esperando chegar os itens do *pecúlio*”. Uma abertura, portanto, do sentido da palavra que não remetia somente ao fundo financeiro, mas a todo o procedimento, do pagamento à lista, até o momento que os presos(as) recebiam os itens.

A abertura do sentido do termo, no entanto, não implica em mera confusão semântica, pois o caráter de crédito se imiscuía nas trocas de itens do *pecúlio*, o que diferenciava essa forma de abastecimento material da prisão do que entrava pela via da *visita*. O procedimento de adquirir os itens ocorria por meio de um processo que conectava a intimidade da prisão à intimidade do pavilhão. Os presos acessavam a lista anexada à uma parede e entregavam ao *setor* seus pedidos, que eram repassados à administração, que por sua vez realizava o abate do fundo financeiro do preso e demorava uma semana para entregar os itens. Esse período, no entanto, às vezes era prolongado e as entregas costumavam atrasar, o que inseria a característica do crédito em uma série de relações. Alguns interlocutores e interlocutoras sob certas circunstâncias adquiriam itens de presos e presas que dependiam do *pecúlio* para realizar o pagamento e nesse sentido relações de dívida eram comuns. Assim, pode-se dizer que o fato de o termo *pecúlio* ser utilizado tanto para definir o fundo financeiro como o processo de acesso aos bens da lista, traz à tona a noção de crédito que esse tipo de entrada material fazia ocorrer nas trocas. Apesar disso, tanto o pagamento dos trabalhos realizados na administração da prisão quanto os em empresas eram gastos dessa forma, o que transforma o *pecúlio* em um centro de atividade econômica na prisão.

A respeito da possibilidade de se conseguir um trabalho na administração da prisão, uma dimensão deve ser acrescida, pois como vimos no capítulo II, na descrição de como se compõe o *raio de trabalho*, trabalhar na limpeza ou nos setores administrativos da prisão envolve lidar com o julgamento moral de outros presos que consideram que a única maneira de se conseguir uma vaga é a *caguetagem*. A administração captura a diferença ao produzir uma desigualdade material do *raio de trabalho*, onde não há cortes de água, cujo prédio é estruturalmente conservado e a comida é de melhor qualidade e por definir os presos desse *raio*

como “presos modelo” da penitenciária. A persistência da diferença material entre os pavilhões marca a indução de um desejo pela delação, a sensação de que a *caguetagem* pode ser o meio para uma vida melhor no cárcere. Já as empresas que utilizam mão-de-obra dos detentos oferecem vagas muito concorridas e são motivo de constante disputa entre os presos e presas. Como vimos no relato de Carol na introdução, o desejo de conseguir um trabalho era motivação de uma série de movimentos, incluindo participar de nossos encontros como maneira de acessar o espaço administrativo da cadeia. O fato de minha inserção na penitenciária ter ocorrido no setor de educação e produção permitiu uma observação privilegiada das tentativas de presos e presas de conseguirem vagas. As mesas dos funcionários eram repletas de papéis com nomes e recados de presos e presas que pediam vagas de emprego. Carol, indignada com a dificuldade de conseguir um trabalho, afirmou:

Eu tô mandando bilhete faz meses pedindo vaga em qualquer coisa para trabalhar aqui, a Andrea, que tá em melhor condição faltou no emprego porque brigou com o marido, foi mandada embora e na outra semana já ganhou outra vaga, como o senhor explica isso?

Entre as *monas*, o trabalho em uma empresa de lacinhos decorativos para calcinhas era o mais cobiçado e as disputas por vagas ocorriam mesmo dentro do setor de trabalho. Vivi me disse que alguns *ladrões* provocavam as *bichas*, tentando incitar uma briga em que elas fossem consideradas culpadas. Ela acusava a administração de dar as vagas aos *ladrões* por temerem que as *monas* pudessem ter atitudes agressivas no trabalho. Vivi dizia: “O trabalho da fábrica de lacinhos devia ser pra gente, que é feminina, que tem delicadeza para mexer com roupa, não para ladrão, eles acham que a gente é louca”.

Com esses exemplos, busco demonstrar como as *monas* sugeriam um imiscuir nas relações empregatícias e as socialidades e jogos de força envolvidos nas ações da administração e dos outros presos. Uma vaga de emprego não é acessada apenas por meio de uma requisição, mas implica se inserir em determinada intimidade institucional, chegar na “frente” da prisão, fazer o nome subir na lista de pedidos de emprego e essa necessidade fazia de nossos encontros um momento precioso, uma maneira de se aproximar da intimidade administrativa. Para as *monas*, a questão se complica, pois algumas das empresas que contratam mão-de-obra na prisão são gerenciadas por funcionários homofóbicos. O mesmo pode se dizer de agentes prisionais que implicavam com as posturas e cabelos compridos das *monas*. Apesar disso, algumas *monas* relataram que o diretor que administrou a prisão até 2013 costumava sempre contratar *monas*

para a limpeza dos setores administrativos, o que abordei em minha monografia (Boldrin, 2014) como uma possível divisão das atividades em masculino e feminino.

3.1.2 Circulação

A partir do fluxo material adquirido nas visitas e no *pecúlio*, coisas e serviços são trocados em termos de maços de cigarro, o parâmetro de valor na prisão. Minhas interlocutoras e interlocutores sempre afirmavam que “o cigarro é o dinheiro da cadeia” e isso influi em uma cotação própria que normaliza as trocas. Uma caixa de maços de cigarro, com 10 maços, por exemplo é uma unidade de contagem e o valor depende da marca do cigarro. Carol e Elísio me esquematizaram a seguinte cotação: 1 maço de cigarros da marca Derby pode ser trocado por 5 peças (sabonetes, alimentos, shampoo, a depender da marca dos objetos o número pode se alterar). Já 1 caixinha de cigarros da marca Marlboro, de qualidade maior, mais caros e raros na prisão, é trocada por 7 peças. “A cada duas caixinhas de Marlboro eu tenho três maços de Derby” me diz Carol, “um programa [entre *mona* e *ladrão*] vale 3, 5 caixinhas de Marlboro”. Além disso, os cigarros também pagam serviços prestados pelas *monas* e *envolvidos* que limpam e arrumam as celas dos *ladrões* que trabalham, lavam roupas e estendem ao sol. Uma *mona* pode selar um contrato fixo por mês com um *ladrão* para limpar a cela dele toda semana antes do *dia de visitas*. Carol termina sua fala dizendo “tudo é vendido, tudo é pago, conta a necessidade, a vontade”.

Como vemos, a economia interna da prisão atravessa a existência de um parâmetro de valor, dado a partir de uma situação de escassez. Reed (2007) em seu artigo sobre a agência dos cigarros em uma prisão na Papua Nova Guiné, salienta que seu papel econômico é legitimado pois “em primeiro lugar eles [os cigarros] são considerados como objetos de consumo mais do que de troca; de fato é o desejo de fumar que provê autoridade para essa forma de dinheiro” (: 40). No argumento de Reed a importância dos cigarros na prisão é explicada através da ação que o fumo tem na cadeia de “matar o tempo” e produzir socialidade. A explicação de Reed, se assemelha ao que me diziam minhas interlocutoras e interlocutores, e o fumo participou mesmo em nossos encontros, como quando Iago acendeu um cigarro em nossa sala. No entanto, uma diferença se insinua nos dois exemplos. O “smuk” da prisão em que Reed pesquisa era um cigarro enrolado manualmente e pacotes de fumo eram trocados como parâmetro econômico e não maços de cigarro industrializado. Na PJP, o fumo mais consumido é o fumo de corda

Juriti, enrolado em papel de caderno, mas esse produto não é o parâmetro de valor. Os cigarros industrializados são o parâmetro de valor e por isso não costumam ser consumidos, a não ser por pessoas em melhor situação material. Nesse sentido, na PJPN o raciocínio de Reed se inverte, pois os cigarros industriais são vistos mais por seu valor de troca do que pelo desejo de consumo que geram no fumante. O cigarro industrial como valor de troca produzia uma intensa circulação de maços. Olga em uma conversa sobre o tema, disse:

Eu não fumo, mas já tive tanto maço de cigarro na cadeia! Quando eu estava em cadeia do PCC enchi todos os cantos da minha burra de maços de cigarro, tinha tanto que até foi confiscado depois pela cadeia, tudo de lavar roupa, limpar cela de ladrão, lá eles pagam muito bem. Aqui é mais difícil, os ladrões são mais pobres. (...) Eu sempre escrevo meu nome em todos os meus maços de cigarro, para guardar e ter o controle, pra ninguém pegar. Já aconteceu mais de uma vez de maço de cigarro meu voltar pra minha mão sem nem ter sido aberto aqui dentro. Os maços de cigarros são bons porque você tem uma visita, a visita pode sair com os maços de cigarro. Lá fora ela as vezes vende os maços aqui na porta da cadeia mesmo, para pagar a volta pra cidade, e outra visita compra e dá pro outro preso. Tem muito maço que sai e volta aqui pra dentro, tudo sem nem abrir.

Como vemos, o valor agregado ao cigarro cruza os muros da prisão, ele perpassa a membrana prisional e circula entre dentro e fora, sendo essa uma das principais justificativas para que surgisse como parâmetro de valor: o fluxo com a *rua*. Além disso, a calculabilidade que surge nesse arranjo de relações é parte intrínseca das práticas que fundamentam as trocas na prisão, pois o cigarro é excessivo em relação ao regime de escassez imposto, seu caráter de fetiche é incluído em sua constituição química, na sua viciosidade e seu funcionamento como parâmetro de valor é aceito pelos detentos(as) como uma herança de tempos imemoriais do convívio prisional.

A partir do parâmetro do valor dos maços de cigarro, a situação material da prisão ocasiona a criação de formas de valor sempre em mudança, baseadas em desejos circunstanciais. “Tudo pode ser trocado lá dentro” me disse uma *mona* que brincava com a possibilidade de levar consigo um copo plástico descartável utilizado em nosso encontro, “a gente nunca sabe, isso aqui agora pode não ter valor nenhum, mas em algum momento, por algum motivo, alguém pode precisar e eu vou ter o copinho e posso levar alguns maços por ele”. O exagero de minha interlocutora permite observar como as trocas são marcadas pela

situação de escassez em que vivem os detentos e a improvisação exige dos objetos novas associações.

A situação de escassez incrementa um intenso regime de trocas no cotidiano da prisão. Ao sugerir a relação entre escassez e comércio, não pretendo afirmar que o valor dos objetos seja posto meramente na chave da ausência, como se fosse o caso de tratar da produção das trocas na chave de uma demanda de desejo confrontado com a escassez. A demanda obviamente existe, pois trata-se do desejo de sobrevivência, mas é justamente por isso que a criação do valor econômico não pode se deslocar de outros valores, como a ideia de dignidade e a projeção que o sujeito produz de si mesmo em sua capacidade de trocar, em sua possível riqueza. Considerando a necessidade de inserção de um preso ou presa em núcleos de intimidade (seja na *visita* ou no trabalho), nota-se que o valor do que é trocado é produzido em estrita relação com as formas de se adquirir uma *peça*. Assim, é possível relacionar a produção de valor das peças ao que diz Graeber (2002) ao postular uma teoria do valor produzido pela história do objeto, pelas ações envolvidas na produção daquilo que se troca. Em suas palavras:

O valor emerge na ação; é o processo pelo qual a potência invisível de uma pessoa – sua capacidade de agir – é transformada em uma forma concreta e perceptível... Ao invés de ter de escolher entre a “desejabilidade” dos objetos e a importância das relações humanas, é possível ver ambas como refrações de uma mesma coisa. Commodities tem de ser produzidas... relações sociais necessitam ser criadas e mantidas; tudo isso requer um investimento de tempo e energia humanos, inteligência, preocupação. (*id*: 45)

Nesse sentido, é preciso considerar como o processo pelo qual os bens chegam às mãos dos presos e presas se constitui, para compreender os tipos de valor que emergem na prisão. A comida do *jumbo*, por exemplo, é produzida pelas visitas na *rua* e composta de valor afetivo. A visita tem às vezes de realizar longas viagens carregando os mantimentos e atravessar a porosidade da prisão para que o preso tenha acesso ao que leva em suas sacolas⁶⁷. Os maços de cigarro, parâmetro de valor, por sua vez funcionam como dinheiro, um simulacro de moeda. Ainda assim, como vimos na fala da interlocutora que marcava seu nome em seus maços, mesmo essa forma impessoal e industrializada de contabilização era passível de historicidade, na medida que alguns maços voltaram intactos em suas mãos. Considero que essas ações são o

⁶⁷ Ferraz de Lima (2013) descreve minuciosamente a feitura do *Jumbo* e os esforços das mulheres dos presos para, por meio de sua composição, afetar a vida dos detentos na prisão.

que dá valor a esses objetos, especialmente no que condiz a ação das visitas para atravessar a membrana da prisão e prover aos presos a manutenção. Manutenção que é valor moral mesclado ao valor de troca das *peças* dentro da prisão. Nesse sentido pode-se dizer que quem produz o valor das *peças* é a ação da *família*. A *família*, produzida enquanto laço institucional, é portanto inalienável das *peças* e, por consequência, do preso ou presa que a recebe. A interação é positiva pois provê uma ação de acréscimo, adição de valor à relação social e às *peças* do *jumbo*. Já o trabalho exige outro tipo de interação. É preciso produzir estratégias, acessar os núcleos de intimidade institucional e agir por meio da *caguetagem* ou do drible dos obstáculos que a prisão promove ao trabalho. Ainda assim, são essas ações que produzem valor às peças adquiridas no *pecúlio*, valida-se a relação simultaneamente à troca.

A interação entre presos(as) e visitas é caracterizada como uma relação entre *rua* e prisão e o trabalho pode ser compreendido como uma relação entre presos(as) e instituição. Porém, ainda que o valor dos objetos seja produzido pelo investimento humano em sua produção e acesso, a prisão inevitavelmente imprime sua regulação ao marcar a situação de escassez. Nessa chave analítica, proponho nos determos mais um pouco no argumento de Graeber (2002), que atrela a noção de “totalidade” à regulação do valor:

Qualquer noção de liberdade... demanda resistência contra a imposição de qualquer visão totalizante a respeito de como o valor ou sociedade devem ser, mas também o reconhecimento de que algum tipo de mecanismo regulador terá de existir, e assim...pensar seriamente a respeito de qual mecanismo irá garantir que as pessoas sejam, de fato, livres para conceber o valor de qualquer modo que desejarem. (*id. Ib*: 89)

Essa parte do argumento de Graeber pode soar confusa no entremeio dos termos que venho utilizando nesse subcapítulo, mas sugiro que essa confusão é o motivo para que essa citação apareça agora, pois é preciso retomar novamente a presença da prisão e seu papel na emergência dessas formas de valor. À primeira vista a noção de totalidade de Graeber pode sugerir uma concepção *a priori* de uma estrutura de valor, assim como a noção de Goffman (2013) de instituições totais promovia uma perspectiva da arquitetura que tratava de uma estrutura fixa ao qual se ajustavam os movimentos que aconteciam em seu interior. No entanto, Graeber se munuiu contra essa possível crítica ao tratar a noção de totalidade não como uma característica dada, mas como um “projeto de valor” na constituição da sociedade capitalista. Assim, criar

um mecanismo totalizante de controle (cujo exemplo mais direito pode ser visto no mercado financeiro mundial) é um projeto tanto quanto a ideia da prisão como instituição total deve ser.

Prosseguindo nas noções de Graeber (2002), temos o jogo que relaciona diretamente a noção de liberdade simultaneamente à resistência e ao reconhecimento de um mecanismo de controle. Nessa relação de termos discrepantes surge um ponto de tensão necessário à compreensão do valor como é criado na prisão. Em ambas as formas de interação, que proveem a materialidade das trocas que ultrapassam o que é dado pela instituição, a prisão pode ser vista como um mecanismo de controle do valor justamente no ponto em que se define pela circulação e pelo travamento de fluxos, como bem o definiu Barbosa (2003). Esse projeto de controle pode ser definido especialmente na imposição da escassez material e na manipulação dessa escassez que escala diferentes condições para diferentes pavilhões. A escassez, como afirmei, reforça a produção de valor ao restringir a permeabilidade da membrana e é importante lembrar que a escassez não reside apenas no corte de água ou na comida estragada, mas também no controle do fluxo entre dentro e fora. Devemos nos lembrar por um instante da fala da *mona* que explicava a restrição no número de cigarros como uma maneira de “diminuir o comércio”. Ora, como resultado da “diminuição” que se insinua nessa manobra, podemos observar um mecanismo de controle, cujo intuito reside na captura da escassez como estratégia. A instituição controla o número de maços de cigarros e a ação das visitas no que pode ou não passar na revista; sua ação indiscreta é percebida no olhar da agente que tenta visualizar o interior do corpo da visita. Ao instituir a restrição dessa permeabilidade e exigir que a passagem seja controlada e devidamente verificada, a prisão reforça o *sacrifício* das visitas, o que agrega valor aos bens que entram por esse meio. Esse agregar de valor moral que compõe o valor de troca é expresso por Ferraz de Lima (2013) que descreve analiticamente como o cuidado com o *jumbo* compõe a matriz moral das mulheres dos presos. Nesse sentido, a ‘totalidade’ da prisão não é conduzida como estrutura rígida e pré-concebida, mas como mecanismo articulado de controle, que abre e fecha o lastro do que entre e sai e assim coordena a produção de valor.

No outro modo de superação da situação de escassez, a relação empregatícia, uma outra expressão do controle aparece. Ao capturar a *caguetagem* como maneira de acessar o espaço privilegiado do *setor de trabalho*, a instituição usufrui do controle da escassez que ela mesma propaga para capturar também o valor de troca e ainda produz uma noção de crédito que emerge

como característica do *pecúlio*. Nesse sentido é possível ver claramente como fluxos, entre travamentos e velocidades, definem a prisão.

A partir disso, toda uma série de relações de troca são produzidas. Um exemplo da magnitude das trocas na prisão é o aluguel de cartões de memória com filmes, séries e pornôns utilizados por presos que possuem televisões mais modernas e que já contam entradas de cartão SD. Além disso, uma série de serviços surgiam dispersos nas demandas do pavilhão, desde a lavagem de roupas e limpeza de celas, até serviços específicos como era o caso de Eddie, que decorava e selava a umidade das *burras*. Os celulares, muito caros de se conseguir - um smartphone pode custar o equivalente a 5000 reais, como se pode imaginar, a historicidade de um celular com acesso à internet na maneira como permeia a prisão é digna desse valor - são alugados para outras pessoas fazerem ligações. Os jogos incluem apostas e uma vasta rede de associações é posta em movimento todos os dias na vida cotidiana dos pavilhões. Dessa forma, pode-se dizer que a prisão propicia um foco privilegiado da emergência de uma economia baseada na superação de um regime de escassez imposto, que por sua vez conduz uma regulação do valor que é característica da situação de cárcere.

Para as *monas* a situação de escassez é particularmente problemática. Como vimos no capítulo I, a ausência de hormônios e produtos de beleza faz com que improvisações sejam produzidas como meio de expressar a feminilidade materialmente e para isso as *monas* contam com o auxílio das visitas, muitas vezes de seus *maridos*, para produzir escapes ao controle da administração. Uma travesti com quem conversei disse que sua sogra trazia perfumes escondidos, misturados em creme corporal neutro: “Ontem mesmo eu saí no pavilhão perfumada com uma colônia maravilhosa, faz muita diferença ter um cheiro bom”. Outras *monas* me mostraram suas roupas adaptadas de peças masculinas que conseguiam pelas visitas, ou até de artigos femininos como calcinhas e sutiãs⁶⁸. Como vemos, a relação das travestis com a manutenção da feminilidade de seus corpos é produzida em consonância com as porosidades da prisão. Esse tipo de relação, de uma *mona* com sua sogra, mãe de um *envolvido*, era comum

⁶⁸ Para uma descrição mais completa das improvisações que as *monas* fazem para produzir maquiagens e “manter a imagem” feminina, retomar a sessão 1.3.1 dessa dissertação.

mas não acontecia sem um julgamento dos demais e é nesse aspecto que nos debruçaremos agora, ao tratar da dualidade entre “amor e interesse”.

3.2 Amor e interesse

Em meio a intensidade emocional dos relatos que ouvi dos casais, muitos apresentaram um debate intenso nas discussões a respeito da intimidade de outros. A prisão que obriga o convívio 24 horas por dia torna visíveis as conexões que um sujeito faz, sejam engajamentos amorosos ou econômicos, e incita a interpretação dos outros sobre os “motivos reais” pelos quais uma *mona* e um *envolvido* se tornam *mulher e marido* um do outro. A problemática expressa no encontro das relações amorosas com a vida material da prisão, aparecia nas conversas com minhas interlocutoras e interlocutores através da dualidade entre os termos *amor* e *interesse*. Como categorias de valoração, *amor* e *interesse* remetem à circulação de *peças* na economia de trocas da prisão, produzida pelas visitas e pelo trabalho, e os casos amorosos em que pessoas em situações desiguais se juntam. Essa dualidade nocional pode ser visualizada de várias formas no contexto da vida no cárcere e pretendo demonstrar no que se segue como era articulada nas políticas íntimas dos relacionamentos.

Lembremos do primeiro caso apresentado na introdução dessa dissertação: as conversas com Carol. Em nosso primeiro encontro, Carol veio acompanhada de seu marido e sua narrativa expressou descontentamento e tristeza com a escassez material da prisão. A situação do casal era marcada pelo fato de não terem visitas e nem trabalho na prisão o que os condenava a uma existência miserável. Na dualidade discursiva entre *amor* e *interesse*, um relacionamento desse tipo não permite o julgamento por parte dos demais, pois se os dois membros do casal não recebem visitas ou trabalham, só podem estar juntos por que se gostam e expressam uma relação *por amor*, pois é claro para os demais que as motivações da *mona* ou do *envolvido* não residem em um interesse material, mas em um desejo sincero de compartilhar o *sofrimento* da vida no cárcere.

Naquele momento da pesquisa, minha interpretação de Carol e seu marido como um casal que estava junto por *amor* foi marcada especialmente pelas conversas com outras *monas* e *envolvidos* nas quais debatíamos com avidez a questão marcada pela dualidade *amor* e *interesse*. Para demonstrar como ocorriam esses julgamentos morais, descrevo abaixo uma

conversa entre Mirelle, uma travesti cujo marido recebera liberdade um pouco antes de nossa conversa, e Paulo Henrique, um *gay* que dizia amar o companheiro mas que desconfiava da possibilidade de existir *amor* na prisão:

M - Casal que não tem nada é amor de verdade, porque aqui, se os dois não tem visita nem trabalham e se juntam só pode ser amor. Mas tem poucos né?

P – É, aqui só você mesmo pode ter certeza do que você sente, e todo mundo desconfia de tudo. Lembra o caso da Cézinha, né Mirelle?

M - O Paulista claramente estava com a Cézinha por interesse, sugava tudo dela, mas a Cézinha amava ele. Depois o Paulista fez merda e foi mandado para outra cela, e não é que a Cézinha deu um jeito de ir atrás dele?

P – É, ela foi atrás mesmo sabendo que o Paulista só se juntou com ela por interesse.

M – O sentimento aqui é mais forte do que na rua, tem muito amor, mas ao mesmo tempo tem muito interesse. Um monte de envolvido sendo bancado pelas bichas, ficam de olho nas coisas delas, sendo que era pra ser o contrário.

Essa conversa ilumina como o raciocínio entre o *amor* e *interesse* aparecia em nossas conversas: Cézinha era vista por suas capacidades materiais (capacidade de trocar) e seu *amor* por Paulista se configurava como um obstáculo de que ela percebesse um engano na reciprocidade esperada neste tipo de relação. Apesar disso, nota-se na conversa uma apreensão distinta das motivações dos termos do casal. Cézinha é vista como alguém que age *por amor* e é deslocada da sombra da desconfiança, de ser vista como alguém que age “por interesse”, na medida que possuía conexões materiais e não era levada por motivações estratégicas ao se relacionar com um preso *que não tem nada*. Paulista, por sua vez é visto como alguém que se relacionava com Cézinha por *interesse*, na medida que não tinha conexões materiais e nesse sentido não tinha ampla capacidade de trocas, qualidade visualizada cotidianamente na vida do cárcere.

Motivado por reflexões desse tipo, ao conversar com Carol e seu marido considerei, assim como permitia a dualidade entre *amor* e *interesse*, que era o caso de encontrar uma relação *por amor*, pois a escassez em que vivia o casal seria razão para considerar uma relação apartada da motivação econômica. Segundo a perspectiva produzida em nossos encontros, era somente na condição de igualdade material (no caso, de escassez material) que o *amor* era passível de verificação objetiva, pois como Mirelle afirmou, ainda que o *amor* exista, ele é rodeado por *interesse*, o que dificulta a sua visualização. No entanto, meses depois, ao requisitar novamente Carol para um encontro, descobri que ela estava com um novo parceiro pois o anterior tinha sido liberto. Como descrevi na introdução, Carol estava feliz com seu novo marido, que

trabalhava e não permitia que ela fizesse *corres*, ele queria “cuidar dela”. Carol dizia amar o novo marido intensamente e me narrou outra versão da vida no cárcere que não era marcada pela situação de escassez, mas pelas possibilidades de ação das *monas* em suas singularidades. Ela dizia estar muito mais feliz e parecia confortável em relacionar o *amor* ao bem-estar material em que se encontrava.

Nesse ponto ficou claro que era preciso diferenciar o uso das noções de *amor* e *interesse* como mecanismos de julgamento das relações dos *outros*, da relação *amor*-vida emocional e *interesse*-vida material. Não se trata, portanto, de verificar a existência do *amor* em casos como o de Carol ou seu ofuscar pelo interesse material, mas sim de compreender como o uso desses termos permitia visualizar jogos de força cotidianos, em que limites entre trocas materiais e relações sexuais e emocionais se misturavam. Para realizar essa tarefa, no que se segue observaremos atentamente as intensidades discursivas contidas nas noções de *amor* e *interesse*, para a seguir nos debruçarmos em sua ocorrência nas narrativas das *monas* e *envolvidos*, como enquadramento analítico das relações amorosas no cárcere.

3.2.1 Amor e interesse como julgamento das relações amorosas

A dualidade entre *amor* e *interesse*, quando mobilizada como mecanismo de julgamento das relações dos outros, é uma produção discursiva conduzida na expressão contrastante dos termos e sugere que a mistura dessas motivações provoca o contágio de uma parte pela outra. Para compreendermos como essa separação se sucede no fluxo da vida, devemos, antes de mais nada, destrinchar os termos na caracterização do julgamento moral das relações amorosas.

No que condiz ao julgamento moral das relações amorosas, a noção de *interesse* indicava o caso de *monas* que motivadas pelo desejo de expansão territorial, por vezes criavam relações com as visitas dos *maridos*. Para uma *mona* que *não tem nada*, se casar com um *envolvido* que tenha visitas pode significar acesso à comida do *jumbo* do *marido* e bens de higiene e beleza e, nesse caso, podem ser julgadas como pessoas motivadas por interesses materiais. Do mesmo modo, um *envolvido* que não tem visita ou trabalho, ao se relacionar com uma *mona* que trabalha ou que o sustente por meio de seus *corres*, é visto como alguém que age por *interesse*.

Apesar de a relação empregatícia ser motivo para estratégias vistas como por *interesse*, foco nessa sessão especialmente na oposição entre *família*-situação material e *amor*, pois considero esse caso como particularmente simbólico do tipo de moralidade que subjaz o julgamento dos casais. Como vimos na sessão 3.1, a *família*, vista como sinônimo de *visita*, é um elemento indissociável da maneira como as pessoas são vistas na prisão e que se insere como a mais preciosa associação que pode ser produzida entre a *rua* e a prisão. Além do apoio emocional e da aliança que o arranjo familiar pode fazer aparecer, a *visita* é um atributo do sujeito na medida que compõe sua capacidade de troca e implica que o preso ou presa consigam sobressair a situação de escassez, ao mesmo tempo material e emocional, que o evento prisão acarreta. Destaco o caso das *visitas* especialmente pela conjunção que a prisão faz aparecer entre *família*, situação econômica e laço social. Assim, podemos delimitar uma relação de “esferas hostis”⁶⁹ quando o jogo *família*-situação material é visto como motivação de *interesse* estratégico de presos(as) que não tem nada e obstáculo à visualização do *amor*.

No que condiz à oposição entre relação familiar e *amor*, retomo a análise de Viveiros de Castro & Benzaquem (1977) de *Romeu e Julieta*, na qual é na separação de um indivíduo - e é a luz do surgimento deste conceito que a análise se ancora - de sua “pessoa social”, marcada pelas obrigações familiares, que emerge o *amor*. Segundo os autores, o “amor romântico” só pode existir nessa separação, e a história dos amantes italianos que enfrentam a disputa entre suas famílias inimigas é vista como uma espécie de “mito” de fundação do *amor*. Ainda que a relação *família*-situação material como ocorre na prisão não se conforme com o sentido das obrigações familiares e de “direito”, como no caso que analisam os autores, o fato de um sujeito receber *visita* é inseparável da forma como ele é visto e isso é suficiente para que o julgamento moral seja produzido em direção ao *interesse*. Em ambos os casos a noção de *família* aparece

⁶⁹ Devemos notar que a característica contrastante dos termos induz a interpretação de que a presença do *interesse* é hostil à existência do *amor*. Zelizer (2005), socióloga que busca associar intimidade e economia (*id.* 8), distingue sua abordagem de um tipo de análise social que se constitui na definição de “esferas hostis”. Zelizer é crítica da noção, pois considera que o polo afetivo e o econômico estão imbricados, e que sua separação é um efeito do desejo de purificá-las. Veremos atentamente na próxima sessão como os polos vida amorosa e econômica se imiscuem. No momento, considero que o desejo de separar os polos afetivo e econômico em “esferas hostis” funciona como analogia da maneira como o julgamento moral separa *amor* e *interesse*.

como atributo. Nesse contexto, vale prestar especial atenção à separação que Viveiros de Castro e Benzaquem (*id.*:149) estabelecem entre “eu individual” e “eu social”, que desemboca no caso de Romeu e Julieta justamente na separação entre amor e família, vistos como “esferas hostis”. Na perspectiva do julgamento moral dos relacionamentos não existe a possibilidade de que alguém cuja pessoa é composta pelo atributo da *visita* seja objeto do *amor* de outra sem ser assombrada pela desconfiança do *interesse*. Assim, o “eu social” na prisão, marcado pela capacidade de trocar, e que para isso depende de associações heterogêneas, se contrapõe ao “eu individual” no qual supostamente pode residir o *amor*.

Para que seja possível visualizar o *amor* na prisão, a relação amorosa deve ser destituída de associações externas ao relacionamento conjugal e mesmo o laço familiar pode sugerir um ponto de emanção do *interesse*. Quando uma *mona* ou *envolvido* que *não tem nada* se relaciona com um parceiro que recebe *visita*, o julgamento da relação aponta para uma espécie de “estratégia matrimonial” incongruente com o *amor*. Isso acontece justamente quando o “eu individual” deseja associar-se ao “eu social” de outrem. Esse desejo, como pude visualizar em vários casos na prisão, não reside somente no caráter material implicado nas *visitas*, mas toma forma no intento de participar da *família* de seu parceiro. Priscila, uma travesti cansada dos ciúmes excessivos de seu *marido* afirmou:

Ai de mim falar pra ele que não [quer mais o matrimônio]. Mas eu não tenho medo dele não, vou te falar a verdade: eu só fico com ele porque gosto muito da minha sogra, ela é evangélica e muito boa, traz jumbo pra nós dois, me adora, pede pra eu cuidar do filho dela e já até depositou dinheiro em conta de ladrão na rua pra pagar nossa maconha aqui dentro.

Participar da família do parceiro é uma circunstância pública que alia apoio emocional e apoio material: essa mesma *sogra* que mantinha um laço de afeto com a *mona* disfarçava perfumes (proibidos na prisão) em cremes corporais neutros para que ela saísse perfumada no pavilhão. O *interesse* ganha sentido como um projeto de expansão existencial que não condiz somente com o aspecto material das relações, mas reside justamente na inseparabilidade da situação material da relação familiar implicada na *visita*. O “eu social” é um feixe de conexões heterogêneas que não se reduz somente às conexões materiais, mas explicita a inseparabilidade entre os termos.

Assim, o *amor* é discursivamente marcado como expressão de uma associação que implica o abandono do que é individual, egoísta, autocentrado em um sujeito, para que assim

os seres se misturem. A noção de *interesse*, por sua vez sugere o diretamente oposto, motivação individual e egoísta. Pela perspectiva do julgamento moral, ponto focal que é enquadramento analítico dessa sessão, a vida no cárcere dificulta a visualização do *amor*, pois se insere num contexto marcado especialmente pela desconfiança, elemento nocivo à relação de entrega desinteressada que supõe o *amor*. É nesse sentido que a separação entre *amor* e *interesse* toma forma, pois a imagem da desconfiança é reduzida como *interesse*, incongruente com o desprendimento imaginado no *amor*.

Dentro dessa análise, no entanto, um paradoxo se insinua. Se o *amor*, segundo a perspectiva do julgamento moral, implica um sentimento despido de interesses egoístas e individualistas, como pode ser justamente a emergência de uma noção de indivíduo, destituído de seus laços sociais, o ponto em que culmina a sua liberação? A mesma questão é analisada por Viveiros de Castro & Benzaquen, que se deparam com as declarações de Romeu e de Julieta no balcão de sua janela em que os dois afirmavam o desejo de destituir-se de si mesmos para se encontrarem no amor. Pra os autores, a questão do individualismo, que separa o “sujeito” da “sociedade” não é suficiente para expressar a existência do amor, pois

A fusão de individualidades [que caracteriza o amor] supõe menos o conceito moderno de indivíduo, como “ser moralmente independente, só diante de Deus e do Estado”, do que exprime uma modalidade dos processos sociais de transformação de pessoas em uma matéria bruta, caracterizada por uma humanidade indiferenciada. (:156)

Os autores chegam a essa conclusão especialmente pelo fato de que Romeu e Julieta não somente se destituem de seus “eus sociais” ao se deslocarem das famílias e de seus nomes, mas ao se juntarem pela amor, se tornam eles mesmos o amor, uma designação genérica que implica uma relação “interna ao amor com força impessoal” (*id*) e, não à toa, o amor, representado em seus corpos, contra o social (dos nomes e conseqüentemente da família) leva os amantes ao suicídio que une na morte o que era separado pelo ódio da família. Uma noção de sacrifício como consolidação do amor. Sacrifício da relação dos amantes com suas famílias, mas também de suas identidades, antes separadas, agora conjugadas no amor.

No contexto da prisão o julgamento das relações conduz uma crítica que tem como pano de fundo a situação material e associativa dos sujeitos. Se o *amor* como “continuidade entre seres descontínuos”, como o trata Bataille (1987), só pode ser julgado na relação entre uma *mona* e um *envolvido* que *não tem nada*, em um contexto marcado intensamente pela escassez,

ele é atrelado essencialmente à uma noção de *sacrifício*. O *amor* só é reconhecido objetivamente na ocorrência de um sacrifício existencial, pois como vimos no caso do primeiro casamento de Carol, viver *sem nada* na prisão é motivo de sofrimento contínuo, de miséria. O *amor* portanto é visto em um plano idealizado, virtual, já que sua ocorrência no contexto da desconfiança depende da ação de um casal que desconsidera a situação material, que são motivados apenas pelo desejo de associação amorosa que transforma “dois em um”.

Assim, a prisão, que marca a situação de escassez material, produz um contexto em que o amor romântico necessariamente denota uma virtualidade. Desse modo, podemos definir que pela perspectiva do julgamento das relações de outros na chave entre *amor* e *interesse*, uma moralidade emerge, conduzida por uma noção ideal de *amor* que se torna parâmetro de conduta. O sacrifício necessário para a consolidação do *amor* se ancora no fato de que um casal *que não tem nada* e que se junta na prisão está necessariamente recusando a possibilidade de produzir associações que auxiliem no propósito de expandir seus territórios existenciais. Os *corres* que presos em situação de escassez fazem (especialmente lavagem de roupas e limpeza de celas) costumam ser prejudicados quando os que ofertam esses serviços são casais, pois os contratantes costumam nutrir receio em relação aos possíveis ciúmes e evitam problemas e assim procuram consolidar *corres* com *monas* e *envolvidos* solteiros ao invés de casais. Esse tipo de sacrifício, em vias de consolidação de uma relação por *amor*, era presente nas narrativas de minhas interlocutoras, especialmente quando a situação era a de uma escolha possível entre dois parceiros amorosos. Vovó Drica, travesti de 60 anos e que, em suas palavras, exercia a função de “conselheira amorosa” na prisão, “tanto para *ladrões* quanto para *monas* e *envolvidos*”, me contou de um casal, do qual ambos vieram pedir aconselhamento:

Eu não acredito que possa existir amor entre dois homens na cadeia, isso é muito raro, mas pode acontecer. Vou te dizer, já vivi muito e tanto bicha quanto puta gostam mesmo é de homem que trata elas mal. Tem esse casal lá no raio, eu sou amiga da bicha e do envolvido, gosto muitos dos dois, acho que estão bem juntos. Vieram os dois me pedir conselho, primeiro veio a mona, né? Ela tá insatisfeita com o marido, diz que tá apaixonada por outro, e esse outro, olha, ele é um lixo mesmo, viciado, feio, estragado, com cara de cadeia, não tem nada, enquanto o marido dela ajuda ela, trabalha, é bonito, quer dizer, aqui só tem homem feio né? Mas esse é bonitinho, um doce. Mesmo assim ela quer o outro, feio, sem nada, sem como ajudar ela. Eu falei pra ela “você tá presa menina, fica com seu marido que é melhor, ele é um bom homem”, mas ela tá cega, diz que ama o outro e não sabe o que fazer. Depois, no mesmo dia, veio o marido dela me pedir conselho, eu morri de dó, ele veio falando “eu não sei o que fazer Vovó, acho que ela não gosta mais de mim, nem fala mais comigo direito, não sei o que fazer pra ela continuar comigo, acho que ela gosta de

outro”. Eu fiquei com o coração partido, mas aconselhei ele, se eu pudesse eu dava um jeito de eles ficarem juntos, mas quem sabe é ela né? Vai ser o que tem que ser.

Como vemos nesse caso, o julgamento das relações pode se inverter no aconselhamento, pois para Vovó Drica, perseguir o ideal do *amor* desinteressado no contexto de escassez e desconfiança da cadeia representava uma atitude irracional, de pouco valor estratégico. Apesar disso, a cegueira que ela aponta no *amor* da *mona* que aconselha é, em sua concepção, sinal de que ela era motivada por *amor*. O caso, é que para Vovó Drica, o *amor* é inútil na prisão, é adicionar *sacrifício* ao *sofrimento*, ainda mais se for o caso de trocar uma relação consolidada no apoio e na expansão do território existencial por uma relação que implica necessariamente em miséria e dificuldade.

Além disso, é importante notar que a matriz moral no qual se amparam os julgamentos amorosos se consolida em uma “norma” de raiz profundamente heterossexual. Pelúcio (2006), na análise do casamento de travestis que se prostituíam, delimita justamente essa base para a produção dos casamentos, marcadas pela essencialização que as travestis com quem conversou produziam em relação às noções de masculino e feminino. Em suas palavras:

[Nas relações entre travestis e seus maridos] Não há um script conjugal a seguir, uma vez que o modelo de conjugalidade que têm à disposição é o de casais heterossexuais, para os quais estão previstos papéis definidos como os de pai e mãe; esposo e esposa; provedor e administradora, entre outros. Ainda assim, há todo um empenho imitativo dos arranjos legitimados, a fim de que essas relações ganhem contornos inteligíveis e, dessa forma, reconhecíveis dentro e fora da rede social do casal. (*id.*: 524)

Adiciono que, para além desses “papéis definidos”, a própria noção de *amor* é produzida em relação à discursividade normalizada, que segundo a análise precedente, desemboca justamente em produções como Romeu e Julieta, entendida como “mito de fundação do amor” por Viveiros de Castro & Benzaquem (1977), mas justamente do amor idealizado entre um homem e uma mulher. Da mesma forma, a performance de gênero das travestis, como o diz Kullick (2008), desenvolve um “construtivismo essencialista” ao produzirem em seus corpos masculinos um gênero feminino e ao mesmo tempo reafirmarem os preceitos morais que marcam o que é ser homem e mulher. Deste modo, é preciso considerar que a idealização do *amor* é informada ao mesmo tempo que produzida como valor moral. A questão é abordada por Gell (2011), que trata da noção moderna de amor conduzida como escolha individual. Em seu argumento, o autor procura entender como o amor é produzido como conhecimento informado pela conjuntura

social, pois ainda que a exposição dos amantes aos outros sugere pistas de como a intimidade é composta, o saber completo de como ocorre o amor no seio de um casal seria ao mesmo tempo a negação do que define o amor: a separação dos amantes do resto do corpo social. Nesse sentido, como é conduzida a apreensão dos amantes de “como amar”, se o amor é definido pela intimidade, pela produção do segredo? Como compreender a ação do amor ideal, que permite no desenlaçar das obrigações sociais, que um indivíduo possa encontrar na massa genérica de pessoas, alguém que será seu amante, sua escolha individual? Essa pergunta é essencial no contexto em que nos inserimos, pois se a visão de *amor* emplacada nas relações entre *monas* e *envolvidos* é produzida pela normalização das condutas em uma matriz moral heteronormativa, é preciso compreender como essa mesma norma é produzida e transformada em parâmetro para aquelas que desejam ser *mulheres* de seus *maridos*.

Segundo Gell, “o efeito do amor, na sociedade moderna, é reproduzir ficcionalmente, o tipo de afinidades estruturadas, dada como certas em uma sociedade como a Umeda [da qual Gell é etnógrafo], assim convertendo o arbitrário em inevitável” (2011: 1). A resposta de Gell à questão de como o conhecimento do amor é informado às pessoas reside justamente na ficcionalização do amor, na produção de novelas, programas de TV, filmes e romances que agem por meio de uma “educação sentimental” que termina por produzir tipos de confiança e de conversação que justificam a existência de um par de pessoas como casal, já que se encontram em situação completamente arbitrária. Segundo Gell, o amor moderno reside especialmente na apreensão do ficcional, pois o amor não pode nem mesmo ser modelado nas relações de parentes ou de amigos, já que sua ocorrência decorre necessariamente em uma intimidade insondada pelos outros.

De posse do argumento da ficcionalização do amor e da noção de que as *monas* produzem suas performances de gênero e baseiam suas relações conjugais em um modelo heteronormativo, é preciso considerar as especificidades da maneira como o processo de informação da intimidade ocorre na prisão. De certo, pude verificar que programas de TV eram uma preciosa conexão com a *rua* no cárcere. As *bichas* e *travestis* eram ávidas espectadoras de novelas e frequentemente utilizavam exemplos de casais e intrigas dos enredos para exemplificarem as suas relações com *envolvidos*, falavam de personagens e de traições, de brigas e vilões que agiam por *interesse*, minando outros casais. Assim, produziam constante

juízo de afetos e vilanias específicas à intimidade emocional. O argumento de Gell ganha força na prisão, onde a conexão com saberes localizados da *rua* se constitui especialmente por mídias como as novelas. Fiquei surpreso ao ouvir diversas vezes frases como: “lá na rua agora tá muito mais fácil pros homossexuais não é? Hoje em dia não tem mais preconceito, pode beijar, andar de mão dada na rua”. Curioso para saber a motivação de constatações desse tipo, vindas às vezes de *monas* que estavam presas a anos, descobri que se tratava do fato de recentes novelas transmitidas pela Rede Globo, especialmente “Amor a Vida”, exibida em 2014, serem marcadas pela presença de personagens homossexuais, especialmente por uma cena de beijo entre os personagens Félix e Niko.

Assim, devemos considerar que a moralidade subjacente ao juízo dos casais implica em determinadas cristalizações a respeito de como as dinâmicas íntimas devem ocorrer entre os casais e não deve ser espantoso como o *amor* ideal perseguido discursivamente na prisão se parece em vários sentidos com o que nos informa a análise de “Romeu e Julieta”. Ele apresenta o arquétipo ideal do *amor* desinteressado, motivo de constante retomada na literatura ocidental. Como vimos na descrição da sessão de aconselhamento de Vovó Drica com os membros do casal, é preciso considerar que o juízo moral das relações só pode ocorrer quando núcleos de intimidade abrem caminho à interpretação de outros núcleos de intimidade⁷⁰. Vovó Drica, de posse das confissões dos dois membros do casal, constituiu um juízo a respeito do *amor* e de estratégias matrimoniais e é evidente que a narrativa do amor moderno, marcada em oposições entre obrigação e liberdade, se baseia em um conhecimento afetivo de uma ideia de conjugalidade muito expressa em romances como os de Jane Austen, que em muito demonstraram como *amor* e *interesse* motivam escolhas individuais que contradizem estratégias matrimoniais familiares no contexto da Inglaterra no séc. XIX.

Notar os mecanismos dispostos na ação de julgar o relacionamento dos outros permite a apreensão dos valores que são negados ou desejados por quem julga o relacionamento alheio. Vemos como Mirelle e Paulo Henrique, que são amigos e não parceiros amorosos, produzem um juízo da relação entre Cézinha e Paulista, coadunado com a expressão material que

⁷⁰ Cf. Capítulo II, sessão 2.1.1, para uma rendição da relação entre núcleos de intimidade.

definia o relacionamento. Na condução do diálogo, Mirelle define o *amor* como ideal desinteressado e encontra na análise de outro núcleo de intimidade a possibilidade de tornar visível o contraste entre *amor* e *interesse*. O *amor* de Cézinha que se engana diante do *interesse* de Paulista. Nesse sentido, o *interesse* contrasta negativamente com o *amor*, sugere uma força disruptiva, incompatível com a relação emocional. Por meio desse tipo de análise, qualquer relação é passível de julgamento negativo, pois na prisão, como Mirelle define, tem muito *amor*, mas *amor* rodeado por *interesse*. Para Mirelle e Paulo Henrique, Cézinha ama Paulista, justamente por ter conexões (ela trabalhava) e demonstrar o ideal desinteressado, ao segui-lo mesmo ciente de que Paulista era motivado por *interesse*. Como vemos, o fato de um membro do casal agir por *interesse* não impede que o outro seja levado por *amor*. Isso porque, o *amor* idealizado independe de uma noção de reciprocidade, especialmente por se definir por uma entrega desinteressada. Em uma nota de rodapé Viveiros de Castro e Benzaquem (1977) abordam essa característica do amor romântico:

A relação amorosa parece assim contradizer os fundamentos da noção de reciprocidade. Se na reciprocidade, como diz Lévi-Strauss o “fundamental é a relação” (Lévi-Strauss 1950), e não os termos por ela ligados, no amor serão exatamente esses termos que importarão. Esses “termos” têm uma especificidade não redutível a “regras de relacionamento”. Em que consiste esta especificidade? Na “alma”, nos encantos, na “personalidade” – no individual. (...) Nesse sentido, poderíamos dizer que a ilusão do amor como mana é justamente o que impede que o modelo ocidental do amor possa ser reduzido ao princípio de reciprocidade. (: 154 – 155)

Se não se trata de fazer valer uma reciprocidade, qual o intuito do julgamento moral das relações como apareciam no cárcere? Considerando a característica discursiva desse tipo de julgamento, podemos definir que Mirelle e Paulo Henrique mobilizam o que Busbandt & Willerslev (2014) definem como “empatia tática”⁷¹, a capacidade de se colocar no lugar do outro sem se tornar ele. Mirelle e Paulo Henrique buscam por meio da mobilização de uma conceituação do *amor* como ideal, espreitar a subjetividade de Cézinha e Paulista. Com isso, pretendem demonstrar o par analítico *amor* e *interesse* como parte da subjetividade de um casal que, por sua vez, tem sua intimidade insondada.

⁷¹ Utilizei essa conceituação na introdução como estratégia metodológica para compreender as motivações de minhas interlocutoras e interlocutores na maneira como se expressavam em nossas conversas.

Mas o que ocorre se invertermos o sentido da empatia tática para tentarmos deduzir as motivações de Mirelle e Paulo Henrique ao produzirem o julgamento moral das relações de outros? Em certo sentido, podemos notar que, para o par de amigos com quem conversei, o *amor* consiste em um valor moral a ser mantido. O *amor* idealizado é um parâmetro de conduta, é por meio de sua definição, demarcada no contexto de cárcere pela desconfiança, que é possível distinguir as motivações de alguém com quem se relaciona. Mirelle dizia não ter dúvidas a respeito do *amor* que sentia por seu *marido* que havia recém deixado a prisão, e tampouco Paulo Henrique considerava abalar seu relacionamento desconfiando das intenções de seu amante. Pode-se dizer que ambos investigaram em suas relações as motivações de seus parceiros e sub-repticiamente compararam suas relações com as de outras *monas* e *envolvidos*. Os dois não queriam ser vistos como pessoas que se enganaram diante das motivações de seus parceiros e muito menos como pessoas que agiam por *interesse*. Deste modo, apesar de o julgamento das relações parecer, à primeira vista, uma constatação da dificuldade de visualizar o *amor*, e portanto uma motivação para a desconfiança, a observação das relações à luz do par discursivo *amor* e *interesse* acaba por fortalecer o ideal do *amor* desinteressado como um valor moral a ser perseguido. O julgamento dos outros, nesse sentido, funciona como uma afirmação dos sentimentos de quem julga. Nesse ínterim, a manutenção discursiva do *amor* como valor moral idealizado parece conduzir um movimento análogo ao que o que diz Willerslev (2011) em um debate sobre a análise do amor na antropologia, quando demonstra como os caçadores-coletores Yukaghir da Sibéria compreendem que na caça o animal deve se entregar por amor ao caçador, o que acontece raramente e que ao acontecer atualiza, por assim dizer, a realidade deste pensamento que guia os fundamentos da caça entre eles:

Mas não seria então o amor ilimitado da dádiva livre algo que é sempre adiado, sem nunca ser experimentado em sua existência presente? Ao que nós podemos perguntar: o ideal virtual não perde seu controle empírico e gira livremente no ar vazio da idealidade? Não exatamente. Caçadores de fato encontram esses paradoxais e inesperados momentos nos quais um alce ou outro animal simplesmente caminha em direção ao caçador, como se livremente se oferecesse por amor a ele. Embora nada no mundo atual seja perfeito, esses momentos improváveis de doação-dádiva, são, atrevo-me a sugerir, de suma importância para a contínua fé e desejo dos Yukaghirs pela impossível dádiva gratuita. (*id*: 231)

Se entre os Yukaghir são os preceitos de uma dádiva sem necessidade de retorno que fazem manter um real que aparece enquanto acesso a uma cosmologia virtual atualizável, na cadeia, o

amor visualizado como parâmetro ideal ao redor do qual se julga a qualidade das relações amorosas, adquire potência no peso de sua raridade, como um centro de sinceridade rodeado pela desconfiança. Ao aparecer e se emancipar das travas da ideia de *interesse*, o *amor* faz contornar a dúvida que se abate nas relações. Ele surge como elemento positivo que equilibra um universo de escassez; ele se atualiza na malha de discurso que dá forma a dúvida, atravessada pelo *interesse*. O *amor* idealizado é reafirmado como possibilidade tangível. Nos cálculos das *monas*, como veremos nas sessões que se seguem, o *amor* costumava ser considerado tangível quando conseguia atravessar a porosidade da prisão e conciliar prisão e *rua*, ou seja, especialmente quando um membro do casal se tornava *visita* do outro, a sombra do *interesse* podia se dissipar para quem ainda estava preso(a). No entanto, a partir disso, a própria associação do apenado(a) com a pessoa *em liberdade* seria motivo de julgamento de outros na prisão, afinal, a nova *visita* será vista como associação do preso(a) visitado(a).

Quando passamos para outros conjuntos de dados, ultrapassando o julgamento das relações de outros, para focarmos nas narrativas dos casais a respeito de suas relações íntimas, a discursividade *amor* e *interesse* se dissolve em outros termos específicos, como o cuidado e o investimento na relação. Para visualizarmos como ocorrem essas relações, utilizarei na próxima sessão os termos *amor* e *interesse* para separar analiticamente vida amorosa e material, mas apenas com o intuito de simultaneamente demonstrar o seu imiscuir e a reflexividade entre os termos e, assim, descolarei de seu sentido a intenção de julgamento moral, transpondo-os como categorias de enquadramento analítico.

3.2.2 Amor e interesse na ocorrência dos casais

Se, como vimos na sessão anterior, *amor* e *interesse* foram vistos como termos utilizados no julgamento moral das relações dos outros e, como procurei demonstrar, produziam uma perspectiva idealizada do *amor* como valor moral a ser perseguido, em outros momentos, especialmente quando em minhas conversas *monas* e *envolvidos* tratavam de suas relações em casais, as esferas supostamente hostis se condensavam em diferentes noções a respeito de como deviam ocorrer as relações amorosas no cárcere. É o caso de compreendermos que conceitos “nativos” tomam conotações contraditórias, insuspeitas, ao se consolidarem em diferentes narrativas. Deste modo, considero que o *amor* na prisão é um conceito em movimento, articulado circunstancialmente, a depender da perspectiva. Com isso, no entanto, não busco

meramente afirmar, como o criticou Gellner (2003), que o caráter ilógico e contraditório que os conceitos podem assumir no contato com as pessoas com quem se estuda reside em uma falta de compreensão do contexto em que se inserem esses mesmos conceitos. Assim, procuro ver como o conceito de *amor* se movimenta, muda de sentido, se mistura, se distorce na mudança de contextos, sem focalizar em paradoxos como problemas que possam ser resolvidos na construção de uma totalidade, de um sentido inequívoco para a noção de *amor*. Segundo a crítica de Gellner, o desejo de dar sentido aos conceitos nativos implicou necessariamente a produção de “totalidades sociais”, a busca incessante de antropólogos de estabilizar a noção de conceito, e propõe a tarefa antropológica de produzir conceitos que cruzam fronteiras e mudam de sentido ao penetrar em diferentes contextos.

Assim, não devemos nos espantar se o que vimos anteriormente como uma separação discursiva e idealizada entre *amor* e *interesse* nos julgamentos amorosos no cárcere, aparecer em outros sentidos, em formulações à primeira vista completamente antagônicas à relação de “esferas hostis”, e por vezes justamente como termos coadunados que dependem um do outro para se fundamentarem nas relações entre *monas* e *envolvidos*.

Ao mudar o enquadramento analítico, do julgamento externo das relações amorosas para as discursividades de *monas* e *envolvidos* a respeito de suas próprias relações, o que antes era separado harmoniza-se e o ideal de *amor* romântico perde a sua conotação diante do emergir de outros valores, que não são previamente demarcados pela virtualidade, mas articulam o contexto social do cárcere à produção imanente de relações entre pessoas. Era o caso de Wellington, um preso gay que trabalhava na prisão e com isso ajudava seu parceiro. A perspectiva de Wellington é melhor explicitada em suas palavras:

Eu gosto de deixar o preso bonito pra mim, então eu dou tudo mesmo. Eu tirei ele [seu parceiro amoroso] do crack, você precisava ver a diferença entre antes e agora, tá saudável, tá uma delícia de homem. Eu não ligo se for interesse dele, é meu interesse também que ele fique bonito não é? Mas na cadeia é foda, porque você olha lá, o cara no crack, feio, todo fodido, e ninguém quer nem chegar perto, daí eu vou lá, investi no preso, tá ligado? Ele fica bonito, cheiroso, apresentável, daí vem um monte de bicha, de viado atrás dele, e ele dá trela, mas só porque ficou bonito com meu esforço, com o que eu dei pra ele. Todo dia, chego na cela e ele me pede ‘amor, tem uma bolacha pra eu comer?’ doce, refrigerante, é tudo assim, e eu dou né? As bichas dizem que eu mimo ele, que vai ficar mal acostumado, mas eu não ligo, gosto de cuidar bem dele.

Para Wellington e vários outros casos com os quais tive contato direta ou indiretamente, o *interesse* não era visto como uma potência disruptiva em relação ao *amor*, mas como uma estratégia de produção de relação amorosa. Como podemos ver, o *interesse* material do parceiro, quando visto pela perspectiva de Wellington, induz a uma noção de cuidado com quem se relaciona. *Tirar do crack*, tirar da pobreza, *cuidar das coisas*, das finanças e das apostas, cuidar da aparência e da alimentação de um parceiro ou parceira. Todas essas ações apareciam em conversas com os casais e remetiam ao desejo de conquistar a afetividade emocional do outro, encontrado em situação de escassez material na prisão. Ao mesmo tempo, o imiscuir das relações permitia a Wellington que esse cuidado fosse expresso como um “investimento”, como uma maneira específica de produzir um laço. Nesse sentido, *amor* e *interesse*, termos idealizados no julgamento dos casais, se distorcem em sua inseparabilidade: a dádiva desinteressada do *amor* se converte em dispêndio, em investimento, torna-se “dar sem exigir troca”, e esse “dar” expressa um cuidado que é simultaneamente material e emocional. No caso de Wellington, a dádiva expressa no cuidado não exige um retorno material de seu parceiro, que foi por seu esforço retirado da situação de miséria existencial. No entanto, em outro sentido, vemos como o egoísmo característico do *interesse* impregna o *amor*, quando Wellington exige retorno emocional como efeito de seu “investimento”, ele deseja usufruir do preso que ele “cuidou” e não a continuidade do *amor* idealizado.

Com efeito, a relação de Wellington com seu parceiro é conduzida por um balanço entre valor econômico e valor afetivo. Vemos como o *amor* nesse caso se mistura ao *interesse* na medida em que vida amorosa e vida material são inseparáveis. Wellington compartilha de seus *corres*, de sua relação institucional empregatícia e “cuida” de seu parceiro, que por sua vez se torna gradualmente mais desejável na medida em que acessa essas relações. Wellington, nesse sentido, não se preocupa em definir as motivações de seu parceiro como *interesse*, posto que a situação de miséria existencial em que ele se encontrava era imediatamente apreensível. Em um caso desse, como seria possível que o engajamento amoroso dos dois não passasse pela relação material? A relação de conjunção entre vida material e amorosa é tão clara para Wellington que ele não se preocupa em nenhum momento em julgar as motivações de seu amante, mas, pelo contrário, transforma a relação de dádiva desinteressada que supõe a relação amorosa em uma dívida do parceiro, considera de direito que somente ele possa acessar os frutos de seu

investimento, afinal, ao produzir uma associação no cárcere, Wellington dispense de suas associações e compartilha a projeção de si ocasionada por sua capacidade de trocar com seu amante.

A dificuldade de se apreender relações desse tipo no escopo do *amor* e do *interesse* reside justamente no desejo subjacente de separar vida econômica e afetiva. Como vemos por essa perspectiva, as “esferas hostis” são imediatamente misturadas pela situação de cárcere. Como delimito na parte 3.1 dessa dissertação, a relação das *visitas* com os(as) encarcerados(as) é composta pela qualidade de “manutenção”, da qual depende o fluxo de trocas que permeia o cotidiano da prisão. A própria relação entre *família* e sujeito encarcerado apresenta em si uma impossibilidade de separação das esferas afetiva e material, pois mesmo que isso não seja problematizado pelas pessoas envolvidas, é bastante clara a interdependência da manutenção material com a emocional no contexto do cárcere. Mesmo que Wellington também não receba visitas, o fato de trabalhar na prisão implica necessariamente uma associação de intimidade, já que como vimos no capítulo II, a própria instituição conduz separações entre núcleos de intimidade que exigem dos(das) apenados(as) a criação de estratégias. Nesse sentido Wellington é capaz de promover a manutenção de si mesmo, de projetar a si mesmo como “pessoa social” ao se inserir nos arranjos de troca da prisão, e os frutos de suas associações são vistos na qualidade material de sua relação amorosa. Já seu parceiro, viciado, sem vínculos e vivendo na miséria, só pôde tomar contato com a manutenção de sua existência no cárcere por meio do vínculo afetivo com Wellington. Assim, para além do desejo de produzir uma “continuidade entre seres descontínuos” conforme com a noção de *amor* ideal, a relação amorosa aparece como um atributo do parceiro de Wellington do mesmo modo como o acesso aos bens materiais da *rua*, por meio da *família*, é um atributo de sujeitos que recebem *visitas*.

Quando observamos um caso como esse pelo viés de uma separação entre *amor* e *interesse*, um possível erro perspectivo se insinua no deslocamento entre vida afetiva e vida econômica. À primeira vista, podemos pensar que é o caso de considerar que Wellington, ao ponderar seu relacionamento como um “investimento”, introduz uma racionalidade econômica no interior de um elemento discrepante; ele calcula de maneira econômica a esfera afetiva de seu relacionamento. Essa perspectiva seria perfeita caso prosseguíssemos na análise dos relacionamentos imbuídos de uma separação analítica de “esferas hostis”, e se considerarmos

que o cálculo econômico de Wellington é hostil à classificação de sua relação como *amor*. No entanto, se nos detivermos um momento em suas palavras, perceberemos que essa visão é fruto do desejo de separar os dois mundos e considerar que o que é passível de cálculo é somente o material, a riqueza, e desse modo expressaríamos uma preocupação que não reside na narrativa de Wellington. A observação atenta de sua fala demonstra que vida material e afetiva são calculadas simultaneamente, o “investimento” que ele faz ao ajudar seu parceiro é motivo para que sua contrapartida afetiva seja medida: cálculo subjetivo que escapa à concepção de que o que é calculável é somente o material. Deste modo, sugiro que para compreendermos como as relações motivam cálculos que são simultaneamente afetivos e materiais, devemos antes de mais nada conduzir uma outra forma de conceber o econômico.

Para realizar essa tarefa, retomo a proposta de Tarde (1902), que propunha em seu *Psychologie Economique* uma nova forma de conceber a produção de valor e com isso a noção de calculabilidade. Para Tarde, toda forma de valor econômico é subjetiva e o valor é produzido como uma dimensão psicológica ou, em seus termos, “infra-psicológica”, pois em sua teoria o real é produzido em raios de imitação que se propagam por meio de uma interação das subjetividades. Tarde propõe que a economia não falhou em calcular menos, mas por não calcular mais, por restringir o escopo do que considerava como as origens do valor:

O valor é uma qualidade, como a cor, que nós atribuímos às coisas, mas, assim como a cor, só existe em nós através de uma verdade perfeitamente subjetiva. Ele consiste na harmonização de julgamentos coletivos que fazemos e que conservem a aptidão de objetos serem mais ou menos – e por um maior ou menor número de pessoas – acreditados. (*id.*: 51)

Segundo esse raciocínio, que desloca o valor de uma centralidade material para demonstrar que a própria característica de contabilizar é subjetiva, a glória e o status social devem ser calculados segundo um *quantum* que aumenta ou diminui da mesma maneira como a riqueza é vista como passível de medição. Nesse sentido, o próprio desejo é digno de cálculo. Vemos no caso de Wellington que o magnetismo de seu parceiro aumenta gradualmente quando se torna alvo de investidas de outras pessoas na mesma proporção que um investimento material é feito para tirá-lo do vício e da miséria. Esse acréscimo de desejabilidade é, por sua vez, calculado por Wellington na medida em que suas palavras demonstram um balanço entre seu “investimento”, de cuidado com o parceiro, e a intenção de que esse esforço seja retribuído pela fidelidade. Se para Tarde a glória de um político, por exemplo, é medida por sua projeção em pesquisas de

intensão de votos - que por sua vez funcionam como instrumentos de cálculo de quantificação da glória - a prisão, por sua vez, é um exemplo privilegiado de como a qualidade das relações amorosas pode servir como instrumento de quantificação do nível de expansão do território existencial de um(a) preso(a) ao produzir associações. O parceiro de Wellington agora “bonito, cheiroso, apresentável” adquire valor pessoal conduzido como charme, o que Viveiros de Castro e Benzaquem (1977) delimitaram como “ilusão do amor como mana” (*id.*:155).

De posse dessa reflexão a respeito da calculabilidade das relações, podemos retomar a análise da consonância entre *amor* e *interesse* de diversas formas. Quando Carol apareceu em nosso segundo encontro com seu novo *marido*, que trabalhava e queria “cuidar dela”, chegando até a impedir que trabalhasse, inicialmente fiquei surpreso, pois vi meu esforço de visualizar em sua relação anterior uma associação *por amor* ser destituído de sentido. No entanto, essa concepção, amparada no julgamento moral das relações, tinha como pano de fundo o desejo de encontrar o *amor* separado do *interesse* e, assim, conduzi a análise por meio de um desejo de criar “esferas hostis”. Agora, amparado pela reflexão posterior, inspirada pelo raciocínio de Tarde, não soa absurdo que em seu segundo *casamento*, Carol deliberadamente calculasse sua felicidade e seu *amor* em um balanço direto com a superação da escassez material. Para Carol, essa nova relação significava um aumento de sua projeção existencial e liberava a possibilidade do *amor*, agora visto como afeto em direta relação com o cuidado material. O *interesse* dessa forma é destituído de sua característica disruptiva, pois não se opunha ao *amor* e, enfim, nem mesmo era concebido como elemento danoso ao relacionamento amoroso.

O desejo de ampliar o território existencial, de ter abundância, é simultaneamente o desejo de ter *família*, de produzir associações, de atravessar as espessas membranas produzidas dentro da prisão e entre a prisão e a *rua*, e projetar a si mesmo no cárcere justamente pela apreensão dessas associações. Para os(as) apenados(as) os laços familiares, as visitas, os trâmites burocráticos que fazem atravessar a vida prisional de dentro para fora e vice-versa, são simultaneamente a expressão de sua capacidade de troca, são um laço familiar: o apoio emocional da *sogra* é também o depósito na conta e o perfume disfarçado, uma ponte entre a cadeia e a *rua*. Na PJPN as associações são observadas na medida que permitem estender as condições emocionais e materiais da existência prisional. Quando uma *mona* que não dispõe do apoio de visitas íntimas decide se relacionar com um *envolvido*, essa ação é necessariamente

acompanhada de um cálculo econômico, mesmo que esse cálculo não seja objetivamente expresso pela pessoa. Se o *envolvido* também não receber *visita* e não trabalhar⁷², se contar somente com o que é dado na prisão, a *mona* necessariamente será obrigada a calcular os desfavores econômicos desta decisão. Se ela se prostituía como *mona solteira*, agora a fidelidade ao *marido* impedirá que faça esses serviços. Ao mesmo tempo, ser *casada* na cadeia faz com que as conexões possíveis da *mona* com *ladrões*, possíveis clientes de serviços de limpeza e arrumação, seja abalada pelos ciúmes e pela relação do *marido* com estes presos.

Os laços entre *monas* e *envolvidos* muitas vezes são considerados mais fortes do que as relações que acontecem na *rua*, os casais afirmam frequentemente como seus relacionamentos na prisão acontecem em tempo integral, atravessando todas as situações e marcados por ciúmes sentimentos de possessão e paranoia. No entanto, esta intensidade é ao mesmo tempo deslocada pelo julgamento de que estes laços só existem marcados intensamente pela experiência do cárcere. A separação entre *amor* e *interesse*, como mecanismo de julgamento moral, emerge como um controle do que é a todo tempo visto e calculado, sua função é essencialmente a de separar conjuntos de relações que são necessariamente imbricados e por isso é tão difícil visualizar o *amor* ideal.

O *amor* é alvo de desconfiança por não ser passível de verificação objetiva ao ser caracterizado justamente pela ausência de cálculo, por ser dádiva desinteressada. A impossibilidade de se visualizar o *amor* reside justamente no fato de que as associações são necessariamente visíveis no território intensivo da prisão. Todos e todas sabem quem tem e quem não tem visitas, quem vive em condição miserável e quem tem um trabalho na prisão. Dessa forma, quando uma *mona* e um *envolvido* se juntam em um par amoroso, não são meramente dois indivíduos que se encontram, mas se encontram suas associações, seus contatos com a *rua*, suas capacidades de troca se misturam, se condensam em uma ampliação do cálculo afetivo. Assim, *casar* na prisão é necessariamente produzir um encontro entre associações

⁷² A lista de presos e presas que buscam uma vaga para trabalhar é extensa e as escolhas da administração em relação a quais pessoas assumem as vagas são alvos de crítica de muitos(as) detentos(as).

heterogêneas, entre aspectos materiais e afetivos que são calculados, são fonte de noções de valor e de capacidade de troca.

Assim, ao estabelecermos uma relação direta entre associações amorosas, familiares e institucionais e a projeção de si que se consolida na capacidade de troca de adquirir bens no cárcere, um quadro de desigualdades pode ser obtido, aliando elementos heterogêneos. Uma *mona* ou *envolvido* que *não tem nada* e que seja *solteiro(a)*, tem pouca capacidade de projeção de si. A *mona* ou *envolvido* dependeria de fazer *corres* cotidianos para obter maços de cigarro, e assim conseguir adquirir *peças* de outros presos e presas que por sua vez recebem *visitas* ou trabalham na prisão. Caso uma *mona* e um *envolvido* que *não têm nada* se juntem, a associação amorosa que os une gera uma projeção unificada. Essa mesma associação pode ser prejudicial às projeções individuais de cada um. Esses casos se consolidam entre pessoas em dificuldade material e supostamente em situação de miséria na prisão. Nesse sentido, a associação amorosa seria vista em um balanço do que podemos chamar de “valor moral” e “valor material”. Uma relação como essa é julgada como *amor*, já que ambos *não têm nada*, é o ápice do engajamento amoroso na prisão. Já no sentido de um cálculo econômico, a associação é necessariamente inútil, pois ao só poderem contar um com o outro, o casal perde parte de suas capacidades associativas no pavilhão, e assim, retornamos ao ponto em que a associação *por amor* exige dos participantes um *sacrifício* do desejo de expansão material.

Já *monas* e *envolvidos* que trabalham na prisão e não recebem visitas produzem uma associação que os lança a um nível de superioridade material em relação aos que *não tem nada*, mas em comparação a quem *tem visita*, estão limitados, pois só podem adquirir *peças* da lista do *pecúlio*. Além disso, no espectro moral que pesa a medida das associações, eles estão abaixo, pois para trabalhar na prisão é necessário que consolidem uma relação com a instituição, o que pode ser compreendido pelos outros(as) como *caguetagem*. Assim, esses sujeitos conseguem projetar a si mesmos no cárcere, pois são capazes de realizar trocas, apostas, e ultrapassar a situação de escassez, mesmo que precisem contar com o crédito, que como vimos, é implicado na noção de *pecúlio*. Por sua vez, a associação amorosa com presos(as) que trabalham, permite a alguém que não criou outro tipo de associação uma maior projeção material, pois o núcleo amoroso permite compartilhar a riqueza adquirida na intimidade institucional.

Seguindo esse raciocínio, os(as) que recebem *visitas* estão em um patamar acima na projeção de si na esfera pública do pavilhão, pois a associação familiar indica uma preciosa conexão com a *rua*. As *visitas* significam apoio material e emocional, são responsáveis pela “manutenção” da circulação de coisas e relações dentro e através da prisão. Assim, os presos e presas que possuem visitas estão acima em uma escala associativa e material, mas ao mesmo tempo, são grande foco de desejo daqueles(as) que *não tem nada*, e também dos que trabalham, pois como vimos, criar uma relação amorosa com quem recebe *visita* implica, direta ou indiretamente, em produzir uma associação com a *visita* do(a) parceiro(a). O desejo de alguém sem associações de participar da *família* do parceiro(a) e com isso ser mantido materialmente e emocionalmente, faz, portanto, que presos e presas que recebem *visitas* sejam alvos de *interesse* e suas relações amorosas são julgadas pelos demais.

Esse fractal de associações prolifera no complexo cálculo cotidiano das redes que os presos e presas produzem entre si. A desigualdade tem padrões distintos, postos em constante balanço nas estratégias cotidianas de flertes, associações e no desejo ambíguo de produzir expansões existenciais e amorosas. Nesse sentido, podemos mensurar como o território intensivo da prisão é marcado pelo cálculo contínuo entre associações heterogêneas. O extremo dessa teorização pode ser visto na projeção existencial do *piloto* da cadeia, um preso com capacidade de movimentação e de ação amplificada pela estreita conexão que mantém com a instituição prisional. Diante dessas constatações, vemos emergir uma nova definição de cálculo que modifica o balanço no modo como visualizar *amor* e *interesse*, antes vistos como mecanismo moral de julgamento das relações amorosas. Isso não significa que relações desse tipo, nas quais se calculam as associações em termos simultaneamente afetivos e materiais, não sejam também deslocadas pela desconfiança entre os parceiros amorosos.

No entanto, a maneira como a desconfiança aparecia entre as pessoas de um casal diferia do julgamento moral dos outros. Na sessão 2.2.1, apresentei o exemplo de dois núcleos amorosos dos quais destaco agora o caso de Iago, Eddie e Jeferson, que formavam um triângulo amoroso marcado pela saída de Iago da prisão. Naquele momento, ainda preocupado com a interação entre núcleos de intimidade, não abordei a fundo como os cálculos econômicos e os afetivos eram imbricados. Para isso, sugiro que nos debrucemos um pouco no que foi apreendido naqueles exemplos. Jeferson era um *envolvido* que *não tinha nada*, no sentido

material⁷³, mas segundo Iago e Eddie tinha atributos que o tornavam desejável. Ele era “bom de cama”, “muito bonito”, um “bebezinho”. Essas qualidades faziam que tanto Iago quanto Eddie se atraíssem enormemente por Jeferson. No entanto, Iago apresentou logo em nosso primeiro encontro desconfianças a respeito das intenções de Jeferson, que sempre parecia muito interessado nos “agrados” que Iago fazia, provendo chocolates, alimentos e maconha ao parceiro. Jeferson, além disso, dispndia as economias de Iago apostando em jogos de cartas no pavilhão, nos quais “sempre perdia”. Essa desconfiança não fazia com que Iago desejasse se separar de seu amante, mas ao invés disso, era motivo para que ele formulasse um cálculo entre afetividade e dispêndio material. O cálculo era tão presente na relação entre os dois, que a ocasião em que Jeferson negociou trocar um cigarro de maconha por sexo anal era tratada como uma corriqueira transação. Saliento a especificidade desse cálculo, pois Jeferson, que se apresentava como sujeito heterossexual e que expressou descontentamento por ter “se envolvido com viado”, realizou uma transação calculada em que trocava a possibilidade de se colocar na posição de passivo sexual (trocava portanto, parte de sua masculinidade) por um cigarro de maconha. Cálculos desse tipo são comuns nas relações da prisão, constituídas em situação de escassez. Depois da saída de Iago, vimos como Eddie e Jeferson se engajaram em uma relação amorosa e a partir disso Eddie passou a ter o mesmo tipo de desconfiança em relação a Jeferson, ao ponto de ter de regular o que dava ao amante pra ele não perder tudo no jogo. Eddie me dizia que fazia *corres*, como a decoração das *burras* de outros, especialmente para conseguir renda e ajudar Jeferson, “cuidar dele”, como dizia.

Nesses casos, vemos como a dualidade entre *amor* e *interesse* pode ser mobilizada no cerne de casais, não como “esferas hostis”, mas como combustível para uma desconfiança que é calculada em balanço com a entrega amorosa. Essa desconfiança, no entanto, não aparece no sentido de postular o *interesse* como elemento disruptivo da relação amorosa, mas tanto Eddie quanto Iago pareciam temer que o *interesse* material que verificavam em Jeferson ultrapassasse a motivação do *amor*. Eles não temiam que Jeferson estivesse interessado em uma expansão

⁷³ Lembremos como esse *envolvido* se enfureceu diante da constatação que nosso encontro não era para uma vaga de emprego. Agora, de posse da descrição da situação material da prisão, sua raiva pode se justificar melhor no argumento do texto.

material, porque era bastante claro para os dois que ele era viciado em apostas e que sua postura, desleixada e desimpedida, era uma qualidade de sua personalidade que ambos consideravam atraente. O que eles buscavam verificar era se o esforço que faziam para suprir as necessidades materiais de Jeferson era correspondido em uma contrapartida emocional, e em nossas conversas, ambos expressaram formas de cálculo dessa relação de entrega e desconfiança simultâneas.

O diálogo final que apresentei na sessão 2.2.1, entre Eddie e Jeferson, merece uma análise atenta, pois demonstra o tipo de motivações que se insinuam nesse tipo de associação amorosa. Eddie recebia Angélica, travesti que o visitava e não sabia de sua relação com Jeferson. Jeferson afirma sentir ciúmes de Angélica, pois ama Eddie, mas sabe que ele depende dessa conexão com a *rua* para sobressair a situação de escassez da prisão e mesmo para financiar suas próprias apostas no pavilhão. Eddie diz para Jeferson que caso fosse de sua vontade, se separaria de Angélica e perderia sua conexão com a *rua*, mas em contrapartida ameaça Jeferson de morte, caso o abandonasse depois disso. A situação do cálculo entre *amor* e desconfiança fica clara nesse momento. A justificativa de Eddie para ameaçar seu amante não residia na tristeza da possível separação, mas sim no fato de que ele perderia sua *visita única*, preciosa fonte de conexão com a *rua*. Essa situação resultaria em um prejuízo calculado por Eddie tanto no sentido emocional quanto material; ele perderia sua associação com a *rua* e também a relação com Jeferson. Segundo Eddie, depois de 20 anos de prisão, isso seria um retorno à uma situação de miséria que ele desprezava. Jeferson, por sua vez, apesar de sentir ciúmes e de ter de fingir que não tinha nada com Eddie nos *dias de visita* - que Eddie passava em um encontro íntimo com Angélica - não encontrava motivações suficientes para desejar que essa separação realmente ocorresse, afinal, perderia o acesso aos bens da *rua* que só eram acessados porque ele mantinha uma associação com Eddie, que compartilhava com ele o que Angélica provia, e além disso, poderia morrer nas mãos de seu amante caso fosse o motivo de um grande prejuízo afetivo e material.

Como podemos ver, a desconfiança, que no viés do julgamento moral é vista como elemento danoso ao *amor*, no discurso interno aos casais é motivo de cálculo, de uma necessidade de balancear *amor* e *interesse*. Essa dualidade, por sua vez, é deduzida como fundamental no jogo de forças da relação do casal. Nesse sentido, é possível dizer que a

desconfiança, no interior dos casais, tem fundamento parecido com o do surgimento do ciúme. Deleuze (2003), analisando a obra de Proust, sugere o amor como a dedicação do amante em decifrar os signos particulares daquele que ama. É nesse sentido que a desconfiança surge, pois

Não podemos interpretar os signos de um ser amado sem desembocar em mundos que se formam sem nós, que se formaram com outras pessoas, onde não somos, de início, senão um objeto como os outros. (*id*: 7-8)

Para Deleuze, é nessa característica circunscrita da relação amorosa que o ciúme é fundado, pois o decifrar do parceiro implica reconhecer que mesmo o desejo produzido em relação a si mesmo foi produzido em outros lugares que não na relação exclusiva entre os dois. Na prisão, as motivações afetivas e materiais são decifradas e visualizadas no exercício da relação amorosa: não é possível que um preso se descole do fato de receber visitas e com isso ultrapasse a situação do que é *dado* pela instituição e tampouco um preso como Jeferson consegue deslindar a sua imagem de sua cotidiana imersão nas apostas e jogos no pavilhão.

Assim, ao redor da desigualdade inicial, entre as condições (afetivas e materiais) dos presos, cresce a desconfiança. Nesse interim, o jogo empático do decifrar o ser amado implica em sondar as motivações, no que é *secreto* e invisível na psicologia interna das pessoas em busca de pistas pelos quais é possível calcular o quanto um amante deve se entregar ao amado. Essa entrega é conduzida tanto emocionalmente quanto materialmente, pois o amante dispense suas riquezas visando o bem estar do outro e ao mesmo tempo espera a contrapartida emocional por seu *sacrifício*. Deleuze, que define o amor como o desejo de decifrar os signos do ser amado, considera que a descoberta do ciúme é um aspecto do amor. Na prisão, os signos do ser amado são interpretados segundo a capacidade de associação que alguém produz e em sua projeção na capacidade de trocar. É imediata a percepção de que uma desigualdade material se constitui entre os termos do casal. Assim, o exercício de Eddie e Iago de decifrarem os signos de Jeferson, necessariamente expõe como ele é afetado pelo desejo de apostar, e considerando que não trabalhava e nem tinha *visitas*, seus amantes encontram *interesse* e buscam calcular o quanto da relação é baseada no *amor* e quanto é motivada pelo desejo de expansão material. Nesse ínterim, o *interesse* é mais um obstáculo à confiança do que ao *amor*, pois depende essencialmente do exercício do *amor* – posto como atividade de decifrar os signos do ser amado - para ser visto.

Deste modo, a desconfiança das motivações que nutrem a associação de casais é conduzida em duas formas distintas, mas que são reflexo de uma mesma dinâmica. No interior dos casais, a desconfiança existe, mas não é vista como um elemento disruptivo, ela compõe a relação amorosa e permite um cálculo das intensões de um parceiro ou parceira; por meio dela composições entre o *amor* e o *interesse* são produzidas. Já pela perspectiva do julgamento das relações amorosas, conduzido pela busca de um ideal de *amor*, a desconfiança emerge como ferramenta de verificação do *interesse* e se ampara nos mesmos elementos que possibilitam a desconfiança no interior dos casais. Como vemos, ambas as formas de concepção dos termos *amor* e *interesse* são apreensões da maneira como sujeitos estruturam suas relações - e o fazem de acordo com a situação material em que se encontram - mas o julgamento das relações é produzido pelo desejo de se produzir “esferas hostis” e demarcar um limite moral para o imiscuir do *amor* pelo *interesse*. Já a desconfiança interna dos casais não é marcada pela busca de um ideal de *amor*, mas concebe o exercício amoroso como uma atividade de cálculo entre a expansão territorial e o desejo de associação romântica. Destitui-se o *amor* de sua concepção desinteressada, mas pelo contrário, ele é concebido como uma espécie de *interesse*.

Com efeito, os conceitos de *amor* e *interesse* na prisão parecem se dar à interpretação de uma “reversibilidade”, como sugerem Willerslev & Jimenez (2007) a respeito dos limites que os conceitos atingem ao se aproximarem de seus sentidos opostos. Nessa interpretação os conceitos só se tornam visíveis na proximidade de seus limites conceituais. Como podemos notar no decorrer do percurso em que nos detemos nos movimentos possíveis do *amor* e do *interesse*, o *amor* idealizado só ganha força quando contrastado com o *interesse*. Nas relações, eles se coadunam em cálculos que põem em interação planos distintos, até o ponto em que podemos concluir que o *amor* é condição para a descoberta do *interesse*. O *interesse* como limite imposto ao *amor* é ao mesmo tempo sua “sombra”, e um termo pode ser reversível em outro na medida em que se impõem um como o limite do outro, seja por uma perspectiva disruptiva (julgamento moral externo aos casais) seja quando são motivos de cálculo (se tornam outra coisa: balanço entre desconfiança e entrega). Nesses casos, o *interesse* pode ser visto justamente como a fundação do *amor* e nesse ponto as diferenças se tornam refração para pontos insuspeitos. O conceito e sua “sombra” se distorcem em outros arranjos de luz, compostos por

elementos díspares que flutuam na inconsistente malha de relações e julgamentos que compõem a vida afetiva e econômica na prisão.

Considero a necessidade de explorar mais a fundo a problemática ao redor da relação entre vida econômica e emocional, pois ela permite a visualização de uma série de fluxos (afetivos e materiais) que atravessam a prisão e seus muros, consolidando o trânsito contínuo entre prisão e *rua*. Além disso, uma questão permaneceu insondada, pois a descrição das desigualdades entre material e afetivo eclipsaram um elemento essencial da desigualdade dos casais. Os arranjos matrimoniais eram produzidos baseados na matriz moral que marcava posturas masculinas e femininas esperadas. Se as *monas* e *envolvidos* frequentemente abordavam suas relações assumindo uma “normalidade” como *mulher* e *marido*, que tipo de diferença poderia emergir quando consideramos a forma como lidavam com a riqueza? Como os casais, núcleos de intimidade e centros de expansão territorial, são implicados nas relações de troca? E ainda, que tipo de matriz moral permeia relações de dádiva e de dívida que, finalmente, desembocam na ocorrência da prostituição? Com essas perguntas em mente, sugiro passarmos para a próxima sessão.

3.3 Economias afetivas e materiais

Nas duas sessões anteriores, efetuei um recorte específico, quase residual, do tipo de relação que aparece na prisão entre a vida econômica e a vida afetiva. Vimos como as noções de *amor* e *interesse* são ferramentas de julgamento das relações do cárcere e também como os dois termos se intercalam, se misturam, indissociáveis, quando observados nos núcleos de intimidade. Essas definições internas do cotidiano da prisão, no entanto, dependem de outras relações que interligam associações amorosas e econômicas e nesse subcapítulo descreverei analiticamente como as relações são produzidas em atravessamentos distintos, conduzidos na inseparabilidade dos sujeitos de suas associações.

Neste subcapítulo, me preocuparei especialmente com as dinâmicas das trocas que ocorrem a partir das associações. Para isso, focalizarei especialmente em como as ações e atributos das pessoas ressoam ethos distintos. A feminilidade das *monas* e a masculinidade dos *envolvidos* são expressas pela separação entre *marido* e *mulher* nos casais e a diferença entre esses dois termos se insere no modo como encaram e produzem associações e também na

maneira de projetarem a si mesmos no cárcere. Com esse intuito, cristalizações morais e identitárias apresentadas no capítulo I serão mostradas em movimentos e dinâmicas de relacionamento, como trabalhadas no capítulo II, e o que antes era separado pelas estratégias discursivas das *monas* e *envolvidos* (que inspiraram a divisão dos capítulos) será visto em consonância na análise das dinâmicas de trocas que povoam o território da prisão. Assim, proponho problematizarmos nesse subcapítulo questões essenciais para finalizarmos a pintura parcial e intensiva das relações amorosas e sexuais como ocorriam na PJP.

3.3.1 Dinâmicas associativas da condição de casal

No intuito de demonstrar as complexas dinâmicas que compõem os relacionamentos na prisão inicio com o exemplo de Matheus e Giovanna, um casal que sobressaía aos outros por suas condições materiais e capacidades associativas no cárcere. O *envolvido* agia como um comerciante, possuía maços de cigarro em abundância e objetos de valor. Ele se orgulhava da capacidade de conseguir multiplicar seus bens e com isso adquirir um status no pavilhão mesmo que fosse um *envolvido*. Matheus era orgulhoso e me contava sem rodeios de sua vontade de ganhar dinheiro, de suas ambições como comerciante na prisão. Segundo o casal, era por meio de estratégias específicas que conseguiam encontrar seus clientes, com quem trocavam artigos de uso e alugavam um celular para ligações. Era preciso visualizar entre os presos aqueles que pareciam ter as associações materiais necessárias, presos que não dariam *calote* e que teriam desejo constante de consumir os bens do casal. Matheus, além disso, era quem controlava as finanças do casal. Segundo Giovanna, eles tinham um saco grande cheio maços de cigarro mas ela era impedida de fumar exageradamente. Matheus dizia: “se eu deixar ela fuma tudo, tá fumando dinheiro”, ao que ela respondia: “eu sou fumante meu bem, o que você quer que eu faça?”⁷⁴. Ao controlar o habito de fumo da parceira, Matheus também regulava o fluxo de entrada e saída financeiro do casal.

Giovanna, por sua vez, demonstrava um senso de humor ácido e se definia como uma pessoa “violenta e descontrolada”. Matheus ria da situação e mostrava uma cicatriz no nariz

⁷⁴ Giovanna se diferenciava de outros presos e presas que só fumavam fumo de corda em papel de caderno, a possibilidade de fumar cigarros industriais, ainda que controladamente, é um exemplo da situação material privilegiada que o casal se encontrava.

ocasionada por um soco de Giovanna, que justificava sua atitude dizendo “ele não me ouve”. Se Matheus controlava as finanças e exercia o papel de comerciante, a presença de Giovanna era indispensável para que os dois se mantivessem na situação de abundância material no contexto de uma escassez programada pela instituição: a *mona* tinha um laço de união estável com um ex-namorado na *rua*. Esse antigo parceiro morava no apartamento de Giovanna e pagava o condomínio com dinheiro advindo dos lucros que o casal empreendedor fazia na prisão. Nas palavras de Giovanna:

Ele tem união estável comigo, mas não temos mais nada emocional.
Ele esbanja na rua com o que a gente faz aqui, vai em baladas e bebe
muito com o que damos para ele.

Nesse caso podemos observar um exemplo privilegiado da relação entre as visitas e as trocas na penitenciária. Matheus se orgulha de sua capacidade elocutória e de sua experiência no cárcere, mas não tinha conexão com a *rua*, não tinha *visita* e dispensava abruptamente a tentativa de conseguir emprego lá dentro, pois não queria se associar à administração. Ao se relacionar com Giovanna, Matheus também se associa à sua visita que, por sua vez, tratava de atravessar a segurança rígida e as revistas com artigos de troca, recebendo com isso parte do lucro feito dentro da penitenciária. Como vimos em outros casos, algumas trocas que acontecem na prisão tem os pagamentos feitos na *rua*, normalmente por parentes, que depositam os valores na conta bancária do preso comerciante. Além disso, era costume de Matheus esperar o depósito em sua conta para entregar a mercadoria ao comprador. Apesar de não ter visitas, Matheus mantinha contatos na *rua* que gerenciavam sua conta bancária e nesse interim o dinheiro reservado ao amigo de Giovanna era transferido. Esse dinheiro, além de ser usado para a sua vida, era essencial para custear as visitas que fazia na penitenciária.

Como vemos, a economia interna de trocas na prisão é produzida em capilaridades extensas que dependem da capacidade de um(a) detento(a) de projetar a si mesmo(a) na *rua* e de alçar seus laços dentro da prisão. Neste caso específico é somente a relação amorosa entre a *mona* e o *envolvido* que possibilita que ele assuma uma posição privilegiada no convívio com os outros presos. O fato de Giovanna e Matheus produzirem uma fissura na membrana da prisão, faz deles o centro de uma série de fluxos que envolvem transações bancárias entre diferentes *visitas*. São feitos mecanismos de passagem pelas celas, pelos espaços e diferentes núcleos de intimidade. Vemos como ter uma conexão com a *rua* se torna um atributo do preso

ou presa visitado. Este caso específico demonstra uma conexão entre dentro e fora alçada em um processo burocrático de consolidação de união estável. Somente familiares têm direito à visita íntima na prisão, o que transforma uma relação como esta, entre uma *mona* e seu ex-namorado, em um trunfo poderoso em relação aos outros presos. Desta forma, relações burocráticas abrem conexões e criam porosidades que as regulações institucionais deixam aparecer na tessitura da prisão. Em nenhum momento a relação de Giovanna com seu amigo na *rua* é descolada de seu território existencial. Nos cigarros que fuma, na vida que leva ao lado de Matheus, na posição que se situa no emaranhado de relações da prisão.

A criação de trâmites desse tipo, a partir da mobilização que Giovanna e Matheus faziam de suas capacidades de troca e associação, não existia sem que a vida amorosa fosse constantemente marcada pelo cruzamento de motivações heterogêneas. Em determinado momento de nossas conversas, perguntei aos dois o que poderiam me dizer a respeito da separação entre *amor* e *interesse*, da qual tomei conhecimento em outras conversas. A reação a tal pergunta deixou o clima mais tenso do que eu imaginava, pois o casal iniciou imediatamente uma discussão a respeito das motivações e inclinações um do outro. Giovanna iniciou dizendo: “ele ficou comigo por interesse, estava louco para arranjar alguma mulher na rua, algum contato para trazer as coisas dele aqui para dentro”. Matheus costumava manter uma postura irônica, sempre com um sorriso no canto do rosto e foi dessa forma que agiu quando olhou para mim e afirmou, como resposta a Giovanna: “eu gosto dela, já falei que gosto, ela sabe disso, mas desconfia de mim”. Depois disso, olhou para Giovanna e disse “eu até já te mostrei para minha irmã, não foi? Eu vou te ajudar quando eu sair”. Nesse momento se esclareceu que a relação do casal era marcada por uma ruptura próxima, pois a pena de Matheus estava no fim, a alguns meses da conclusão, e Giovanna ainda tinha muito tempo a cumprir. Nesse caso era Giovanna que alimentava desconfiança pelo *amor* de Matheus que dizia ser difícil assumir na *rua* que se relacionava com uma *mona*. Em determinado momento Giovanna afirmou: “eu posso te amar de perto ou de longe”.

A partir disso a conversa do casal foi direcionada especialmente às queixas de questões problemáticas do convívio entre os dois. A maior questão de Matheus era a respeito do ex-namorado de Giovanna que, segundo seu juízo, era um “sanguessuga”, pois pedia mais dinheiro do que o necessário para realizar o trânsito de objetos para dentro da prisão. Giovanna respondia

“o dinheiro tem que pingar todo mês, para pagar o condomínio que está no meu nome, se não pagar dá problema”. Giovanna emendou sua fala para exprimir sua queixa, ela desejava parar de esconder as coisas dentro de seu corpo. Além de prover a conexão com seu ex-namorado, era ela quem guardava as drogas e celulares em seu corpo, utilizando-se como mecanismo de invisibilização e passagem para escapar de blitz na prisão. Ela dizia fazer isso especialmente para ajudar Matheus em seu negócio, pois tinha muito medo de ser pega pelos guardas. Se fosse pega, sua pena aumentaria ainda mais e perderia o direito à liberdade condicional. Giovanna disse: “você que vende mas sou eu que guardo tudo né? E se eu for pega? Quer prova maior de que faço tudo por amor? Você regula as coisas para mim e na verdade eu que tô correndo risco aqui dentro”.

Apesar dessas desavenças resultantes do encontro entre vida amorosa e vida econômica, a relação do casal era marcada por uma mutualidade que, como veremos, mantém relação com a forma como lidavam com a riqueza. Giovanna, que se dizia “violenta e descontrolada”, se envolvia constantemente em brigas no pavilhão. O casal narrou dois casos em que ela se envolveu em problemas. Em um deles, Giovanna saltou de sua *burra* para a *burra* de outra travesti que a provocava, e socou seu rosto. Em outro momento, ela entrou em uma disputa elocutória com um *ladrão*, motivada por um conflito econômico. Ambos as brigas demonstram um comportamento de Giovanna discrepante do que se espera no pavilhão. A não ser que seja entre casais, a violência física é assunto público e o *setor* é responsável em julgar quem está *certo* ou *errado* na disputa. A situação é mais dramática no caso de ofensas conferidas de uma *mona* a um *ladrão*. No entanto, Matheus era visto no pavilhão como um sujeito com conexões e sua intervenção foi essencial para que nos dois casos Giovanna saísse incólume das disputas. Matheus dizia: “ela é louca, fica arranjando briga, depois eu que tenho que resolver, sorte dela que eu tenho moral na cadeia, qualquer hora vou me foder aqui dentro por causa dela” e ria depois, com sua característica postura irônica. Giovanna concordava com o marido, e justificava suas ações na chave de um descontrole emocional ocasionado por sua *alma feminina*, mas ao mesmo tempo parecia se orgulhar de seus modos e especialmente do fato de o *marido* defendê-la em situações perigosas, ela via essas ações como *cuidado*, como um sinal de que seu *marido* se preocupava com ela.

Matheus, por sua vez, também se envolvia em disputas causadas pela sua postura de comerciante, centro de trocas e de riquezas na prisão. Em certo momento, ele foi mandado para o *seguro*, pois brigou com o *piloto* da prisão. Segundo Matheus, o *piloto* exigia que certas transações entre dentro e fora da penitenciária passassem por seu aval, e com isso requisitava parte do lucro das trocas. Matheus desprezava essa ideia e em uma disputa com o *piloto*, acabou sendo mandado ao *seguro*. Giovanna ficou na cela, segundo ela “cuidando das coisas, para ninguém ficar de olho gordo nas nossas coisas”, mas depois de uns dias arranhou propositalmente uma briga para ter motivos de se encontrar com Matheus no *seguro*. Como resultado dessa dinâmica, no período de nossas conversas ambos habitavam o pavilhão I da prisão, para se manterem à distância do *piloto* no pavilhão III, mas diziam ter adaptado as dinâmicas de comércio ao novo contexto e tinham os *artigos* como novos clientes.

O caso de Giovanna e Matheus, proporciona um exemplo privilegiado para que possamos compreender uma série de atravessamentos. Primeiramente, podemos ver como *amor* e *interesse* – termos mobilizados agora como categoria analítica – se imiscuem nas relações. Como vemos, é impossível que Giovanna seja separada da relação de união estável produzida com seu ex-namorado. Giovanna e seu parceiro na *rua* permitem a visualização de uma associação, de uma conexão entre dentro e fora da prisão e com isso, se relacionar com ela permite a Matheus acessar um fluxo entre *rua* e prisão, permite que ele projete sua imagem dentro do pavilhão por meio de suas capacidades de troca. É nesse sentido que afirmo a condição de inseparabilidade, na prisão, das associações (materiais e afetivas) de um sujeito. Uma relação como essa, permite com certo grau de obviedade, o julgamento externo, de outros presos e presas, segundo a disposição discursiva *amor* e *interesse*, ou seja, é muito fácil que Matheus seja visto como alguém que age por *interesse* disfarçado de *amor*. No entanto, ao aproximarmos a câmera da escala da intimidade do casal, podemos apreender que vida emocional e vida material se imiscuem drasticamente e, ainda, a vida emocional é debatida em termos econômicos e vice-versa.

No pavilhão, Giovanna é vista em associação com sua visita e com Matheus, e sua riqueza é calculada no balanço com esse emaranhado de relações. Matheus, ao formar um par com Giovanna, associa-se indiretamente com a visita e assim produz-se uma rede. Essas redes, mais do que meras aglomerações intensivas, são o meio de fluxos pelos quais dependem a toda

a economia de trocas da prisão. A mutualidade, reforçada por carências emocionais e materiais, é a base da economia de trocas na *galeria rosa* que se baseia inextricavelmente na produção de relações íntimas. Por meio da conceituação realizada no capítulo II, podemos ver essa característica em vários núcleos de intimidade. Para conseguir emprego, vale lembrar, é preciso acessar determinados núcleos de intimidade da instituição (nosso encontro no setor de *atendimento* era usado como um meio para isso). Para acessar o *jumbo* e produzir uma conexão com a *rua*, é preciso ter *visita* (a *visita* pode ser considerada como *família*⁷⁵, pois é preciso um laço jurídico para justificar a *visita*, a não ser que seja o caso de *visita única*). Por sua vez, o preso que não recebe *visita* nem trabalha, precisa produzir associações que ampliem a magnitude de suas ações e nesse caso as relações amorosas são evento privilegiado da produção de redes de associação.

Nesse sentido, pode-se dizer que as trocas na PJPN resultam em trocas não somente de objetos, mas também de relações, pois os sujeitos são vistos como aglomerados. Quando Matheus aluga seu celular pra um preso(a), ele provê um serviço baseado em sua capacidade de trocas. O fato de possuir um celular na prisão implica imediatamente na sua relação com Giovanna e em sua associação com sua visita. No entanto, não é qualquer preso(a) que pode alugar o celular de Matheus. Para ter acesso à conexão entre *rua* e prisão que o celular proporciona, o preso(a) têm necessariamente de possuir associações prévias na *rua*, pois Matheus exige que um valor seja depositado em sua conta antes de prover o serviço. Ao realizar, portanto, a transação de aluguel de seu telefone, ele não troca meramente o serviço, mas os atributos de si mesmo que permitem que ele tenha esse privilégio; a transação envolve o corpo de Giovanna que esconde o celular, a relação amorosa entre os dois, a renda do ex-namorado de Giovanna na *rua*. A troca do serviço por dinheiro na *rua* exige que as relações de Matheus sejam trocadas pelas associações do preso(a) que deseja alugar seu celular. No caso de trocas materiais e com fluxos localizados no pavilhão, como as trocas de *peças* por maços de cigarro, o mesmo pode ser dito, pois a capacidade de possuir cigarros ou peças para serem trocados depende essencialmente da produção de relações que são trocadas, já que todas as relações de

⁷⁵ Para uma descrição atenta da importância de *ter família*, na perspectiva das visitas, conferir Ferraz de Lima (2013).

troca se baseiam exclusivamente no aparato material proveniente das *visitas* e de trabalhos que dependem do acesso às intimidades da instituição.

Como podemos notar, o caso de Matheus e Giovanna é um exemplo privilegiado para demonstrar como as análises antecedentes ocorrem no cálculo contínuo entre *amor* e *interesse*, mas também dá pano para a visualização de uma outra série de problemas ainda insondados a respeito das trocas que envolvem *monas* e *envolvidos*. Até o momento, vimos a questão das associações dispersa de forma igualitária entre *monas* e *envolvidos*, no sentido de que o foco analítico recortou a desigualdade no sentido da produção de associações afetivas e materiais, ou seja, entre quem tem *visita* e quem não tem, quem consegue ultrapassar a escassez material e quem não é capaz disso. No entanto, como podemos notar na conversa com Matheus e Giovanna, as relações materiais e afetivas são atravessadas por outras forças que implicam a produção de diferenças circunstanciais no modo lidam com riqueza. Essa complexa distinção pode ser resumida no fato de que ao produzirem uma relação amorosa o território dos dois é ampliado, mas há uma diferença essencial na maneira como projetam suas existências. Essa diferença consiste na emergência de dois ethos distintos que informam a relação de Matheus e Giovanna como, respectivamente, *marido* e *mulher*. Essa conjunção que, vimos anteriormente, compõe os arranjos matrimoniais de *monas* e *envolvidos*.

Matheus é especialmente interessado em fazer prevalecer a sua capacidade de trocar, de fazer comércio e, assim, de adquirir prestígio no pavilhão, aumentar sua riqueza, sua potência e ação. Nesse sentido, ele se apropria das conexões de Giovanna com sua *visita*, os objetos que entram na prisão dessa forma são gerenciados por ele e é ele quem controla as finanças do casal, como bem se esclarece no modo como não permitia que Giovanna fumasse livremente os cigarros. Matheus promove uma valorização gradual de sua “pessoa social” (Viveiros de Castro e Benzaquem, 1977: 155) e busca o respeito dos demais mesmo sendo um *envolvido*. Ele entra em confrontos com os *ladrões* e com o *piloto* da prisão, ancorado em sua capacidade de troca, detentor de celulares e de substâncias desejadas no pavilhão. No entanto, se a *visita*, que provê a conexão com a *rua*, é uma *visita* de Giovanna, por que a riqueza adquirida por esse meio é vista como propriedade de Matheus? Além disso, é Giovanna quem utiliza dos espaços de seu corpo para invisibilizar os celulares e substâncias dos agentes e é quem arca com os riscos de agenciar o empreendimento comercial do *marido*. Ela diz agir desse modo *por amor* e seu

interesse na riqueza não é atravessado pelo desejo de conduzir uma expansão territorial como “pessoa social”, não busca respeito ou ultrapassar a condição moral de ser uma *mona* pela capacidade de troca. Pelo contrário, é justamente a relação em casal que proporciona a Giovanna uma afirmação de sua feminilidade. Como vimos no capítulo I, as *monas* são preocupadas especialmente em se produzirem o mais femininas o possível no contexto de escassez da prisão e, nesse intuito, ser *mulher* de seu *marido* é circunstância de uma expansão do território existencial. Ao invés de produzir potência agentiva por meio da capacidade de trocas, Giovanna se aproveita de sua situação material abastada para desviar das normas de conduta que atravessam a prisão, ela arranja brigas, se define como *louca* e descontrolada e se ampara na condição de seu *marido* para não sofrer as consequências dessas atitudes. Assim, a relação de Giovanna com a ampliação de sua projeção individual é diferente da de Matheus porque, como *marido* e *mulher*, eles performatizam diferentes papéis na dinâmica matrimonial.

Por meio desse raciocínio, podemos relacionar as condutas, no que concernem à apresentação da riqueza, às matrizes morais apresentadas no capítulo I. Como vimos, a transformação de um *ladrão* em *envolvido* decorre na perda de um status moral que era produzido quando o sujeito compartilhava de seu território com a *população*, que produzia o *crime* em seu corpo. O já *envolvido* não se ancora nesse tipo de disposição moral, mas ainda tem seus princípios informados pela conduta heteronormativa que é parâmetro de suas condutas, reafirmada pela posição de *marido* e desejada também pelas *monas*. Se ele já não pode contar com o *crime* para se tornar um sujeito moral, é no papel de *marido* que a sua posição de homem se ancora. Pelúcio (2006) ao tratar dos *casamentos* de travestis, demonstra que a visão do homem como “provedor” persiste mesmo quando ele é sustentado pela parceira. Em sua descrição, Sabrina, uma travesti que se prostitui, “sustenta” seu *marido*, mas ainda assim sua contribuição orçamentária é vista como uma “ajuda”, e Duda, outra travesti com quem conversa, trata de associar essa situação ao papel de “provedor” do *marido*. (*id*: 528). Para a autora, mesmo a noção de *marido*, utilizada pelas travestis ao invés de namorado, ou amante, tem como fundo a necessidade afirmar o laço conjugal diante a incapacidade dos *maridos* de assumirem publicamente suas relações com travestis. Nesse caso, temos uma distinção essencial na diferença entre cadeia e *rua*. Na prisão, é impossível que uma relação de *casamento* entre uma *mona* e um *envolvido* não seja pública, pois o evento prisão consiste necessariamente

no convívio forçado na esfera do pavilhão e como vimos, a não ser quando secretas e proibidas, as relações são inalienáveis dos sujeitos. No entanto, o que afirma Pelúcio se confirma no receio que Matheus insinua, na presença de Giovanna, que seria difícil publicizar na *rua* o fato de que se relacionava com uma travesti na cadeia.

Não à toa Mirelle, no diálogo com Paulo Henrique, afirmava que na prisão tinha “um monte de envolvido sendo bancado pelas *bichas*, ficam de olho nas coisas delas, sendo que era pra ser o contrário”. A visão de que o homem deveria ser o provedor é central para a performatividade dos casais que enquadram as suas relações em uma imagem cristalizada dos casais heterossexuais. Essa perspectiva tende a essencializar as posições de gênero ao definir o *marido* por sua atuação pública, e a *mulher* como atuante na esfera privada. Assim, mesmo quando a riqueza é proporcionada pela ação de Giovanna, Matheus é visto como o comerciante. Beauvoir (2009), ao caracterizar a mulher como um “outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (*id*:14), dá inteligibilidade ao tipo de matriz heteronormativa que constitui a ideia de *casal*. Assim, não é de se espantar que a grande quantidade de *envolvidos* que eram “bancados” pelas *bichas* fosse vista como um grande motivo de desconfiança na *galeria rosa*, o que dava intensidade para os julgamentos entre *amor* e *interesse*. Tanto as *monas* quanto os *envolvidos* poderiam ser acusados de se engajarem em relacionamentos por *interesse*, mas a crítica era constantemente endereçada aos *envolvidos*, que “só existem por causa das bichas”, mas ainda assim, se sentem no direito de assumir características da *máfia das bichas* (cf. sessão 1.3).

Assim, podemos sugerir, que Giovanna, que viabiliza a Matheus o uso de seu corpo como ferramenta de invisibilização e provê o acesso à sua *visita*, consolida com Matheus uma relação matrimonial que é calculada no balanço entre o que ela perde e os proveitos que ela pode ter no futuro, enquanto *mulher* da situação matrimonial. A dinâmica sucede de maneira parecida com a divisão que Strathern (2014) explicita ao tratar das trocas de mulheres e “coisas” na melanésia. Segundo seu argumento, os “sistemas de troca” são elaborados de duas formas: uma metafórica e uma metonímica. Em suas palavras:

Na primeira, a riqueza ou os bens (o patrimônio de um clã, bens de valor de certos tipos) representam um aspecto da identidade intrínseca, por exemplo, um status ou “nome” agnático. Eles não podem ser descartados ou retirados do sistema de trocas sem comprometer essa identidade. Na segunda, as pessoas têm propriedade sobre uma segunda classe de coisas (outros bens de valor, posses pessoais) na medida em que

detêm direitos pessoais para descartá-los. Itens desse tipo são frequentemente considerados produtos do trabalho, da criatividade ou da energia da pessoa. (*id.*: 120)

Em minha perspectiva, essa forma de análise se dá à analogia com as duas formas explicitadas de *monas* e *envolvidos* lidarem com a riqueza. Para um *envolvido* como Matheus, sua capacidade de trocas é simultânea à sua projeção individual. Nesse sentido, perder a conexão com Giovanna seria necessariamente ser destituído da riqueza que o fazia prevalecer com um sujeito de conexões, como um homem, nesse sentido, na medida que não é *ladrão* e que a manutenção ética de sua pessoa depende de seu agenciamento como *marido*. Assim, os bens que possui constituem um aspecto de sua identidade social e a perda dessa riqueza significaria para Matheus o mesmo tipo de comprometimento da identidade que para um clã que perdesse suas terras (que são metáfora do próprio clã). Strathern relaciona a metáfora à produção do clã e sua riqueza como elementos masculinos no “sistema de trocas”: na melanésia as mulheres doam suas economias para fortalecer a riqueza dos homens, assim, necessariamente perdem o que é inalienável de seu trabalho. É nesse sentido que para a autora a contrapartida que se dá a essa perda não é um pagamento, mas um “ressarcimento”. A relação metonímica consiste, por sua vez, na forma como as mulheres lidam com a riqueza e como descartam bens de valor sem com isso perder sua identidade. Giovanna, ao prover seu corpo e suas associações aos negócios do *marido*, não perde sua identidade, mas reforça sua posição de *mulher*. A contrapartida de sua “perda”, os cigarros, a maconha de boa qualidade que fumava, o “cuidado” de seu *marido* que a protegia, são um ressarcimento e não um pagamento que preencheria a falta ocasionada por seu dispêndio. Além disso, Giovanna deixa claro que quando ele sair da prisão ela vai parar de correr os riscos ocasionados por esse arranjo matrimonial, pois ao fim e ao cabo, ela não se importa com a riqueza, mas considera que age *por amor*, ou seja, ela só agencia o centro de comércio que é seu *casamento por amor ao marido*. Deste modo, ela descarta a sua segurança, corre riscos tremendos ao guardar em seu corpo o celular e as substâncias que Matheus negocia. Ela perde sua autonomia, despendendo suas possíveis riquezas aos encargos do *marido*, que por sua vez, controla mesmo o número de cigarros que ela fuma, pois é na manutenção da riqueza que sua expansão territorial se consolida.

Essa dinâmica se expressa melhor quando analisamos as queixas que ambos os termos do casal produzem um em relação ao outro. Como sugeri no decorrer dessa dissertação, a

metodologia empática, aplicada na compreensão das motivações das interlocutoras e interlocutores com quem conversei, reside na assumpção de que uma reflexividade reside na maneira como as pessoas narram suas vidas. Como o afirmou Garfinkel (1965), autor que me inspirou na produção dessa epistemologia:

as atividades pelas quais os membros produzem e administram as situações de sua vida organizada de todos os dias são idênticas aos procedimentos usados para tornar essas situações descritivas (*id.*: 55)

Nesse sentido, devemos focalizar o papel das queixas na exposição dos cálculos internos à vida íntima dos casais. Gregori (1989), ao tratar da violência entre casais de homens e mulheres, define a queixa como

(...) uma construção descritiva. O narrador apresenta os fatos compondo os personagens: o eu vitimado e o outro culpado. Os fatos descritos cumprem o papel singular de reforçar a versão do narrador de que existe uma relação dual (cujos personagens estão em lugares contrários). (*id.*: 167)

De posse dessas conceituações, ao nos atemos às queixas de Matheus e Giovanna, facetas intrínsecas à diferença nos termos do casal se demonstram e dão base para a compreensão do tipo de balanço que os cálculos amorosos e materiais parecem assumir. A queixa de Matheus se relaciona especialmente à suposta ambição do ex-namorado de Giovanna, em suas palavras um “sanguessuga”. Ele não chega a culpabilizá-la por isso, mas relaciona diretamente a diminuição de seu lucro a uma associação que é inseparável da pessoa de Giovanna. Ele aponta para ela a quantia exorbitante que a *visita* pede em troca de seus esforços ao afirmar esse descompasso como o motivo da regulação material que promove dos maços de cigarros e do dispêndio material do casal. O segundo motivo da queixa de Matheus é o comportamento de Giovanna, ele afirma que ela é *louca* e gera problemas para ele, que têm de lidar com suas intrigas pessoais. Ao fazer isso, Matheus se utiliza de uma característica da queixa, pois “esconde o prazer que poderia ter sentido nas diversas situações por que passa” (Gregori, *id.*: 170). Por meio da sugestão irônica de suas expressões é possível notar que a afirmação de sua “pessoa social”, que é seu principal intuito, é reforçada quando tem de intervir nas situações problemáticas em que Giovanna se envolve. No entanto, mesmo o que é desejável para Matheus é conduzido na queixa como um problema, como motivo de um risco que ele não quer correr.

Como podemos ver, as motivações de Matheus em suas queixas são diretamente relacionadas ao que condiz à produção de sua “pessoa social”. Seus problemas na relação

amorosa são marcados pela obrigação de arcar com os custos da porosidade com a *rua* adquirida por meio da *visita* da Giovanna e pelo uso que têm de fazer de sua projeção individual para ajudar a parceira. Ao mudarmos o foco para as queixas de Giovanna, as motivações se mostram muito distintas das de seu parceiro. Ela produz a si mesma como vítima ao abordar justamente o que dá para Matheus, *por amor*. Ela deseja parar de levar em seu corpo os celulares e drogas e infere que a posição dele só pode ser mantida a partir do que ela dispende para ele. No entanto, ao se queixar do que *por amor* ela dá a Matheus, Giovanna demonstra o desejo subjacente de produzir uma dívida de seu parceiro que ele só poderá sanar na *rua*. Se na prisão Matheus depende dela para produzir a si mesmo, quando ele for para a *rua* esse *amor* deve ser retornado e ele deve se tornar a sua associação com a *rua*. Nas palavras de Gregori (1989) a produção de uma imagem vitimada de si tem como intuito justamente esse tipo de relação de exterioridade, pois nos relatos das mulheres com quem estuda

(...) a vida conjugal é retratada como um imenso acúmulo de sofrimento, não-escolha e passividade. (...) [elas] Dizem não provocar, não querer e não sentir prazer em suas relações. Contudo, nelas se mantêm... (...) O lado perverso da queixa consiste nessa exterioridade de que se nutre e que provoca, num certo sentido, o aprisionamento do outro, daquele que escuta. O melhor termo é enlaçamento. (...) A queixa é eficaz quando eloqüente, quando capaz de enlaçar o ouvinte transformando-o em cúmplice. (...) o desejo de enlaçar o outro e se auto-aprisionar em um modelo em que nada se exige de si mesmo, pois é no outro que continuará a residir o dever da proteção, do amparo e da benevolência. (*id*: 171)

Considerando a proximidade entre esse argumento e a queixa de Giovanna, podemos dizer que ao produzir o discurso de vítima da associação com Matheus, Giovanna supõe “enlaçar” seu parceiro produzindo uma dívida. Os frutos positivos de seu *sacrífico* por Matheus, como vimos, são mera retribuição por sua dádiva, não são suficientes para que a natureza da perda que decorre de sua disposição ao *marido* seja devidamente sanada. Se sua queixa for eficaz, a mensagem passada é a de que no futuro, na *liberdade*, Matheus terá a oportunidade de demonstrar atitudes que possam ser compreendidas como *por amor*, do qual ela desconfia na prisão. Se já na *rua* Matheus continuar visitando Giovanna, isso significa que seu *amor* era verdadeiro e que não era guiado somente pelo *interesse*. Para que o *amor* seja visualizado ele precisa cumprir sua promessa e deste modo, a separação prisão e *rua* influi na produção das dívidas nas relações amorosas. O cálculo do relacionamento se faz, portanto, no tempo, e a *rua* aparece como uma última forma de desvelar a sombra do *interesse* da presença do *amor*.

Depois de analisarmos, por meio das queixas, as forças presentes na relação de Matheus e Giovanna, uma questão se insinua no tratamento da economia de afetos e disposições materiais que impera na relação dos casais na prisão. A produção de uma dádiva de Giovanna e de uma dívida de Matheus resulta em uma espécie de reciprocidade? Vimos como a economia de trocas da prisão reside essencialmente na produção de laços afetivos, de associações entre as pessoas, mas também vimos que o caso da criação de casais não implica em uma igualdade dos dois. O caso expresso na relação de Matheus e Giovanna não é singular, apesar da intensa dinâmica entre os dois ser um exemplo precioso da forma como essas trocas ocorrem. Wellington, ao calcular o seu “investimento” material no parceiro também esperava uma contrapartida econômica, espera produzir uma “dívida” de seu parceiro que devia ser retribuída afetivamente. Eddie e Iago faziam o mesmo ao investirem suas economias no vício de Jeferson. Mesmo Carla, citada na sessão 2.2.3, esperava que seu *marido* fugisse do semi-aberto e se entregasse na PJP para demonstrar que sua motivação era o *amor*, para ela, essa era uma dívida de seu parceiro que devia ser sanada por um *sacrifício*. Cálculos desse tipo, consideram o *amor* despendido motivo de dívida dos parceiros, consolida-se a dificuldade de se encontrar a “dádiva livre” do *amor* romântico na prisão, pois não existem arranjos afetivos que não sejam simultaneamente centros de produção de dívida.

Nesse sentido, é preciso considerar como a noção de dádiva foi tratada antropológicamente, para reconduzi-la à luz da interpretação da economia, simultaneamente afetiva e material, que ocorre na prisão. Segundo o demonstra Villela (2001), a leitura antropológica do ensaio fundante de Mauss (1974) sobre a dádiva, foi marcada pela produção de uma imagem que teria como fundamento a “compreensão da troca, da reciprocidade, da circulação de bens, como a fundação da sociedade, como uma função que é a do equilíbrio e da estabilidade social.” (Villela: 197). É assim que a noção de dádiva e reciprocidade foi conduzida por meio de um hegelianismo subjacente, que implica na produção de reconhecimento entre quem doa e quem recebe. Se a noção de reconhecimento pode ser facilmente aplicada à necessidade de Matheus de ser visto como uma “pessoa social” entre os demais, pouco resta dela quando analisamos as motivações de Giovanna. Giovanna, não busca um reconhecimento de si como “pessoa social”, mas ao doar para ele seu corpo e suas associações (o que equivale a doar sua situação material), produz-se como sujeito feminino, um desejo que por sua vez

ocorre de si para si. Se há reconhecimento envolvido em seu desejo, é somente na chave de ser vista por seus atributos femininos, mas seus esforços consistem especialmente em um projeto subjetivo de expansão territorial que nada tem a ver com sua participação em uma moral, como os *ladrões*, ou em um regime de trocas, como Matheus.

Assim, ao se queixar de Matheus, Giovanna não procura que ele reconheça o esforço que ela faz por ele, tampouco espera que a retribuição seja feita diretamente, mas ela necessariamente “enlaça” seu marido ao produzir uma dívida que reside no futuro, em sua liberdade. É importante salientar: Giovanna se coloca no papel de vítima, mas com isso não espera reconhecimento, mas busca tornar cúmplice o seu parceiro, do que ele a faz sofrer. Como sugeri no decorrer deste capítulo, a dádiva do *amor* não é livre, ou gratuita, mas também não exige reparação por que não é baseada em um “contrato”, no sentido em que os analistas sociais procuraram dar à noção de dom. Como demonstra Villela (2001), Sahlins (1976) foi responsável por associar a noção de maussiana de dom à noção de contrato, ao aproximá-la do modelo de Hobbes. Segundo sua análise “à guerra de cada homem contra cada homem Mauss substitui a *troca* de todos entre todos.” (*apud* Villela, 2001: 9) e assim, uma situação de escassez superada por um regime de trocas, como se consolida a prisão, seria um exemplo da maneira como as pessoas conduzem a reciprocidade como forma de desviar ao conflito. Ora, se Giovanna busca por meio da demonstração do que é retirado dela, do que ela sacrifica por Matheus, uma forma de forçar sobre ele uma dívida, será ainda possível que vejamos a relação de um casal de *monas e envolvidos*, que emerge como associação indispensável ao regime de trocas, como um “contrato” que superaria a necessidade de conflito?

A exposição da maneira como *amor* e *interesse* eram calculados nas sessões antecedentes deve já sugerir que o problema das associações heterogêneas que não é o de nos atermos à reciprocidade como um ideal de equilíbrio social na prisão. Nesse ponto, sugiro determo-nos no problema que Villela (2001) conduz para se desviar da noção de “contrato”, ao dizer: “Se a troca ou o dom não fundam a sociedade, o que a funda? Se não é um contrato, só pode ser uma imposição, um ato de violência.” (*id*: 204). Essa imposição, conceituada pelo autor em uma leitura da *Genealogia da Moral* de Nietzsche, se esclarece na utilização da queixa como mecanismo de “enlaçar” o outro. O enlaçamento que Giovanna pretende compõe o problema da dívida, pois ele reside justamente na projeção da dívida no tempo:

apenas sob condições em que uma memória esteja em processo de constituição ou esteja constituída é possível haver credores e devedores, pois a memória voltada para o futuro possibilita a própria dívida. (Vilela, 2001: 205)

Nesse sentido, proponho que a queixa de Giovanna não é produzida como uma necessidade de reconhecimento, mas tem como função marcar no tempo que a relação matrimonial entre ela e Matheus é atravessada necessariamente por uma dívida que ele não pode pagar, ou melhor, que só pode pagar na *rua*, já que o que o retorno que ele provê na prisão não é um pagamento, mas uma retribuição pelo que ela necessariamente perde. Matheus só pode devidamente sanar a sua dívida, e ela deve ser paga *por amor*, quando ele for liberto e estiver na *rua*. Nesse sentido, o evento prisão, que marca na restrição do espaço a subjetividade do tempo (cf. sessão 2.3.2), se torna condição para que o crédito possa existir como característica essencial da calculabilidade das relações amorosas. Esse cálculo é também o que permite uma verificação da existência e atualização do *amor*, pois se na prisão não é possível que um arranjo amoroso seja feito sem um cálculo econômico subjacente, na *rua* a questão se complexifica, pois o retorno do sujeito amado na *visita* é caracterizado como uma escolha que foge ao *interesse*. Matheus afirmava que iria ajudar a sua parceira quando fosse para a *rua* e usava o fato de ter mostrado uma foto de Giovanna para sua irmã como uma comprovação de seu afeto. No entanto, caso não cumprisse sua promessa, um dano seria provocado à Giovanna, que deu de seu corpo e de suas associações a Matheus *por amor*. Seria comprovado que, afinal de contas, a relação dela com Matheus teria sido marcada pelo *interesse* dele, e não por seu *amor*.

3.3.2 De volta à prostituição: últimas reflexões

No decorrer desse capítulo, notamos como as relações amorosas no cárcere eram compostas de cálculos que faziam surgir uma economia simultaneamente afetiva e material, cujo intuito era superar a situação de escassez controlada pela administração dos fluxos (em suas velocidades e travamentos) promulgada pela administração da prisão. Para isso, analisei especialmente a relação de *monas* e *envolvidos* com as *visitas* e com o trabalho, considerando também como as matrizes morais eram conduzidas nas dinâmicas dos casais. Nessa última sessão proponho retornarmos uma última vez à ocorrência da prostituição, entre *monas* e *ladrões*, agora para produzir um contraste (e uma mistura) entre os parâmetros morais do *crime*,

apresentados no capítulo I, e as dinâmicas de economia emocional e material apresentadas no capítulo III.

Se entre casais de *monas* e *envolvidos* a dualidade *amor* e *interesse* era motivo de constante problematização, especialmente quando o *interesse* era visto como potência disruptiva em relação ao *amor*, no caso da prostituição essa relação é invertida. Como vimos no capítulo I, os *ladrões* produzem o *crime* em ato, fazendo de seus corpos (em posturas e ações) marcadores de um território moral. Assim, para que a matriz moral masculina do *crime* fosse mantida intacta, os *ladrões* perseguiam constantemente o desejo de se tornarem sujeitos morais. Para que essa manutenção ocorresse, a relação deles com as *monas* era regulada por um parâmetro de conduta sexual que definia limites para a interação de seu corpo com o de uma *mona*. Era possível que ele penetrasse o *cu* de uma *mona*, sem que com isso se tornasse *envolvido*, e nessa manobra moral o *ladrão* devia desejar meramente os aspectos femininos das *monas* e desviar do desejo homoerótico que compunha as *bichas* e travestis como sujeitos simultaneamente masculinos e femininos.⁷⁶ Caso fosse publicizado que o *ladrão* transgrediu esses limites definidos – e como vimos no capítulo II, a disputa elocutória e produção de relações secretas compunham dinâmicas ao redor dessas regras – ele se tornaria um *envolvido*, e não compartilharia mais do solo moral do *crime*. Os *envolvidos*, por sua vez, não necessitam seguir os padrões de comportamento do *crime* e habitam (compõem) a *galeria rosa*, produzindo associações com as *monas*, normalmente em casais. Ainda assim, os *envolvidos* perseguiam a imagem de homens heterossexuais, pois ao se arranjam com as *monas* eles reproduziam o papel de *marido* e assim, viam as *monas* como suas *mulheres*.

A partir dessa esquematização, podemos notar como *envolvidos* e *ladrões* viam as *monas* de maneiras distintas. Os *ladrões*, ao conduzirem suas ações de acordo com o *crime*, consideravam como as *monas* produziam o feminino em seus corpos, mas ainda as caracterizavam por seus atributos masculinos. Os limites morais da relação sexual (e também das canecas e cigarros) buscava permitir aos *ladrões* que desviassem dessas características e também do desejo homoerótico das *bichas* e travestis. Toda essa regulação moral tinha como

⁷⁶ Conferir, acima, sessões 1.2 e 1.3.

resultado relações com as *monas* que só podiam ocorrer na prostituição. Isso diferia no caso dos *envolvidos*, que, ao contrário dos *ladrões*, viam as *monas* exclusivamente como sujeitos femininos. Vimos, no decorrer da dissertação, como eles buscavam produzir em suas parceiras a ilusão de uma mulher, exigiam que usassem calcinhas e que escondessem seus órgãos sexuais masculinos, buscavam ao máximo reproduzir a imagem de um *marido* no sentido heterossexual ideal, ativo sexualmente, provedor, relacionado à vida pública do casal e mesmo quando saiam com *monas* solteiras em arranjos de prostituição seus encontros não eram marcados pelo peso moral do *crime*.

Considerando as distinções entre *envolvidos* e *ladrões*, podemos delimitar que os primeiros são marcados por relações de casal com as *monas*, e os segundos pela prostituição. No caso dos *envolvidos*, a dualidade *amor* e *interesse* é conduzida como parâmetro moral, especialmente para as *monas*, pois o núcleo dos casais depende do cálculo material e afetivo das relações. Para os *ladrões* a problemática se inverte e, como pretendo demonstrar a seguir, a relação de prostituição, definida na troca de *peças* por sexo, é uma transação que se deseja visualizar como *interesse*. É importante, para os *ladrões*, que a relação com as *monas* não seja, portanto, *amor*, pois isso significaria atrelar-se ao desejo homoerótico das travestis. É justamente disso que se trata a regulação moral do *crime* sobre as relações sexuais, de delimitar que o desejo do *ladrão* seja constituído apenas pelo desejo material da sexualidade e que esse desejo seja produzido somente como uma forma de uso do feminino, que o separa da pessoa que o carrega.

A prostituição, em sua definição, pode ser concebida como a troca direta entre valores materiais e o corpo, sexualizado, de quem se prostitui. Assim, se nas relações entre *monas* e *envolvidos* como casal, expressa-se uma forma específica da produção de uma dívida no tempo, já a prostituição é conduzida como uma espécie de contrato. A prostituição, considerada por Barthes (1977) como “o modelo do bom contrato” (:66), consiste em uma intervenção direta do valor sobre o corpo, é o modelo de troca que permite aos *ladrões* que saiam com as *monas* afirmando um limite para a relação. Assim, se as ‘queixas’ do casal expõem como a dinâmica entre eles não é composta em termos contratuais, na prostituição é justamente um caráter contratualista que define a separação entre aspectos das pessoas que não devem se misturar e assim, podemos pensar em uma troca que exige reciprocidade.

Apesar dos limites dados em relação a seus corpos, para muitas *monas* era mais proveitoso sair com *ladrões* do que com *envolvidos*. Eles eram vistos como “homens de verdade”, especialmente pelo distanciamento da *galeria rosa* que era seu limite moral. Assim, ao serem “homens de verdade”, só desejavam a parte feminina de suas pessoas e as *monas* viam na relação com os *ladrões* um momento de afirmação de suas feminilidades. Esse tipo de relação é demonstrado na abordagem de Kullick (2008), ao falar da prostituição entre as travestis de salvador com quem conversava:

A prostituição faz com que as travestis se sintam *sexy* e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver autoestima, autoconfiança, valor pessoal, além de se sentirem como objeto de verdadeiro e intenso desejo. (*id.* 151)

Por esse motivo, a prostituição para as interlocutoras de Kullick era vista não somente pela quantia de dinheiro que provia para suas existências, já que para elas a prostituição é vista “como um trabalho como qualquer outro” (*id.*), mas também como “vício”, termo que utilizavam para expressar quando saíam com homens na *rua* exclusivamente pelo prazer do ato sexual. Apesar disso, muitas dessas travestis tinham *maridos* e ajudavam seus amantes com o dinheiro da prostituição. Essa é uma escolha impossível dentro da prisão. Na PJP, as *monas* devem decidir entre a vida dos programas e a vida em casal, pois não há invisibilidade que suporte a existência simultânea das duas formas de relação.

Assim, uma *mona* que decide sair da prostituição por *amor* a um *envolvido*, necessariamente perde a certeza de laços diretos de “contrato”. Ela, a partir daí, se insere no contexto de dúvidas morais e incertezas quanto à intenção de seu *marido*, pois, como vemos, a relação em *casal* não implica em contratualismo, mas forçosa relação de cálculo que tenta obrigar a dívida. A prostituição, por sua vez, é responsável por uma entrada direta da troca, a quantidade de *peças* que paga o programa é delimitada antes do encontro e seu valor é dado, segundo uma interlocutora, de acordo com “quanto a *mona* se valoriza”. Deste modo, uma *mona* que deixa a prostituição para se *casar*, está correndo um risco que é simultaneamente emocional e financeiro. Nesse sentido, como o trata Perlongher (1987), ao falar dos *michês* paulistanos, a captura conjugal é um perigo. Para os prostitutos com quem estudou o autor, esse perigo se tratava do risco do *michê*, que preza por sua virilidade, se tornar uma *bicha*. Para as *monas*, a conjugalidade pode ser vista como uma maneira de afirmar a feminilidade que desejam

expressar, mas de uma maneira distinta do que a prostituição permite. Isso ocorre justamente pela diferença que se impõe na perspectiva de *envolvidos* e *ladrões* a respeito da feminilidade das *monas*.

Os *envolvidos*, depois de inseridos na *galeria rosa*, são necessariamente englobados no clima de flertes e na linguagem das *bichas*, por isso são constantemente assombrados pela possibilidade de serem vistos como homossexuais. Esse tipo de opinião foi expresso durante toda a minha pesquisa de campo, os *envolvidos* eram acusados de tentativas de apropriação da *máfia das bichas*, de por vezes se tornarem *homens loucos* e se travestirem, ou então frases como “são todos gays como eu”, apareciam nas bocas de *bichas* e travestis que queriam ser desejadas por seus aspectos femininos e desconfiavam das motivações dos *envolvidos*. Já no caso dos *ladrões* isso se inverte, pois todo o aparato moral do *crime* tem como efeito justamente a manutenção de uma masculinidade exacerbada. Assim, são levados à tentativa de projetar todo o seu desejo pela feminilidade em direção ao *cu*, que separam da *mona*; deslocam a pessoa de seu órgão e com isso desviam do desejo homoerótico das *bichas*. O pagamento é necessário para ambos, o *ladrão* ao dar *peças* para a *mona* em troca de sexo, afirma implicitamente que o que há entre os dois é uma relação de exclusivo *interesse*, mas *interesse* sexual, desejo pelo feminino que ela incorpora, ele demonstra materialmente que não se trata de *amor*. Já para a *mona*, trocar sua feminilidade por *peças* dá valor para a sua produção como sujeito feminino, é o momento em que ela se desliga de suas características masculinas, ao mesmo tempo que acessa a masculinidade do *ladrão*, isento de desejo homoerótico, ou seja, ele não deseja o que há de “homem” em seu corpo. Os *michês* com quem estudou Perlongher (1987) também produzem deslocamentos desse tipo, pois têm de se manter *viris* para produzir desejo dos *mariconas*, homens mais velhos e gays que desejam a relação sexual com um homem jovem. Por isso, mesmo saindo com homens, eles procuram se afastar da transformação em *bichas*, negando a existência do amor.

É o desejo homoerótico das *monas* e a sua materialização que os *ladrões* devem drasticamente evitar. Se nas narrativas das *monas* muitas diziam possuir uma “alma feminina” em um corpo “masculino” a depender da intenção estratégica de seus discursos, na vida cotidiana seus corpos devem ser vistos como femininos, simultaneamente a um desejo tomado como masculino (homoafetivo). Assim, a relação de prostituição na prisão pode ser vista,

essencialmente, pela deslocabilidade que provoca nas *monas*. O *ladrão* especialmente para deslocar a si mesmo da sombra da homossexualidade. A *mona* deseja esse movimento, pois nessa relação, ela se sentirá desejada *como uma mulher*, e não como um homem gay. Portanto, o desejo envolve a separação, e a separação compõe a economia do desejo.

É especialmente a deslocabilidade das partes de uma *mona* a partir de seus interesses e também dos *ladrões*, que permite que elas sejam consideradas como divíduos, termo cunhado por Strathern (1992) para denominar a forma como a pessoa é compósita na Melanésia, constituída como um microcosmo de múltiplas relações sociais. Dessa forma, uma pessoa é vista tanto em relação à sua origem, quanto em relação a quanto ela consegue se deslocar dessa origem (*id.*: 178 – 179). Uma *bicha* que é vista como um *homem* que incorpora o feminino, se desloca de sua origem, produz em seu corpo a imagem de um feminino destituída de valores masculinos. Esse deslocamento é produzido no encontro entre o ethos das *monas* com o dos *ladrões*. Objeto de desejo sexual deslocado da matriz homoerótica, o corpo passivo da *bicha* é produzido como mercadoria, mas individua-se em uma feminilidade expressa, desejada, que contrapõe o “masculino” subjacente em seu corpo.

Segundo Strathern (1992), esse o deslocamento da pessoa em partes, é a base para que as trocas entre os Hagen ocorram, pois, em sua visão, a constituição de uma “coisa” como “objeto” decorre somente durante uma operação que mescla o interesse de uma parte com a disponibilidade de deslocamento do que se deseja de um outro polo. É o que acontece, segundo a autora, quando um clã misto se transforma em um clã masculino com mulheres à disposição. A analogia entre a teoria sobre a pessoa melanésia e a constituição das travestis enquanto sujeitos femininos é tornada visível justamente pela forma como se relacionam com os *ladrões* e são alvo da regulação da moral do *crime*. A deslocabilidade da subjetividade das partes masculinas e femininas das *monas*, deste modo, contribui para a constituição de seus corpos (marcados subjetivamente pela feminilidade) sejam produzidos como “objetos” na relação de prostituição. Mas seguindo o que nos diz Strathern (2011), essa noção de “objeto” não implica necessariamente na concepção ocidental de “objetificação”. Isso porque, na Melanésia, a noção de objeto não é conduzida como separação entre “sujeito e objeto”, na medida em que o “objeto”, que surge apenas na relação de troca, se constitui como um símbolo de outras relações heterogêneas. Para a autora, portanto, as trocas que equivalem mulheres a conchas ou porcos,

não fazem das mulheres “objetos”, já que mesmo as conchas e porcos não são vistas como “objetos”, mas como aspetos que compõem a pessoa. A noção de pessoa compósita é o fundamento teórico para essa dissolução. Assim, prosseguindo na analogia, a relação do *ladrão* com o *crime* que compõe seu corpo, participa do ato sexual, assim como a feminilidade, que compõe o corpo da *bicha*, é o foco do interesse da transação. O encontro entre o feminino das *monas* e o masculino do *crime*, é produzido na relação sexual e os corpos se conectam em funções somáticas que são dadas por valores cuja produção é indissociável de territórios existenciais que são compostos em redes de pessoas e coisas.

Deste modo, o corpo como objeto é produzido como efeito da transação da prostituição, mas isso não implica destitui-lo de subjetividade ou das relações que o compõem, mas resulta em deslocamento dessas mesmas relações, em conectividade dispersa como tentativa de conter linhas perigosas – como o desejo de passividade sexual de um *ladrão* - que podem surgir na erupção da relação sexual. O desejo de passividade dos *ladrões* deve ser contido também pela perspectiva das *monas*, pois elas não querem ser desejadas como *homens*, tampouco adotarem a postura ativa na relação sexual.

As relações que acabei de descrever são operadas no nível das cristalizações, como defini no capítulo I, mas elas não excluem a negociação imanente às relações de prostituição, que ocorrem no nível da intimidade, que descrevi no capítulo II por meio da noção de invisível, agregada à expressão *quando fecha o quieto ninguém vê*. Isso porque nas transações de prostituição vários *ladrões* ultrapassam os limites morais que consolidam a sua masculinidade. Era comum, segundo as *monas* com quem conversei, que um *ladrão* acabasse por pedir para a *mona chupar seu pau*, ou para que ela comesse seu *cu*. Esse tipo de fetiche, secreto e negociado na esfera privada, não costumava dar prazer às *monas* e era considerado como uma espécie de quebra de acordo, já que elas desejavam na prostituição a constituição de si como sujeitos femininos e não como homens homossexuais. Ainda assim, as *monas* costumavam realizar os desejos dos *ladrões* e só compartilhavam com outras *monas* os detalhes das relações sexuais. O desconforto de travestis diante os pedidos de clientes de serem penetrados por elas reside também nos relatos de Kullick (2008):

O desconforto parece ser resultado direto do modo como é pensado a ato sexual de penetrar. (...) aquilo que a pessoa faz na cama tem consequências imediatas e duradouras no modo como ela é classificada (e no modo como se autot classifica) no

tocante ao gênero. Nessa configuração específica de gênero e sexualidade, quem penetra é "homem". Quem manifesta desejo pelo pênis do parceiro e principalmente quem "dá" não é mais homem na linguagem das travestis, é "um viado" ou uma mulher. Portanto, é na cama, através da sexualidade, que o gênero é equacionado". (*id.*: 179)

É interessante notar que para Kullick é na “cama” que as ações têm consequências no modo com as pessoas são classificadas. Esse argumento se torna nebuloso quando pensamos na constituição da prisão, pois ainda que a *mona* saiba dos desejos homoeróticos dos *ladrões* com quem saí, a publicização - que teria efeitos diretos não somente em como o sujeito é classificado, mas em toda a definição da *população* pelo *crime* - depende essencialmente de estratégias que permitissem a uma *mona* conseguir provar a conduta do *ladrão* que transgride o que é posto como seu limite existencial. Como abordei no capítulo II, esse tipo de saber localizado na *galeria rosa* era motivo de chacota entre as *monas* dos *ladrões* que pediam para *chuparem seus paus* ou para serem penetrados. Apesar disso, normalmente a realização dos desejos de um *ladrão* que se ampara no invisível da cela para inverter sua postura sexual, é motivo para que as *monas* criem estratégias e cobrem mais caro de seus programas, o que demonstra a dinamização do contrato de prostituição como negociação da conduta secreta dos *ladrões*.

Nesse sentido, podemos delimitar que o “contrato” como conduzido na prostituição, decorre de um acerto que negocia – além da troca de sexo por peças – a manutenção da invisibilidade do que acontece *quando fecha o quieto*. As *monas* receberão o pagamento de seus serviços e para manterem seus *clientes* moralmente intactos dos efeitos da transgressão dos limites sexuais, o programa é acompanhado necessariamente de uma discrição. Separação, ocultar, que têm como intuito juntar, produzir desejo, fluxo financeiro e sexual. Nesse sentido, considero que a prostituição na prisão é fundamentada em uma constante negociação da imagem pública dos *ladrões*, equacionada na manutenção de uma postura sexual restrita. Já no nível do que é íntimo-secreto, o “contrato” estabelecido no programa é o ponto de culminância de toda uma calculabilidade que balança a qualidade de gênero das ações sexuais. Se um *ladrão* pede para a *mona* comer seu *cu*, ele deve pagar mais por isso, pois, além de a *mona* ter de tomar uma posição que é desconfortável segundo seu parâmetro de gênero, ela é responsável pela integridade moral do *ladrão* com quem saí.

É interessante notar, que para as travestis com quem conversou Kullick (2008), os *clientes* se utilizavam da invisibilidade dos programas com as travestis para liberar um desejo homossexual subjacente. Na prisão, onde os muros e as grades delimitam um convívio forçado, o que é público e secreto ganha ares de constante negociação. Assim, parâmetros morais são negociados simultaneamente à sua produção como ferramentas de separação. Ao mesmo tempo, a discrição e invisibilidade dos programas não era utilizada meramente para ocultar supostos desejos homossexuais de *ladrões*, mas também para que a relação sexual não fosse duramente controlada pela acrobacia moral de penetrar o *cu* sem acariciar, sem beijar a *mona*. Se o *ladrão*, como diziam minhas interlocutoras, não pode nunca *beijar na boca*, entre quatro paredes isso é negociado nos termos de uma troca de *peças* pelo sigilo.

É importante salientar que esse “contrato” é tácito, ocorre no *desbaratino* e só podemos ver como ocorre tendo em vista a perspectiva das *monas*. No entremeio de um território moral povoado pelo *crime*, é nas sombras, nas bordas, que essa mesma moral é trocada, negociada. A situação ocorre em termos econômicos, mas o que se troca são posições no jogo de força da prisão. A beleza do escuro reside no desvelar da subjetividade. Vimos, no capítulo I, como as canecas e cigarros são separados, como os alimentos chegam marcados para indicar serem da *galeria rosa*. Existe uma economia de modos e posturas com o intuito de produzir a *galeria rosa* como um abjeto e separar a contaminação moral do *crime*. No entanto, os mesmos *ladrões* que criam um parâmetro de conduta para separar suas posturas masculinas do desejo homoerótico, por traz do *quieto*, negociam a posição de passivo nos programas com as *monas*. Elas, motivo de desejo e abjeção, mesmo quando entram em contato com os “homens”, que deveriam ser ativos, acabam se defrontando com o desejo homossexual oculto. Como me disse uma interlocutora: “E ele paga também por isso, pela discrição”.

Considerações Finais

De quantas articulações é composto o texto antropológico? De quantas misturas, recortes, separações, de conexões parciais, como diria Strathern (2004), entre lugares, coisas, pessoas e ideias? Mas também de autores e autoras e seus conceitos, coletivos, multiplicidades? Mas quanto de sensibilidade antropológica, também?

Quando se chega se chega no lugar no qual se pretende criar relação uma relação de pesquisa de campo, quase nada do que foi lido irá fazer com que seja simples ou monótona a tarefa de produzir uma transdução do fluxo incontrolável da vida para o código das conexões insondadas, do corpo de parágrafos de linhas escritas uma após a outra, sucedidas no tempo, no espaço. Que captura é possível, da malha de intensidades nas quais residem os corpos, para fazer ver o que se passa entre eles? Se o que foi lido, discutido e apreendido não faz da experiência antropológica uma tarefa fácil, contribui para que o antropólogo(a) se mantenha atento(a), ao que se olha, ao que se ouve, ao que se diz. Aí já reside uma passagem intensiva, no intuito de investigar o insondado, no encontro da expectativa e ato, das ideias e do mundo.

Quando me encontrei com a prisão, com as *monas*, *envolvidos* e gays, produzi, de diversas maneiras, uma imagem intensiva composta da apreensão subjetiva do que me diziam, do que eu via e sentia dos relatos, gestos, como me olhavam ou desviavam o rosto. Tantas qualidades residem no encontro: volume, proximidades, obstáculos... No entanto, quando se está em campo, na missão de interpretar o signo alheio em suas complexas interações, uma atenção específica se aciona, dispositivo mental que organiza o arquivo da memória. A preocupação antropológica reside na matriz sensorial que faz do corpo do antropólogo um centro de conexões. A antropologia invade a percepção de maneira similar ao que descreve Cortázar (2012), ao falar da atividade da fotografia:

Não se trata de estar tocando a mentira como qualquer repórter, e agarrar a estúpida silhueta do personagem que sai do número 10 de Downing Street, mas seja como for quando se anda com a câmera tem-se o dever de estar atento, de não perder este brusco e delicioso rebote de um raio de sol numa velha pedra, ou a carreira, tranças ao vento, de uma menininha que volta com o pão ou uma garrafa de leite. Michel sabia que o fotógrafo age sempre como uma permutação de sua maneira pessoal de ver o mundo por outra qual a câmara lhe impõe, insidiosa (agora passa uma grande nuvem quase negra), mas não desconfiava, sabedor de que bastava sair sem a Cónfax para recuperar o tom distraído, a visão sem enquadramento, a luz sem diafragma nem 1/250. (2012: 59)

A sensação expressa por Cortázar compõe a descrição analítica que se sucedeu nos capítulos que formam essa dissertação. Desde o ponto de vista da câmera, tudo se enquadra, se recorta. O belo da fotografia consiste justamente esse “pensar com a máquina”, pelos olhos de lente da câmera que reduzem e ampliam escalas. Com o pensamento antropológico ligado, não podemos deixar de notar as conexões, os conjuntos de ideias que são postos em relação, as relações entre

coisas, pessoas, laços de afeto, vistas na mente na sistematização incansável que se deseja sempre em movimento. Etnografia no encontro de minhas preocupações - que motivam a experiência antropológica - com a vida na prisão: o que nos junta, o que nos separa.

Ao compor a descrição analítica de minha experiência etnográfica na prisão, busquei conduzir um reflexo intensivo dessa mesma experiência. Na manipulação estética da interação entre os capítulos, subcapítulos, sessões que, mais do que explicativas, se pretendem conjuntos de articulação em movimento, entre ideias, pessoas, coisas. Essa proposta foi conduzida por uma percepção dos momentos que minhas interlocutoras e interlocutores demonstravam em diferentes narrativas, no *locus* de comunicação que produzíamos em nossos encontros, na intimidade de pesquisa. Da imagem estática da prisão algumas linhas básicas eram compostas, sugeriam um esboço de relações complexas que exigiam atenção para serem compreendidas em todas as suas potencialidades. Aos poucos, elementos distintos compunham a intenção de definir, separar, mostrar diferença, disputar, ampliar, que guiavam as ações e ideias de muitas de minhas interlocutoras. Foi no intrincar de suas falas e posturas que uma visão dos pavilhões, da vida no cárcere, foi possível.

Com o intuito de dar inteligibilidade a essa imagem intensiva e diante a preocupação de raiz antropológica que motivava meu encontro com elas e eles, procurei identificar conjuntos de saberes na produção de capítulos dotados, cada qual, de uma singularidade. “O que cristaliza”, “O que movimenta” e “O que atravessa”. São diferentes lentes que fazem encontrar diferentes preocupações. Esses pontos focais são reflexo do que pude identificar nas motivações discursivas de minhas interlocutoras e interlocutores. Quando transpostas à descrição analítica as imagens são deslocadas do fluxo da vida, distorcidas, assim como a fotografia recorta o mundo e produz sempre figura e fundo (Strathern, 2011). Essa distorção, no entanto, não deve ser meramente categorizada como “incerta”, hostil ao modo como as coisas acontecem na “realidade”. Se destituído da distorção que o compõe, quanto de angústia restaria no “Grito” de Munch? O retrato de uma pessoa gritando nem sempre é o retrato do que a faz gritar.

A imagem antropológica das relações amorosas na prisão - produzida no encontro entre expectativas do antropólogo e das pessoas com quem se estuda - é necessariamente inventada, como diria Roy Wagner (2012), no encontro dessas preocupações de raízes diversas. Por isso considero a distorção imanente à descrição antropológica como um mecanismo de liberar,

analiticamente, determinadas forças contidas no fluxo da vida. É por meio dessa transposição subjetiva, conduzida no olhar antropológico, que é possível, finalmente, separar e misturar a heterogeneidade da vida vivida no corpo de uma descrição analítica.

Se para dar inteligibilidade à angústia de um homem Munch distorce o mundo, similarmente, compor o Capítulo I, “o que cristaliza”, implicou produzir uma imagem estável das posições possíveis no jogo intensivo da prisão. Essa imagem não é conduzida como decalque da vida na prisão, mas como o recorte de uma característica específica, que para ser demonstrada em sua magnitude exige determinado enquadramento que é necessariamente marcado por certo exagero e distorção. Distorção que intenta fazer ver uma especificidade, exagero que alça essa especificidade ao ar, como os conceitos, que segundo Deleuze & Guatarri (2010b), sobrevoam o que descrevem, marcando seus limites em um plano de consistência. Quando passei do capítulo I para o capítulo II, procurei conduzir a sensação de movimento por contraste, pois tudo o que era rígido passou a se misturar e o que antes era definido no capítulo I se dissolve em outros mecanismos de encontro e separação, que se evidenciam na vida íntima. Esse mecanismo permite que na distorção dos capítulos, vejamos o movimento discursivo das *monas* e *envolvidos* quando derivam das disposições gerais às singularidades vividas. No mundo secreto e invisível, o que concerne ao público e visível é negociado, modulado, articulado, posto em movimento por desconfiança, ciúmes, rupturas no tempo e no espaço. Já no capítulo III, cristalizações e movimentos se misturam pois vemos “o que atravessa” as relações, mas novamente nos deparamos com mecanismos de separação e de mistura que são econômicos, morais, materiais. A frieza dos muros da prisão e a separação que decorre deles. Esses dispositivos, morais, físicos, corpóreos, atuam a todo tempo e produzem políticas intensivas de ocultar e demonstrar, juntar e separar. Agenciamentos, rupturas, encontros e linhas conectivas.

Em minha dissertação, me inspiro na expressividade dos traços expressionistas. Os recortes buscam expressar movimentos, cristalizações, atravessamentos e não imprimir uma verdade circunscrita em um apelo de realidade. Para dar inteligibilidade a essa experiência, busquei transpor a dinâmica narrativa - composta de intervalos, sucessão de palavras no tempo e no espaço, intimidade de conversas, gestos e olhares – para o formato dos capítulos, formados por dinâmicas de separação e de mistura. Com isso, tentei descrever uma imagem que está

sempre em movimento, vista na composição que era produzida nos encontros que fazia no *setor de atendimento* com *monas*, *gays* e *envolvidos* que estão presas(os).

A partir dessa perspectiva, de que se trata afinal *desejo* e *separação*? Os termos aparecem diversas vezes durante a dissertação, as vezes juntos, por vezes separados, mas em nenhum momento foram focos diretos de análise. No entanto, estão presentes em todo canto, permitem enquadrar diversos aspectos da vida no cárcere. Os termos, postos em proximidade, não são diretamente opostos, tampouco se dão à direta conciliação. Ainda assim, refletem uma característica específica do que pude apreender na experiência de pesquisa de campo, na sensação subjetiva de que na prisão alguns movimentos são frequentes: separar para juntar, juntar para separar, desejar a separação e separar para desejar. Se no decorrer dessa dissertação, avancei por contextos e conexões em diversas escalas com distintas magnitudes, fui motivado pela disposição dessa imagem que, como um fractal, permeia diversos níveis das relações na prisão. Separação da *população* da *galeria rosa*, que supõe um encontro regulado entre *ladrões* e *monas*. Canecas e talheres separados, para que órgãos sexuais se encontrem, invisíveis. Metamorfoses de *ladrões* em *envolvidos*. Divisões internas às políticas íntimas dos pavilhões, *monas* que comunicam mundos opostos e inimigos, dissolvem e produzem simultaneamente limites de gênero, de políticas faccionais, de sexualidades. Espaços fracionados em conjuntos de informação. Celas, pavilhões, muros, *rua*. Linhas que conectam termos dispostos em uma graduação de distâncias, de desigualdades. Também se separam as ideias, *amor* e *interesse*, vida econômica e afetiva. Termos que se juntam, transpõem as bordas e se tornam uns aos outros, *amor* como *interesse*, *amor* que produz e é produzido como *interesse*. Tanto de separação, pra que tanta mistura ocorra.

Me inspirando nessa imagem, que aparece na dissertação no encontro de vários mundos, tentei conceber um texto que funcione justamente por um desejo de separar e misturar, para com isso refletir o espelho que a pesquisa de campo se torna. Atento ao esforço que se condensou na economia dessa dissertação, me pergunto: quanto de subjetividade antropológica compõe essa imagem da vida no cárcere? Conceitos, recortes que expõem determinados conjuntos de relações para separá-los e para mostrar depois como se misturam. Mas para além desse arsenal - que é lente, pensamento, conectividade – podemos também nos perguntar quanto de *sofrimento*, de saberem estar separadas da *rua*, da *família* ou de amores rompidos, compõe

as narrativas de *monas* e *envolvidos* que deram condição de existência a essa dissertação? Quanto de anseio de expandir a si, superar a escassez, desejo de liberdade, de juntar o que é separado, de se associar? Quanto desejo e quanto *amor*, mas também quanto *interesse* e desconfiança com o *interesse*? Quanto afeto foi posto em fluxo ao ser narrado por *monas* e *envolvidos* em nossos encontros na sala do *setor de atendimentos* daquela penitenciária. E nessas últimas palavras, quando eu falo de encontro, quanto já não me separei do próprio encontro?

Referências Bibliográficas

- BATAILLE, Georges. 1987. *O Erotismo*. L&PM
- BARBOSA, Antônio Jeferson. 2003. "Grade de ferro? Corrente de ouro!": circulação e relações no meio prisional. *Tempo soc.* vol.25 no.1 São Paulo.
- BARTHES, Roland. 1977. *Elogio Ambíguo do Contrato*. São Paulo. Cultrix.
- BEAUVOIR, Simone de 2009. *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- BENEDETTI, Marcos Renato. 2005. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Editora Garamond. Rio de Janeiro.
- BERGSON, Henri. 2006. *Memória e Vida*. DELEUZE, Gilles (ed.). Martins Fontes.
- BIONDI, Karina. 2010. *Junto e Misturado. Uma Etnografia do PCC*. Editora Terceiro Nome. São Paulo.
- BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. 2010. *Memória e historicidade em dois "comandos" paulistas*. Lua Nova, São Paulo, 79: p. 39-70.
- BOLDRIN, Guilherme R. 2014. "Monas, envolvidos e o crime: etnografia com travestis e homossexuais em uma prisão paulista". Monografia de Conclusão de Curso para recebimento de título de Bacharel em Ciências Sociais. UFSCar. São Carlos.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Troubles*. Routledge, Chapman & Hall, Inc.
- BUSBANDT, Nills e WILLERSLEV, Rane. 2014. "The Dark Side of Empathy: Mimesis, Deception, and the Magic of alterity". *Comparative Study of Society and History*. vol. 54, n. 1.
- BATESON, Gregory. 1936. *Naven: A survey of the problems suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe drawn from three Points of View*. Cambridge.
- CALDAS AULETTE. 2011. *Novíssimo Aulette: Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. Lexicon.

- CARDOSO DA SILVA, Valter; DIAS, Camila Caldeira Nunes. 2010. *O corpo como espaço: a posição dos homossexuais na nova configuração do poder nas prisões paulistas*. Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos.
- CORTÁZAR, Julio. 2014. *Um Tal de Lucas*. Civilização Brasileira.
- _____. 2012. *As Armas Secretas*. Best Bolso.
- DE LAS HERAS, Ion. 2015. *A prisão como Arquitetura Menor*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social – Vol. 9 – nº3.
- DELEUZE, Gilles. 1985. *El saber. Curso sobre Foucault. Tomo 1*.
- _____. 2003. *Proust e os Signos*. Rio de Janeiro. Forense Universitária
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1997. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia Vol. 4*. Ed. 34.
- _____. 2010. *O Anti-édipo*. Ed. 34
- _____. 2010b. *O que é a filosofia?* Ed. 34
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. 1998. *Diálogos*. Escuta.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da Pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*; Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. 2011;
- DOUGLAS, Mary. 1988. *Purity and Danger: An analysis of the concepts of pollution and taboo*. ARK edition.
- DU RAP, André. 2002. *Sobrevivente André Du Rap (do massacre do Carandiru)*. Labortexto Editorial
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. *Ser Afetado*. Cadernos de Campo número 13.
- FELDMAN, Allen. 1991. *Formations of Violence*. The University of Chicago Press.
- FERRAZ DE LIMA, Jacqueline. 2013. *Mulher Fiel: As Famílias das Mulheres dos Presos Relacionados ao Primeiro Comando Da Capital*. Dissertação de Mestrado. UFSCar.

- FOUCAULT, Michel. 1975. *Vigiar e Punir*. Vozes.
- _____. 1979. *História da sexualidade: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- _____. 1990. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Editora Graal
- _____. 2008. *This is not a pipe*. University of California Press.
- FONSECA, Claudia. 2000. *Família, Fofoca e Honra*. Editora da UFGRS
- FRY, Peter. 1982. *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GARFINKEL, Harold. 1967. *Studies in ethnomethodology*. Prentice-Hall.
- GELLNER, Ernest. 2003. Concepts and society. In *Ernest Gellner: selected philosophical themes*, vol. 1, E. Gellner, 18-46. New York: Routledge.
- GLUCKMAN, Max. *Gossip and Scandal*, Current Anthropology Vol. 4 No. 3
- GOFFMAN, Erving. 2013. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo. Perspectiva.
- GRAEBER, David. 2002. *Toward an Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Dreams*. New York. Poligrave.
- GREGORI, Maria Filomena. 1989. *Cenas e Queixas: mulheres e relações violentas*. Novos Estudo, nº 23.
- JENKINS, T. 1993. *Fieldwork and the Perception of Everyday Life*. *Man (N.S.)* vol. 29.
- JIMÉNEZ, Alberto Corsín; WILLERSLEV, Rane. 2007. 'An anthropological concept of the concept': reversibility among de Siberian Yukhagirs. *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)* **13**, 527-544
- LIDLAW, James. 2002. *For an Anthropology of Ethics and Freedom*. *JRAI*, N.S 8.
- KULLICK, Don. 2008. *Travesti*. Fiocruz
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio De Janeiro: 34
- LEIRIS, Michel. 2001. *O Espelho da Tauromaquia*. Cosac & Naify

- MARQUES, Adalton. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- MAUSS, Marcel. 1974 [1923-24]. *Ensaio sobre a dádiva*. In : Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp
- MENDES, Luiz Alberto. 2001. *Memórias de um sobrevivente*. Companhia das Letras.
- NIETZSCHE, Friedrich. 1968. *The Will To Power*. New York, Vintage Books
- PADOVANI, Natália Corazza. 2015. *Sobre Casos e Casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese de doutorado, UNICAMP.
- PELÚCIO, Larissa. 2006. *Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem*. Florianópolis. Revista Estudos Feministas.
- PERLONGHER, Néstor Oswaldo. 1989. *O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. Editora Brasiliense.
- PRECIADO, Paul Beatriz. 2015. *Manifesto contrassexual*. N-1 edições
- _____. 2008. *Texto Yonqui*. Espassa Calpe.
- REED, Adam. 2007. ‘Smuk is the king’: the action of cigarettes in a Papua New Guinea prison. In: HENARE, Amiria; HOLDBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (Ed.). *Thinking Through Things: Theorising Artefacts Ethnographically*. Routledge
- SAHLINS, Marshal. 1976. “L’esprit du don”. in *Âge de Pierre, âge d’Abondance*, Paris, Gallimard, Sciences Humaines.
- SIMMEL, Georg. 1950. *The Sociology of Georg Simmel*. WOLF, Kurt H. (ed.). The Free Press.
- STRATHERN, Marilyn 1992. *Qualified value: the perspective of gift exchange*” In S. Hugh-Jones & C. Humphrey (eds), *Barter, Exchange and Value. An anthropological approach*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 169-171.
- _____. 2004 [1991] *Partial Connections. Updated edition*. Altamira Press.

- _____. 2011. *Sobre o Espaço e a Profundidade*. São Paulo. Cadernos de Campo
- _____. 2014. *Sujeito e Objeto*. In *O Efeito Etnográfico*. Cosac & Naify.
- VILELLA, Jorge. 2001. *A dívida e a diferença: reflexões a respeito da reciprocidade*. Revista de Antropologia. USP. 2001. V. 44 n° 1.
- _____. 2004. *O Povo em Armas*. Violência e Política no Sertão de Pernambuco. Editora Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, Rio de Janeiro, RJ.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; BENZAQUEM, Ricardo. 1977. *Romeu e Julieta e as origens do Estado*. In VELHO, Gilberto. *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- WAGNER, Roy. 2012. *A Invenção da Cultura*. Cosac & Naify.
- WILLERSLEV, Rane. 2011. *Proposing the motion*. In: *The anthropological fixation with reciprocity leaves no room for love: 2009 meeting of the Group for Debates in Anthropological Theory*. Critique of Anthropology 31 (3) 220 – 250
- WOLF, Eric. 1956. *Aspects of Group relations in a complex society*. American Anthropologist, New Series, Vol. 58, No. 6
- ZAMBONI, Márcio. 2016. *Travestis e transexuais privadas de Liberdade: A (des)construção de um sujeito de direitos*. REA n° 2. Dossier “Antropologia del derecho em Brasil”
- _____. 2017. *O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário*. Revista Arace, V. 4. N.5
- ZELIZER, Viviana, 2005, *The purchase of Intimacy*, Princeton University Press.

Arquivos online:

- GELL, Alfred. 2011. *On Love*. Anthropology of This Century (Acessado em <http://aotcpres.com/articles/love/> 12/06/2017)
- TARDE, Gabriel. 1902. *Psychologie Economique*. (Acessado em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64812c>

12/06/2017)

Arquivos digitais:

MANO BROWN; JUCENIR. 1997. *Diário de um detento*. In *Sobrevivendo no Inferno*. Costa Nuestra. CD.